Entrevistas a Salazar

António Ferrro

Entrevistas a Salazar

Prefácio de
Fernando Rosas

Parceria A. M. Pereira

Agradecimentos

Mafalda Ferro, Maria de Bragança, Fernando Rosas.

FICHA TÉCNICA

Editora: Parceria A. M. Pereira
Livraria Editora, Lda.
Apartado 40062/1514-801 Lisboa
Telef.: 21 764 73 07
Fax 21 762 27 85
parceriaeditores@mail.telepac.pt
www.parceria.a.m.pereira.com
parceria.a.m.@pereira.com

Título da Obra: Entrevistas a Salazar

Autor: António Ferro

Fotografias: Gentilmente cedidas por Mafalda Ferro

Pesquisa de imagens: Mafalda Ferro e Maria de Bragança

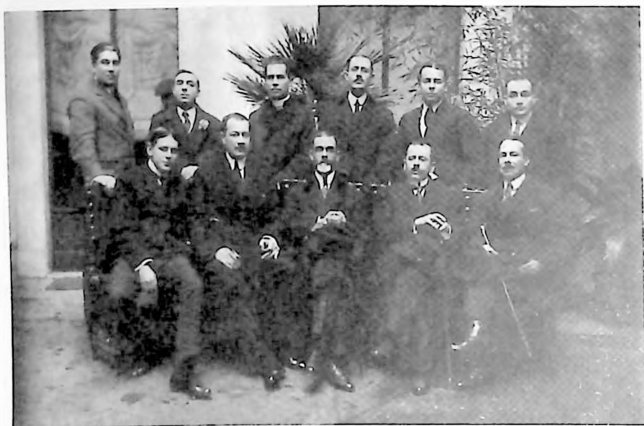
Prefácio: Fernando Rosas

Fotocomposição, paginação e tratamento de imagens: Caixa das Letras
Gabinete de Design, Lda.
e-mail: caixadasletras@mail.telepac.pt
Telf. 21 886 38 95

Impressão e acabamento: Gráfica Europam, Lda.
Mem Martins
ISBN: 978-972-8645-40-3
Depósito Legal: 265570/07
LISBOA 2007

Imagens inéditas

(Arquivo Família Ferro)

Jornalistas Portugueses: Justino de Montalvor, Norberto de Araújo e António Ferro. Roma, 1920.

Grupo de jornalistas do *Diário de Notícias*. Roma, 18 de Outubro de 1920.

António Ferro, anos 20.

António Ferro a bordo do *Leviathan* rumo à América do Norte, 1927.

Retrato de António Ferro, s/d.

António Ferro. Lisboa, s/d.

Lumiar, 18 de Dezembro de 1932.

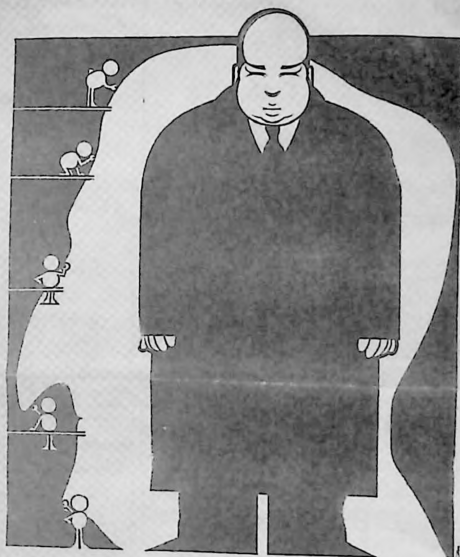
s/d.

António Ferro e Salazar.

No estúdio do escultor Francisco Franco, 14 de Julho de 1934.

Busto de Salazar da autoria de Francisco Franco, 1934.

Postal de divulgação do Pavilhão de Portugal. Exposição Internacional de Paris, 1937.

António Ferro e Salazar
na Torre de Belém.
16 de Outubro de 1938.

Caricatura da autoria de Abel Manta, s/d.

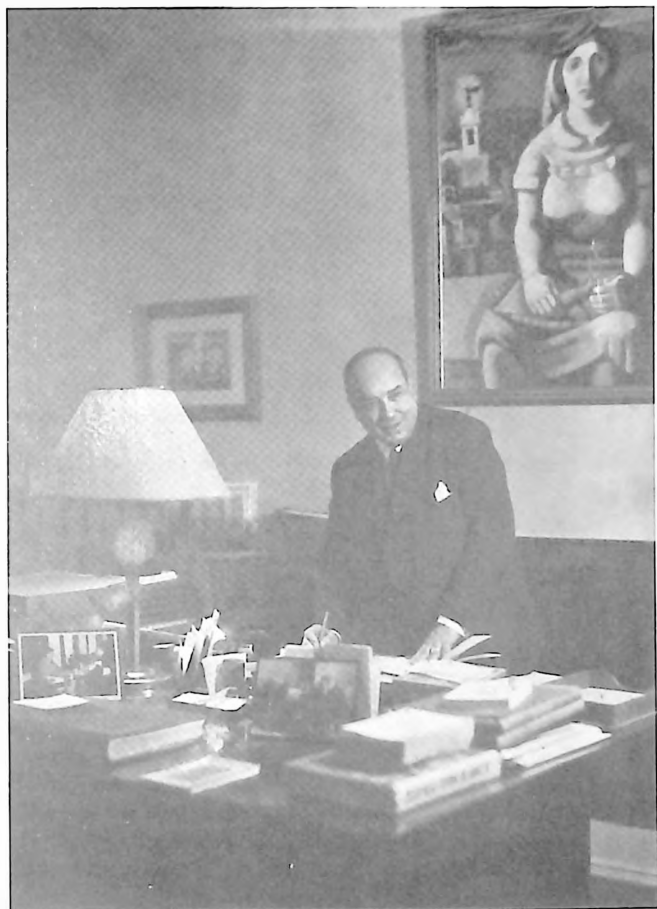
Director do Secretariado da Propaganda Nacional, anos 30.

Foto de Thomas de Mello (Tom).
Exposição de Nova York, 1939.

Jornalistas portugueses, Inglaterra, 28 de Setembro de 1939.
Entre outros podem ver-se: António Ferro, Guilherme Pereira de Carvalho e Augusto Cunha.

António Ferro. Lisboa, 1949.

Em Lisboa, 1949.

Secretário Nacional de Informação
e Cultura Popular, s/d.

António Ferro no seu gabinete de trabalho, Palácio Foz, SNI, s/d.

Índice

Prefácio

UM CHEFE, UM REGIME, UM POVO

A presente edição das entrevistas de António Ferro com Salazar, em rigor, não reproduz nenhuma das várias publicações que a obra teve em Portugal e no estrangeiro a partir da sua primeira recolha em livro, no ano de 1933. A primeira edição nacional, datada desse ano, da Empresa Nacional de Publicidade, que já dera à estampa outras obras de Ferro, reunia unicamente as cinco primeiras entrevistas que o jornalista fizera ao recentemente nomeado Chefe do Governo (1), em finais de Novembro ou princípios de Dezembro de 1932, e publicadas no *Diário de Notícias* entre os dias 19 e 23 de Dezembro de 1932. Nela se incluía o Prefácio de Salazar, o Epílogo e as Notas de Reportagem do punho de António Ferro e, como Anexo Documental, o discurso do Chefe de Governo de 23/11/1932 e dois artigos de António Ferro, «O Ditador e a Multidão» e a «Política do Espírito», publicados no *Diário de Notícias* em 31 de Outubro e 21 de Novembro de 1932, respectivamente.

No tocante às edições em língua portuguesa, esta estrutura manter-se-ia mas com acrescentos. A partir da 2.ª edição, em 1934, o autor juntou-

(1) Oliveira Salazar, ministro das Finanças dos governos da Ditadura Militar desde 26 de Abril de 1928, é designado Presidente do Ministério em 5 de Julho de 1932.

-lhe, «como um *post-scriptum*», uma sexta entrevista realizada nesse ano após a Conferência Económica de Londres, sobre a qual António Ferro, enviado especial do *Diário de Notícias* àquela reunião, quisera ouvir Oliveira Salazar. Numa 3.ª edição, em 1935, outra novidade de carácter pedagógico, a reforçar a vertente do manual de propaganda: um índice analítico com todos os temas mais relevantes ordenados por ordem alfabética. Existirá uma sétima entrevista, a mais longa de todas, em jeito de balanço encomiástico do caminho percorrido pelo regime desde as de 1932, feita em Setembro de 1938 mas publicada pelo autor separadamente em outro livro, *Homens e Multidões*.

A importância política da obra levaria a um sério investimento na sua divulgação internacional. Haverá, como principais edições no estrangeiro, a francesa, a espanhola (ambas aparecidas em 1934) e a inglesa (1935). Respectivamente prefaciadas por Paul Valéry, Eugénio d'Ors e Austen Chamberlain. A estrutura destas edições é idêntica, com algumas diferenças, à das edições portuguesas a partir de 1934: as seis entrevistas de 1932 e 1933, o prefácio de Salazar, a introdução e o epílogo de António Ferro, mas um outro discurso de Salazar, o de 30 de Junho de 1932, não o de 23 de Novembro desse ano, sintomaticamente retirado das edições estrangeiras, pelo menos das destinadas aos países democráticos ([2]). Igualmente desaparecem as Notas de Reportagem e os textos jornalísticos de António Ferro.

Que eu saiba, e salvo o erro possível, a primeira tentativa de reunir o conjunto das entrevistas de 1932, 1933 e 1938, bem como os vários textos de Salazar, Ferro ou de outros prefaciadores que lhe foram sendo anexos, dá-se muitos anos depois, já em 1982, por iniciativa da editora Fernando Pereira, de Lisboa, reproduzindo o título e até o espírito da primeira edição

---

([2]) Compreende-se porquê. O discurso de Julho de 1932 é o do compromisso com o republicanismo conservador e os comandos do Exército (onde ele ainda tenha peso significativo), viabilizador do início do «regresso aos quartéis» dos militares e da transferência do poder para um civil. Demarca-se, por isso, da direita radical e da violência em favor de um «nacionalismo equilibrado». Já o de Novembro de 1932, como adiante se indicará, é o da liquidação final da liberdade de associação e de expressão para o conjunto das forças políticas e sindicais oponentes da Ditadura. E o da concentração obrigatória de todas as forças políticas situacionistas no partido único do regime, a União Nacional. Um discurso, além disso, de ataque frontal à democracia parlamentar, bastante pouco recomendável nos países onde esta existia com solidez e apoio social.

portuguesa: *Salazar, o homem e a sua obra.* Nela se incluíam, com tudo o mais, os três referidos prefácios às edições espanhola, francesa e inglesa.

Creio interpretar bem o propósito dos actuais editores ao dizer que com outro intuito se reedita o presente volume. O de publicar uma fonte incontornável ao conhecimento do discurso político e ideológico do Estado Novo e de Salazar (e o do regime sobre o seu «Chefe») na década decisiva da sua implantação e do seu auge. Tanto mais que a grande parte deste ideário Salazar se manterá apegadamente, rigidamente, fiel até ao fim, trinta anos após a última entrevista de 1938... Como nesse ano dirá a António Ferro, falando de si próprio, «dificilmente um homem público se terá manifestado mais conscienciosamente coerente com as suas ideias».

Aqui se reúne o conjunto das sete entrevistas de Ferro a Salazar, bem como todos os textos de um e de outro publicados nas anteriores edições portuguesas. Já não é, há muito, o texto de actualidade jornalística que também foi em 1933. Já não pode ser um livro de propaganda – o livro por excelência da propaganda do regime em que se tornou bem para além dos anos trinta. Transformou-se, com a erosão do tempo, numa fonte histórica. Provavelmente no «livro de História» que Salazar, ao iniciar a conversa com Ferro, em Setembro de 1938, previa que ele pudesse vir a ser.

A obra e o seu contexto: «Que o Ditador fale ao Povo»

Uma das coisas que chama a atenção ao lermos o que Ferro escreveu sobre o «seu» livro de entrevistas com Salazar, ou mesmo o que dele se disse na época quando apareceu, é o forte e insistente cunho de autor que se reivindica para uma obra, toda ela, afinal, uma longa entrevista destinada a revelar *urbi et orbe* o nascimento, o perfil, o carisma do novo Chefe da Ditadura Nacional.

E, no entanto, nada de mais verdadeiro: o Salazar que emerge das entrevistas e dos comentários de Ferro é uma obra sua na completa acepção do termo. Que ele cria, encena e apresenta com o desvelo e a minúcia do ficcionista ou, se quisermos, do autor teatral que também era. Até aí, dir-se-ia que António Ferro, o jornalista internacional e cosmopolita de renome no final dos anos vinte, o entrevistador de Primo de Rivera, de Mussolini, de Mustafa Kemal, de António Maura, de Poincaré, de Cle-

menceau, de Pétain, de Pio XI, o interlocutor de *condottieri*, de homens fortes, de ditadores, esse órfão sebastianista da «ideia de Chefe», parecia procurá-la em «viagens à volta das ditaduras», pelo mundo fora, depois de, aparentemente, ter descrido da possibilidade de a encontrar na pátria enferma. Sidónio Pais – esse corpo síntese da Pátria portuguesa (3) – despertara-lhe, escreve mais tarde (4), o ideário místico do chefe-redentor. E no seu activismo político de juventude, percorrido nos grupos, nos conciliábulos e até nas conspirações da direita radical, buscara colmatar a orfandade do Presidente-Rei em putativos mas efémeros candidatos a *duces* domésticos: o comandante Filomeno da Câmara (a quem volta a prestar homenagem nas Notas de Reportagem deste volume) ou o jovem e prematuramente desaparecido Homem Cristo Filho (5).

Mas o encontro com Salazar, o mítico mas ainda algo obscuro ministro das Finanças da Ditadura, finalmente nomeado Presidente do ministério em Julho de 1932, esse professor de Finanças silencioso e obstinado que agora emergia como chefe indiscutível do novo regime em desenho no projecto de Constituição debatido naquele segundo semestre de 1932, seria a descoberta do Graal da direita portuguesa. A revelação do «desejado», a transmutação da ideia de chefe em realidade, em poder, em regime político, a «Revolução Nacional» em marcha.

Acontece que Salazar, nesse Inverno de 1932, com 43 anos, dando os primeiros passos como chefe do governo e do regime que se começava a moldar ao cabo de um longo (e ainda não totalmente resolvido) processo de transição e luta interna na Ditadura Militar, era pouco menos do que um desconhecido para o grande público. Ainda por cima parecia o anticlímax do ditador moderno. O seu perfil severo de dirigente católico, até há pouco próximo do episcopado, com tiques de lente coimbrão, de conservador elitista avesso à rua e às massas em geral, o seu carácter frio e reservado, o seu celibato, a sua cultivada distância do mundo, o rosto fechado, o trajar de escuro, a postura tímida e algo provinciana – tudo isso

---

(3) Cf. FERRO, António – *D. Manuel II: o desventurado*. Lisboa: Bertrand, 1954, p. 45.

(4) *Idem, ibidem*.

(5) Cf. sobre a biografia política pré-estadonovista de António Ferro, HENRIQUES, Raquel Pereira – *António Ferro: estudo e antologia*. Lisboa: Alfa, 1990; e LEAL, Ernesto Castro – *António Ferro: espaço político e imaginário social (1918-1932)*. Lisboa: Cosmos, 1994.

dificultava a necessária e indispensável ligação entre «O Ditador e a Multidão» (6), tal como Ferro a pressentia.

As ditaduras modernas – ensinava o modelo de todas elas que, na altura, era o regime de Mussolini na Itália fascista – precisavam da festa, da música, da multidão, da saudação romana, dos cantos, das palavras de ordem, dos estandartes, da «ginástica indispensável aos sentimentos e às ideias condutoras» (7). E necessitavam, também, para colmatar a supressão do parlamentarismo e das liberdades, de fomentar o contacto directo entre o ditador e o povo. É certo que uma «ditadura séria, sóbria e trabalhadora», subentende-se como a portuguesa, «não pode passar a vida a narcisar-se» Mas havia que não deixar apagar «a fogueira das ideias em marcha», porque os povos não se contentam com melhoramentos materiais, gostam de ter a sensação de que participam num grande desígnio, «gostam de ser levados». Para evitar «a morte da sua obra e do seu nome», para durar, o ditador teria, pois, de «martelar constantemente as suas ideias, despi-las da sua rigidez, dar-lhes vida e calor, comunicá-las à multidão: Que o ditador fale ao povo» (8).

E o recado para Salazar não podia ser mais explícito: «Se a natureza do Chefe é avessa a certos contactos, se é preferível, talvez não a contrariar para não a quebrar na sua fecunda inteireza, que se encarregue alguém, ou alguns de cuidar da encenação necessária das festas do ideal, dessas entrevistas indispensáveis, nas ditaduras, entre a multidão e os governantes...» (9).

Com as entrevistas no *Diário de Notícias*, um mês e pouco depois daquele artigo, António Ferro recebia a empreitada para que publicamente se oferecera. Inspira-se, em termos de método prático, na série de entrevistas do jornalista alemão Emil Ludwig a Mussolini, publicadas em sucessivos números de jornal. Maneira de, no tocante ao *Diário de Notícias*, poder publicar um «grande inquérito à vida interior dum homem e duma situação». Durante cinco dias seguidos, à média de duas ou três horas por dia, entrevista Salazar no gabinete do Ministério das Finanças, em casa, no carro do Ministério ou em longos passeios nos arredores de Lisboa. Isso no

(6) FERRO, António – «O ditador e a multidão». In presente volume, p. 219 e segs.
(7) *Idem, ibidem*, p. 220.
(8) *Idem, ibidem*, p. 223.
(9) *Idem, ibidem*, p. 222.

que respeita às cinco primeiras conversas. A sexta, em 1933, tem como cenário mais bucólico a casa e a fazenda de Salazar no Vimieiro ou as paisagens do Caramulo. A entrevista de 1938 será a mais longa. Estende-se por cerca de seis horas fazendo os dois interlocutores o roteiro turístico e propagandístico das realizações do regime na capital, entre as obrigatórias manifestações populares ao «Chefe» a cada esquina, legionários fazendo a saudação romana ou rapazinhos da Mocidade Portuguesa desfilando. Em fundo, uma «Lisboa pobre mas alegre», sem gramofone mas de canário na gaiola, tudo já excessivamente em versão SPN. Ou não fosse a pena gongórica do director da propaganda, então no auge da sua força, a desenhar o quadro.

Ferro desempenhou-se desta magna e, para ele, decisiva tarefa como se fora de uma peça de teatro. Não toma apontamentos das conversas com Salazar ([10]), retém ideias e encena-as. Na realidade, como o próprio deixa entender, não estamos, em rigor, perante a transcrição de uma entrevista, mas de um discurso teatralizado, de um diálogo onde laboriosamente se trabalham as ideias e o perfil do «Chefe». O jornalista não é neutro nem jornalista. Ele próprio se assume como o «intermediário» de Salazar «junto do povo». Mas é mais do que isso: é o *metteur en scène* de um personagem que se empenha assumidamente em valorizar, mitificar e engrandecer, confrontando-o, ou fingindo confrontá-lo, com alguns dos principais desafios políticos, económicos e sociais da actualidade de então. Dando-lhe o palco para se revelar como o «encoberto», o ansiado regenerador da pátria ([11]). O entrevistador, naturalmente, está longe de ser um adereço passivo neste cenário. Simula ousadias (fora autorizado a «perguntar tudo...»), clarifica questões, sublinha passagens, anota e salienta os traços de personalidade que interessa revelar no entrevistado, puxa por ele, estende-lhe o tapete até à boca de cena. No subtil contrato que subjaz a esta ceia de dois cardeais, pela mão do futuro director da propaganda (que, na realidade, inicia aqui o seu desempenho) surge à luz dos holofotes o «Chefe» do Estado Novo. Cada um preparando-se para ocupar o seu lugar na primeira linha do regime que nascia da Ditadura Militar.

([10]) *Idem* - «Notas de reportagem duma reportagem». In *ibidem*, p. 199.

([11]) *Idem* - «Epílogo». In *ibidem*, p. 105.

A importância política destas entrevistas de Ferro e do livro posterior é, por tudo isso, enorme. Neles se fundam duradouramente não só os traços do que será o especial perfil carismático do ditador português e «à portuguesa», como se fixam, em jeito de vulgata (a partir da edição de 1935 nem lhe faltará o índice analítico), um conjunto de ideias mestras do pensamento salazariano. Que vão desde a mulher, a mendicidade, o operariado, os excessos da polícia política ou a Constituição de 1933, até ao parlamentarismo, ao Comunismo, a Mauras, ao fascismo italiano, à aliança inglesa ou à reforma agrária. Tudo metodicamente organizado em títulos e subtítulos (que se mantém na edição em livro) e servido – inovação pouco usual na época – por um conjunto de fotos do entrevistado com o jornalista.

Dadas à estampa, as entrevistas e os seus anexos constituiriam o primeiro manual de propaganda do regime que se implantava e do «Chefe» que nascia com ele. Não admira que as câmaras municipais, por todo o país, tenham adquirido grande parte da edição, dando ao livro de Ferro uma expansão «rara no nosso mercado».

Uma leitura mais atenta e à distância das entrevistas de Ferro a Salazar é possível que estranhe a quase-ausência de dois tópicos, ou a sua marginalidade na economia das conversas. A omissão mais evidente respeita às colónias e à política colonial, em claro contraste com a importância do «Império» e da retórica «imperial» no discurso do regime ao longo dos anos trinta. As escassas referências às colónias (nas cinco entrevistas de 1932 o tema é quase ausente) são basicamente para apontar a importância do equilíbrio dos seus orçamentos, reagir às teorias sobre a «internacionalização das colónias» e negar boatos ou intrigas acerca de possíveis conspirações estrangeiras contra elas. A outra respeita à política externa. Excluindo algumas considerações sobre a crise económica internacional e a libra, as referências da praxe à Aliança Britânica e uma violenta condenação da Sociedade das Nações e do assembleiarismo internacional (a favor do directório das potências), não se encontra, sequer, o ensaio de um discurso de conjunto. Saliente-se que na entrevista de 1938, em plena Guerra Civil de Espanha, não há a menor referência quer ao conflito, quer aos complexos problemas internacionais e diplomáticos a ele associados, alguns envolvendo directa e profundamente o Governo de Lisboa.

Não se tratou, em um ou noutro caso, só de prudência. Tratou-se de prioridades. Para Ferro e Salazar, não obstante a projecção internacional que o livro virá a ter, o essencial era a política interna. E nela, três aspectos, os três aspectos que também preocupam Salazar no Prefácio: transmitir a certeza de que havia um «Chefe», de que o regime tinha pernas para ficar e durar e anunciar a grande batalha pela reforma da mentalidade dos portugueses como condição de tudo o resto.

Era disso, e só disso, que principalmente se tratava. É disso, portanto, que vamos passar a tratar.

PÔR FIM ÀS «DÚVIDAS ACERCA DO HOMEM»: UM CHEFE

Saber se o novo regime tinha ou não um dirigente capaz de levar a cabo a «política de missão» (12) que lhe era exigida pela hora que passava foi, sem dúvida, um dos primeiros objectivos das entrevistas de Ferro, aliás bem entendidas neste seu propósito no prefácio de Salazar. Quem era «o homem»? Estaria ele à altura do desafio? Não desertaria ante as dificuldades previsíveis? E sendo «o homem», que homem era este?

A questão era pertinente porque no quadro das modernas ditaduras, em cujo espaço o regime assumidamente se integrava (13), especialmente em comparação com o paradigma do fascismo mussoliniano, facilmente se percebia haver um «caso português», uma especificidade nacional. Numa sociedade marcada pelo peso hegemónico de elites sociais e políticas ultraconservadoras, com forte peso das oligarquias do ruralismo rentista e do comércio; visceralmente ligadas, como estratégia de preservação, aos poderes tradicionais da Igreja Católica e do Exército; com um apego fanático à «ordem», à «hierarquia natural», à «tradição», à «disciplina» e, por isso mesmo, com um medo pânico e essencial a tudo o que respeitasse à «rua», às massas, ao protesto social, aos sindicatos, à democracia e até, em sectores importantes das classes dominantes, à modernidade em geral; numa sociedade, além disso, globalmente pouco massificada e de escasso peso das classes intermédias; numa sociedade, todavia, fortemente causti-

(12) D'ORS, Eugénio - «Prefácio à edição espanhola». In FERRO, António – *Salazar: o homem e a sua obra.* Aveiro: Ed. Fernando Pereira, 1982, s.p.

(13) Cf. SALAZAR, A. Oliveira - «Princípios fundamentais da revolução política» (30/7/1930). In *Discursos: 1928-1934.* Coimbra: Coimbra Editora, 1939, pp. 72-73.

cada pela crise económica, social, política e ideológica do liberalismo, neste caldo de cultura social e política, entende-se que o «Chefe» da «Revolução Nacional» acabasse por ser quem foi. Um austero catedrático de finanças públicas da Universidade de Coimbra, um ex-seminarista e dirigente do partido católico, um filho de caseiros rurais da Beira Alta, um elitista conservador e autoritário formado no cruzamento das tradições culturais do pensamento contra-revolucionário, católico social e integralista, alguém visceralmente estranho aglamourda política lisboeta. Um «ditador catedrático» que, sem se dar por ele, evoluíra de Coimbra para a pasta das Finanças e desta para a chefia do governo. Aparentemente, isto é, nas exteriorizações, no estilo, nos métodos, diferente da virilidade latina, populista, plebeia e modernista doduce italiano. Uma espécie de variante nacional do ditador e das ditaduras europeias modernas.

Era este «ditador português», este «chefe» de uma particular modalidade de fascismo filtrada pelo caldo das domésticas realidades sociais, políticas e culturais que Ferro apresentava e punha em cena nas suas «entrevistas». Mas seria ele capaz de arrostar com o que o esperava?

No Prefácio e ao longo das conversas, Salazar preocupa-se, desde logo, em explicar de onde lhe vem a força que parece não ter. Como é que um homem desapegado do poder e das vaidades do mundo, que «não conspirou», «não chefiou nenhum grupo», «não se apoia aparentemente em ninguém» ([14]), que não queria o governo e não tem a ambição do mando, aceita que lho ofereçam? Por um superior sentido do dever, pela força profunda das suas convicções que o levam a aceder, contrariadamente, ao pedido da Nação para que a salve. Governar era, pois, servir no sentido mais nobre e quase religioso do termo. Um gesto de renúncia absoluta no altar da pátria, o sacrifício da vida pessoal e familiar, o «dom total de si mesmo» sem partilhas, o «alargar a família à própria Nação» ([15]). «Somos a geração do sacrifício», dirá ele a Ferro em 1938 ([16]). O ditador asceta, «heroicamente só a pensar em nós e na sua Pátria» ([17]). Mas que não houvesse ilusões ou confusão entre a aparente indiferença sobre «estar ou ir» e qualquer forma de descuido: «em todo o caso está. Está há tanto tempo

([14]) Idem - «Prefácio». In presente volume, p. 233.
([15]) FERRO, António - «7.ª entrevista». In ibidem p. 149.
([16]) Idem, ibidem, p. 173.
([17]) Idem - «Epílogo». In ibidem, p. 105.

e tão tranquilamente como se ameaçasse nunca mais deixar de estar». Suportando estoicamente trabalhos, injustiças, despeitos e raivas, «está, e fica...» ([18]). Ou seja, sossegando apoiantes e ameaçando opositores, Salazar deixava claro que viera para ficar. E ficaria ainda mais 36 anos...

Este herói solitário – que, com os lapsos de sentido do ridículo que por vezes o assaltavam, Ferro quis comparar ao Infante D. Henrique – era um rural de formação, um «ministro lavrador» ([19]), sempre apegado à sua «courela viçosa», apologista das virtudes das «aldeias» e do campo contra o desvario subversor das «grandes capitais» e o neopaganismo do «mecânico», defensor da «vida modesta», da «mediania colectiva» sem «miseráveis» nem «arquimilionários» e que tinha como ambição, dissera-o a Henri Massis e repetia-o a Ferro, «levar os portugueses a viver habitualmente» ([20]). Ele próprio, numa privacidade que Ferro mal deixa entrever quando o encontra em casa, surge como a incarnação dessa austera frugalidade, trabalhando de manta e sobretudo vestido para se defender do frio (sem aquecimento, nem sequer um «modesto fogão de petróleo»), num escritório «exíguo» e «modestíssimo», entre as pilhas de dossiês, os «livros de consulta» e um «divã anónimo», apertado pela nudez das paredes, só entrecortada por uma imagem do Sagrado Coração de Jesus, o elucidativo soneto de Plantin ([21]), possivelmente, o retrato de sua mãe ([22]).

Mas o homem que vivia nessa «casa modesta» e«despretensiosa», vestindo «um fato simples de alfaiate modesto», era o vencedor, contra tudo e contra todos, com indómita tenacidade, «sozinho em frente da crise», do descalabro financeiro do País. Isso mesmo teria transformado o seu nome no «estado de espírito dum País na sua ânsia de regeneração». Permitindo-lhe, agora, chegado à chefia do governo, aplicar a sua receita do equilíbrio orçamental «ao orçamento errado, desequilibrado, da própria raça», dando ao seu «défice de virtudes» o mesmo combate metódico e tenaz que impusera ao das contas públicas ([23]).

([18]) SALAZAR, A. Oliveira. In *ibidem*, p. 244.
([19]) FERRO, António - «6.ª entrevista». In *ibidem*, p. 117.
([20]) *Idem* - «7.ª entrevista». In *ibidem*, p. 149.
([21]) *Idem* - «4.ª entrevista», p. 67 e «Notas de reportagem duma reportagem». In *ibidem*, p. 199.
([22]) *Idem* - «4.ª Entrevista». In *ibidem*, p. 67.
([23]) *Idem* - «Introdução». In *ibidem*, p. 3.

No entanto, este «Chefe» distante, esfíngico e fechado, cuja vida, explica Ferro, era uma lição de «ordem, disciplina e rigor», que o jornalista via debruçado «sobre a planta da Pátria, com uma régua, um esquadro e um compasso» ([24]), era, também, um homem acessível e de trato cortês. Afinal, revela-nos o jornalista, ele fala, este ditador afável, tem sentido de humor, ri e entusiasma-se «como qualquer português sensível», dá esmola aos pobres, preocupa-se com o sarampo da «pequenita» que protege, adverte o seu motorista para não atropelar os cães, as mulheres e as crianças, aprecia as flores, as fontes e as sombras da sua fazenda, perde-se meditabundo na contemplação da paisagem, angustia-se com a miséria alheia.

Mas não é, e nunca é apresentado como um igual. Conviria, aliás, não exagerar no alcance deste esforço de popularização da imagem do «Chefe», deste esboço de identificação com o homem comum. Salazar é um elitista antidemocrático convicto, e é como tal que Ferro o apresenta. Nutre pelas massas, pelas multidões, pela populaça, pelo que considera ser o seu carácter volúvel e volátil, a sua inconstância, o seu desnorte essencial, um profundo e genuíno desprezo. A tal ponto que lhe repugna visceralmente sequer fingir o contrário, ceder por facilitismo à rua, como censura a Mussolini ([25]). E confessa a Ferro: «a verdade é que não poderia adular o povo sem trair a minha consciência. Nós constituímos um regime popular, mas não um Governo de massas, influenciado ou dirigido por elas». E consideraria como uma insuperável negação de si próprio se as suas atitudes ou palavras «fossem escravas do entusiasmo das multidões». Sabe o chefe do Governo que «nesta época de paixões e de dinâmicos movimentos de massas» está, para muitos, a passar a si próprio «um atestado de incapaz condutor de homens», mas o facto é que, neste aspecto, a sua consciência se recusava a obedecer à voz da razão ([26]).

Só que era nesse aparente anti-carisma que se encenava o carisma específico do ditador português. O de um chefe sereno, sábio, paternal, austero, vigiando na sua distância, no seu isolamento heróico, sobre essa «boa gente» alegre, trabalhadora, respeitosa, mas descuidada e influenciá-

---

([24]) *Idem* - «1.ª Entrevista». In *ibidem*, p. 13.
([25]) *Idem* - «3.ª Entrevista». In *ibidem*, p. 49.
([26]) *Idem* - «7.ª Entrevista». In *ibidem*, p. 149.

vel, para a levar pelo bom caminho, sem concessões ou demagogias: «manda quem pode, obedece quer deve».

Esse era o «Chefe» do Estado Novo português. Assim falava Salazar. À Nação cabia recolher-se respeitosa e cumprir.

PÔR FIM ÀS DÚVIDAS ACERCA DA VIABILIDADE DO ESTADO NOVO: UM REGIME

Encontrado o «Chefe», restava apurar da viabilidade da obra de «regeneração política» por ele projectada. Isto é, punha-se a questão de saber se esse Portugal «doente» e esvaído por mais de um século de liberalismo monárquico e republicano, de sufrágio individual, de parlamentarismo, de regime de partidos, de liberdades públicas, se a Nação moralmente enferma ia ou não aceitar a terapia da «Revolução Nacional».

Tanto mais – como claramente transparece logo na primeira entrevista – o regime ainda antes de o ser, ou para o ser, para fazer o Exército «sair da política» e regressar aos quartéis, para que houvesse a transferência do poder para o novo Governo, tivera de demarcar-se da extrema-direita e fazer decisivos compromissos com o republicanismo conservador subsistente – e subsistente sobretudo nas Forças Armadas – que marcaria indelevelmente o projecto de Constituição a referendar. Precisamente, o «compromisso constitucional» que o texto de 1933 haveria de traduzir. Mas o salazarismo emergente como poder tivera também de fazer compromissos à direita para constituir e unificar a sua base de apoio. Como, depois do discurso de Novembro, Salazar repete a Ferro ([27]), o espaço político do novo regime abre-se às direitas monárquica e católica. Desde que a primeira deixasse cair a «falsa e perigosa» ideia da restauração, metendo entre parêntesis a «questão do regime», e a segunda prescindisse de qualquer actividade política fora do espaço da União Nacional, centro congregador das várias direitas em redor do regime e do seu «Chefe». Além disso, exactamente nesse Outono/Inverno de 1932, o Governo começara a tomar as primeiras prevenções relativamente aos «camisas azuis» de Rolão Preto – uma espécie de ausente subliminarmente muito presente nas entrelinhas das primeiras entrevistas – o que iria significar, passo a passo, restringir as

---

([27]) *Idem* - «1.ª Entrevista». In *ibidem*, p. 13.

suas actividades, cindir o Movimento Nacional-Sindicalista, incorporar boa parte dos aderentes e aniquilar as franjas refractárias ([28]).

Tudo isto autorizava as dúvidas sobre o futuro. O que iria sair do termo da Ditadura Nacional e da anunciada constitucionalização do regime? Uma República liberal retocada em algumas concessões a certos princípios formais dos regimes de autoridade? Essa era a estratégia do republicanismo conservador dentro da Ditadura. Ou um verdadeiro Estado Novo, forte, nacionalista, corporativo, antiparlamentar e antidemocrático, mesmo – como os salazaristas reconheciam ser indispensável – com transitórias concessões a alguns «preconceitos» liberais ainda com peso em certas elites conservadoras?

Salazar será três vezes claro a responder a esta questão. Primeiramente, no discurso de 23 de Novembro de 1932 ([29]), o último dos «discursos fundadores» do regime, aquele onde se traça a fronteira final entre o que fica dentro e o que fica fora da nova legalidade estadonovista, entre o que politicamente pode viver ou deve morrer. Repeti-lo-á reiteradamente nas conversas com António Ferro. E escreve-o sem ambiguidades no Prefácio ao livro que recolherá as entrevistas ([30]). A ditadura poderia estar formalmente a terminar. Mas a revolução continuava ([31]).

Ora a característica específica da «revolução nacional» era a de ter sido levada a cabo não por um partido ou «uma força revolucionária que se apoderou do poder», mas pelo «Exército, órgão da Nação». A Ditadura

---

([28]) De salientar que, em Janeiro de 1933, Rolão Preto publica um opúsculo de resposta ao teor das entrevistas do *Diário de Notícias* intitulado *Salazar e a sua época: comentário às entrevistas do actual chefe do governo com o jornalista António Ferro*, tendo na capa uma conhecida caricatura de Salazar da autoria de Almada Negreiros. Nele se contrapõe, à figura do «ditador catedrático» e do dirigente ecléctico e manobrador, a necessidade de um verdadeiro «Chefe» para a «revolução nacional». Rolão Preto seria preso e exilado em Junho de 1934 e o MNS dissolvido pouco depois. Boa parte dos seus apoiantes aderirão ao Estado Novo. Cf. sobre este assunto, PINTO, António Costa – *Os camisas azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal: 1914-1945*. Lisboa: Teorema, Lisboa, 1994.

([29]) Cf. presente volume, p. 249 e segs.

([30]) *Idem*, p. 233.

([31]) A fórmula «se a Ditadura termina, a revolução continua» é de um discurso de Oliveira Salazar de 9/12/1934. Cf. Cf. SALAZAR, A. Oliveira - *Discursos: 1928-1934*. Coimbra: Coimbra Editora, 1939. Vol. I, p. 385.

Militar impusera-se como «movimento nacional» «contra a desordem», o mesmo é dizer contra os seus principais expoentes: o parlamentarismo , «os partidos e o espírito partidário». Esta «ideia *mater* de antipartidarismo» não podia deixar de marcar o futuro político do Estado Novo. Assim sendo, a Constituição que aí vinha proibia os partidos existentes e não permitiria a formação de novos, defendendo o Estado do «assalto partidário». E Salazar é peremptório: «não governarão mais» ([32]). Aos que persistissem em ter uma «actuação política efectiva», que lhes não erà consentida, não deixa dúvidas: «levá-los-emos pelo melhor modo possível a que não nos incomodem demasiadamente» ([33]). Confessa a Ferro, aliás, o seu visceral antiparlamentarismo: «o Parlamento assusta-me tanto que chego a ter receio, se bem que reconheça a sua necessidade, daquele que há-de sair do novo estatuto [constitucional]» ([34]).

Para o novo chefe do Governo essa negação e superação do liberalismo era um sinal positivo do espírito da época: «o processo de democracia está feito; a sua crise é universal» ([35]). Ora a falência da democracia e a crise do parlamentarismo empurravam, por todo o lado, para «regimes de autoridade forte», com severas limitações das liberdades públicas, com alguma compreensão para os célebres «safanões a tempo» da polícia política ([36]), com a progressiva organização corporativa da Nação, com a mulher pregada ao lar, com o operariado metido na ordem, firmemente arredado da luta de classes, dos «organismos de carácter revolucionário» e da «ideologia bolchevista», «contrária à Nação e aos seus interesses, e consequentemente aos interesses do próprio operariado» ([37]). É curioso analisar, aliás, como ao longo das entrevistas, de 1932/33 para 1938, o Comunismo vai substituindo o reviralhismo republicano como inimigo principal do regime. Apontado por Salazar como «a grande heresia da nossa idade» ([38]), ele torna-se, na conjuntura da Guerra Civil de Espanha, a «palavra da desordem», a «frente popular» dos baixos instintos revolucio-

---

([32]) *Idem* - «Prefácio». In presente volume, pp. 233.

([33]) *Idem* – *Discurso...* , p. 249.

([34]) FERRO, António - «5.ª entrevista». In *ibidem*, p. 89.

([35]) SALAZAR, A. Oliveira – *Idem*, p. 264.

([36]) FERRO, António - «3.ª entrevista». In *ibidem*, p. 49.

([37]) SALAZAR, A. Oliveira – *Idem*, p. 267.

([38]) *Idem*, p. 308.

nários do homem de hoje», havendo que opor ao seu «perigoso dinamismo» um «combate sem tréguas» ([39]).

Perante tais e tantas ameaças bem se compreenderia que não se pudesse consentir «liberdade contra a verdade; (...) contra o bem comum», até porque a «liberdade vermelha», a «liberdade romântica», a liberdade como conceito absoluto não existia ([40]). E isso justificava a sua restrição e especialmente a necessidade da censura prévia à imprensa, um dos temas recorrentes das perguntas de Ferro a Salazar. Ainda encarada com algum defensismo nas conversas de 1932, em 1938 a censura surge nas respostas de Salazar como um instrumento indispensável para prevenir e controlar a formação da opinião pública, obstar à sua perversão, ou à formação de uma «falsa opinião pública» ou, ainda, mais prosaicamente, para «impedir a invasão das ideias marxistas, a propagação de mentiras e o malefício da calúnia» ([41]).

Era, pois, por aqui que se pretendia ir. Um Estado antidemocrático, antiparlamentar, anticomunista, um regime «nacional autoritário» e corporativo. É certo que em alguns passos da formulação institucional deste Estado Novo, na génese da Constituição, se verificava uma «espécie de transigência com ideias correntes (...) ainda ao tempo com certo prestígio» ([42]). Um compromisso, todavia, sem correspondência já com a verdadeira relação de forças que preside à sua execução. E, por isso, sempre semântico, sempre tomado como formal e transitório, como defeito a corrigir, mas em que, curiosamente, Salazar nunca tocará. Optará sempre por esvaziar o conteúdo das concessões pela prática governativa a correr o risco de as revogar explicitamente.

Por várias vezes, dentro e fora das entrevistas, Oliveira Salazar não tem dúvidas em situar o seu regime na área, então vasta e variada, das reacções autoritárias de direita à crise do liberalismo que varriam a Europa. Todas elas tendo como paradigma a experiência pioneira do fascismo italiano. Nas conversas de Ferro com Salazar são inúmeras as referências ao *duce*, às suas opiniões, ao seu estilo e ao seu regime como modelo explícito ou

---

([39]) FERRO, António - «7.ª entrevista». In *ibidem*, p. 149 e seguintes.
([40]) *Idem, ibidem*, p. 159,160.
([41]) *Idem, ibidem*, p. 161.
([42]) SALAZAR, A. Oliveira – *Idem*, p. 344.

implícito do «caso português», como bússola, como referente. Salazar não se coíbe, «sem a mais leve hesitação», de explicar ao seu interlocutor a «evidente» identidade essencial dos dois regimes: «A nossa Ditadura aproxima-se, evidentemente, da Ditadura fascista no reforço da autoridade, na guerra declarada a certos princípios da Democracia, no seu carácter acentuadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem social». Afastava-se dela, porém, «nos seus processos de renovação».

Por um lado, reagia o ditador português a esse «cesarismo pagão» para que tenderia o fascismo mussoliniano, à ausência de limites jurídicos ou morais à acção omnipotente do Estado, reflexo, afinal, do tal pendor para servir a rua que levaria o *duce*, esse «admirável oportunista da acção», a atitudes contraditórias e demagógicas, por vezes até à hostilização da própria Igreja Católica. Ao contrário, o Estado Novo português considerava-se limitado pela moral e o direito, «é menos absoluto e não o proclamamos omnipotentes» ([43]).

Afirmações a partir daqui repetidamente glosadas, até aos dias de hoje para evidenciar a diferença «não pagã» ou «não fascista» do regime português por contraponto com o italiano. Não obstante, era o próprio Estado Novo que «omnipotentemente» definia as regras do direito ou estabelecia as normas da moral com que pretendia autolimitar-se, quando entendia limitar-se. Aliás, o futuro Presidente do Conselho tinha ideias muito assentes acerca do poder pessoal dos chefes, dificilmente compatíveis com essa pretendida heterolimitação do mando. Um «poder pessoal largo, bem compreendido e bem dirigido» a ser usado só por «homens raros», «moralmente excepcionais», de «grande disciplina interior», «vontade firme» e «inteligência rara». Era um auto-retrato ([44]). Esses, os verdadeiros chefes, investidos na sua superior missão por graça da Providência, governavam sós, no seu supremo e virtuoso isolamento por sobre a pequenez dos homens e das coisas comuns. E só respondiam, dirá Salazar, mais tarde, em outras confidências, perante si próprios ou a «autoridade suprema», «se ela existir» ([45]).

([43]) FERRO, António - «3.ª entrevista». In *ibidem*, p. 50.

([44]) *Idem, ibidem*, p. 53.

([45]) ROSAS, Fernando - «Uma desordem perfumada». Prefácio in GARNIER, Cristhine – *Férias com Salazar*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2002, p. 20.

Mas haveria outra diferença a separar as duas ditaduras, a dos «meios de acção»: «a violência, processo directo e constante da ditadura fascista» não era compatível com a «brandura dos nossos costumes». É certo, concordava Salazar com o *duce*, que a violência era a «dura necessidade de certas horas históricas». Mas não «na nossa raça e com os nossos hábitos». E lamenta que assim seja: em Portugal «fraquejam todos a meio caminho», pois «o povo está tão deseducado ou tão defeituosamente educado que não comporta a justiça». Havia pois que governar «tendo sempre em conta esse sentimentalismo doentio a que nós estamos habituados a chamar bondade». O que obrigava a Ditadura a «ser calma, generosa, um tudo nada transigente, vagarosa até» ([46]): «vamos devagarinho. Passo a passo» ([47]). Nem outro ritmo ou energia haveria de carecer o ideal de mediania, o «viver habitualmente», essa *aurea mediocritas* que o ditador definia como a felicidade possível e conveniente para as aspirações dos portugueses, como «a imagem da Pátria que se traz no coração»: «uma casa branca, cheia de sol, num quintal cuidado, em que a vida é pacífica, alegre, operosa e digna» ([48]). Era um «fascismo à portuguesa».

Regenerar a alma da Nação contra ela própria: Um Povo

Mas, se para combater «a tempestade revolucionária que agita o mundo e ameaça os fundamentos da ordem social», a «primeira de todas as necessidades» era a «conquista do Estado», esse não era, di-lo Salazar no Prefácio às entrevistas, «factor suficiente de renovação», nem «por si só pode garantir a estabilidade, o futuro da obra realizada» ([49]). Essa só haveria de firmar-se «na reforma da educação», isto é, na grande batalha de fundo, afinal condição de tudo o mais, pela «revolução das almas». Esta é, talvez, a ideia mais forte e mais presente que atravessa, qual grande trave mestra, o conjunto dos diálogos com António Ferro. Aliás, uma das suas mais antigas e arreigadas convicções como político. As revoluções só se realizariam verdadeiramente «quando a mentalidade dos povos, pacientemente educada, se transforma de facto» ([50]).

([46]) FERRO, António - «3.ª entrevista». In *ibidem*, pp. 49.
([47]) *Idem* - «5.ª entrevista». In *ibidem*, p. 89.
([48]) SALAZAR, A. Oliveira - «Prefácio». In *ibidem*, p. 233.
([49]) *Idem, ibidem*, p. 233.
([50]) FERRO, António – «7.ª entrevista». In *ibidem*, p.149.

Ora «a revolução portuguesa [impôs-se] a tarefa de remodelar a alma do povo». Certamente: «Nem sequer mereceria o nome de revolução se assim não fosse» ([51]). Para «fazer obra nova» era necessário «antes de mais nada, renovar o indivíduo, transformá-lo» ([52]). O salazarismo, com todos os seus vagares e cautelas, aspirava também ao seu «Homem Novo».

Isto porque o povo português estava «doente», moralmente enfermo e vulnerável. Para essa «maré baixa da raça», como lhe chama Ferro, pesava mais de um século de liberalismo, de influência das ideias dissolventes da Revolução Francesa, de regime parlamentar, de partidocracia, de caciquismo, de desordem política e financeira, a que a República jacobina juntara os ataques à Igreja e à religião e a importação da subversão bolchevista. Para Salazar, e para o conjunto da direita antiliberal portuguesa, esse era o diagnóstico de um século de trevas que se abatera inopinadamente, como uma maldição, sobre a verdadeira História pátria. Era esse curso interrompido, o renovar da tradição do Portugal autêntico, de heróis, santos e cavaleiros que o novo regime, redimindo a Pátria, reatava. Vítima desse ambiente doentio, a «raça» decaíra, amolecera, esquecera o seu passado, corrompera-se: havia que a tratar, «levá-la a negar os próprios instintos» ([53]).

O liberalismo, afinal, fizera vir ao de cima os piores «defeitos do povo português». Percebe-se, ao longo das entrevistas, e precisamente como inseparável do tema da «regeneração das almas», ser este um dos tópicos preferidos do ditador. A despeito das suas «qualidades» – ser «bondoso», «sofredor», «dócil», «trabalhador», «inteligente»... – pesavam no espírito enfermiço do povo alguns «defeitos tradicionais» que a não serem corrigidos impediriam a obra de renascimento em curso: o sentimentalismo, o horror à disciplina, o individualismo, a falta de persistência e tenacidade, a inconstância, a superficialidade, a improvisação. Sendo certo que, «quando enquadrado, convenientemente dirigido, o povo português dá tudo quanto se quer» ([54]). Havia pois que tomar conta dele, contrariar-lhe os instintos perniciosos, desenraizar-lhe da alma e do carácter esses aleijões espirituais, educá-lo, moldá-lo, discipliná-lo, renovar-lhe a mentalidade,

---

([51]) *Idem, ibidem*, p. 149 e seguintes.

([52]) *Idem* – «5.ª entrevista». In *ibidem*, p.89.

([53]) FERRO, António – «Epílogo». In *ibidem*, p. 105.

([54]) *Idem* - «7.ª entrevista». In *ibidem*, p.149 e seguintes.

«salvá-lo de si próprio». Em suma, «adaptar o temperamento nacional a uma nova concepção de vida colectiva». Essa era a tarefa de fundo.

Não ocorria sequer ao elitismo autoritário da época pôr a questão de saber se o povo queria, ou não, ser salvo de todos os males de que diziam ele padecer. Muito menos se a comunidade – «a Nação» – deveria ou não pronunciar-se democraticamente sobre as doenças e a cura. Quem definia, quem por natureza podia definir, o interesse nacional e quais os caminhos de o alcançar, eram as elites, não a urna ou a rua, perversões demagógicas da expressão da vontade da Pátria autêntica. Como tal, elas tinham o dever patriótico de salvar a Nação, de impôr o caminho da sua regeneração, mesmo contra a maioria contaminada e desnorteada de uma Pátria transitoriamente enferma. Esse era o cerne da «política de missão» que Eugénio d'Ors, prefaciador da edição espanhola das entrevistas, entendia ser a de Salazar em Portugal. E di-lo quase com crua brutalidade: «o político de missão» ao operar sobre um país civilizado, inclusive sobre um país de larga tradição na cultura, fá-lo à maneira do missionário ocupado em redimir um povo bárbaro da sua barbárie. Longe de obedecer aos instintos espontâneos deste (...), o missionário irá contrariá-los, corrigi-los, castigá-los no mais nobre sentido da palavra (...). O político de missão *apara*, se se me permite a imagem, as barbas hirsutas da espontaneidade popular», até porque «*a luta pela cultura é uma luta de imposição.* E tanto pior se o favorecido se revolta e salta» ([55]).

E como haviam de «regenerar-se as almas», de «engrandecer o povo ainda que ele lhe pese», de combater os defeitos e potencializar as virtudes da «raça»? Ou seja, como se fabricava esse «Homem Novo» salazarista ([56]), esse ser trabalhador, probo, disciplinado, respeitador da religião e da ordem, chefe de família zeloso e patriota, alegremente conformado na «casinha branca» e no quintal que o «viver habitualmente» lhe dava por destino?

As entrevistas de Ferro e Salazar alongam-se pouco sobre esses caminhos em concreto, ainda por iniciar em 1932 e 1933 (à data da sexta entre-

---

([55]) D'ORS, Eugénio - «Prefácio à edição espanhola». In FERRO, António – *Salazar: o homem e a sua obra.* Aveiro: Ed. Fernando Pereira, 1982, s.p.

([56]) ROSAS, Fernando - «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo». In *Análise Social.* Vol. XXXXV (157), 2001, pp. 1031-1054.

vista), uma vez que o Secretariado de Propaganda Nacional só surgiria em Setembro deste ano. Mas talvez digam o suficiente para se perceber que o chefe do Governo e o seu futuro director da propaganda parecem ter aproximações distintas a essa magna questão.

Para Salazar, um elitista conservador e autoritário de formação e convicção, saído do seu viveiro por excelência que era a clique dos lentes de Direito da Universidade de Coimbra, discípulo de Le Play e Gustave Le Bon, a necessidade da propaganda de massa, de «cortejos, festas, gritando o que já se fez e o que se pensa fazer», esse «número de circo» exigido pela «impaciência do povo» é vista como um mal que se aceita contrariadamente, quase como uma transigência com a «inquietação» de certo «nacionalismo impaciente»: «teremos de ir para aí», admite a António Ferro, o homem que dentro em pouco nomeará para ir por ali, «mas é lamentável que a verdade precise de tanto barulho para se impor, de tantas campainhas bombos e tambores, dos mesmos processos, exactamente, com que se divulga a mentira» ([57]).

O chefe de Governo entenderá sempre a propaganda como um serviço de informação das actividades e realizações do regime que a má fé, a mentira e a insídia subversiva dos seus inimigos obrigava a criar. Era muito. Seria de futuro muitíssimo, mas para Salazar era só isso. Numa das entrevistas a Ferro, chega a dizer-lhe estar tranquilo quanto ao «estado de espírito da Nação» quanto ao regime. A questão era técnica: era preciso dominar a arte de quebrar «o gelo», a «indiferença» dos apoiantes da Situação: «o que nos falta – os técnicos são necessários em tudo – são colaboradores que tenham esse dom, o dom da animação, da encenação...» ([58]).

E dessa tarefa técnica e informativa de massas, de alguma forma desliga a grande prioridade da «educação». Como diz lapidarmente a Ferro: «O nosso grande probelma (...) é o da formação das elites, que eduquem e dirijam a Nação. A sua fraqueza ou deficiência é a mais grave crise nacional (...). Considero até mais urgente a constituição de vastas elites do que ensinar toda a gente a ler. É que os grandes problemas nacionais têm de ser resolvidos, não pelo povo, mas pelas elites enquadrando as massas» ([59]).

([57]) FERRO, António - «6.ª entrevista». In presente volume, p.123.

([58]) «3.ª entrevista», p. 49.

([59]) *Idem* - «7.ª entrevista». In *ibidem*, p.149.

Ou seja, para o ditador português, a ingente tarefa de regenerar espiritualmente os portugueses era concebida como um esforço preferencialmente dirigido às elites. A elas caberia, se bem preparadas, «conduzir os homens sem eles darem por isso», organizar o consenso passivo da maioria, «saber durar», a arte suprema da política.

Para António Ferro, e isso fica claro desde o seu célebre artigo no *Diário de Notícias*, a propaganda era muito mais do que um serviço de informação pública do Governo. Era isso, sem dúvida, mais toda a «política do espírito» ou, se quisermos, era isso como parte do projecto totalizante da «política do espírito». Era o investimento do regime na formação das almas a todos os níveis, designadamente na literatura, nas artes, na cultura e na educação em geral. Como ele então escreve, os novos governantes não deviam olhar o espírito «como uma fantasia» ou uma «ideia vaga». O espírito era «uma arma indispensável ao nosso ressurgimento». A preciosa «matéria-prima da alma dos homens e da alma dos povos...» ([60]). Cabia ao regime saber moldá-la.

Mais «moderno», talvez mais informado pelas suas deambulações e contactos internacionais, mais sensível às novas prioridades de uma acção «revolucionária» de direita no campo da propaganda e da cultura nessa época de massificação da política, António Ferro percebia que se tratava de conceber a propaganda num sentido muito mais vasto, profundo, diversificado e totalizante. Decididamente voltado para o quotidiano das famílias, das escolas, das empresas, das aldeias, para o enquadramento dos lazeres, para a orientação ideológica da educação, da cultura e das artes, tudo centrado na formação do «carácter», do «gosto», do ideário dos portugueses. Tudo servido por uma estética vanguardista, originalmente casada com os conteúdos ideológicos conservadores do regime. Mas o objectivo eram os espíritos, as almas, a dois níveis: seguramente, reeducando ou preparando novas elites de enquadramento sindicais, corporativas, educacionais, artísticas – mas muito para além da simples reprodução do escol tradicional; e ainda para além disso: formando activamente as massas, tanto no sentido de as conformar, como de as «educar» moral e espiritualmente nos novos valores da «cultura popular», nacional-ruralista e corporativa, ou seja, de acordo com os grandes esteios ideológicos do regime.

([60]) *Idem* - «Política do espírito». In *ibidem*, p.225.

Acabaria por ser esta visão a triunfar na segunda metade dos anos trinta, sob a pressão do avanço internacional dos fascismos e, sobretudo, da radicalização fascizante internamente trazida pela Guerra Civil de Espanha, vencendo as desconfianças e resistências de Salazar a uma tão inusitada massificação da política, mesmo da política do regime.

O SPN pioneiro de António Ferro acabaria por se articular num gigantesco e multiforme aparelho de propaganda, num vasto complexo político-burocrático de difusão e inculcação ideológica autoritária, com a Federação Nacional para a Alegria do Trabalho (FNAT, 1935) para o controlo dos lazeres; com o aparelho da Educação Nacional reformado por Carneiro Pacheco em 1936; com as milícias para-militares da Legião Portuguesa e da Mocidade Portuguesa (1936) para a juventude escolar; com a Organização das Mães para a Educação Nacional (OMEN, 1937) para enquadrar as mulheres, as jovens e as famílias; com o aparelho corporativo (Sindicatos Nacionais, Casas do Povo, Casas dos Pescadores, etc.) ([61]).

Ironias da História, este imenso investimento, toda esta força inculcadora empregue pelo Estado para autoritária e univocamente fabricar esse particular «Homem Novo» estadonovista, para recriar a alma dos portugueses, não resistiria, no que tinha de mais essencial, ao impacto da derrota dos fascismos na II Guerra Mundial, mesmo se o Estado Novo teve a arte de a ela sobreviver. Sobreviveu-lhe menos a dinâmica e o arreganho inicial das políticas do espírito, mesmo quando muito dos seus invólucros subsistiram. O que sobrava era um regime em lento, difícil e contraditório processo de adaptação aos novos tempos, mas já sem alma e sem crença para moldar as almas e as crenças de quem quer que fosse. E nesse ocaso, desiludido e céptico, partiu também António Ferro do SNI ([62]), em 1949.

([61]) Cf. acerca desta problemática, Ó, Jorge Ramos do – *Os anos de Ferro: o dispositivo cultural durante a «Política do Espírito»: 1933-1949*. Lisboa: Editorial, 1999; e MELO, Daniel - *Salazarismo e cultura popular: 1933-1958*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

([62]) O SPN, sob os efeitos da derrota dos fascismos na II Guerra Mundial, logo em 1944 muda de nome para Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, mais conhecido pela sigla SNI.

Introdução

Na Amadora, em 6 de Junho de 1926. O entusiasmo e a alegria das horas vitoriosas. O campo da aviação nunca teve tantas asas, tantas esperanças... Vaivém de soldados, de oficiais, de civis que confraternizam, que olham as árvores, as casas, a terra que pisam, deslumbrados e surpreendidos, como se Portugal fosse um menino acabado de nascer. Sol pleno, sol sem reticências. A Primavera também é uma força, uma divisão do ano entre as divisões acampadas... Aproximo-me do general Gomes da Costa, mastro mais alto, a própria bandeira do movimento, e interrogo-o sabre os seus planos, sobre o seu sonho, sobre os seus futuros ministros. Gomes da Costa, imagem empolgante de Chefe, com os pés bem plantados na terra e com os seus olhos altos, entre nuvens, responde-me com a sua tocante distracção de poeta da espada:
– O Governo foi o que se pôde arranjar num momento destes. O ministro das Finanças é um tal Salazar de Coimbra. Dizem que é muito bom. O senhor conhece-o?
– Não... Não o conhecia, como ninguém, afinal, o conhecia, a não ser os seus discípulos e os seus colegas, a não ser as ruas íntimas e discretas de Coimbra, corredores da Universidade onde os passos se perdem...
Poucos dias foi ministro o dr. Oliveira Salazar, mas os suficientes, contudo, para que a sua sombra se esgueirasse deixando um rasto de esperança... Nos altos e baixos da Situação, na montanha russa dos primeiros anos da

Ditadura, ouvia-se, de quando em quando, este grito de esperança, este apelo ao Choupal e à Couraça dos Apóstolos: «Se o dr. Oliveira Salazar viesse... Se alguém o fosse buscar...» Mas nada. O silêncio, aquele silêncio romântico de Coimbra, que dá ao panorama da cidade, entrevisto do comboio, a fisionomia lisa duma gravura suspensa... E dir-se-ia já que o perfil do dr. Oliveira Salazar se perdera na bruma como o Desejado quando uma onda da revolução, ainda em movimento, o trouxe, de novo, ao Terreiro do Paço, ao Ministério das Finanças.

Momento de expectativa e de curiosidade. Que iria fazer o silencioso lente que não discursara, que não fazia gestos, que não trazia um programa enrolado debaixo do braço? Tratava-se, na verdade, dum professor eminente, dum verdadeiro técnico, mas teria ele forças, com as suas passadas cautelosas, com os seus olhos enigmáticos, com as suas mãos escondidas nas algibeiras do sobretudo, para debelar a crise que já alastrava, que já nos sufocava? O dr. Oliveira Salazar nem sequer respondeu. Não fez declarações, concedeu poucas audiências, não falou em público e sentou-se, tranquilamente, à sua secretária, diante das contas do Estado como se sentava na sua cadeira de professor diante dos seus discípulos. E hei-lo, sozinho, em frente da crise, desprezando a sua grande cultura financeira, armando-se temporariamente com as quatro operações aritméticas: somar, diminuir, multiplicar e dividir... O primeiro movimento foi de incredulidade perante esse critério simples de boa dona de casa. Para isso não era preciso ter ido a Coimbra, não era preciso ser doutor... O segundo movimento, porém, já foi de angústia, de dor aguda pela violência das operações que pareciam tão simples. Como resistir ao cautério, ao peso das contribuições, ao arrumo forçado, violento, das contas do Estado? E logo a seguir o desespero, a indignação, quase justificada, contra esse irritante sabichão de Coimbra que só tinha vindo a Lisboa para desmanchar prazeres, para equilibrar um orçamento que o País se habituara a ver simpaticamente desequilibrado para fazer uma autentica revolução nos nossos hábitos, na nossa vida ou morte financeira, com o ar inocente de quem não quebra um prato...

Foi o momento, a hora difícil do dr. Oliveira Salazar, como ministro das Finanças. Por toda a parte, nos cafés, nos eléctricos, nas lojas, nos Bancos, nas casas burguesas, à hora do jantar, a campainha de alarme, o verdadeiro pânico: «Mas este homem é um louco!... Mas este homem tira-nos a pele!... Mas este

homem leva-nos à ruína!...», O dr. Oliveira Salazar teria soçobrado, nesse momento, se tivesse dado o flanco, se tivesse discutido, se tivesse saído da sua terrível e admirável serenidade. Mas não. Longe de desanimar, ele continuou, sossegadamente, a somar, a diminuir, a multiplicar e a dividir... De quando em quando, uma nota oficiosa, um relatório, um breve discurso, meia dúzia de palavras sóbrias, matemáticas, as bastantes, no entanto, para desarmar os descontentes sinceros ou premeditados, para reduzir a pó, cinza e nada os argumentos enfileirados, prontos a marchar para a guerra...

Os que não se resignam aos pensamentos claros e desinteressados em vão procuravam na vida resumida e restrita do dr. Salazar, as razões ocultas e subterrâneas das suas medidas, dos seus possíveis favoritismos. Mas nada, absolutamente nada. Difícil conceber maior isolamento, maior indiferença pelas coisas terrenas, pelos prazeres do mundo. O dr. Oliveira Salazar era um exemplo de ascetismo raro, talvez único, na carreira dos homens públicos da nossa época e da nossa terra. Gerard Bauer, que esteve em Portugal com o Congresso da Crítica, chamou-lhe «um místico das cifras» e encontrou-lhe a verdadeira legenda.

Uma casa modesta, despretensiosa, sem um esconderijo, sem alçapões, sem um desvão; um escritório sem antecâmara; uma secretária; um fato simples de alfaiate modesto; um casaco sem carteira; uns olhos puros, claros, ordenados, sabre a desordem dum povo... E eis tudo. Inútil procurar um interesse de ordem material ou mesmo sentimental. Inútil procurar a camarilha dos amigos ociosos, comprometedores, pouco sérios, escandalosamente protegidos. Nada, aflitivamente nada. Nem uma brecha, nem uma fraqueza. Talvez um teimoso, talvez um visionário, talvez um orgulhoso, talvez um insensível, um inadaptado dentro da sua raça, mas um homem indiscutivelmente honesto e inteligente. Impossível até fazer-lhe pontaria, encontrar o alvo. Ninguém o via na rua, num teatro, numa festa. Dir-se-ia dirigir os negócios do Estado – do fundo duma guarita, ou do fundo duma cela... E pouco a pouco, a ironia, a revolta, o ódio foram-se quebrando para se transformarem numa admiração, talvez fria, mas respeitosa e justa. Os que tinham sentido o seu País à beira da ruína foram-se levantando, hoje um, amanhã outro, confusos, feridos, amachucados, apalpando-se a si próprios, espantados pelo milagre: «Pois será possível? Ainda estamos vivos?» Alguns, é certo, nunca mais puderam erguer-se, mas foram aqueles, talvez, que tinham os seus dias contados...

A verdade é que começou a sentir-se uma impressão de alívio, de vida nova, de contas novas, de agenda nova... E este nome, Oliveira Salazar, que fora recebido, primeiro com expectativa, depois com ironia e incredulidade, por fim com revolta, começou a diminuir-se, a encurtar-se, até se engrandecer na sua redução à expressão mais simples, até ficar sintetizado nesta palavra sonora: Salazar. Esse nome, com essas letras, quase deixou de pertencer a um homem para significar o estado de espírito dum País, na sua ânsia de regeneração, na sua aspiração legítima duma política sem política, duma política de verdade. Os próprios inimigos da ditadura, adversários intransigentes da Situação, descobriram-se, respeitosamente, diante dele, para condescenderem sem esforço:

– Não se pode negar que é um homem de valor e um homem de carácter...

E quando em Portugal, pátria do bota-abaixo, onde se fazem e desfazem reputações como bolas de sabão, um homem público, numa situação de força, mantém este prestígio tangencial junto dos seus próprios inimigos, quando consegue estabilizar-se com essa boa cotação, é porque as suas qualidades são realmente fora do vulgar, acima do meio e dominando o meio...

*
* *

O reconhecimento dessas qualidades, a entrada dessas três sílabas, Salazar, na consciência da Nação, levaram-no, sem dificuldades, por direito próprio, quatro anos depois de gerir, exclusivamente, a pasta das Finanças, à direcção política do Estado, à chefia do Governo.

Novo momento de curiosidade e expectativa. Como vai proceder esse homem? Vai marchar para a direita, como se poderia depreender do seu célebre discurso de 30 de Julho, ou definitivamente para o centro como já parece anunciar o seu discurso de posse? As barricadas dum lado e doutro agitam-se, inquietam-se, procuram descobrir o sentido oculto dos seus gestos mínimos, a raiz das suas atitudes, que não parecem atitudes. E que faz o dr. Salazar? Que faz Salazar? O mesmo que fez, exactamente, ao tomar conta da pasta das Finanças. Olha em volta, sem se perturbar com essa impaciência, e recomeça tranquilamente as suas quatro operações – somar, dimi-

nuir, multiplicar, dividir – aplicadas, desta vez, ao orçamento errado, desequilibrado, da própria alma da raça, às suas verbas excessivas e às suas verbas insuficientes, valorizando aqui certas qualidades, reduzindo taras e defeitos acolá. Impostos, imposições, sobre certas reacções individuais... O combate metódico, mas tenaz, a um défice de virtudes e os esforços consequentes para chegar a um superavit... *Tudo administração, tudo contas do Estado...*

Mas será isso possível? Governar politicamente uma nacionalidade, dirigir homens e sentimentos será o mesmo que dirigir números, ou alinhar cifras? A interrogação paira, está latente em nós todos e Salazar vive, sem dúvida, um momento que se parece singularmente com esse período de inquietação que se seguiu à sua posse da pasta das Finanças, quando os seus processos novos, complexos na sua simplicidade, desorientavam e quase irritaram os seus compatriotas. Vencerá ele, devagar como sempre, este novo desfiladeiro? Difícil responder, por enquanto. Alguns dos seus próprios amigos, para quem a sua figura moral e intelectual é um dogma, olham com receio, ofegantes, a sua política estranha, que parece suicida, alucinante, abismal, de falta de apoio nos extremos. O que lhes pareceu o segredo do seu êxito no ministério das Finanças – o isolamento, a frieza, a rigidez – parece-lhes um erro na chefia do Governo, onde o contacto directo com os homens se torna mais necessário, talvez indispensável.

O povo, por sua vez, que nunca lhe fala, que não o ouve, que não o vê, que não sabe como ele sorri ou como ele se zanga, entretém-se com as imagens que lhe servem ou que ele vai recortar ao seu silêncio, quando não as recorta dos seus discursos...

Qual dessas imagens será a verdadeira? Será o dr. Salazar um ditador à Mussolini ou à Sidónio Pais, mas recalcado? Será um ditador à Príncipe, *à Machiavel, medindo habilidosamente todos os seus golpes, dizendo não interiormente quando a sua boca diz sim, ou vice-versa? Será um dominicano, como Savonarola, tentando redimir os portugueses dos seus pecados e vícios, ou um franciscano como Santo António, procurando combater a desordem social e as injustiças humanas? Será, simplesmente, hipótese mais aceitável, um homem de Estado à maneira do austríaco Seipel, um simples mas grande contabilista de almas e orçamentos? Existirá, mesmo, esse homem*

frio, distante, insensível, pouco sociável? Não estaremos diante duma armadura, duma couraça, duma defesa? Quem nos governa? Uma realidade ou uma sombra? Um homem com todas as suas qualidades e defeitos, ou um iluminado que nos faz seguir o caminho da sua alma?
Perguntas apaixonantes, que todos fazem, mas que esbarram sempre diante da figura impassível do dr. Salazar, espelho desembaciado, sereno, duma consciência tranquila...

*
* *

Há muito que eu desejava fazer todas essas perguntas ao dr. Salazar, para responder à curiosidade do País, à inquietação dos seus amigos e à minha própria inquietação. Pedi-lhe várias vezes que me concedesse uma entrevista sem programa, uma entrevista que saísse da sua boca, da sua alma e não das suas mãos. Não fui feliz durante muito tempo. A negativa, o adiamento ou o silêncio. Mas consegui agora o que desejava. O dr. Salazar decidiu-se a falar comigo, a quebrar o seu encanto ou a firmá-lo. Durante cinco dias seguidos, duas a três horas cada tarde, no seu gabinete, na sua casa, no automóvel do seu ministério, falei inteiramente à vontade com essa figura empolgante do momento português e até do momento europeu. Permiti-me as maiores audácias. A elas respondeu sempre o dr. Salazar com uma paciência infinita e uma delicadeza perfeita que são já os primeiros riscos sobre o seu cliché.
Uma grande e séria dificuldade, de ordem técnica, levantou-se no caminho do meu inquérito, da minha reportagem: a abundância de matéria. Como contê-la nas dimensões duma entrevista mesmo grande? A aparição das conversas de Ludwig com Mussolini deu-me a sugestão de que eu precisava. Por que não publicar essa entrevista, esse grande inquérito à vida interior dum homem e duma situação em números sucessivos do Diário de Notícias? *Mas a sugestão, que aproveitei, não passou daí. Emil Ludwig, grande jornalista da história, é um alemão entrevistando um italiano e olhando-o já com perspectiva, como se olham – foi ele próprio quem o disse – os personagens históricos. O meu caso é diferente porque é o caso dum português integrado na vida nacional e que se decide a entrevistar o português de quem depende, em grande parte, o ritmo dessa vida nacional. As dúvidas, os sofrimentos, os*

possíveis ressentimentos ou amuos do povo italiano diante de Mussolini, são indiferentes a Ludwig. Ele teve, portanto, para o seu interrogatório, um campo mais largo e mais sedutor, o campo das ideias gerais, das ideias universais. Eu, para fazer trabalho útil e revelador, tive de ficar um pouco, juntamente com o dr. Salazar, pelas nossas esquinas, ambos forçados a objectivar certas questões essenciais mas efémeras, a mexer em certas feridas que sangram e que hão-de sarar sem deixar sequer o sinal da cicatriz... A nossa conversa, portanto, função do meio e das circunstâncias, baixou de tom, de quando em quando, e teve mesmo de nivelar-se, por vezes, ao «dize tu-direi eu», dos cafés e das ruas do burgo.

O tratamento a empregar foi outra pequena dificuldade do meu inquérito. O sr. dr. Oliveira Salazar? O sr. dr. Salazar? O dr. Salazar? Salazar? Não hesitei muito. Como Ludwig, decidi-me pela abolição de todos os cumprimentos e reverências que diminuem a figura em vez de a engrandecer. Quando leio, por exemplo, em qualquer jornal, ou em qualquer livro, o sr. Mussolini, já sei que se querem meter com ele, que lhe querem dizer: «Não senhor!»...

Falta-me dizer as conclusões a que cheguei depois do meu inquérito? Mas o fim do romance não costuma vir no prólogo, o desenlace da peça não está nunca na primeira cena... Leiam com atenção o que vai seguir-se: as minhas cinco entrevistas com o dr. Salazar, com Salazar. Saberão depois as minhas impressões. O pano vai subir. Quando ele descer sobre o último acto, voltarei ao proscénio...

"Estamos em plena estrada saloia..."

1.ª Entrevista*

Notas à margem do discurso de 23 de Novembro

No Ministério das Finanças. O sr. Leal Marques, chefe do gabinete do dr. Salazar, regressa do seu almoço e avisa-me com satisfação, ainda no corredor:
– O sr. ministro espera-o dentro do automóvel. Vá já ter com ele...
Confesso que esta ideia de me encontrar, de repente, dentro dum automóvel, ao lado do dr. Salazar, com quem nunca falei, não me seduz lá muito. Falta-me o balanço, a perspectiva, o arrastar da cadeira, a trincheira da secretária, os objectos expostos, todas as defesas e ferramentas do entrevistador que tem alguma prática do seu ofício. O automóvel obriga a um contacto brusco, imediato, sem transições nem gradações, a acção logo no primeiro acto, no princípio do capítulo...
Como irá receber-me, no seu estranho gabinete ambulante, esse homem que não recebe ninguém, que foge ao contacto dos outros homens, que parece medir todas as suas palavras, gestos e atitudes, que vejo debruçado, constantemente, sobre a carta de Portugal, sobre a planta da Pátria, com uma régua, um esquadro e um compasso?
A imagem feita de Salazar é tão severa, tão distante, tão fria, que vou descendo as escadas do Ministério como se as subisse, terrivelmente embaraçado com a ideia do primeiro contacto e da primeira pergunta. Chego

* NE – As cinco primeiras entrevistas de A.Ferro a Salazar surgiram no *Diário de Notícias* durante o ano de 1932.

ao último degrau... Já não tenho tempo para raciocinar mais, para me interrogar mais... Seja o que Deus quiser! E entro audaciosamente no automóvel, como se entrasse na gruta dum ermita ou como se me dispusesse a um atentado pessoal...

Salazar compreende o meu constrangimento e põe-me logo à vontade com certas frases inúteis e preparatórias que substituam a atmosfera convencional do gabinete, que me permitem observar o personagem antes de subir o pano. Essa observação rápida, instantânea, leva-me a verificar, com um suspiro interior de alívio, que o dr. Salazar não é o homem terrível, hostil, que me tinham anunciado, mas uma pessoa naturalmente acolhedora e amável, que não compreende a delicadeza como um espectáculo, como uma exibição postiça. como um fogo de artifício, mas como um dever social que nos é grato cumprir sem exagero e sem esforço. Inútil, porém, tentar conhecer o homem através da sua máscara sossegada, dos seus olhos que se escondem mas que nos devassam, através do seu perfil correcto e despretensioso que não lembra o poder mas a cátedra, o perfil discreto do lente de Finanças, a sombra dos passes vagarosos do professor nas ruelas de Coimbra... O trabalho anuncia-se cheio de obstáculos. O modelo é sugestivo, tentador, mas difícil. Há que arrancá-lo ao claro-escuro, seu clima natural, há que criar os contrastes que formem o pano de fundo, que o tragam para a luz, que o recortem, nitidamente, aos olhos do público. É possível que a sua máscara se denuncie, que acabe por nos dizer alguma coisa, mas há que prepará-la, trabalhá-la, obrigá-la pacientemente a abrir-se... Nem reservas nem defesas, mas uma arrumação de traços difícil de quebrar, de esboroar. A sua máscara, como a secretária do seu gabinete de ministro, como a sua vida é uma constante lição de ordem, de disciplina, de serenidade...

Subimos agora a Rua Augusta, que se movimenta, que se projecta nas janelas do carro, que desloca imagens, que cria ângulos, que marca o *travelling* desta entrevista errante, que lhe dá a construção dum filme, a projecção duma actualidade sonora concebida por René Clair...

– Que deseja de mim? Conhecer a vida interior da Situação? Penetrar o nosso pensamento? Saber o que está atrás das minhas palavras ou do meu silêncio?

E nestas sucessivas interrogações há como que um vago desafio, um desafio irónico à minha curiosidade, à minha possível presunção...
– Exactamente. Considero o dr. Oliveira Salazar como uma das personalidades mais complexas e mais originais do momento político europeu. Gostaria de conhecer melhor essa personalidade, de lhe avivar certos contornos, de desfazer algumas sombras que escondem a sua figura...
E Salazar, divertido possivelmente com a minha louca pretensão:
– Pois faça-me as perguntas que entender. Tentarei satisfazer a sua curiosidade... Falaremos à vontade, sem constrangimento. Veremos o que se aproveita depois...

Os monárquicos e a República

Entramos na Avenida da Liberdade, que me anima, com o seu horizonte largo, a primeira pergunta audaciosa do meu questionário íntimo:
– Gostaria de esclarecer, antes de mais nada, algumas passagens do seu último discurso...
– Não lhe pareceu claro?
– Tão claro que me deixou surpreendido, assustado com a própria claridade...
– Por exemplo...
– Depois dos seus conselhos aos monárquicos, aos católicos, aos operários, aos antigos partidos, aos próprios amigos da Situação, conselhos que envolvem restrições à acção desses agrupamentos sociais e políticos, em que força conta apoiar-se?
E o dr. Salazar, em dois tempos, respondendo-me, primeiro, com uma pergunta:
– Julga, portanto, que esses conselhos desagradaram, que irritaram aqueles a quem foram dirigidos?
– Há quem o afirme...
E Salazar, com um vago meio sorriso:
– Não creia... Descontentes, se os houve por mau entendimento, só na extrema direita e na extrema esquerda... mas entre as duas está a Nação, a maior parte da Nação...
– Os monárquicos, por exemplo, parece que não gostaram que o sr. Presidente se tivesse referido à sua causa como a uma causa morta, como se não existisse o sr. D. Duarte Nuno...

– Não deve ser verdade. Faço justiça ao seu bom senso. Eles nunca esperaram de nós, tenho a certeza, o reconhecimento oficial dum novo pretendente...
– Mas pensam que o sr. Presidente poderia ter evitado esta frase: «importa não deixar os homens amarrados a cadáveres»...
E Salazar, com aquela energia calma, segura, que passa como um relâmpago, de quando em quando, nas suas palavras, duma tonalidade aparentemente igual:
– Há que definir posições, duma vez para sempre. O problema do regime embaraça e envenena a marcha dos governos em Portugal, dos governos da direita, principalmente. Há que pô-lo de lado, mas pô-lo de lado sem habilidades, evitando todas as manifestações e declarações que lhe possam dar vida, que possam fazê-lo renascer na primeira oportunidade. Eu não posso pedir, evidentemente, a homens que fizeram toda a sua educação política dentro dum ideal, que abjurem dos seus princípios, que adiram ao regime e que venham para a rua dar vivas à Republica... Eu sou o primeiro a não compreender certas individualidades que pretendem apresentar-se, dois dias depois da sua adesão, como mais republicanas do que os próprios republicanos históricos. Não... O que eu peço aos monárquicos, ou o que lhes aconselho, é que se disponham a ingressar na vida do Estado sem a ideia falsa e perigosa de que colaborar com a actual Situação é dar um passo para a realização do seu ideal respeitável. Há problemas essenciais, neste momento, à vida da Nação que subalternizam, amesquinham, quase tornam ridículo o problema do regime. Trabalhemos, portanto, dentro das instituições actuais, sem romantismos nem fantasias. Os que não procederem assim, os que não vierem para nós porque lhes embaraçamos a sua acção como monárquicos, provam que o seu apoio seria, mais ou menos, interessado e condicionado... Não nos esqueçamos de que a Ditadura se fez contra o espírito partidário, mas não apenas – porque seria uma contradição e uma injustiça – contra o espírito partidário republicano...
Não largo ainda o assunto palpitante:
– Mas a Ditadura precisa assim muito do apoio dos monárquicos?
E Salazar, sem hesitação, compreendendo a direcção do golpe:
– Precisa do apoio de todos os portugueses...

E eu, com uma impertinência propositada:
– Mas diz-se que são os monárquicos que a apoiam, que a tem sustentado...
E o dr. Salazar, traçando o quadro, com a clareza geométrica do seu raciocínio:
– A Revolução de 28 de Maio, onde entraram monárquicos e republicanos, fez-se contra os partidos. Ora os republicanos, os próprios que tinham feito a revolução, encontravam-se arregimentados, quase todos, nos partidos existentes. Alguns, quando compreenderam a finalidade da revolução para que tinham conspirado com o fim de repor o seu partido no poder, afastaram-se por verificarem que se tinham iludido nas suas esperanças. Outros foram maltratados, pessoalmente desconsiderados ou não foram habilmente enquadrados dentro desse movimento reformador e anti-partidário. Sem esses erros e fatalismos, o panorama político da Situação seria diferente, possivelmente. A verdade, porém, é que resultou de tudo isso, alguns meses depois do 28 de Maio, que a Ditadura se encontrou defendida e sustentada pelos monárquicos, pelos republicanos independentes, pouco numerosos em Portugal, e pelos indiferentes, maioria da Nação, que são republicanos, afinal, por viverem dentro duma república, aceitando as instituições. E o problema é este: dum lado uma necessidade urgente, orgânica, nacional, de governar para a direita e com a direita. Do outro lado, fora e dentro da própria Situação, uma verdadeira mística republicana...
– Não haverá uma certa contradição entre essa necessidade nacional de governar para a direita e a afirmação dessa mística republicana?
Salazar, que não se embaraça com o meu sistema de perguntas, responde-me imediatamente:
– Entendamo-nos. Em primeiro lugar, não considero essa marcha para a direita incompatível com o regime republicano. Em segundo lugar, quando digo mística republicana não quero dizer superioridade numérica, maioria, mas a existência duma força, que talvez não passe dum grupo, mas combativa, sugestiva, eficiente. Para equilíbrio da Situação e do País preciso, portanto, dos republicanos e dos monárquicos, mas todos integrados, sem inquietações e sem ideias reservadas, dentro do regime e actuando, acima de tudo, como portugueses...

Infidelidade ou lealdade?

Atravessamos já a Avenida da República, o Campo Pequeno, o Campo Grande, o Lumiar... Difícil fazer depois a *découpage* do filme. Quase não tenho tempo de focar as imagens ou de tomar apontamentos. Começo a sentir as vantagens desta conversa a 60 quilómetros à hora, que desliza, com rodas de borracha, como desliza o próprio automóvel, mas confesso que passo torturas com o meu bloco de notas e com o meu lápis que dança desvairado sobre o papel, que me obriga a trocar as letras, desorientado com o balanço do carro, que me escreve um *t* quando lhe mando escrever um *l*, um *e* quando lhe peço um *o*, etc., etc. Acabo por desistir e por meter o bloco na algibeira do sobretudo. Regresso ao meu antigo processo: ouvir os homens, as ideias dos homens, e esquecer, possivelmente, algumas das suas palavras...

Mais à vontade, sem a dança de S. Vito do lápis sabre o bloco, faço a seguinte observação:

– Há quem o acuse de não ter sido fiel a certos princípios da sua formação política...

Salazar compreende o alcance da minha observação e responde-me com firmeza, com todos os pontos nos *ii*:

– Quando o Exército me convidou a fazer parte do Governo, pôs-me o problema da Nação acima do problema das instituições, defendendo, por isso mesmo, o regime existente. Concordei, aceitei e é essa a minha insofismável posição. Onde alguns querem ver, portanto, infidelidade a princípios, que aliás nunca enunciei, há apenas lealdade, intransigente lealdade.

E, logo, com intenção, sublinhando as frases, sem me olhar:

– Eu sei, evidentemente, que os grandes homens, os grandes chefes, os grandes ditadores não se embaraçam com preconceitos, com fórmulas, com preocupações de moral política. Para consolidarem o seu poder pessoal, para o aumentarem, são capazes de todas as audácias, de todas as mutações, de mudar o próprio regime, como fez Napoleão, em meia dúzia de horas, ficando com a sua consciência tranquila...

E numa queda brusca, reentrando no ritmo habitual da sua voz quieta, como que a desculpar-se:

– Mas – lá vai uma confissão impolítica – eu não aspiro a tanto... Sou um simples professor que deseja contribuir para a salvação do seu País, mas que não pode fugir, porque a sua natureza não lho permite, a certas limitações de ordem moral, mesmo no campo político...

A questão social

Estamos em plena estrada saloia. Passam, de quando em quando, figurinhas ingénuas e toscas, que parecem recortadas dos presépios de Machado de Castro: lavadeiras, leiteirinhas, mulheres da praça ajoujadas com cestos de frutas e de criação, saloios de Caneças, de Odivelas, da Malveira, que voltam de fazer as suas compras na cidade e que regressam aos lugares, cavalgando os seus machos pacientes, conduzindo as suas alimárias teimosas que parecem brinquedos... O carro pára, finalmente, na estrada que vai de Caneças a Queluz. Saímos do automóvel e a conversa continua, sem transição, na estrada sozinha que se desenrola à nossa frente...
– Falámos dos seus conselhos aos monárquicos. Falemos, agora, dos seus conselhos aos operários, que também impressionaram pelas promessas que nos trazem e porque nos recordam que a Ditadura tem feito pouco por essa classe...
O dr. Salazar responde realmente:
– Quase nada. Podíamos ter simulado uma grande obra publicando decretos sobre decretos, decretos vistosos. A nossa legislação social de 1919, por exemplo, na qual há muitas ideias aproveitáveis, é um modelo desse género, dessa obra social decorativa. Mas a Ditadura prefere não fazer nada a mentir aos outros e a si própria. As circunstâncias económicas e financeiras do País só agora nos permitem empreender essa obra que julgamos necessária e urgente. Não gostamos de criar situações provisórias. Quando damos um passo em frente queremos que esse passo fique dado, que não se desmanche imediatamente com um passo à retaguarda. Devo dizer-lhe ainda – porque há quem o esqueça constantemente – que a responsabilidade da política geral do gabinete só me pertence há poucos meses...
Atrevo-me a insistir:

– Mas não terá chegado o momento de encarar o problema com energia, sem mais demoras, sem o adiar para amanhã? Julgo que essa acção imediata consolidaria a Situação e o Governo...
– Sem dúvida – concorda Salazar –. Mas esteja tranquilo. Não adiamos o problema para *amanhã* porque já nos estamos *hoje* ocupando dele activamente. Sem perdermos de vista as linhas do edifício a construir, acudimos, como é natural, aonde a necessidade é maior. Dentro de poucas semanas atacaremos com largueza e decisão o magno problema da habitação económica. Com a colaboração dos municípios, da Caixa Geral de Depósitos, do próprio Tesouro Público – posso destinar a isso imediatamente umas dezenas de milhares de contos do saldo do ano findo – alguma coisa se fará de interessante para todo o País e, sobretudo, para as grandes cidades. A certeza duma habitação limpa e clara, a água, a higiene, a assistência às crianças, são passos fundamentais para a educação do operário e para as reformas que temos em vista. Estamos colhendo, por outro lado, os elementos necessários e os colaboradores necessários para chegarmos, com a possível brevidade, ao regime das Corporações, um dos fundamentos do Estado Novo... Criaremos, até, dentro de pouco, um sub-secretariado na Presidência do Ministério, para se ocupar exclusivamente das Corporações e da Previdência, dando novo impulso e nova vida ao Instituto de Seguros Sociais, órgão a desenvolver e a aperfeiçoar para bem de todos os trabalhadores.
Continuo a mexer na ferida:
– Nos seus conselhos aos operários há esta frase que possivelmente os irritou: «Não podemos admitir que o operariado seja uma classe privilegiada»...
E o sr. dr. Salazar, com energia:
– Evidentemente! O operariado é uma classe que merece o nosso respeito, o nosso interesse, a nossa atenção, mas como qualquer outra classe. Distingui-la seria marcar preferências impossíveis de justificar. Há apenas que tratá-la com justiça e coordená-la – como já disse – nivelando-a a outras actividades, «no conjunto económico da Nação».

A Ditadura e o Exército

Um silêncio. Há uma pergunta que luta comigo, que me vence e que acaba por se formular sem a minha licença:
– Mas não será o Exército uma classe privilegiada dentro da Ditadura?
Salazar hesita alguns segundos mas acaba por tomar, como sempre, uma posição clara e nítida:
– Um bocadinho privilegiada, sem dúvida, fruto aliás duma longa tradição, comum, suponho, a todos os países. Mas não compare os privilégios do Exército, em Portugal, com os privilégios do operariado dentro da Rússia. Os militares, entre nós, têm os mesmos direitos e deveres, juridicamente, de qualquer cidadão português...
Continuo na minha ofensiva:
– Mas os militares ocuparam, nos primeiros anos da Ditadura, e ocupam ainda, a maioria dos cargos importantes da administração civil...
– A explicação é simples e todas as pessoas de boa-fé a deviam ter presente, riposta o dr. Salazar. Os dirigentes da Revolução de 28 de Maio, que foi uma revolução nitidamente anti-partidária, viram-se obrigados a recrutar o seu pessoal político dentro da força que os apoiou, que lhes deu a vitória. Não tinham, na verdade, outro caminho a seguir...
Insisto:
– Compreendo o recurso, a necessidade revolucionária, mas não teria chegado o momento da desinflação?
– Os militares são os primeiros a compreendê-lo – concorda o Chefe do Governo – e essa desinflação, que não pode ser brusca, está a dar-se, lentamente, com a própria colaboração do Exército. É o próprio interesse profissional que o obriga a isso. Os oficiais, que se habituam à vida civil, desmilitarizam-se, lentamente, sem dar por isso. Vão perdendo, pouco a pouco, o espírito de classe, e o regresso à disciplina do Exército torna-se difícil, doloroso... Sentem-se estranhos, distantes da sua própria vida, inadaptados... Devemos, portanto, valorizar o Exército, prestigiá-lo, mas fazê-lo – com o seu acordo e a sua vontade – regressar ao Exército, regressar a si próprio...
Acentuo a minha impertinência (que o Exército me desculpe...), para *arrumar* o assunto, para o levar até ao fim:

– O Exército, entretanto, vai pesando no orçamento...
Resposta clara de Salazar:
– Sim, bastante, mas a culpa foi da guerra, sobretudo, e da política que se lhe seguiu. Foi a Grande Guerra, na verdade, que obrigou os governos a aumentar os quadros, a recorrer a um grande número de oficiais milicianos que perderam as suas amarras na vida civil e que alcançaram o direito de passar ao efectivo, de ver transformada a sua situação provisória em definitiva. O problema, porém, não é esse, porque seria perigoso e injusto tocar nos quadros, atentar contra os direitos adquiridos desses homens que se bateram, heroicamente, durante a guerra, que se batem ainda, quando é preciso, pela paz caseira. Há que fazer, sem dúvida, uma remodelação dentro do Exército, mas noutro sentido: reintegrando-o na sua função, dignificando-o, fornecendo-lhe o material necessário para valorizar, justificar, dar sentido à sua existência, para lhe criar o amor próprio da classe...
– Que é necessário fazer para se chegar a esse resultado?
E Salazar, com um sorriso aberto que traduzo, graficamente, com algumas reticências:
– Primeiro, preparar o terreno, mesmo lutando, sendo necessário, contra a burocracia do Ministério da Guerra, que é coisa diferente do Exército, e de cujo modo de trabalhar tenho desde há muito sérias razões de queixa...
E logo a seguir, com vibração, num daqueles acessos de entusiasmo que já lhe surpreendi algumas vezes, e que descobrem horizontes novos na sua personalidade:
– Eu penso que o País tem uma dívida em aberto para com o Exército que não é fácil saldar. É possível que essa classe goze, transitoriamente, de certa ascendência, de certas preferências, mas esses privilégios estão pagos, e bem pagos, pelos serviços prestados à causa da Ordem, que é, neste momento, a causa da própria Nação. Quantas calamidades, quantos desastres, quantas desordens, quantas despesas inúteis não têm sido evitadas pelo Exército?! Temos muitos militares, militares a mais? Talvez. Mas já não temos revolucionários civis, o cancro da sociedade portuguesa antes da Ditadura, constante ferida aberta, fonte inesgotável de despesas e desordens...

O Exército tem de ser acarinhado e prestigiado porque é o andaime indispensável à construção da obra, à construção do Estado Novo. Há quem diga que eu sou contra o Exército, talvez porque presido ao Governo mais estruturalmente civil dos últimos dez anos. Mas quem pensa assim, quem lhe fala assim, quem tem sobretudo a preocupação do interesse nacional e dos problemas mundiais que com ele se prendem, não pode ser acusado, com justiça, de anti-militarismo...

O Centro Católico diante da Situação

O interesse da conversa leva-nos a parar. Passam, entretanto, dois trabalhadores limpos, bem vestidos, que nos olham com surpresa, que devem ter reconhecido o dr. Salazar, mas que não acreditam lá muito na sua realidade, que julgam, talvez, no seu subconsciente, ter encontrado, no meio da estrada, a página rasgada, viva, milagrosa, dum magazine...
O dr. Salazar vê as horas no seu relógio e dá a ordem de retirada:
– Devemos ter andado três quilómetros... Voltemos para trás...
Aceito a ideia com prazer porque tenho já a minha conta de regime forçado e porque o frio começa a apertar...
– Falámos já dos seus conselhos aos monárquicos e aos operários. Falemos agora dos seus conselhos aos católicos, que tanto surpreenderam pelo seu imprevisto...
– Não sei porquê...
– Tendo sido o sr. Presidente um dos fundadores do Centro Católico, havendo até quem diga que foi essa organização que o levou ao poder, a sua atitude foi julgada, por alguns comentadores do seu discurso, incoerente, ilógica, talvez ingrata...
E Salazar, sem se perturbar, metodizando, como sempre, as suas respostas:
– A primeira observação está certa. Eu fui, na verdade, um dos fundadores do Centro Católico na sua forma actual, porque senti a necessidade de colocar a Igreja, como sinto hoje a necessidade de colocar a Nação, fora da preocupação de regime. Conseguida essa finalidade, e realizadas inteligen-

temente pelo Poder aquelas condições a que no discurso me referi, acho que a acção do Centro Católico pode com utilidade transformar-se numa acção puramente social. A União Nacional fez-se, precisamente, para destruir o espírito de partido ou de facção, esteja ele onde estiver. Os católicos que desejarem colaborar com o seu patriotismo na vida política da Nação sabem, portanto, qual o melhor caminho a seguir...

– E a segunda observação, a insinuação de que teriam sido os católicos que o levaram ao Poder?

Salazar responde com secura:

– Essa é inteiramente falsa. Os católicos foram absolutamente estranhos à minha entrada no Governo, como têm sido absolutamente estranhos a todos os meus actos políticos. Essa confusão parte, possivelmente, das minhas afinidades e relações de amizade com alguns católicos de prestígio, e é estabelecida com fins já muito conhecidos...

A carreira política do dr. Salazar

– Como se decidiu, nesse caso, a tomar conta da pasta das Finanças? – pergunto, com bisbilhotice, metendo-me, talvez, onde não sou chamado.

– Eu conto-lhe, se quiser, em poucas linhas, a minha curta carreira poética. Era e sou, como deve saber, um simples professor de Finanças na Universidade de Coimbra. Quando rebentou o 28 de Maio, o comité, militar da cidade veio convidar-me para ministro das Finanças, com aquela falsa noção de que a verdade está nos professores...

Sinto a necessidade de dizer:

– Não se enganaram dessa vez...

– Simples acaso... Eu, porém, recusei o convite, por isso mesmo, por calcular a distância que vai entre o estudioso e o homem de acção. Mas insistiram tanto que acabei por vir a Lisboa, onde conferenciei, na Amadora, com o sr. general Gomes da Costa. Valeu-me a doença para me escusarem, e fui para Santa Comba, aonde me foram buscar novamente, alguns dias depois. Fui então ministro durante cinco dias. O golpe de Esta-

do de Gomes da Costa, que trouxe a constituição dum novo ministério, fez-me regressar, de novo, a Coimbra juntamente com os meus camaradas da Universidade que também faziam parte do Governo. Depois do sr. comandante Filomeno da Câmara e do sr. general Sinel de Cordes, lembraram-se outra vez de mim para ministro das Finanças, e por cá tenho estado... Quem me foi buscar a Coimbra, em nome do Governo, dessa última vez, foi o sr. Duarte Pacheco, actual ministro das Obras Públicas. Como vê, os católicos foram sempre estranhos à minha carreira política, a estas sucessivas viagens de ida e volta...

Velhos e novos partidos...

Estamos, novamente, dentro do automóvel, onde a conversa ganha um ritmo mais rápido, onde as perguntas são naturalmente mais directas e mais concretas:

– Chegamos agora à passagem do seu discurso sobre a atitude da Ditadura em face dos velhos partidos políticos. Essa atitude não mudará? Promulgada a Constituição, convocados os colégios eleitorais, esses partidos poderão ir as urnas?

Salazar troca-me as voltas habilmente, sem perder o seu desassombro e a sua nitidez:

– Todas as directrizes e providências tomadas vão até à próxima constitucionalidade. Não nos esqueçamos, porém, de que a Ditadura se fez contra os partidos e contra o espírito partidário. A própria Constituição, depois de promulgada, não facilitará, pela sua doutrina, pelo seu conteúdo, a ressurreição desses partidos...

– E se alguns agrupamentos se formarem dentro da Situação, dentro dos princípios do 28 de Maio?

Salazar responde, serenamente, com aquela voz brusca, aparentemente inexpressiva, mas que é a voz da sua energia íntima:

– Não os deixaremos formar. Seria a negação de nós próprios. Foi para aglutinar todas as actividades políticas, que se manifestaram dentro da Situação, que se formou a União Nacional.

Significação e objectivos da União Nacional

– Mas não será a própria União Nacional um partido?

– É a objecção natural, a pergunta inevitável — responde-me, sem impaciência, o Chefe do Governo. Não lhe afirmo que não haja quem se filie na União Nacional com essa ideia falsa, procurando vantagens de ordem material que não encontrará. É ainda uma sobrevivência do passado. Os partidos – não o esqueçamos – eram em geral grandes agências de colocações onde se entrava, como se entra nas bichas, para esperar vez, para aguardar a fatal distribuição de benesses na hora do Poder. Engana-se, porém, quem pretender matar saudades do passado ingressando na União Nacional. Quem quiser dar força a essa força, quem desejar vir para nós, tem de armar-se com o necessário espírito de sacrifício para servir o Estado abstractamente, sem contar com benefícios directos e pessoais. Ser da União Nacional não será, por exemplo, condição essencial para vencer a competência seja de quem for ou preterir um funcionário zeloso, leal e cumpridor, numa promoção a que ele tenha direito. Esse facciosismo acabou. Há que regular a máquina do Estado com tal precisão que os ministros estejam impossibilitados, pela própria natureza das leis, de fazer favores aos seus conhecidos e amigos. Promoções, nomeações, transferências, portos, estradas, melhoramentos públicos, urbanos ou rurais, reformas, subsídios, soluções de problemas, andamento de processos, têm de corresponder a actos de justiça quase automatizados pelas engrenagens do Estado. Os partidos fizeram-se para servir clientelas. A União Nacional, como o seu nome indica, para servir a Nação...

Não resisto a perguntar:

– Mas, nesse caso, qual a função prática desse agrupamento?

E o Chefe do Governo, com a maior clareza:

– Criar no País a atmosfera indispensável para que a grande reforma necessária na política e nos costumes, seja compreendida de norte a sul, de maneira a fazer-se sem grandes atritos e sem grandes obstáculos...

– Não será, resumindo, a União Nacional o partido dos que não querem partido?

– Não! – atalha o dr. Salazar, rápido, incisivo, destruindo a frase conhecida – A União Nacional nunca será um partido porque tem uma aspiração mais alta: organizar a Nação!

Homogeneidade

– Os extremistas da Situação – observo com aparente inocência – acusam os actuais corpos gerentes da União Nacional de falta de homogeneidade e julgam-nos incapazes, por esse motivo, duma obra desempoeirada e reconstrutiva...
Um sorriso complexo, misterioso, e esta pergunta breve, sem resposta:
– Com que direito se afirma que os corpos gerentes da União Nacional não são homogéneos? Já transpareceu, por acaso, nalguns dos seus actos políticos essa falta de homogeneidade?
Aproveito a maré:
– A mesma acusação se faz ao Governo... Diz-se, igualmente, que não é homogéneo, que há incompatibilidades políticas dentro do gabinete...
E Salazar, terminante:
– Linguagem do passado. A orientação, a responsabilidade política do Governo diz respeito a duas pessoas do gabinete – ao Chefe do Governo e ao ministro do Interior. Os restante ministros têm preocupações técnicas demasiado importantes para serem obrigados a pensar ainda no problema político que devemos tentar reduzir à sua expressão mais simples, se queremos mudar de vida. Aliás, a pergunta é a mesma que já lhe fiz a propósito dos corpos gerentes da União Nacional: já transpareceu, por acaso, nalguns dos nossos actos, essa falta de homogeneidade? Que importam as hipóteses e as conjecturas diante dos factos, diante da acção exterior?
Estamos, novamente, na Avenida da Liberdade, que se reflecte, vivo debuxo, nos vidros do automóvel – com as suas árvores, as suas crianças, os seus tabuleiros de relva, com a doçura outonal das suas folhas caídas, que me lembram os quartos de papel que já escrevi mentalmente... Outra vez o Rossio, outra vez o Terreiro do Paço, outra vez o Ministério das Finanças...
– Até quando, sr. ministro?
– Até depois de amanhã, em minha casa, à mesma hora...

"De novo, dentro do automóvel..."

2.ª Entrevista

Na fronteira das ideias

– Ficamos em casa ou prefere sair?
– Como o sr. Presidente quiser...
– É melhor então sairmos. Como as nossas conversas estão dentro das minhas ocupações, aproveito estas duas ou três horas para trabalhar fora do meu gabinete, para respirar um pouco...
De novo, portanto, dentro do automóvel... De novo a caminho do Lumiar, a caminho de Queluz, a caminho dos arredores que devem já conhecer, intimamente, como Lisboa não conhece, o perfil de Salazar...
Entro no meu inquérito como se o não tivesse interrompido:
– Dentro do período eleitoral que, mais tarde ou mais cedo, há-de naturalmente seguir-se a promulgação da Constituição, será permitida a propaganda livre das ideias? Não terá chegado o momento, por exemplo, de acabar com a censura?

O problema da censura

– Eu compreendo que a censura os irrite – responde-me o dr. Salazar – porque não há nada que o homem considere mais sagrado do que o seu pensamento e do que a expressão do seu pensamento. Vou mais longe: chego a concordar que a censura é uma instituição defeituosa, injusta, por

vezes, sujeita ao livre arbítrio dos censores, às variantes do seu temperamento, às consequências do seu mau humor. Uma digestão laboriosa, uma simples discussão familiar, podem influir, por exemplo, no corte intempestivo duma notícia ou da passagem dum artigo. Eu próprio já fui em tempos vítima da censura e confesso-lhe que me magoei, que me irritei, que cheguei a ter pensamentos revolucionários...

– Porque não a revoga, nesse caso?

– Não o fazemos pelas razões que lhe direi, mas tentamos reduzir a sua acção ao indispensável. Não é legítimo, por exemplo, que se deturpem os factos, por ignorância ou por má fé, para fundamentar ataques injustificados à obra dum Governo, com prejuízo para os interesses do País. Seria o mesmo que reconhecer o direito à calúnia. Os factos são os factos e não pode permitir-se que se ponham em dúvida os actos ou os números que traduzem a própria vida do Estado, se há quem se lembre de fazê-lo, como em Portugal. É uma questão de decoro e dignidade pública. Podem discutir se as directrizes e os princípios duma política, da política financeira, por exemplo, mas quem é que na Inglaterra ou na Suíça, ou em qualquer país culto, se lembraria de pôr em dúvida as próprias contas do Estado? Chega-se a acusar o Estado, por acinte ou por falta de informações, de não fazer o que já está fazendo ou até de não fazer o que já está feito... Não se justificará a censura, nestes casos, como elemento de elucidação, como correctivo necessário? Para evitar o mais possível o trabalho da censura neste domínio, penso em criar um gabinete de informação a que os jornais poderão recorrer, quando quiserem, para se munirem de elementos necessários à análise, e até à crítica, da obra do Governo. Mas confesso não ter demasiada fé na instituição, porque já fiz uma ligeira experiência que não deu nada. Para evitar mal entendidos, erros compreensíveis, por vezes, em matéria tão delicada como a de Finanças, pus o gabinete do meu Ministério, desde a primeira hora do meu Governo, à disposição dos jornalistas que desejassem esclarecer-se. Pois em quatro anos creio que apenas dois se aproveitaram deste oferecimento. Isso não impedia, no entanto, que se continuassem a dizer as maiores barbaridades sobre matéria que não pode nem deve estar sujeita a devaneios ou fantasias.

– Seria esse gabinete de informação, em todo o caso, o primeiro passo para a abolição da censura? – pergunto com certa esperança.
E Salazar, desbravando terreno, caminhando passo a passo:
– Vamos devagar... Temos agora o aspecto moralizador da censura, a sua intervenção necessária nos ataques pessoais e nos desmandos de linguagem. A nossa Imprensa, que tem melhorado consideravelmente, oferecia-nos, por vezes, nalguns dos seus órgãos, a triste imagem dum saguão: intrigas, insultos, insinuações, pessoalismos, provincianismos, baixa intelectualidade. Ora o jornal é o alimento espiritual do povo e deve ser fiscalizado como todos os alimentos. Compreendo que essa fiscalização irrite os jornalistas, porque não é feita por eles, porque se entrega esse policiamento à censura que também pode ser apaixonada, por ser humana, e que significará, sempre, para quem escreve, opressão e despotismo. Mas vou oferecer-lhes uma solução para este problema, para esse aspecto da questão: por que não se cria uma Ordem dos Jornalistas como se criou uma Ordem dos Advogados? Dessa forma, o papel moralizador da censura passaria a ser desempenhado pelos próprios jornalistas e dentro da sua classe. Não lhe parece uma boa sugestão?
Apresso-me a responder:
– Não é a primeira vez que ela nos ocorre e creio que os meus camaradas a estudariam com prazer, até com alegria, se essa Ordem dos Jornalistas trouxesse o fim da censura...
E o dr. Salazar, seguindo o seu caminho sem me responder:
– Resta ainda um aspecto em que a censura é forçada a intervir, de quando em quando: o aspecto doutrinário. Esse aspecto tem duas faces. Ciência pura, mesmo no terreno político, doutrina pura, doutrina sem acinte, doutrina com boa fé, de intuitos superiores e reformadores, é absolutamente legítima e demos já instruções para que não lhe cortem as asas, para que a deixem viver. Mas há também a doutrina com aplicação imediata, a doutrina subversiva, demasiado habilidosa, claramente habilidosa. Perante essa doutrina a censura, infelizmente, não pode deixar de actuar, porque se transforma, nesse momento, na função natural dum regime de autoridade...
– Mas por que não substituí-la por uma lei de Imprensa, mesmo severa?

E Salazar, dentro do seu critério realista:
– Seria uma óptima solução se os tribunais dessem o rendimento necessário em delitos dessa natureza. Mas a experiência diz-nos o contrário...
Não posso evitar este reparo:
– Não estará o sr. ministro, neste momento, em contradição com o seu espírito jurídico?...
E Salazar, corajosamente:
– Talvez, mas há males necessários... Uma boa lei de Imprensa pode reprimir certos abusos. Mas não os evita...

Liberdade e autoridade

– É um desafio, portanto, ao conceito clássico da liberdade...
E Salazar, terminante:
– Autoridade e liberdade são dois conceitos incompatíveis... Onde existe uma não pode existir a outra...
Forneço-lhe armas:
– Luiz Latzarus, no seu livro de máximas sobre a Política tem esta frase: «A liberdade só se reconhece nos seus limites».
– O seu autor está na verdade – diz-me Salazar, que tem o gosto da dedução e do raciocínio, que sinto, às vezes, a discutir e a falar consigo próprio – Autoridade absoluta pode existir. Liberdade absoluta não existe nunca. Quando se procura aliar o conceito de liberdade ao conceito de progresso comete-se um erro grave. A liberdade vai diminuindo à medida que o homem vai progredindo, que se vai civilizando. Desde o homem primitivo, absolutamente livre no mundo da sua floresta, ao homem de hoje, que obedece a sinais, obrigado a seguir, nas ruas duma cidade, pela direita ou pela esquerda, quanta distância percorrida, quantos progressos realizados... Entreguemos, pois, a liberdade à autoridade, porque só ela a sabe administrar... e defender. A liberdade que os individualistas pedem e reclamam é uma expressão de retórica, uma simples imagem literária. A liberdade garantida pelo Estado, condicionada pela autoridade, é a única possível, aquela que pode conduzir, não digo à felicidade do homem, mas à felicidade dos homens...

Não resisto a nova citação:
– Latzarus diz ainda no seu livro: «Não houve tirano mais absoluto do que a Convenção. Ela tem sido louvada e admirada, todavia, por todos os amigos da liberdade».
– As suas citações – responde-me o dr. Salazar com um sorriso vagamente malicioso – fazem-me crer que está de acordo comigo...
Apresso-me a responder:
– De modo algum! É possível que a minha inteligência concorde consigo e que procure seduzir-me com a recordação das máximas de Latzarus, que li recentemente, mas a minha sensibilidade e a minha epiderme de jornalista hão-de sempre revoltar-se com as vergastadas da censura, que já me tem deixado traços sobre a pele, traços azuis que não esquecem...
E o dr. Salazar, condescendente, generoso, sem censura:
– Compreendo e aceito a sua revolta. Ela é filha das ideias, do ambiente em que nos formámos. E no entanto é certíssimo que dentro de vinte anos o nosso actual conceito de liberdade de Imprensa estará radicalmente modificado.

A nova e a velha Constituição...

Continuo a caminhar:
– Disse o sr. ministro, no seu discurso, que estamos ainda comentando, «que chegou o momento de se preparar a promulgação do novo estatuto constitucional». Está para breve esse momento?
– Até ao fim de Março devemos entrar na constitucionalidade.
– A Constituição será publicada tal como veio a público, ou será revista e modificada tendo em conta as críticas que lhe foram feitas?
E o dr. Salazar, com a maior seriedade e com o maior desalento:
– Foram tão poucas e tão pálidas essas críticas...
– Poucas?!!! – exclamo com todos os pontos de admiração que posso arranjar...
– Confesso-lhe que fiquei desiludido... – responde-me Salazar sem a mais leve admiração pela minha admiração –. Esperava mais críticas e esperava, sobretudo, que se desprendessem da preocupação estreitamente política para examinarem o projecto sob todos os aspectos em que podia ser estudado.

Não escondo o meu espanto:
– Julguei, pelo contrário, que tivesse ficado desanimado com essa ofensiva geral contra o projecto...
– Enganou-se... – responde-me o dr. Salazar, sempre com a mesma calma –. Gostaríamos, para rever cuidadosamente esse projecto, que ele tivesse sido mais atacado e, sobretudo, com maior espírito científico. Houve, é certo, alguns depoimentos valiosos, mas que não consideramos suficientes. Penso até em renovar essa discussão, pedindo que estudem mais o projecto, que o dissequem mais...
– Tem esperanças de que essa nova experiência lhe dê melhores resultados?
– Não, não tenho... – responde-me o dr. Salazar com pessimismo –. Não há muita gente habilitada a pronunciar-se sobre um trabalho daqueles. Por outro lado, estou tristemente convencido de que só nós, Ditadura, queremos o novo Estatuto Constitucional.
– E como chegou a essa conclusão?
– Pela força da lógica – raciocina o dr. Salazar –. Os velhos partidos republicanos não a querem porque perdem, quando ela for promulgada, uma das suas melhores armas de propaganda contra a Ditadura, e porque essa Constituição inutiliza, nos seus próprios moldes, o ressurgimento deles. Não havendo nova Constituição, eles continuariam a sonhar com a Constituição de 1911, que tentariam repor na primeira aberta, hipótese, claro está, inverificável... Dessa forma, regressariam todos à actividade política tal como desapareceram em 28 de Maio. E é essa, creia-me, a sua única aspiração. Quando eles afirmam que não querem voltar ao passado, que fazem acto de contrição, que estão dispostos a uma vida nova, etc., etc., etc., não os acredite, se bem que lhes admita, como eu, a sua sinceridade. No fundo, no seu subconsciente, do que eles têm saudades... é da vida velha... Isto quanto aos inimigos. Quanto aos amigos, há também alguns, entre os mais exaltados, que preferem, não sei porquê, a situação vaga em que nos encontramos, sem fórmulas nem princípios definidos...
Recordo os alvos da campanha contra o projecto:
– Os ataques foram, sobretudo, contra o texto da Constituição. O relatório que o antecedeu agradou geralmente. Notou-se mesmo a profunda diferença entre o relatório e o projecto, afirmando-se que a segunda parte não podia ser uma consequência da primeira...

– Têm razão os que notam essa diferença, a distância que vai do relatório para o texto da Constituição – concorda serenamente o dr. Salazar –. Nessa distância, porém, não há contradições. Ela foi consciente. O relatório é o ideal, a finalidade, aquilo para que marchamos. O projecto é a realidade possível dentro do nosso momento político. O óptimo é inimigo do bom...
Continuo no meu papel de Cardeal Diabo:
– Mas houve também quem tivesse achado inútil, deslocado, esse preâmbulo.... Houve ainda quem achasse o projecto, no seu conjunto, demasiado extenso, com demasiados pormenores. Ter-se-ia preferido um documento breve com o estabelecimento de alguns princípios essenciais à vida orgânica da Nação...
– É possível que tenham razão, se bem que não haja uma Constituição para fazer constituições. É necessário, porém, aproveitar todas as oportunidades – a vida dos homens é breve – para fazer doutrina, para criar os alicerces desse Estado Novo que pretendemos edificar. A nova Constituição tem de ver, simultaneamente, uma realização e um programa...
– Uma Constituição que traga em si própria a semente da sua renovação – tento resumir.
– Exactamente... – diz o dr. Salazar aprovando a soma.

Comunismo

Estamos na estrada que vai de Montachique à povoação de Lousa, estrada que o nosso turismo desdenha, que não conhece, mas que é uma fita graciosa com lugarejos tímidos que se abrigam e escondem na asa da paisagem. A beleza do panorama faz-nos descer do carro e convida-nos a um passeio na estrada. Aproveito a interrupção para entrar num novo capítulo, num capítulo palpitante:
– O sr. Presidente disse no seu discurso «que estamos assistindo ao ruir de instituições não há muito em pleno favor ou ao seu funcionamento difícil, precário, intermitente, sob a pressão de necessidades novas não satisfeitas, de vagas aspirações que buscam definir-se». Que significam

estas palavras? Querem dizer que estamos no fim duma civilização? Mas, sendo assim, qual a nova direcção? Para a direita ou para a esquerda?
– O senhor o disse num artigo do *Diário de Notícias*. Difícil saber onde está a direita e onde está a esquerda... Os governos mais avançados sob o ponto de vista social que a Bélgica teve nas últimas décadas foram governos saídos do partido católico, governos da direita, se quisermos empregar essa expressão convencional. E recordo-lhe as palavras de Mussolini sabre terminologia política, pronunciadas no Senado, que deve conhecer: «Para mim, toda essa terminologia de direita e esquerda, de aristocracia e de democracia, são vãs terminologias escolásticas que servirão, algumas vezes, para distinguir, mas que servem, quase sempre, para confundir.»
Sou obrigado a definir, com maior precisão, a minha curiosidade:
– Mas a sua opinião sobre o Comunismo? Não reconhece a sua influência? Não concorda que ele trouxe um novo estado de espírito à humanidade?
E Salazar, que não se assusta com a pergunta, com nenhuma pergunta:
– O Comunismo parece novo a muitos e é velhíssimo. Refere-se-lhe na antiguidade Platão na sua *República*, e existiu na própria Rússia, na primitiva organização política e social do povo eslavo. A revolução russa, fenómeno puramente rácico, pode considerar-se um retrocesso, uma reconquista levada ao exagero... E Lenine, que os comunistas tanto admiram e veneram, imagem da sua religião, não criou o sistema: foi apenas o formidável realizador das ideias de Carlos Marx, cego à História, à experiência, aos resultados visíveis em miséria e sofrimento da sua ideologia.
– Tomaz More e Gerard Winstaley – acrescento – representam, por sua vez, entre a reforma e a revolução francesa, esse Comunismo latente...
E o dr. Salazar, sentindo-se compreendido:
– Concorda, portanto, que o Comunismo não é novo, que já viveu na imaginação dos homens, na história dalguns povos e que está agonizando, talvez, na sua realização moderna...
Ataco um dos flancos do problema:
– Mas não haverá, efectivamente, alguma coisa de injusto, alguma coisa que não está certo, nos regimes capitalistas?
– É evidente – responde Salazar, com nitidez e desassombro – que o capital precisa de ser transformado, disciplinado, educado, de molde a beneficiar mais a colectividade, no sentido dum maior rendimento social.

Mas não julgue possível extingui-lo. O capital já não pode mesmo servir de barreira entre os Estados burgueses e os Estados soviéticos. O sentimento da propriedade privada é tão inerente à natureza humana que ele começa a ressurgir na própria Rússia. São até os jornais soviéticos que o denunciam, alarmados com o fracasso da sua ideologia. A Revolução Russa foi uma grande experiência aplicada a um povo moderno e em vias de industrialização. Mas essa experiência ainda não chegou ao fim e não sabemos ainda quais as suas conclusões. Perigoso, insensato, portanto, utilizá-la como modelo... E estou-me referindo, exclusivamente, note, ao aspecto económico, porque, no aspecto moral, aqueles que têm atrás de si vinte séculos de civilização cristã não precisam de esperar pelas lições duma experiência que a antiguidade já fez completa e concludente.
Não me dou ainda por satisfeito:
– Mas não acha que a revolução russa trouxe, para a atmosfera do nosso tempo, para o clima da época, a necessidade de reparar urgentemente certas injustiças sociais, de proporcionar aos homens, a todos os homens, um mínimo de conforto e de felicidade?
– Essa ideia estava em marcha, há muitas dezenas de anos, e seguia o seu caminho lento e pacífico, mas seguro – diz-me o dr. Salazar –. O que se pode afirmar, talvez, é que a Revolução Russa, pela sua extensão, pela sua grande violência, pelos próprios crimes que praticou, avivou mais essas ideias latentes, forçando-nos a combater a sua marcha impetuosa, dissolvente, fazendo-nos ir ao seu encontro pela própria necessidade do combate. Eu penso, porém, que todas as revoluções, grandes ou pequenas, amarguram a vida dos povos, e que é preferível, em todos os casos, reformar a revolucionar, ou, se prefere, revolucionar, reformando. Não nego que há umas sacudidelas que se tornam necessárias, de quando em quando, que são inevitáveis. Mas é para desejar que essas sacudidelas não sejam na nossa casa, mas na do vizinho. Não sejamos ambiciosos. Contentemo-nos, apenas, com o reflexo dos grandes choques...

Socialismo integral

Aproveito a ponte de passagem para entrar num dos capítulos mais empolgantes deste inquérito:

– Não concorda, pois, com a aplicação do «Socialismo integral» no nosso País?

O dr. Salazar, que não gosta tanto de jogar ao sisudo, como se diz, tem um sorriso largo que já é riso e responde-me sem azedume, sem combatividade, como quem faz esgrima para se entreter:

– Fórmula cediça que não nos traz nada de novo. É talvez possível encontrá-la numa tese interessante, velha de quarenta anos, assinada por um ilustre jurisconsulto português, e em que o seu autor pretendia responder, na audácia legítima da sua mocidade, a uma célebre encíclica de Sua Santidade o Papa Leão XIII. Sei que esse talentoso advogado, que foi um vulto da política portuguesa do passado, continua a defender e a aplicar as ideias da sua tese como se elas tivessem acabado de nascer no seu espírito. Admirável constância... Mas o mundo tem andado...

Não desisto:

– Mas não terá ficado alguma coisa dessa tese? Não será justo, efectivamente, defender a pequena propriedade e atacar a grande? A observação indica-nos que o Comunismo se desenvolve justamente nas regiões onde a propriedade, a terra, está pouco dividida, onde a riqueza de alguns faz sobressair a miséria de muitos...

E o dr. Salazar, principiando a falar, calmamente, e animando-se pouco a pouco, à medida que o assunto vai interessando pelo próprio assunto, liberto já de qualquer intenção, de qualquer alvo:

– Quando se desce das frases comicieiras ou das vacuidades dos programas partidários para as coisas tangíveis, para os problemas reais, a questão apresenta-se muito complexa. Em primeiro lugar: que se pretende? A divisão da propriedade ou mais precisamente a divisão da terra pode ser vista à luz do interesse económico – o interesse da produção – e à luz da paz e da ordem social. Nós podemos desde já avançar que um não é sempre compatível com o outro. A propriedade é, na sua máxima parte, um produto natural, derivado das condições do meio geológico e climático, da sua

aptidão cultural, do seu aproveitamento pelo trabalho humano ou pelo esforço da máquina. Às vezes, causas históricas que imprimiram seu cunho, mesmo na formação das nacionalidades, explicam, em parte, a constância da grande propriedade, opondo-se ao desenvolvimento da pequena; mas geralmente são as condições naturais ou económicas da produção que explicam o fenómeno. Se somos dominados pela ideia exclusiva de riqueza, de produção, não podemos antecipadamente ser pela pequena ou pela grande propriedade: devemos antes ser aqui por uma, além por outra. Mas – e é o meu caso – se não reduzimos a vida social à produção e utilização das riquezas, se entendemos que estas materialidades da vida, aliás absolutamente necessárias, devem ser temperadas, devem ser completadas ou corrigidas por outras realidades – a paz, a alegria, a felicidade, a beleza da vida familiar – então podemos desprezar as fórmulas rígidas do maior rendimento, com grande ou pequena propriedade, e decidir-nos por uma política de fraccionamento dos grandes domínios rurais e pela formação sistemática de pequenos casais – famílias de camponeses estabelecidos na *sua* propriedade. Isto está absolutamente dentro do meu sistema de ideias; mas não está, justamente, dentro dos princípios daqueles que materializam a vida e consideram o homem, à russa, como *máquina* que produz e consome riqueza. Vê bem que o próprio interesse dos Estados, dos chamados Estados capitalistas, sobretudo, é criar o maior número de pequenos proprietários que, longe de favorecer o Comunismo ou o Socialismo, passam a constituir a reserva conservadora da Nação, aquela que mais se oporá ao desenvolvimento das ideias libertárias. Um pouco de espírito reflexivo mostraria a muitos homens que eles têm na cabeça uma viva contradição e que caminham para um lado quando supunham caminhar para o outro...

– Não se pode colocar com maior verdade, e com maior honestidade intelectual, um problema tão complexo. Mas, assente que deve favorecer-se a constituição da pequena propriedade, como fazê-lo?

– Vejamos – atalha o dr. Salazar –. Há gente simples que pretende dividir a propriedade como quem corta uma peça de fazenda. Estes são naturalmente levados a fraccioná-la no... *Diário do Governo.* Ora o problema não é dividir, parcelar a grande propriedade; é constituir, consolidar a pequena

ou a média. Se a propriedade é, como já lhe disse, quase sempre um produto natural ou económico, não se chega a resultados duradouros e úteis senão modificando os factores naturais ou económicos que fizeram surgir a grande propriedade, para termos aqueles em que a pequena pode prosperar e viver. Produz este efeito uma substituição de culturas; produ-lo ainda passar-se a dispor dum elemento natural, indispensável para algumas – a água, por exemplo. Faz-se uma obra de hidráulica agrícola e irrigam-se terras até aí em regime de grande propriedade. Naturalmente, sem esforço, sem intervenção do poder público, modificam-se as culturas e a grande propriedade tende a dividir-se; aparece a pequena ou a média propriedade, desenvolve-se a cultura intensiva, fixa-se e aumenta a população. É neste sentido que a Ditadura trabalha. Nós dispomos já de 100 mil contos para começarmos a política da rega, e ver-se-á que pacificamente, silenciosamente, sem violências de nenhuma ordem, se faz uma obra social de largo alcance. O que acabo de dizer-lhe está provado por todos os meios de prova – directa ou indirecta. No Norte da Itália, por exemplo, aqui mesmo na vizinha Espanha, entre outras, na região do Ebro, está largamente documentada a divisão da propriedade feita pela água; no Leste e Sudeste europeu, onde, sobretudo depois da guerra, se fez em grande uma política de parcelação da terra, um pouco a compasso e fita métrica, independentemente das condições naturais e das exigências das culturas, não e difícil verificar a falência do sistema. E até nós, na nossa pequenez, podemos atestar o mesmo: temos casos por assim dizer clássicos, em que a terra, uma vez dividida, voltou a concentrar-se, reconstituindo-se a grande propriedade, e até casos em que os candidatos a proprietários não apareceram a tomar conta das glebas que lhes foram distribuídas. Compreende-se que, onde há um elemento estranho a impor à propriedade uma fisionomia inconveniente sob o ponto de vista económico e social, a lei deve intervir a fomentar, a corrigir, e isso tanto para evitar a concentração demasiada como o demasiado fraccionamento. Mas supor que o problema se resolve bem só por força da lei, é ter no espírito ilusões perigosas, é ser duma raça de filósofos que desgraçam os países, procurando ajeitar as realidades, todas as realidades, à sua falsa ideologia.

Socialismo de Estado

Vencido e convencido, abro novo parágrafo:
– Continuando no capítulo do Socialismo, concorda o sr. Presidente com a socialização de certos serviços e de certos meios de produção, como a socialização dos transportes, por exemplo?
E Salazar, obedecendo sempre, sem fadiga aparente, ao meu interrogatório:
– Esse Socialismo de Estado, que muitos apregoam e aconselham como um regime avançado, seria, na verdade, o sistema ideal para lisonjear o comodismo nato e o delírio burocrático do comum dos portugueses. Nada mais cómodo, mais garantido, mais tranquilo, do que viver à custa do Estado, com a certeza do ordenado no fim do mês e da reforma no fim da vida, sem a preocupação da ruína ou da falência. O Socialismo de Estado é o regime burguês por excelência. A tendência para esse regime, entre nós, deve, portanto, procurar-se mais no fundo, falho de iniciativas da nossa raça do que noutras preocupações de ordem social. O Estado não paga muito mal e paga sempre. É-se desonesto, além disso, com maior segurança, com segura esperança de que ninguém repare. As próprias falências, os desfalques, as irregularidades, se há compadres na governação, são facilmente abafados e os défices cobertos – regalia única! – pelos orçamentos do Estado. As iniciativas, por outro lado, não surgem, não progridem, porque o patrão é imaterial, quase uma imagem. As coisas marcham com lentidão, com indolência, com sono. É possível que essa socialização tenha dado ou possa vir a dar óptimos resultados em qualquer outro país. Entre nós, os resultados não podem ter sido piores nalgumas experiências já feitas. Basta citar os Transportes Marítimos, os Bairros Sociais, os Caminhos de Ferro do Estado... Apenas uma excepção, que me lembre: a Caixa Geral de Depósitos. Essa é, realmente, uma iniciativa admirável do Estado Português que tem prestado ao País,ao desenvolvimento da sua economia, sobretudo nestes últimos anos, incalculáveis serviços. Mas a Caixa Geral de Depósitos desenvolve uma actividade que pode ser e é estreitamente regulamentada, e funciona com tal autonomia que quase se desprende das engrenagens do Estado. Não devemos tomá-la, portanto, como modelo desse socialismo do Estado,prejudicial sobretudo num país

como o nosso, porque lhe quebra a marcha, porque não lhe deixa criar os valores sociais autónomos que são indispensáveis ao seu progresso. Sou absolutamente hostil a todo o desenvolvimento de actividade económica do Estado em todos os domínios em que não esteja demonstrada a insuficiência dos particulares. Admito, sim, e procuro a cada momento desenvolver a intervenção dos poderes públicos na criação de todas as condições internas ou externas, materiais ou morais, necessárias ao desenvolvimento da produção. Essa intervenção é, mercê das dificuldades da época e dos problemas postos pela economia moderna, não só necessária, como cada vez mais vasta e complexa. Qualquer economia nacional que se encontrasse desacompanhada e desprotegida soçobraria em pouco tempo. Mas isto dificilmente se pode chamar socialismo de Estado.
Uma chuva miudinha, enervante, argumento mesquinho pretendendo opor-se aos raciocínios claros do dr. Salazar, obriga-nos a recolher ao automóvel que nos tem vindo a seguir.

A crise da Democracia

Ponto final e novo assunto dentro do mesmo capitulo:
– Haverá, na verdade, uma crise da democracia ou uma crise política da democracia?
– Não compreendo, francamente, a diferença – responde-me Salazar, com um sorriso onde a ironia transparece –. É natural que a crise da democracia, impossível de negar, se revele sob o aspecto de sucessivas crises políticas. Mas para quê jogar com as palavras? Quando a máquina se desarranja, frequentemente, por melhor eco e por mais vistosas engrenagens que possua, torna-se urgente pô-la de lado como inútil, aproveitando-lhe, é claro, as inovações, tudo o que for susceptível de aplicar a outra máquina...
Aproveito a deixa:
– Há, então, alguma coisa a aproveitar da democracia?
E Salazar, com o seu irresistível espírito de justiça:
– Não é possível negar certas verdades e conquistas da democracia que são hoje indispensáveis à vida de todos os regimes. Mas os sistemas propria-

mente ditos, na sua inteireza, nascem, vivem e morrem como os homens. As escolas políticas e sociais são como as escolas literárias. Esgotada a sua capacidade criadora, a sua flama, perdem a força, extinguem-se, depois de terem deixado a sua marca, o traço profundo da sua influência. Os próprios defensores da democracia procuram transigir com o espírito do seu tempo, confessando e admitindo a necessidade de modificar o sistema das suas ideias, de renovar os órgãos da democracia. Mas que propõem eles, afinal, para que se efective essa renovação? Medidas ridículas que não se adaptam ao próprio sistema: ligeiras alterações no regulamento interno das Câmaras, limitações no tempo dos discursos, restrições no uso da palavra, etc., etc.. Paliativos ingénuos que não resolvem nada, que pretendem, apenas, prolongar a pobre vida dum sistema agonizante... Negar a crise da democracia seria negar a evidência, o panorama político da nossa época...
– Permita-me que lhe recorde esta passagem dum discurso pronunciado por Mussolini, em Nápoles, há dez anos: «A democracia julga que os seus princípios são imutáveis, que se podem aplicar em todos os tempos, em todos os lugares e em todos os acontecimentos. Mas nós não acreditamos que a História se repita, que seja um itinerário obrigado, que depois da democracia venha a super-democracia!»

Mediocridade

Junto agora um *post-scriptum* ao capítulo:
– Não acha picante o falso ardor com que certas personalidades e órgãos da democracia defendem o Comunismo? Como se o Comunismo não fosse um dos maiores inimigos da democracia...
– Claro está, – concorda Salazar –. Quem defenda o Comunismo, ou quem pretenda converter-se a essas ideias, tem de renunciar, se a sua atitude é sincera, à defesa da liberdade... Liberdade e Comunismo são duas ideias antagónicas...
Acrescento:
– Contradição tão assombrosa, afinal, como se essas personalidades e órgãos começassem, de repente, a defender a Ditadura...

E Salazar, que se entusiasma, que quase gesticula, depois de já ter sorrido, depois de já ter rido, depois de já me ter provado que tem reacções visíveis diante de certas ideias, como qualquer português sensível:
– Retórica, mentalidade de comício, processos eleiçoeiros, que nos inferiorizam, que são os maiores obstáculos para uma obra desempoeirada, renovadora e sã. Poinsard, que fez um inquérito à vida portuguesa há vinte e tantos anos, a convite do sr. D. Manuel, viu-nos como somos, à luz duma boa observação. Fazendo justiça às nossas qualidades, acreditando no nosso futuro, ele impressionou-se principalmente com o nosso provincianismo, com a nossa mediocridade, mediocridade na indústria, no comércio, na agricultura, na vida política, no jornalismo, na arte e na literatura de então. Muito se tem andado desde esse momento, mas é preciso não parar, é preciso lutar continuamente contra a falta de elevação nas ideias e nas atitudes, contra essa mediocridade de processos, que atinge, por vezes, as inteligências mais altas e os valores mais sérios...
– Não acredita, portanto – pergunto eu, em busca da frase final da conversa de hoje – na sinceridade de certas promessas, nas declarações avançadas, extremistas, de certos homens públicos?
E Salazar, rindo com gosto, com exuberância, como os seus compatriotas não fazem uma ideia:
– Olhe... Por que não diz a esses estadistas, tão amigos do povo, tão amigos da igualdade, que regulem a sua vida particular, a sua vida íntima, pelas ideias que defendem? Talvez lho prometam, e até com boa-fé, mas daí à realidade...
E ditas estas palavras, as últimas da tarde, o dr. Salazar, despedindo-se de mim, entrou para a sua casa, na rua do Funchal, essa casa que não seria mais simples e mais modesta se ele fosse um comunista praticante, que vale mais para o povo, no seu exemplo raro, do que todas as palavras ao vento, do que todas as promessas...

"O dr. Salazar recebe-me hoje no seu Ministério, no seu gabinete desanuviado, claro, nítido, junto da sua larga secretária..."

3.ª Entrevista

A Ditadura e o seu contacto com a Nação

O dr. Salazar recebe-me hoje no seu Ministério, no seu gabinete desanuviado, claro, nítido, junto da sua larga secretária, com tampo de vidro, que tem o arrumo e a limpidez dum orçamento geral do Estado, dum dos seus orçamentos...
Reato imediatamente o fio à conversa para não perder tempo:
– Falámos do Comunismo e de Lenine, seu realizador, mas não falámos ainda de Mussolini e do Fascismo. Alguns dos seus admiradores gostariam de o ver aproveitar mais a lição da Itália, a lição do Duce. É dessa opinião? Julga o Fascismo, nas suas linhas gerais, adaptável ao nosso País?

O Fascismo e a Ditadura portuguesa

E o dr. Salazar, sem a mais leve hesitação, tomando, como sempre, o caminho mais curto e mais directo:
– A nossa Ditadura aproxima-se, evidentemente, da Ditadura fascista no reforço da autoridade, na guerra declarada a certos princípios da democracia, no seu carácter acentuadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem social. Afasta-se, porém, nos seus processos de renovação. A ditadura fascista tende para um cesarismo pagão, para um estado novo

que não conhece limitações de ordem jurídica ou moral, que marcha para o seu fim, sem encontrar embaraços nem obstáculos. Mussolini, como sabe, é um admirável oportunista da acção: ora marcha para a direita, ora marcha para a esquerda; combate hoje a Igreja, mas, pouco depois, é ele próprio que faz o tratado de Latrão para mandar encerrar, meses passados, as associações católicas. Sentimo-lo, constantemente, entre o escol que ele soube formar, que o serve com tanta inteligência, e a rua, a que é forçado a agradar, de quando em quando. Não nos esqueçamos de que Mussolini é um italiano descendente dos *condottieri* da Idade Média, e não esqueçamos, igualmente, as suas origens, a sua formação socialista, quase comunista. O seu caso é, portanto, um caso admirável, único, mas um caso nacional. Ele próprio o disse: «O Fascismo é um produto típico italiano como o Bolchevismo é um produto russo. Nem um nem outro podem transplantar-se e viver fora da sua natural origem». O Estado Novo português, ao contrário, não pode fugir, nem pensa em fugir, a certas limitações de ordem moral que julga indispensável manter, como balizas, à sua acção reformadora.

Ponho uma objecção:

– Mas Benito Mussolini é, justamente, um dos ditadores mais severos, nessa ordem moral, que a História conhece. A sua legislação é rigorosa, implacável, para todos os desvios: adultérios, maus costumes, corrupções... Roma, por exemplo, é hoje uma das cidades mais pacatas do Mundo...

E Salazar, completando o seu pensamento, aparando-o como se apara um lápis que já escrevia bem mas que se aguça ainda mais para escrever mais fino:

– Entendamo-nos. Não duvido da obra moralizadora de Mussolini. Digo que certas afirmações e atitudes na ordem moral são impostas por Mussolini ao Fascismo, não são impostas pelo Fascismo a Mussolini. Ele *quer* assim e podia querer o contrário sem se contradizer. Pelo contrário, os limites dentro dos quais pretendemos trabalhar, são impostos pelos princípios fundamentais do Estado Novo português à nossa acção, à acção dos governantes. As nossas leis são menos severas, os nossos costumes menos policiados, mas o Estado, esse, é menos absoluto e não o proclamamos omnipotente.

– Mussolini, digo eu, é um grande homem mas não se é impunemente da terra de César e de Maquiavel...

Reflexões sobre a violência

– Outra diferença que separa as duas ditaduras – continua o dr. Salazar – é a diferença dos seus meios de acção, a mecânica da sua renovação. A violência, processo directo e constante da ditadura fascista, não é aplicável, por exemplo, ao nosso meio, não se adapta à brandura dos nossos costumes...

Ponho uma ilustração, uma imagem, na nossa conversa:

– Mussolini, discípulo de Georges Sorel, disse num dos seus discursos estas palavras sobre a violência: «A violência, para nós, está muito longe de ser um desporto ou um divertimento. Ela é, como a guerra, uma dura necessidade de certas horas históricas, mas há que trazer sempre, no coração, o sonho duma Itália pacífica, laboriosa, na qual todos se sintam filhos da mesma mãe e ligados pelos mesmos destinos».

– Concordo com Mussolini... em Itália – comenta serenamente o dr. Salazar – mas não posso concordar em Portugal. A violência pode ter vantagens, efectivamente, em certas horas históricas, mas não é na nossa raça nem com os nossos hábitos. Em Portugal não há homens sistematicamente violentos. Fraquejam todos a meio caminho e acabam por ser as primeiras vítimas dessas violências falhadas. O caso das nossas revoluções é significativo. Gastam-se milhares e milhares de contos, perdem-se vidas, semeiam-se lágrimas, acumulam-se prejuízos de toda a ordem, desacredita-se o País. Reclama a opinião pública sanções severas, um castigo exemplar que acabe por uma vez com o fermento de tanta desordem, e os Governos obedecem-lhe na primeira hora. Afastam-se e demitem-se os funcionários, dá-se baixa aos militares, criam-se tribunais próprios para o julgamento dos crimes, decretam-se as penalidades adequadas. A certa altura estão os tribunais adormecidos, os presos em liberdade, os funcionários reintegrados de novo nos seus lugares, o público esquecido da revolução e das lágrimas e sofrimentos passados, a opinião dos amigos e inimigos reclamando, perante a obra inacabada, uma esponja sobre o que lá vai. O povo está tão deseducado ou tão defeituosamente educado que não comporta a justiça. E sendo assim, como se pede para ele a violência?

Pergunto ao Chefe do Governo:

– Conhece a frase de Pilsudski, do ditador polaco, sobre as violências da Ditadura portuguesa?
– Não me recordo...
– «Abençoado país este Portugal que tem a sua Sibéria na ilha da Madeira...»
– Basta ver as reacções do nosso povo – continua o dr. Salazar – diante dos grandes crimes, a que os jornais dão proporções escusadas. O primeiro movimento é de violência, de rancor, quase de ódio, contra o criminoso, contra os seus maus instintos, contra a fera, etc., etc.... Mas o assassino é julgado e há sempre uma figura humana que aparece na teia, ao seu lado: a companheira dedicada, a mãe velhinha, o filho abandonado... E logo se sente uma reviravolta, um movimento de compaixão na opinião pública: «Coitado! Pobre homem! Bem basta já o que sofreu...» E quando é lida a sentença, quando a pena é justa mas grande, sente-se de novo, nas entrelinhas dos jornais, nos rumores do público, um novo movimento de violência, de rancor, quase de ódio, mas contra os juízes, contra a justiça...
Interrogo o dr. Salazar e interrogo-me a mim próprio:
– O quadro é bem traçado, absolutamente verdadeiro, mas não provará ele a bondade natural da nossa gente, do nosso povo?
E o dr. Salazar, com vivacidade:
– Certamente! Mas há que governar, portanto, tendo sempre em conta esse sentimentalismo doentio a que nós estamos habituados a chamar bondade. A Ditadura para realizar a sua obra tem de ser calma, generosa, um tudo nada transigente, vagarosa até. Ela perderá em tempo mas ganhará em eficácia e solidez: uma Ditadura de direito sem dar grandes asas ao poder pessoal. Eu não lhe nego – e os olhos de Salvar quase se somem, como sempre que ele olha para dentro de si próprio – que o poder pessoal tem seduções a que é difícil resistir, a que, talvez, não se devesse resistir. Há problemas de interesse nacional, de interesse colectivo, que se resolveriam facilmente com duas penadas, passando por cima de tudo, de todas as leis, de todas as normas, de todos os obstáculos individuais. Mas o bem que uma vez se faz, pode ser inutilizado pelo muito mal que outras vezes se poderia fazer. Um poder sem limites, rápido, decisivo, tem suas seduções, suas vantagens e seus perigos. Não nos esqueçamos de que para se chegar a toda a parte é preciso delegar noutros, íntegro, o mesmo poder...

Muito obrigado...

Ponho uma nota à margem:
– A rainha Cristina da Suécia, que comentou, com rara subtileza, o *Príncipe*, de Maquiavel, escreveu à margem das páginas desse livro esta maquiavélica observação: «Neste Mundo não podemos passar uns sem os outros. É muito raro podermos confiar em alguém, mas é preciso, quase sempre, fingir que confiamos». Napoleão, o maior discípulo de Maquiavel, deve ter lido a anotação e deve ter aprendido o conselho. Foi talvez a razão que o levou a ter sempre Talleyrand e Fouché junto de si...
E o dr. Salazar, nada maquiavélico ou maquiavélico por necessidade:
– Em Portugal é necessário proceder, por vezes, como aconselha a rainha Cristina. Mas sou o primeiro a reconhecer que há, talvez, maior saúde, maior justiça, maior claridade, num poder pessoal largo, bem compreendido e bem dirigido. Simplesmente, para usar desse poder pessoal, é preciso encontrar homens raros, homens moralmente excepcionais, com uma grande disciplina interior, uma vontade firme e uma inteligência clara.
Não resisto a este cumprimento sincero:
– Não estará o sr. Presidente nessas condições?
– Muito obrigado... – responde-me o dr. Salazar, com um sorriso que tanto pode ser de humildade como de orgulho.

A defesa da Situação

– Não haverá uma certa incoerência entre as suas palavras contra a política da violência em Portugal e algumas violências que a Ditadura tem exercido, apesar de tudo, contra os inimigos da Situação?
– A Situação – responde-me o dr. Salazar com secura – não incomodou os seus inimigos nem os perseguiu. Deixou-os ficar, quase todos, nos seus lugares, mantendo-lhes até certas posições delicadas que sempre se consideraram da confiança do Governo. Bastara dizer-lhe que os directores gerais dos ministérios, com pouquíssimas excepções, são os mesmos de antes do 28 de Maio. Essa generosidade da Ditadura tem sido mesmo cri-

ticada – e com razão, de quando em quando – por alguns dos seus amigos. É legitimo, portanto, que a Ditadura se defenda, com energia, quando os seus inimigos não compreendem essa generosidade, quando abusam dela, quando a julgam fraqueza. Se não fosse o último movimento revolucionário, a amnistia, por exemplo, teria sido dada há muito, e, possivelmente, mais completa.

Maus tratos

– Mas há violências condenáveis – insisto com impertinência –. Diz-se, por exemplo, que alguns presos políticos têm sido maltratados, espancados, no Governo Civil, na antiga Polícia de Informações...
Salazar, cuja lealdade heróica o deve impor, neste momento, ao respeito e à consideração de todos os portugueses, diz-me, textualmente, o seguinte:
– Por várias vezes nos chegaram aos ouvidos as notícias desses maus tratos. Resolvemo-nos, um dia, a tirar o caso a limpo e a fazer observar por médicos de confiança aqueles que se queixavam desses maus tratos. Devo dizer-lhe que se chegou à conclusão de que os presos mentiam, para tirar efeitos políticos, na maioria dos casos, mas quero dizer-lhe, também, realmente, que algumas vezes falavam verdade. É claro que eram tomadas sempre, em casos desses, imediatas providências, e foi essa a razão de se terem dado algumas alterações nos quadros da Polícia. Atribuir a responsabilidade, portanto, ao Governo desses maus tratos é prova de ignorância ou de má-fé.
– Um governo – digo eu – tem não só de defender-se contra os que o servem mal, mas também contra os que julgam servi-lo bem...
E o dr. Salazar, como quem não dá importância ao pormenor:
– Quero informá-lo, no entanto, de que se chegou à conclusão de que os presos maltratados eram sempre, ou quase sempre, temíveis bombistas que se recusavam a confessar, apesar de todas as habilidades da Polícia, onde tinham escondidas as suas armas criminosas e mortais. Só depois de empregar esses meios violentos é que eles se decidiam a dizer a verdade. E eu pergunto a mim próprio, continuando a reprimir tais abusos, se a vida de algumas crianças e de algumas pessoas indefesas não vale bem, não justifica largamente, meia dúzia de safanões a tempo nessas criaturas sinistras...

O Ditador e a multidão

Volto a página:

– Marcou o sr. Presidente, com uma grande claridade, quase geometricamente, a diferença que separa a Ditadura portuguesa da Ditadura fascista. Mas não haveria que aproveitar da lição de Mussolini a atmosfera espiritual e humana que ele soube criar dentro do Fascismo, o seu contacto com a multidão, a exaltação e o entusiasmo que consegue manter, sem quebras nem fraquezas, na alma do povo? Na Itália sente-se a alegria das ideias em marcha, das ideias que cantam. Em Portugal respeita-se a obra do ministro das Finanças, reconhecem-se os benefícios materiais da Ditadura, mas há um certo mal-estar, uma certa inquietação, uma tendência para o descontentamento, que vem da frieza do ambiente, talvez do isolamento do seu Chefe. Somos um povo nostálgico, que precisa de música, de alegria, da simpatia humana do poder, para sacudir o seu pessimismo, a sua tristeza inata...

Salazar deixa-me falar e responde-me depois sem a mais leve susceptibilidade, com a franqueza de sempre:

– Li o seu artigo *O Ditador e a Multidão*, cujo sentido compreendi. Julgou, talvez, que eu tivesse ficado magoado com a intenção clara das suas palavras, mas quero afirmar-lhe, com muito prazer, que se enganou. Gostei do artigo e concordei inteiramente com ele. Eu sou o primeiro a sentir essa frieza de que me fala e que é absolutamente verdadeira. Ela está constituindo um dos perigos mais sérios e uma das dificuldades mais graves da Situação. Tudo quanto se faz, por mais útil, por mais indiscutivelmente útil, cai no vácuo, na indiferença, no gelo. Tenho o orgulho de lhe dizer que a obra da Ditadura portuguesa, guardadas as proporções do meio, não é inferior, nos seus resultados e nas suas directrizes, à obra da Ditadura italiana. Entretanto, pouca gente se apercebe desta verdade porque a iluminação desta obra não corresponde ao que se tem feito. Se há descontentes é porque não lhes mostrámos ainda, com a persuasão necessária, o que se fez, o que se está fazendo, o que contamos fazer...

– Mas como vai resolver o problema se o considera tão grave?

E Salazar, com optimismo e com justiça:
– Confio, como sempre, na gente nova, na mocidade. Esses rapazes de sangue na guelra, que sabem bater-se quando é preciso, que sabem vibrar, que conhecem a ginástica do entusiasmo, e cuja acção não esqueço, são os meus colaboradores naturais para dar vida, luz e nervos ao nosso Estado Novo, ao Portugal novo que preparamos...

Política do Povo

Aproveito esta boa disposição:
– O povo gosta, na verdade, que pensem nele, que procurem diverti-lo, acarinhá-lo... «Contentar o povo e não descontentar os grandes, eis a máxima dos que sabem governar», disse Maquiavel, que não era tão feio como o pintavam.
– Tem razão – concorda o dr. Salazar –. E a Exposição Industrial provou-o bem. Não imagina, porém, como é difícil mexer com a nossa raça adormecida, sobretudo com os nossos apáticos serviços. Eu vou contar-lhe um episódio que parece ridículo, superficial, mas que prova como se torna difícil ao próprio Governo realizar as coisas mais simples contra os hábitos adquiridos. A música, na minha opinião, é um dos grandes elementos dessa animação do povo. Pensei que seria interessante e útil aproveitar as bandas regimentais, caras mas boas, para dar concertos, aos domingos e quintas-feiras, por exemplo, nos jardins de Lisboa e por essa província fora. Pois todos os esforços tem sido inúteis, ate agora, apesar da boa vontade do sr. ministro da Guerra. E não se admire se eu tiver de ir qualquer dia tratar pessoalmente dos coretos e das bandas. Penso também em sugerir à organização de grandes espectáculos de cinema popular onde o povo possa entreter-se, simultaneamente, com filmes educativos e com filmes que o divirtam. Convenceremos assim o povo, pouco a pouco, de que pensamos nele, de que a sua felicidade e o seu bem-estar constituem uma das nossas maiores preocupações...

Política do Espírito

– Permita-me, sr. Presidente, que aborde um problema, que chega na sua altura própria e que me interessa especialmente: o problema da arte, das letras e das ciências. Não lhe parece que essa frieza do momento, que essa falta de elevação e de animação se devem atribuir, em grande parte, à ausência duma inteligente e premeditada Política do Espírito dirigida às gerações novas, que as traga à superfície, que lhes dê um papel nesta hora de insofismável renovação? Todos os grandes chefes, grandes condutores de povos assim o fizeram. Desde os Médicis a Mussolini, desde Francisco I a Napoleão, as artes e as letras foram sempre consideradas como instrumentos indispensáveis à elevação dum povo e ao esplendor duma época. É que a arte, a literatura e a ciência constituem a grande fachada duma nacionalidade, o que se vê lá de fora... Em Portugal – triste é dizê-lo – essa Política do Espírito, que já foi seguida por alguns reis e por alguns estadistas portugueses, tem sido abandonada lamentavelmente pelos poderes públicos nestes últimos cinquenta anos.
Temos o orçamento equilibrado, temos estradas, quase não temos dívidas, temos um bom crédito lá fora, uma obra municipal notável, uma indústria que começa a abrir as asas, mas nada se fez ainda pelo desenvolvimento da literatura e das artes plásticas, que sufocam, sem poder alargar os seus horizontes, no saguão do nosso meio. O Teatro de S. Carlos, cheio de tradições, está fechado para a música. O problema do Teatro Nacional, que tem merecido ao sr. ministro algum interesse, foi atamancado mas não resolvido. Não temos uma única cena de vanguarda, um teatro de arte, porque o Estado não admitiria, sequer, a ideia de lhe dar um subsídio. Tivemos já três orquestras sinfónicas. Este ano, porém, nem uma para amostra... A produção literária, por sua vez, é fraquíssima e tímida... Mas, perdoe-me... Reparo agora que principio a ser incorrecto, que fui longe demais num assunto que me interessa especialmente, que me apaixona...
O dr. Salazar, que tem a rara qualidade de saber ouvir, de deixar falar quem é sincero, dá-me razão, mais uma vez:
– Está na verdade, na triste verdade. É um problema que sentimos, igualmente, a necessidade de atacar de frente, porque os meios só se elevam, só

se iluminam, como o senhor disse no seu elogio da *Política do Espírito*, através das artes e das ciências. Mas não se esqueça que só agora as circunstâncias do País nos permitem começar a pensar nesses problemas. Não se esqueça do atraso em que nos encontrávamos no capítulo de certas necessidades fundamentais que estavam mesmo antes do culto da arte, se bem que a beleza seja alimento indispensável do espírito. Como queria que eu encomendasse para os palácios nacionais uma estátua ou um quadro, se nalguns chovia como na rua, quando tomei conta do Ministério das Finanças? Os problemas têm de ser seriados e resolvidos pela sua ordem. É ridículo mandar vestir casaca a um homem que não tem camisa... Por outro lado não é ao Estado que tudo compete; a iniciativa particular pode fazer muito por essa renascença. Assim, não sei se os nossos editores...

– Não defendo os nossos editores, respondo. Os editores portugueses têm, na verdade, o excessivo culto dos consagrados, e poucas vezes se atrevem a lançar um nome novo,uma personalidade nova.Mas não os carregamos também excessivamente? Não esqueça o sr. Presidente do Ministério os impostos pesadíssimos sobre a importação do papel, cuja responsabilidade pertence ao sr. ministro das Finanças...

E o dr. Salazar, com um sorriso:

– Apresentar-lhe-ei essa reclamação...

E eu, aproveitando a excelente oportunidade de desabafar, de dizer tudo:

– Mas temos ainda o teatro, a música, a pintura, a situação dos artistas novos...

– São tudo assuntos – anima-nos o dr. Salazar – que hão-de ser resolvidos, lentamente mas definitivamente. O que fiz pelo Teatro Nacional foi pouco, sem dúvida, mas procurei aliviar, em todo o caso, a actual empresa dos encargos das obras a que foi obrigada por contrato e que lhe tornavam a vida impossível. Concordo também que é necessário dar vida ao Teatro de S. Carlos reatando as suas tradições. A defesa do nosso património artístico é das maiores obras da Ditadura, das maiores e talvez das menos conhecidas. A reconstituição meticulosa, quase religiosa, do que tínhamos e estava em riscos de perder-se, ou quase perdido já, prossegue sem descanso: depois dos templos, os castelos, os monumentos do arte militar.

Ao lado de uns e outros, os museus, os palácios nacionais: Queluz, Mafra, os dois de Sintra, a Ajuda, as Necessidades levam ainda três a quatro anos e muitos milhares de contos a reconstruir e a alindar...
– Perdoe-me lembrar-lhe que se é justo e necessário pensar na conservação do nosso património artístico, é igualmente justo, e talvez mais urgente, pensar na arte viva que deve acompanhar a nossa evolução, que deve ser a expressão do nosso momento. Há aí duas dúzias de rapazes, cheios de talento e mocidade, que esperam, ansiosamente, para serem úteis ao seu País, que o Estado se resolva a olhar para eles. Perdoe-me que lhe cite Mussolini, mais uma vez: «A Arte, para nós, disse ele, é uma necessidade primordial e essencial da vida, a nossa própria humanidade».
E Salazar, demonstrando-me a largueza do seu espírito, disposto a abrir-se a todas as inovações:
– Estamos de acordo. O pensamento e o espírito não devem parar. Há que estimulá-los e dar-lhes um movimento contínuo. Diga, portanto, a esses rapazes que tenham confiança e que saibam esperar...

A legítima defesa do isolamento

Fecho este parêntesis, que alonguei propositadamente, que trazia engatilhado, e regresso ao problema palpitante das relações necessárias entre a Ditadura e o povo:
– Há quem atribua ao seu isolamento a frieza da Situação, a falta de calor humano... Trata-se duma característica do seu temperamento ou duma defesa política?
– As duas hipóteses são verdadeiras – responde-me o dr. Salazar, com o sorriso condescendente de quem está disposto a suportar as perguntas mais indiscretas –. Trata-se, efectivamente, duma defesa, mas duma defesa que nada me custou, que se ajusta perfeitamente ao meu feitio. A visita, a conversa sem objecto e sem objectivo, palavrosa, estirada, é defeito comum em Portugal a homens e mulheres; nós somos um povo de conversadores... inúteis, sobretudo quando não somos espirituosos. Estava arranjado e estava arranjado o País se eu atendesse todas as pessoas

que me querem falar, que me querem apresentar os seus casos pessoais. Não teria feito, com certeza, a obra que me atribuem e não teria resolvido a maioria desses casos pessoais, que se enquadram sempre, quando não legítimos, em medidas de ordem geral. Eu não chego a compreender como seria possível ir um ministro a toda a parte, presidir a banquetes, cerimónias, sessões solenes, aparecer em todas as festas e recepções. Onde iria encontrar tempo, depois de tudo isso, para fazer uma obra, a sua obra? Não teria o País o direito de nos acusar de trair a nossa missão, de abandonar, por uma acção estéril e exibicionista, os negócios do Estado e da Nação?

De acordo com o dr. Salazar, arrisco-me, no entanto, a lançar uma acha na fogueira:

– Compreendo a angústia do problema do tempo para um estadista que seja um reformador, mas não será útil ouvir os homens, de quando em quando, nas suas queixas ridículas, comezinhas, tocando, de perto, a realidade?...

– Não se trata apenas dum problema de tempo, mas duma defesa de ordem moral – responde Salazar com vivacidade, disposto a falar duma vez por todas –. O governante que quer ser justo, que pretende renovar, a mentalidade dum país, não pode sentir vacilar a sua mão no momento em que vai articular uma disposição, ou em que vai proferir um despacho, que podem favorecer ou prejudicar o homem que ele conhece de perto, a quem aceitou um jantar, com quem falou no seu gabinete...

Atalho, rapidamente:

– Enganam-se, portanto, os que o julgam frio, insensível. A sua sensibilidade existe. Simplesmente, a sua inteligência obriga-o a isolar-se para sua própria defesa...

E Salazar, fechando-me a porta:

– Como quiser...

Insisto ainda:

– Mas esse isolamento não será um obstáculo ao conhecimento directo da vida, não lhe dará uma rigidez de processos que pode tornar defeituosa e desumana a obra da Ditadura?

E Salazar, que vai agravar consideravelmente a sua correspondência:

– Não creio. Eu sei o que se passa lá fora, sei mesmo que se diz isso, porque justamente não recebo ninguém ou poucas pessoas, porque tenho assim tempo para ler ou fazer ler tudo o que me escrevem, para estudar todas as reclamações inteligentes que me fazem. Ora como em cada português há não só um indivíduo que usa constantemente do seu direito de representação perante os poderes públicos mas também um escritor epistolar, eu estou geralmente ao corrente das necessidades individuais de cada um... Mas, deixe-me dizer-lhe, a ciência e a arte de governar não são feitas do conhecimento dos mil casos da rua. Os homens habituados a estudar e a reflectir não precisam de muitos factos para sua orientação; procuram os factos característicos, as reacções típicas da inteligência ou da sensibilidade humana, aprofundam-nos, esgotam-nos e guiam-se por elas. Os homens mudam pouco e então os portugueses quase nada. Às vezes quando tenho vagar ou um pouco de descanso leio o padre António Vieira. Sabe que no Brasil ou em Portugal, em S. Luís do Maranhão, na capela real ou na Misericórdia de Lisboa, ele se permitia observações à política e à administração pública, críticas, audácias que eu não sei se a Censura as permitiria hoje em «fundo», no *Diário de Notícias?* No século anterior tinham escrito João de Barros e Fernão Mendes Pinto. Comparo os quadros da Índia, do Brasil e de Lisboa, com o que me passa pelas mãos – os séculos XVI e XVII com o século XX. Os vícios da nossa administração, os defeitos da nossa mentalidade e da nossa acção privada e pública são ainda os mesmos. Se não fosse bizarria, podia ter-se posto, como relatório do decreto sobre incompatibilidades e acumulações, um trecho de sermão do notável jesuíta.

Desemprego, Assistência e Mendicidade

Esgotado o assunto, tenho de dar a mão à palmatória:
– Compreendo a sua posição e já calculava quais os argumentos justificativos do seu isolamento. Mas não haverá outras formas de aproximar a Ditadura do povo?
E o dr. Salazar, com rapidez.

– Aproximar a Ditadura do povo, independentemente daquela acção exterior de propaganda que julgo necessária, e resolver-lhe os problemas mais urgentes, o problema do desemprego, por exemplo...

– Julga-o resolvido?

– Difícil dizer-lhe, por enquanto. Já o seu Maquiavel dizia «que a máxima dos sábios dos nossos dias *consiste em esperar o benefício do tempo*». O que lhe posso garantir é que a nossa experiência é a mais inteligente, a mais original que se tem feito. O subsídio sem o trabalho compensador desmoraliza os indivíduos, torna-os indolentes, comodistas, completamente inúteis à vida duma sociedade. O subsídio a troco de trabalho, pelo contrário, não desabitua os homens da sua função natural dentro da vida e enriquece o País com o acabamento e a iniciação de obras públicas que são de utilidade para todos. Desta forma, o imposto do desemprego não se torna tão pesado ao contribuinte, porque, além de sarar uma chaga social que o deve incomodar, vai encontrar-se em melhoramentos que ele próprio reclama há muito tempo.

– Fica ainda para afligir o povo, para fornecer armas perigosas aos inimigos da Ditadura, o problema dramático da mendicidade e o problema alarmante da falta de camas nos hospitais... Creia o sr. ministro que são dois flancos para atacar com rapidez e com energia...

– O segundo – elucida-me o dr. Salazar – está a caminho de ser resolvido. Resta o problema da mendicidade, o mais angustioso, talvez, por ser o mais teatral, porque faz pensar aos estrangeiros e até aos nacionais que atrás dessa miséria que se ostenta, que torna difícil o trânsito na cidade, há uma miséria que se esconde, mas que vai alastrando... E no entanto, é esse um pensamento errado. Essa mendicidade não é um índice de miséria porque é antes um vício, porque a maioria dos que pedem não precisam de pedir. O caso não tem, portanto, a gravidade que se lhe atribui, salvo a sua teatralidade explorável, e pode ser resolvido, se houver boa vontade, castigando, severamente, os falsos mendigos, devolvendo à procedência, à sua terra natal, os pobres que não são de Lisboa e metendo os restantes, os autênticos, nos asilos existentes e noutros que se improvisem para acudir, urgentemente, a esse mal. Julgo ser essa a orientação do sr. comandante da Polícia, que ao assunto já está dedicando a sua melhor atenção...

Estamos ambos fatigados. Eu de interrogar e o dr. Salazar de responder docilmente a todas as minhas perguntas.
Anoitece. Sinto que já trabalhámos hoje bastante. Vou despedir-me do dr. Salazar quando oiço a sua voz, rompendo a treva crescente, a interrogar-me, por sua vez:
– Diga-me, se não vê inconveniente, qual o sentido oculto do seu questionário?
E eu, quebrando, sem hesitar, o meu segredo:
– Pôr diante da sua inteligência e da sua lealdade todos os *mas* aparentes ou verdadeiros da Situação; resolver, ao mesmo tempo, algumas dúvidas do meu espírito...
– E ainda tem muitas balas?
– Algumas, se a minha pontaria o não incomoda...
– Continuo à sua disposição...
– Até amanhã, sr. ministro...

"Em casa do dr. Salazar. A porta abre-se e estamos logo sem outras portas... no escritório modesto, modestíssimo, do ministro das Finanças..."

4.ª Entrevista

A poesia dos números

Em casa do dr. Salazar. A porta abre-se e estamos logo sem outras portas, sem reposteiros misteriosos e cenográficos, no escritório modesto, modestíssimo, do ministro das Finanças. Um divã anónimo cheio de almofadas singelas. Uma pilha de dossiês num móvel frágil que faz tirocínio para torre inclinada de Pisa... Uma estante com livros de consulta e três molduras, apenas, que me lembre: a imagem do Sagrado Coração de Jesus, o célebre soneto de Plantin *Le Bonheur de ce monde* e o retrato simpático duma senhora idosa. Ao centro do escritório exíguo, com a cadeira de costas voltadas para a janela, a secretária do dr. Salazar, sua oficina limpa e cuidada, onde há dois ou três processos que estão sendo folheados, que estão em obras... Sentado à secretaria, substituindo o aquecimento ou o modesto fogão de petróleo por uma simples manta, que nem sequer é muito espessa, o dr. Salazar, que guarda também o seu sobretudo, nas horas de trabalho, para se defender do frio.

Amnistia e defesa

Sento-me junto da secretária, na cadeira dos visitantes que Salazar me oferece com um gesto. Silêncio prolongado e embaraçoso. Trago hoje no meu programa um assunto delicado que me constrange, que me torna tímido...

Salazar compreende-me e abre-me caminho:
– Parece preocupado...
Decido-me, corajosamente, como quem fecha os olhos e toma um remédio amargo:
– Os decretos recentes, de amnistia e de defesa da Situação, não caíram lá muito bem... Há descontentes de ambos os lados...
E o dr. Salazar, sem a mais leve surpresa:
– Já o sabia quando levei os decretos à assinatura do Sr. Presidente da República. Cheguei até a avisá-lo. As reacções dos extremos diante dessas medidas eram inevitáveis... Mas o centro do País recebeu-os bem. – E desfazendo uma vaga dúvida julgou ler nos meus olhos: – Pode ter a certeza!
– Houve quem achasse inútil a amnistia, quem preferisse que ela se fizesse disfarçadamente, sem decretos espectaculosos...
– Bem sei! – replica o dr. Salazar –. São os mesmos que não querem o Governo, que não querem a Constituição, que não chegam a saber o que querem... Nós não fomos dessa opinião e achamos que esses homens, deportados e castigados, mas não julgados muitos deles, tinham direito a uma lei, a definição jurídica dos seus casos...
– Lamentou-se que a amnistia nem sequer tivesse sido útil politicamente, por não ser absoluta, por terem ficado de fora cinquenta nomes...
E Salazar, com frieza:
– Era ao Governo, e só ao Governo, que competia definir a mais conveniente atitude em face das responsabilidades de cada um. Os nomes que ficaram de fora têm graves responsabilidades que não expiaram ainda. São os chefes do movimento revolucionário da Madeira e das Colónias e são os eternos agitadores, os fatais elementos de perturbação dentro do nosso meio. Os seus processos foram estudados cuidadosamente e posso garantir-lhe que não houve injustiças nem favoritismos.
– Os amigos da Situação estão alarmados com esse regresso em massa. Alguns desses homens – dizem eles – são incorrigíveis profissionais da desordem que se habituaram a viver do subsídio que o Estado lhes concedia para viverem fora da Metrópole. Teme-se, portanto, uma nova tentativa revolucionaria...
– O Exército não a teme! – atalha Salazar com energia.

Contente com a «deixa», insinuo quase de olhos baixos:
– Mas parece que o próprio Exército não ficou satisfeito com a solução. Certo de que terá de bater-se, mais dia menos dia, preferia bater-se com todos os seus inimigos ao mesmo tempo...
E Salazar, com certo sorriso que lhe é próprio e onde passa uma gama inextricável de sentimentos:
– Conheço o modo de ser do Exército português e não estranho essa atitude. É natural, portanto, que ele esteja francamente disposto a bater-se. Mas o Governo é que não deseja que ele se bata... De que valem sacrifícios e despesas inúteis?
– Não acredita, portanto, que a amnistia se volte contra a Situação?
– Estão tomadas todas as providências para que tal não aconteça – responde o dr. Salazar com laconismo.
– Refere-se ao segundo decreto, ao decreto da defesa? Houve também quem o achasse violento, excessivamente duro...
E Salazar, que me diz sempre o mínimo quando diz a si próprio o máximo:
– Talvez, mas quase nos limitámos, afinal, a compendiar disposições já existentes. É necessário que esses homens se lembrem, no seu regresso, de que os reintegramos, com o maior prazer, na vida pacífica do País, concedendo-lhes a maior segurança, a mais ampla liberdade de trabalho, mas que não os reintegramos, de modo algum, na sua actividade conspiratória ou revolucionária... Os que assim pensam, ou os que assim estão agindo, arriscam-se a não passar cá o Ano-Bom...

O problema da Instrução

Esgotado o assunto, consultada a carta mental dos problemas ainda não tratados, hesito alguns segundos entre vários que igualmente me interessam e escolho, por fim, o problema da Instrução:
– Uma das grandes acusações que se fazem à Ditadura é a do seu hipotético desinteresse pelo grave problema do analfabetismo. Diz-se, por exemplo, que o Governo não gastou com a instrução o que tem gasto com outros problemas talvez menos graves e menos urgentes: portos, navios, etc., etc.... Terá razão de ser essa acusação?

O dr. Salazar olha-me como se olha um discípulo cábula e dispõe-se a ensinar-me, a dar-me uma lição:
– Devo dizer-lhe, antes de mais nada, que a Ditadura tem feito mais pelo problema da instrução em seis anos do que os governos partidários em vinte. Bastou uma boa arrumação dos serviços de ensino para chegar a resultados que as situações anteriores não tinham obtido. Queixamo-nos todos de falta de escolas, não e verdade? Pois parece que as existentes eram ainda demais, visto uma grande parte delas estar há longo tempo sem professores quando a Ditadura começou a sua obra. Agora, pelo menos, não há escolas fechadas e muitas mais têm sido construídas nos últimos anos. Para lhe demonstrar o interesse constante que nos merece o problema, bastará dizer-lhe que o orçamento da Instrução Primária foi aumentado, este ano, em cerca de cinco mil contos, aumento considerável se atendermos às restrições feitas em outros ministérios. Onde está, portanto, o desinteresse, o abandono? Palavras, sempre palavras... Falta de propaganda, a falta habitual de informações exactas...
Atrevo-me a insistir:
– Mas parecem-lhe suficientes esses paliativos? Se os governos anteriores se limitaram a marcar passo, porque não correr agora, em vez de simplesmente andar? Não achou interessante a campanha do *Diário de Notícias* contra o analfabetismo? Não lhe parece que se deveria estudar um plano quinquenal para liquidar o analfabetismo?
E Salazar, prático, linear, como sempre:
– É certo que não podemos cruzar os braços diante desse grave problema, que se prende intimamente com a obra de renovação que estamos empreendendo. Mas temos de mudar de processos se queremos chegar a um resultado positivo, se desejamos combater o analfabetismo para português ler e não para inglês ver... Se não formos práticos e razoáveis, se continuarmos com a mania das grandezas, não será com golpes orçamentais que o problema se há-de resolver...
– Mas que fazer, nesse caso?
– O senhor sabe quanto se gasta, actualmente, com o quadro dos professores de instrução primária?
– Confesso que ignoro...

E o dr. Salazar, folheando, para confirmar, o Orçamento Geral do Estado, que foi buscar a uma estante:
– À roda de noventa mil contos... Ora, se houvesse um professor primário em cada freguesia ou lugar que o não tem, essa verba subiria imediatamente para trezentos ou quatrocentos mil contos, cifra incomportável no actual orçamento deste pequeno País. Acrescente ainda, agravando a cifra, a construção das escolas necessárias para esse programa de ensino, e cujas despesas não iriam a menos de quinhentos ou seiscentos mil contos! Lembro-lhe ainda que as verbas existentes e as hipotéticas têm como base os vencimentos actuais que os professores primários gostariam de ver aumentados... Se satisfizéssemos, portanto, as suas aspirações e se aumentássemos os quadros até extinguirmos o analfabetismo, está a calcular onde iríamos todos parar... Deixemo-nos, portanto, de fantasias. Desafio, seja quem for, a resolver o problema por esse processo!...
– Como resolvê-lo, então? – pergunto com certa curiosidade.
E Salazar, com a segurança de quem tem ideias claras e firmes sobre o assunto:
– Examinando o problema com simplicidade, sem a mania das grandezas que prejudica todas as nossas iniciativas, que as deixa ficar em meio. É impossível, evidentemente, fazer as escolas que nos faltam, pelo modelo por que temos feito algumas, gastando cinquenta ou oitenta contos em cada uma delas. Mas se em vez de cinquenta ou oitenta gastarmos quinze ou vinte, já o problema fica reduzido a proporções abordáveis. É quimérico, sem dúvida, prover todas as freguesias com professores diplomados. Mas por que não deixar esses nos grandes centros, nas cidades, vilas e lugares de certa importância, e criar em todas as aldeias, nas povoações escondidas e inacessíveis, postos de ensino, que seriam mantidos à custa duma pequena gratificação? Seria esta – julgo eu – a única forma prática de resolver o problema, de ensinar toda a gente a ler, escrever e contar, degrau essencial para a educação cívica dum povo...
Não resisto a esta dúvida:
– Não haverá, igualmente, um excesso de optimismo nesse plano admirável nas suas linhas gerais?
– Não... Não há optimismo! – replica Salazar com segurança –. Não se trata duma experiência ou duma ideia original. É o método dos países pobres. Foi assim que a Noruega aprendeu a ler.

E recordando, enternecidamente, com os olhos iluminados de saudade, uma página da sua infância:
– Quando cheguei à idade de aprender a ler, comecei logo a frequentar a escola primária de Santa Comba. Mas éramos muitos e o professor poucas vezes me dava lição. O meu pai, aborrecido porque eu não fazia grandes progressos, tirou-me da escola e mandou-me ensinar por um homenzinho que dava lições particulares num compartimento da sua casa térrea. Éramos talvez trinta, e cada mensalidade não ia além de três tostões. O homem recebia, desta forma, nove mil reis por mês, pouco menos, afinal, do que recebia um professor primário naquela época. E aqui tem como eu aprendi a ler com um precursor rural dos tais postos de ensino, que conseguiam manter-se sem o subsídio do Estado, que seria mais fácil dar agora.
Olho com instintivo respeito este ditador, que vai forçosamente marchar para o povo porque vem do povo e faço-o percorrer, numa só pergunta, o caminho que vai da casa térrea de Santa Comba, onde ele aprendeu a ler, ao Ministério das Finanças, onde ensinou um País a governar-se:

A obra financeira

– Considera terminada a sua obra financeira?
E Salazar, olhando-me com ironia:
– Uma obra financeira nunca termina. É este o drama, a inquietação constante dum ministro das Finanças. O ministro das Obras Públicas traça um programa de governo com meia dúzia de construções essenciais à vida nacional, e, feitas essas construções, considera, mais ou menos, realizado o seu programa. Pelo menos o que se faz, fica feito. A obra financeira, pelo contrário, está sempre em obras. O menor desequilíbrio, a mínima desatenção, destrói num momento tudo o que se fez em meia dúzia de anos. O orçamento do Estado é uma balança que oscila com a maior facilidade, sujeita aos mais leves desvios entre o défice e o *superavit*...
Simulo um ataque, para conhecer a defesa, à obra financeira de Salazar:
– Há quem diga – com aparente razão, pelo menos – que o Estado português pode ter enriquecido, através da obra notável do seu ministro das Finanças, mas que o indivíduo está pobre, quase na miséria...

E Salazar, jogando o disco, atirando-o para longe:
– É o mais velho disco dos ataques à obra do Ministério das Finanças. Foi posto em movimento alguns meses depois de eu tomar conta da pasta, e ainda não parou...
– Se a música o aborrece, por que não aproveita a oportunidade para o fazer parar?...

O indivíduo pobre e o Estado rico...

– Vamos a isso... – acede Salazar, bem humorado e entrando no assunto –. A economia e as finanças dum país só transitoriamente podem separar-se ou opor-se. O pagamento de dívidas públicas, a construção de estradas ou outros melhoramentos públicos, todas as despesas que tendem ao equilíbrio e à reconstrução duma Pátria, longe de depauperar a Nação, entram, se o dinheiro for bem gasto, como valores certos, indiscutíveis, no activo da sua riqueza. Nesses períodos transitórios, nesses períodos de cura, pode reduzir-se, efectivamente, o poder de compra do indivíduo, mas essa redução é sempre compensada pelos benefícios duma administração severa e honesta. O exemplo da Inglaterra, neste momento, é típico: o abaixamento das taxas de juro, o agravamento dos impostos, a conversão da dívida, diminuíram consideravelmente o poder de compra do inglês, trazendo-lhe uma crise momentânea. Pois muito bem... Nem por isso esse admirável povo se queixa, porque tem confiança no futuro, porque sabe que a obra financeira em execução é feita, precisamente, a favor da sua economia. – E regressando brusca e directamente da Inglaterra à escola rústica de Santa Comba –. Quer um exemplo comezinho, impressionante como todos os exemplos comezinhos? Um indivíduo tem dois palmos de terra, alguns quilómetros distantes um do outro. Para cultivar uma dessas pequenas propriedades, longe da povoação, tem de ir buscar estrume a outra. Pois bem! O transporte desses estrumes, com a estrada intransitável, cheia de covas, custava três vezes o que custa agora, depois do caminho desbravado, da estrada consertada... Aliás, é frequente ouvir dizer à província, que faz igualmente sacrifícios mas que é mais imparcial, menos apaixonada do que Lisboa: «Agora já não nos importamos de pagar

impostos porque já sabemos para onde vai o nosso dinheirinho...»,
Quero tirar disto uma lição: na aldeia, o povo trabalhador vê claramente o benefício da actividade do Estado no embaratecimento da produção; na cidade tem-se, sobretudo, presente a situação do funcionário e do jurista, cuja renda é diminuída pelo imposto. Daqui vêm dois estados de espírito e duas ordens de críticos. É claro que se vive sempre uma fase dolorosa, a fase, justamente, em que a finança e a economia parecem guerrear-se, mas chega um dia em que elas se reconciliam, em que se confundem, em que trazem a riqueza à Nação e o bem-estar aos indivíduos...

O *superavit* e a política fiscal

– Há quem considere provocadora – digo com impertinência – a existência dum *superavit* de 150.000 contos numa hora que continua a ser difícil, em que se continuam pedindo à Nação pesados sacrifícios...
E Salazar, pegando na bomba sem receio de que ela lhe estale nas mãos:
– É a história do velho, do rapaz e do burro... Se em vez dum *superavit* houvesse um défice, a indignação, claro está, seria contra o défice. Mas já agora sempre quero explicar-lhe a história desse *superavit,* que não tem a estabilidade que se julga, que não traduz permanente abundância, nem quer dizer que as receitas normais excedem já as necessidades da Nação. O ano foi mau, e aí pelas alturas de Abril eu tive a percepção de que talvez tivesse de fechar as contas com um défice equivalente ao que se gastou, aproximadamente, com as revoluções da Madeira e de Lisboa. Continuei, por isso, a apertar aqui, a forçar acolá, até me encontrar com um *superavit* quase inesperado para mim próprio. Esse *superavit* não corresponde, portanto, ao rendimento normal da Nação, e pode até servir ainda – o futuro a Deus pertence – para compensar um défice que seja impossível de evitar...
Não desarmo ainda e continuo a bater na mesma tecla:
– Os contribuintes leram, com alegria, a notícia desse *superavit,* porque julgaram ter chegado, finalmente, o momento de se verem aliviados de alguns dos impostos que pesam sobre eles, do imposto de Salvação Pública, por exemplo...

E Salazar, tirando-nos algumas esperanças e dando-nos outras:
– O Estado só poderá libertar os contribuintes desses impostos quando as suas despesas previstas no orçamento actual e as que ainda nele não estão previstas forem satisfeitas, integralmente, pelas suas receitas diminuídas. Há verbas raquíticas, contraídas, que nem sequer chegam a gastar-se por serem insuficientes. O senhor falou-me com entusiasmo da «Política do Espírito», que tanto o apaixona, e que também julgo necessária. Pois as verbas, por exemplo, para compra de obras de arte destinadas aos diversos museus são tão diminutas que quase nunca se chegam a gastar por serem inferiores, em geral, a compra dum só quadro. Ora o que se dá nesse capítulo dá-se no capítulo da instrução, da assistência, do material de guerra, da aviação, do funcionalismo, que se queixa, com razão, de estar mal pago. Daqui até que as mais urgentes necessidades públicas estejam satisfeitas vai longe. Mas independentemente disso: eu aplico muito, no domínio da minha actividade de particular como nos vários ramos da administração pública, um princípio que me é caro pela sua eficiência evidente; chamar-lhe-emos o princípio da concentração. Contra a dispersão, em tudo e por tudo, à concentração da inteligência, à concentração dos esforços, à concentração de meios materiais para um objectivo determinado. Em vez duma política saltitante, de caprichos ou desejos, um programa sempre limitado, a executar num espaço de tempo definido, com meios bastantes para a sua integral realização. A mesma ordem de ideias leva-me a ser partidário da concentração financeira, duma certa severidade fiscal, tendente não ao imposto *esmagador* da economia individual, mas ao imposto *forte*, estímulo daquela, condição de progresso pelas vantagens colectivas que pode criar. O imposto bem administrado, bem arrecadado, é como a moeda que sobe de cotação guardando-a no mealheiro junto de outras moedas... Gasta isoladamente, não rende nada: perde-se como o fumo. Mexida com outras, em benefício da colectividade, pode trazer um rendimento maior e mais visível. Se o Estado libertasse os indivíduos das obrigações fiscais e lhes entregasse a iniciativa dos serviços públicos, dos melhoramentos de ordem material, regressariam todos, bem depressa, ao paraíso terreal, à doçura dos tempos primitivos... Os indivíduos dentro dum Estado partem sempre do princípio comodista de que a Nação mar-

cha por sucessivos milagres. Somente, se não se fazem obras públicas, se os serviços não marcham, o particular apressa-se a protestar contra o Estado, continuando a negar-lhe os meios precisos para a sua acção profícua, e não se lembrando nunca de suprir essa deficiência de recursos ou de actividade empregando, a favor dele próprio e da colectividade, as suas economias e os seus braços... A solução, portanto, é arrancar ao indivíduo essas contribuições, que, no fundo, não lhe adiantam nem atrasam e que podem ser, convenientemente orçamentadas, uma fonte de riqueza e de prosperidade... Retine a campainha do telefone. Conversa demorada, que julgo ser com o governador ou um dos vice-governadores do Banco de Portugal. Deve tratar-se duma venda de dólares. Discutem-se cifras, cotações. Salazar conclui:
– Ficamos, então, em 33$10...
Adivinha-se um protesto, e logo a voz do ministro das Finanças, entre risonha e decisiva:
– Qual não é razoável... Não posso perder esse dinheiro. Os senhores são mais ricos do que eu...
E quando Salazar diz eu, «Eu, Estado», confesso que me passa pelo espírito, como um relâmpago, medindo a distância que vai do esplendor de Versalhes à casa modesta da Rua do Funchal, 3, a célebre frase atribuída a Luiz XIV: «O Estado sou eu!». Apenas uma diferença: Luiz XIV era o Estado acima do próprio Estado. Salazar, neste momento, é também o Estado mas servindo o Estado, mas escravo do Estado...

O orçamento dum português e o orçamento dos portugueses

A conversa ao telefone terminou. Aproveito a oportunidade, a inspiração do diálogo, para uma pergunta atrevida mas que chega a propósito:
– Acusam-no de medir o orçamento de todos os portugueses, seja qual for o seu ritmo de vida, pelo seu orçamento caseiro, pelas suas necessidades invulgarmente sóbrias. Há uma vida exterior, brilhante, aparentemente supérflua, feita de gastos inúteis, que está intimamente ligada à felicidade duma Nação e até ao seu progresso. Não se pode negar, por exemplo, ao

homem que trabalhou de sol a sol, seja qual for a sua condição, o direito de espairecer, de se divertir, de ir a um teatro, a um cinema, de vestir o seu *smoking* para ir a um restaurante, a um *dancing*. O seu caso é uma excepção admirável, um caso de ascetismo. Mas está longe de ser a média da humanidade, desta pobre e pecadora humanidade...
Salazar não se zanga e responde-me com benevolência, com um sorriso de tolerância:
– Os que me fazem essa acusação teriam razão se eu não tivesse a cultura necessária para calcular o que é a vida fora das paredes do meu gabinete. Mas a verdade é que eu gasto tudo quanto o Estado me dá, comigo ou com outrem; isso não importa a ninguém. É uma questão de educação, de mentalidade, de modo de vida e de princípios orientadores. Uns sabem o que podem ganhar e metem a sua vida dentro desse orçamento; outros talham a vida que lhes apraz e querem levar os ganhos ao nível das despesas. Ora, tudo o que o senhor disse é muito bonito, mas a economia portuguesa é bastante limitada, os lucros são modestos, as remunerações fracas e o nível geral de vida necessariamente baixo. Por outro lado, nós vimos da época dourada em que, por uma interessante ilusão de contabilidade, nos achámos a gastar não os rendimentos mas os capitais acumulados pela Nação, capitais que foram consumidos, que têm de ser reconstituídos agora – um motivo a mais para sentirmos restrições a que não estacamos habituados. É velha pecha em Portugal levarem os portugueses vida com que não podem, assim como não administrarem devidamente aquilo de que dispõem, e que, talvez, pudesse render mais, um bocadinho mais, se lhe dessem um jeitinho...

Portugal e a crise

Continuo alvejando a obra financeira de Salazar com tiros de pólvora seca:
– Há também quem tente diminuir a obra financeira da Ditadura dizendo-se que Portugal, país importador, vivendo quase isolado economicamente, não foi tão atacado pela crise como os restantes países da Europa.
– É ainda a história do velho, do rapaz e do burro... – continua pacientemente o dr. Salazar –. Nos primeiros anos da Ditadura, o disco era jus-

tamente o contrário, o do agravamento da crise... – E com a sua lealdade costumada –: Devo dizer-lhe, porém, que alguma razão têm os que tal afirmam, mas por outras causas... Nós somos um povo de hábitos simples. A inexistência de grandes massas concentradas de operariado desenraizado da terra, a nossa vida familiar, a facilidade com que somos vizinhos uns dos outros, obrigam-nos a uma comunhão de interesses e de sentimentos que atenua as crises, que nos liberta desse egoísmo feroz dos grandes meios, onde os homens vivem sozinhos no meio da multidão, na floresta da própria civilização. Em Portugal há sempre um talher a mais ou uma côdea a mais para os necessitados. Não temos, além disso, grandes exigências. O nosso atraso salvou-nos nesse ponto. Como não nos habituámos ainda a certas facilidades trazidas pelo progresso, não sofremos tanto, naturalmente, com a falha brusca dessas facilidades. Nós estamos, afinal, para os grandes meios, Paris, Londres ou Berlim, como a Província está para Lisboa. Foi a nossa frugalidade – pode dizer-se numa síntese – que nos ajudou a defender da crise. – E noutro tom –: Mas daí a dizer-se que nada sentimos, que não atravessamos um período difícil, vai uma grande distância... Eu gostava de ver, por exemplo, esses financeiros palradores, diante dos cofres vazios, sem poder socorrer, na maré cheia da crise, instituições de crédito como o Banco Nacional Ultramarino ou o Crédito Predial, ligadas intimamente ao crédito do País. Gostava de ver, igualmente, o que fariam esses patriotas, como eles querem ser, diante da projecção da crise nas nossas Colónias, que lhes fez viver um momento difícil, perigoso, que ainda não passou inteiramente. Se não se tivesse feito uma política orçamental severa, rigorosa, implacável, corrigindo os erros do passado e preparando o futuro, onde se teriam ido buscar recursos para tapar esses buracos, para aguentar algumas das colunas da Nação?

Solidariedade com a libra

Continuo a transportar, laboriosamente, para a nossa conversa todo o material de guerra acumulado contra a Ditadura:

– Houve quem considerasse ruinosa, paradoxal, a política financeira de fidelidade à libra...

E Salazar, com energia, caindo a fundo:
– Corajosa apenas e arrojada, mas útil ao País. É preciso coragem, de facto, para trabalhar mais de dois anos, como trabalhei, na estabilização do escudo em relação ao ouro e para, três meses depois de decretada essa estabilização, pôr de lado o trabalho feito, fingir que se abandonara o que se procurara com tanto empenho e seguir novo rumo, não violentado pelas circunstâncias externas, mas voluntariamente e de caso pensado. Foi, por outro lado, uma política arrojada, de fundamentos imperceptíveis à maior parte da gente, abandonar o padrão-ouro para acompanhar outro padrão – o preço das coisas – evitando uma baixa maior, insuportável para a nossa economia, catastrófica. A moeda é uma medida delicada, mas é para servir e não para dominar. Geralmente não se lhe deve mexer e é perigoso tocar-lhe, mas nós vivemos um daqueles raros períodos em que se podia, sem grande perigo e antes com reais vantagens, fazer uma espécie de reajustamento da moeda aos preços em vez de acumular maiores males no ajustamento dos preços à moeda. E nós vimos que, passada a primeira hora de incompreensão ou de dúvida, os benefícios da política adoptada começaram a ser tão sensíveis que parece nunca mais ninguém falou nisso. As exportações aumentaram, a indústria colheu novas asas, a agricultura sustou a sua marcha para o abismo, o Banco de Portugal continua reforçando as suas reservas de ouro, de modo que espero seja dentro de poucos anos um dos melhores bancos emissores da Europa. Certamente alguns perderam, ou melhor, deixaram de ganhar o que poderiam ter ganho, mas em coisas de tanto vulto tem de pensar-se na colectividade, não pode pensar-se em cada um.
Pergunto, para me desempenhar duma incumbência dos eternos descontentes, com a perfeita consciência da minha ignorância em tal matéria:
– Por que se abandonou, então, esse caminho? Por que não se continuou a seguir o destino da libra?
E Salazar, generoso e tolerante diante da minha ignorância atrevida:
– É tudo uma questão de equilíbrio. O segredo está justamente em parar a tempo. A razão profunda, esboçada há pouco como justificativa daquela política, não existe em toda a gama de valores possíveis da libra. Por outro lado, embora seja para mim certo que o Governo inglês vigiara a evolução

da sua moeda e não a deixara afundar, eu precisava de mostrar ao País, duma maneira evidente, que nos desprendemos da libra, garantindo a nossa liberdade, na altura própria. E fixado um certo limite para além do qual se me afigura que a Inglaterra só teria prejuízos em deixar passar a libra, verificámos que, efectivamente, durante mais de um ano, só por muito poucos dias a libra se negociou aqui a menos de 110$00. Agora, mercê da incógnita que é o fim das negociações com a América sobre as dívidas de guerra, a moeda inglesa tem continuado a baixar, mas verá que, quando forem publicadas estas entrevistas, desanuviado o horizonte e satisfeita pelo Governo inglês a prestação da dívida ao Governo americano, a libra terá melhorado em relação ao dólar, subindo acima dos 3,32.

Não resisto a perguntar:

– A Inglaterra não estranhou que deixássemos de a acompanhar?

Resposta digna de Salazar:

– As nossas relações com a Inglaterra são melhores do que nunca. Ela expressou-nos, portanto, o seu agradecimento, na hora grave da deserção, quando ficámos ao seu lado, mas não estranhou nem tinha de estranhar que seguíssemos, em certo momento, o caminho que melhor nos pareceu, o mais conveniente aos interesses nacionais.

Outro zumbido:

– Há quem principie a protestar contra o encarecimento da vida...

E Salazar, com optimismo:

– É possível que a vida tenha encarecido ligeiramente, mas todos nos devemos regozijar com esse fenómeno. É a nossa vida económica, atrofiada pela crise, que ressuscita lentamente...

Caciquismo...

Faço-me agora intérprete das queixas duma classe:

– Mas os comerciantes continuam a protestar contra os impostos excessivos, verdadeiramente esmagadores, segundo eles dizem...

Salazar, com aquele sorriso vagamente brincalhão que vive sempre escondido na sua máscara e que dá às vezes um piparote na sua cara que pare-

ce de poucos amigos, responde-me sem se apressar, fazendo-me saborear a subtileza dos seus argumentos:
– Julguei, ao princípio, que a hostilidade de alguns comerciantes fosse filha da política. Quiseram convencer-me depois que se tratava, na verdade, dum espírito latente de revolta contra uma pretendida opressão fiscal. Mas como essa opressão não existe, tive de convencer-me de que se tratava duma pura manifestação de caciquismo...
– De caciquismo? – pergunto com surpresa.
– Eu explico-lhe – responde o dr. Salazar com o tal sorriso –. Como deve saber, os impostos sobre os comerciantes são proporcionais tanto quanto possível às suas transacções. Num grupo de vinte, por exemplo, há dezanove em geral que chegam a pagar menos do que pagavam antes da Ditadura e há um que paga mais, que paga o que nunca pagou porque era o favorecido pelas injustiças do antigo regime fiscal. Ora o resultado é este: os que pagam menos calam-se e não me defendem porque têm receio de chamar as atenções sobre a sua boa situação. O que paga mais, no entanto, barafusta, berra, protesta, faz barulho por todos, chega a arrastar os outros... Devo informá-lo, porém, de que toda essa berraria é lá fora e não ao pé de mim... Quando chegam ao Ministério, emudecem, geralmente, diante das estatísticas, diante das tabelas, sempre ao alcance da mão, das contribuições dos anos anteriores à Ditadura. Isto não quer dizer que não apareçam queixas justificadas e que não estejamos constantemente trabalhando em tornar mais equitativo o imposto, cortando aqui, aumentando acolá. Mas não há dúvida de que em muitíssimos casos se trata de fenómenos de puro caciquismo...
O último cartucho desta batalha:
– Mas diz-se que há muitas falências, muitas execuções...
E Salazar, sem crueldade mas com fatalismo:
– Falências há: não tantas como se diz, mas algumas, em todo o caso. Consequência triste mas natural da congestão do *après guerre*... Execuções, se quer dizer execuções fiscais, não; em poucos períodos terá havido tão poucas como agora.

Indústria, Turismo e Diplomacia

Vou para outro campo:
– E a indústria portuguesa? Merece-lhe simpatia? Nota-lhe algum desenvolvimento?
E Salazar, com entusiasmo:
– A maior simpatia... A Associação Industrial Portuguesa trabalha à, margem de toda a política, de toda a baixa política, orientada num alto e claro sentido nacionalista. A Exposição Industrial é uma das mais belas coisas que se têm feito em Portugal. Ela deve orgulhar todos os portugueses e deve envaidecer a Ditadura, porque alguns dos produtos ali apresentados, e talvez dos mais impressionantes, são de fabricação recente, nova em Portugal, posterior ao nosso movimento.
Abordo, agora, sem os profundar, alguns problemas que me vão acudindo:
– O turismo? Concorda com o seu desenvolvimento? Considera-o também uma fonte de riqueza?
Salazar responde-me com igual impaciência de arrumar assuntos, de despachar certas questões que não podem ser tratadas, por falta de tempo, com o desenvolvimento devido:
– O turismo é um problema a estudar cuidadosamente. Mas há que fazer uma experiência, fazer um estudo, para lhe colher os resultados e para fixar as directrizes dum plano mais vasto. O Estoril, pelas suas condições naturais e pelo trabalho já feito, parece-me indicado para base desse estudo...
– Está contente com a nossa propaganda no estrangeiro? Com as Casas de Portugal, por exemplo?
E Salazar, rápido, sem divagações:
– Estou contente com a propaganda que elas têm desenvolvido, sobretudo a de Paris, cujo trabalho tenho seguido mais de perto, mas julgo que ainda poderão fazer mais, muito mais, com maior liberdade de acção e, sobretudo, com continuidade de acção...
– E a nossa diplomacia? Não acha necessário mexê-la, remodelá-la?
E Salazar, rasgando horizontes à nossa política internacional:
– A diplomacia, nesta época agitada de conferências e tratados, perdeu o seu carácter sonolento, decorativo. As grandes nações podem dispensar-se, talvez, de grandes diplomatas. Mas são os grandes diplomatas que fazem grandes, algumas vezes, as nações pequenas...

O problema colonial

Regresso do estrangeiro mas aproveito a viagem, o movimento da conversa, para ir longe, para chegar aos nossos domínios ultramarinos:
– Tem lido o que se diz na Alemanha a propósito das nossas colónias, de Angola, sobretudo?
– O caso explica-se – responde-me Salazar, sem alarme, sem inquietação – pelo facto do Tratado de Versalhes ter desapossado a Alemanha das suas colónias e ter feito na Europa alguns cortes infelizes. Daí a atitude de alguns alemães exaltados, aflitos com o aumento da população do seu país, com a sua respiração de grande potência, e que se agarram, para desabafar, a todas as hipóteses, mesmo àquelas em que não se faz distinção do que é próprio e do que é alheio. O problema tem de ser acompanhado: eis tudo.
Recordo uma das minhas entrevistas:
– Foch disse-me um dia que nós, portugueses, só tínhamos um processo para defender bem as nossas Colónias, para as colocar acima de todos os apetites: administrá-las bem...
E Salazar, concordando e alargando o conselho:
– Foch tinha razão, mas eu direi antes: administrá-las bem e fazê-las, principalmente, administrarem-se bem...
Aponto-lhe o alvo:
– O problema das transferências é um problema aflitivo, uma chaga constante...
– Impossível de resolver – acode Salazar com energia – enquanto o orçamento de Angola não estiver solidamente equilibrado. Equilibrem-se as despesas com as receitas, fazendo tudo, ao mesmo tempo, para aumentar a exportação, firme-se o crédito da colónia, e o problema resolver-se-á satisfatoriamente como nós aqui o resolvemos. Nós também tivemos, com a falta de cambiais, o problema das transferências. Equilibrado o orçamento, firmado o crédito do Estado, o problema ficou resolvido automaticamente. É claro que havia ainda outro processo radical para resolver a crise de Angola: inscrever, se os tivéssemos, cinquenta mil contos, anualmente, no orçamento geral do Estado para lhe tapar os buracos.
Mas Angola não é uma quinta: é o esboço dum império...

– A Situação não tem melhorado, ultimamente? – pergunto com instintivo optimismo.
– Consideravelmente! – tranquiliza-me, com vivacidade, o Chefe do Governo –. O sr. dr. Armindo Monteiro tem trabalhado muito no seu ministério e tem feito o possível para aproximar Angola do Terreiro do Paço, para quase a governar como se lá estivesse. O último orçamento apresentou-se já equilibrado, ainda que com grande sacrifício da Metrópole, e as consequências desse equilíbrio começam a fazer-se sentir. Mas é necessário ainda que esse equilíbrio entre nos hábitos da Província. Só assim Angola encontrará facilidades de crédito que ainda hoje não tem. Firme-se o crédito de Angola e ela não terá dificuldade em levantar as importâncias precisas nas horas difíceis, nos défices inesperados, com a certeza geral de que a nossa colónia tem as possibilidades morais e materiais de honrar os seus compromissos...
– Mas tem fé no futuro das nossas Colónias? Acredita no seu ressurgimento?
E o realizador, o homem de hoje, cedendo passo ao sonhador, ao homem de amanhã:
– Acredito, e só acreditando poderemos conquistar esse futuro. As nossas Colónias deveriam ser as grandes escolas do nacionalismo português. Por elas deveriam passar, obrigatoriamente, a maioria dos oficiais do Exército, todos aqueles em que é preciso manter aceso o culto da Pátria e o orgulho da Raça. Para as comandar, para as administrar, deveria escolher-se o melhor pessoal, o mais digno, o mais habilitado, nunca o rebotalho da Metrópole. Se queremos ser um grande país colonial, se queremos olhar Angola como um Portugal Maior, temos de mudar de processos, de mentalidade, temos de ir para as nossas Colónias como quem não sai da sua terra, como quem não vai para o estrangeiro...
Deve ser já tarde. Na penumbra do escritório da Rua do Funchal, quadro modesto, a máscara de Salazar recorda-me o perfil da máscara de Dante, dessa máscara severa, esguia e contida, fortificação medieval duma vida interior, vasta como o próprio Mundo... Vou protestar contra mim próprio, contra a imagem arrojada e paradoxal, quase ridícula, quando oiço a voz de Salazar apontando-me um ramo de orquídeas, um ramo de versos sobre a secretaria:

– Veja a delicadeza destas flores... Que maravilha...
Olho para o ramo das orquídeas, olho para o Orçamento Geral do Estado, ainda aberto, despeço-me de Salazar e a imagem de Dante acode-me de novo... Talvez, afinal, eu tenha razão, talvez haja poesia, poesia heróica, na rima clara e sonora das contas certas...

"Tomamos, desta vez, o caminho de Cascais..."

5.ª Entrevista

Pequenas e grandes interrogações

Saímos do Ministério das Finanças ao entardecer, para o último acto, para a última parte desta longa entrevista, original, pelo menos, no seu ritmo, no seu movimento de filme... Sinto-me olhado com respeito, com admiração, pelos frequentadores habituais dos corredores dos ministérios. Como teria eu chegado à fortaleza? Como teria conseguido fazer baixar a ponte levadiça? Aqui e além, à medida que vou atravessando o corredor, que vou descendo familiarmente as escadas do Ministério com o dr. Salazar, sou cumprimentado, com olhares de entendimento, por algumas caras desconhecidas, nas quais posso colher, à passagem, a esperança gulosa, mas vã, duma carta de apresentação, dum empenhozinho para o sr. ministro... Eu próprio sinto longe, muito longe, o temor aflitivo do meu primeiro contacto com Salazar. Sem perder a minha admiração e o meu respeito por este homem raro cujo prestígio e inteligência resistem ao convívio, à maior intimidade, tenho a curiosa impressão de que o conheço há muitos anos, de que estamos ligados por uma velha e sólida amizade. Do papão, do senhor carrancudo, do político áspero e mal encarado, nem vestígios, nem a mais leve sombra...
Tomamos, desta vez, o caminho de Cascais. Antes da ordem do dia, trato, rapidamente, de alguns problemas que ainda não foram abordados, que estão em branco:

A criança e a mulher

– A criança? Não julga que deve ser acompanhada, desde os seus primeiros passos, que deve ser educada, enquadrada, dentro da obra de renovação que a Ditadura prepara?
– É essa uma das grandes obras a fazer – concorda o dr. Salazar –. Não podemos nem devemos seguir, claro está, o sistema italiano, espécie de absorção pelo Estado, a organização excessivamente nacionalista e belicoso dos «Balilas», mas temos de olhar as crianças como sendo os homens e as mulheres de amanhã. Querendo modificar a mentalidade dos portugueses, como é nossa intenção, elas constituem, na verdade, o terreno virgem em que essa educação nova mais pode frutificar... O sr. ministro da Instrução tem estudado cuidadosamente essa questão, e em breve lhe será dado o andamento necessário...
– E a mulher? – pergunto com certa curiosidade –. Qual o papel que lhe destina nessa renovação de mentalidade?
E Salazar, vagamente mas elegantemente anti-feminista, como Mussolini, como quase todos os ditadores:
– Temos que distinguir. À mulher solteira que vive sem família, ou tendo de sustentar a família, acho que devem ser dadas todas as facilidades legais para prover ao seu sustento e ao sustento dos seus. Mas à mulher casada, como o homem casado, é uma coluna da família, base indispensável duma obra de reconstrução moral. Dentro do lar, claro está, a mulher não é uma escrava. Deve ser acarinhada, amada e respeitada, porque a sua função de mãe, de educadora dos seus filhos, não é inferior à do homem. Nos países ou nos lugares onde a mulher casada concorre com o trabalho do homem – nas fábricas, nas oficinas, nos escritórios, nas profissões liberais – a instituição da família, pela qual nos batemos como pedra fundamental duma sociedade bem organizada, ameaça ruína... Deixemos, portanto, o homem a lutar com a vida no exterior, na rua... E a mulher a defendê-la, a trazê-la nos seus braços, no interior da casa... Não sei, afinal, qual dos dois terá o papel mais belo, mais alto e mais útil...
Reajo ainda:
– Mas será possível conter a violência, e até a justiça humana, do movimento feminista? Não terá razão a mulher para se queixar das restrições que o homem põe à sua liberdade?

E Salazar, com subtileza e a propósito:
– Queixou-se o homem, alguma vez, de trabalhár, de sol a sol, para sustentar a mulher, para a defender das tempestades que andam cá por fora? Não acha ele que é o seu dever natural e justo? Pensou mesmo, algum dia, em arremessar para longe essa grata obrigação? A liberdade da mulher... Mas terá o homem a liberdade absoluta que ela reclama para si?
Continuo a defendê-la:
– Mas não estará ela na verdade, não terá razão quando se revolta contra essa tradição de considerar o homem, em todos os casos, como o chefe natural da família? Não háverá casas onde a mulher é superior ao homem e em que lhe deveriam ser entregues, portanto, as rédeas do governo?
– E não são poucas essas casas... – concorda Salazar.
– Que lhe parece, então? – insisto com interesse.
– Nessas casas – conclui Salazar com um sorriso complicado, frequente na sua máscara, um sorriso que sorri de si próprio – é a mulher quem manda efectivamente. É ela o chefe moral da família...
Atalho com vivacidade, quase com indignação:
– Mas com processos dissimulados, hipócritas, que ela não considera honestos nem saudáveis. Domina, vence, mas com habilidade, com sorrisos falsos, com palavras calculadas, com estratégia feminina. Ora é isso, justamente, que lhe repugna... A vitória, com esses processos, parece-lhe uma vitória falhada, inferior...
– Não sei porquê – responde Salazar –. Um homem de Estado, um ditador, um chefe, não se considera inferior ou desonesto por conduzir os homens sem eles darem por isso...
– Parece uma frase de Maquiavel... – comento, com um sorriso discípulo do sorriso de Salazar...
– Talvez... – responde ele –. Mas há um maquiavelismo legítimo, necessário, justo, que pertence às relações sociais e ao próprio fundo moral da Humanidade... – E voltando, rápido, ao problema da mulher: – É possível, e certo, existirem lares mal organizados onde a mulher inteligente vive, talvez injustamente, na sujeição da chefia do homem. Mas a verdade é que também há injustiças no terreno oposto, na obrigação do trabalho constante do homem para manter certas mulheres, que não compreendem nem

respeitam esse trabalho. A conclusão, porém, é que uma sociedade não se pode organizar cuidando desses casos particulares e especiais. Seria uma completa anarquia... – e concluindo – De resto, as mulheres portuguesas não têm que se queixar de nós. O nosso estatuto constitucional marca-lhes uma conquista: reconhece-lhes, com as possíveis restrições, igualdade de direitos e até, em certas condições, o direito ao voto...

Ainda a Constituição

Aproveito este encontro casual no terreno da Constituição para completar esse capítulo, já tratado, com algumas perguntas subsidiárias:

– A Constituição será decretada ou plebiscitada?

– Plebiscitada – responde prontamente o dr. Salazar –. Não cairia bem nem seria justo impor ao País, sem o ouvir, um estatuto dessa importância, que vai regular a sua vida política e social...

– O período presidencial acaba em Abril. Far-se-ão eleições, nesse momento, para um novo Chefe de Estado?

Salazar esclarece-me:

– O novo estatuto constitucional marca em sete anos os períodos presidenciais. O sr. general Carmona completa agora cinco anos do exercício do seu cargo. Ser-lhe-á, portanto, prorrogado o prazo por mais dois anos. A consulta ao País, para confirmar essa prorrogação, será feita juntamente com o plebiscito do estatuto...

Pergunto ainda:

– Não se pensou, portanto, em eleger um novo Chefe do Estado?

– Para quê? – responde Salazar, com vivacidade –. Acho difícil ou impossível encontrar alguém, neste momento, que reuna tantas qualidades como as que reúne o sr. general Carmona para o exercício desse cargo: inteligência, ponderação, delicadeza, aprumo, correcção e bondade, que não excluem a necessária energia, uma energia sóbria e discreta. Ele tem dado solidez ao princípio da autoridade suprema, dando a necessária continuidade à acção da Ditadura. O País deve estar-lhe grato pelo seu esforço, pela grande nobreza, a grande finura e o grande patriotismo com que se tem

desempenhado das suas funções e com que tem resolvido todas as crises da Situação. Por muito felizes nos devemos dar pelo seu raro sacrifício, por ter acedido a continuar na chefia do Estado...
Não saio ainda da Constituição:
– Será mantido no projecto definitivo do novo estatuto constitucional o princípio de conceder, exclusivamente, para certos fins, o voto político ao chefe de família? Diz-se – e confesso-lhe que estou de acordo com essa observação – que essa disposição é iníqua, que obriga os filhos já com o seu espírito formado, vivendo em casa dos pais, a sujeitarem-se ao voto, contrário por vezes às suas ideias, do chefe de família. Ontem, por exemplo, dizia-me um camarada meu: «vivo em casa de minha mãe, cuja simples educação não lhe permite preocupar-se com os altos problemas políticos. Pois é ela o chefe da família, e o voto é seu: pertence-lhe de direito...»
Salazar responde:
– Há esse e muitos casos mais. Mas a sociologia e o direito político não se fazem com anedotas. É certo que essa disposição parece injusta ao primeiro contacto, ao primeiro estudo. Ela, porém, é essencial para criar e manter a disciplina na família, base elementar da disciplina da Nação. Quem tem a responsabilidade dum lar sabe geralmente melhor o que lhe convém do que o próprio letrado que não conhece a vida. E a verdade é que os homens, quando chegam à sua maioridade, à consciência de si próprios, libertam-se, em geral, da família criando família, alcançando, portanto, naturalmente, o direito ao voto. Os que o não fazem, salvo raras excepções, como a do seu colega e outras, é porque não têm, efectivamente, a personalidade necessária e não faz mal que não influam nos destinos do País. Ficarão de fora, na sua maioria, os estroinas, os gastadores, os inúteis, os que não tiveram forças nem capacidade para fazer a sua vida... Aliás, se a observação fosse justa, as mulheres teriam razão igualmente para protestar, porque também elas são englobadas, quase sempre, no voto do homem, do chefe da família...
– E quem lhe diz que algumas não protestam?
E Salazar:
– Em Itália, Mussolini afirmou, num dos seus discursos, que as mulheres se lhe ririam na cara se ele lhes desse o voto, privilégio que não lhes interessa. E parece que elas concordaram... apesar de feministas...

Outra vez os partidos...

Repito, agora, uma pergunta a Salazar, que reconheço embaraçosa, quase impertinente, mas que continua viva:
– Essas disposições autoritárias – censura, sufocação de partidos, medidas excepcionais de defesa – não terminarão quando a Constituição entrar em vigor?
E Salazar, enigmático:
– É certo que a promulgação do estatuto constitucional marcará o fim da Ditadura na sua forma actual e o regresso à chamada normalidade. Mas quererá o País normalizar-se, entrar na verdade?
– Os partidos, por exemplo – volto a perguntar banalmente, como quem tira um lenço da algibeira – podem concorrer às urnas, ir ao Parlamento, ressuscitar?
E Salazar, respondendo-me indirectamente:
– Há constituições que reconhecem a existência dos partidos e que quase lhes conferem o direito de regular a vida política da Nação. Há até países que retiram o voto àqueles deputados que, uma vez no Parlamento, abandonam o partido ou o agrupamento que os elegeu. O novo estatuto constitucional português, porém, não reconhece os partidos e defenderá o Estado quanto possa, do assalto deles pela própria essência da sua doutrina e pelas leis complementares a fazer. As restrições do voto directo, por exemplo, a forma indirecta da designação dos representantes do povo, dificultam o caciquismo, a formação de partidos e grupos ou a sua actuação parlamentar. Eu sei que uma parte da eleição dos deputados é ainda por sufrágio directo, mas, enfim, deixemos por ora essa válvula, essa brecha... Há males necessários que destroem males...
Apetece-me perguntar:
– Mas por que tem esse horror aos partidos?
E Salazar, explicando-me, claramente, o seu pensamento:
– Está enganado... Eu não tenho horror aos partidos, dum modo geral; tenho horror ao partidarismo em Portugal. A Inglaterra vive, pode dizer-se, há séculos com os seus dois partidos alternando-se no poder, e até ao presente têm-se dado bem com isso. A educação cívica do povo leva as

massas a deslocarem-se entre os dois, levadas por grandes movimentos de ideias, ou por grandes aspirações, ou necessidades nacionais. Em Portugal, porém, esses agrupamentos formaram-se à volta de pessoas, de interesses mesquinhos, de apetites, e para satisfazer esses interesses e apetites. Ora, é essa mentalidade partidária que tem de acabar, se queremos entrar num verdadeiro período de renovação. A terapêutica da Nação doente, retalhada, exige-nos uma imobilização, que pode ser definitiva ou demorada, de toda a acção política fragmentária.
Já passámos o Dafundo, já passámos a Cruz Quebrada, já passámos Caxias... A própria tortuosidade da estrada obriga-nos a uma conversa cheia de curvas, de perguntas imprevistas, de alterações ao programa...

Anti-parlamentarismo

Atiro mais uma flecha:
– Há quem atribua o seu anti-parlamentarismo ao seu feitio aparentemente concentrado, ao seu horror dos discursos... Há até quem o desafie para S. Bento: «Eu queria vê-lo diante duma interpelação de Fulano, de Beltrano, de Sicrano...». Há outros, também, que desabafam, de quando em quando, com esta ameaça platónica: «Ah! Se não houvesse censura...».
E Salazar, num murmúrio, com orgulhosa humildade:
– Talvez tenham razão... Venciam-me, com certeza... ainda que a gente se habitua a tudo, mesmo a não fazer nada, sendo trabalhador – e alteando a voz a pouco e pouco – eu sou, de facto, profundamente anti-parlamentar porque detesto os discursos ocos, palavrosos, as interpelações vistosas e vazias, a exploração das paixões não à volta duma grande ideia, mas de futilidades, de vaidades, de nadas sob o ponto de vista do interesse nacional. O Parlamento assusta-me tanto que chego a ter receio, se bem que reconheça a sua necessidade, daquele que há-de sair do novo estatuto. Sempre são três meses, em cada ano, em que é preciso estar atento aos debates parlamentares, onde poderá haver, é claro, boas sugestões, mas onde haverá sempre muitas frases, muitas palavras. Para pequeno parlamento – e esse útil e produtivo, como no caso actual – basta-me o Conselho de Ministros...

Faço uma tentativa para o reconciliar com S. Bento:
– O Parlamento, a paixão das opiniões que se chocam, pode trazer à Situação o calor que lhe falta, pode curá-la dessa frieza grave cuja existência o sr. ministro teve a hombridade de reconhecer...
– Falemos claro... – atalha Salazar, contente por pôr os pontos nos *ii*, traço fundamental do seu carácter –. Quando me referi à frieza, gelo, indiferença, dentro da Situação, referi-me a manifestações exteriores e não ao estado de espírito da Nação, à sua vida interior. A consciência, o centro do País, está connosco, e essa certeza é-nos dada, todos os dias, através das mais expressivas provas de solidariedade e de aplauso. O que nos falta – os técnicos são necessários em tudo – são colaboradores que tenham esse dom, o dom da animação, da encenação... A matéria-prima, o interesse do País pela obra da Ditadura existe e está bem claro. Falta a mão-de-obra...

As grandes interrogações

Chegamos a Paço de Arcos e escolhemos a sua esplanada para o nosso passeio. Uma pobre acerca-se de nós para me dar razão, para fazer sentir, mais uma vez, ao dr. Salazar a urgência de resolver definitivamente, a sério, o problema da mendicidade... Aproveito a fronteira, esta abertura de parágrafo, para entrar, finalmente, na ordem do dia, no capítulo das grandes interrogações:
– Quando exercia o seu cargo de professor, quando fazia os seus estudos de finanças e de economia, pensou alguma vez em realizar as suas ideias, em ser governo?
E Salazar, que prefere sempre a verdade, até quando ela possa ser menos interessante do que qualquer mentira inofensiva:
– Nunca...
Não escondo a minha surpresa:
– Mas como conseguiu essa extraordinária preparação para compreender, abordar e resolver os problemas da governação?
– Nunca pensei em ser governo – explica-me Salazar – nunca o quis mesmo, mas interessei-me sempre muito pelos negócios públicos, pelos negó-

cios do País. E aí tem um exemplo, anterior à minha entrada no Governo, que lhe pode dar uma ideia do ritmo da minha acção, da tal marcha vagarosa de que me acusam..

– Não compreendo muito bem...

E Salazar, concluindo o seu raciocínio:

– É que me fui habilitando, lentamente, sem precipitações, quase sem dar por isso, liberto de qualquer ambição de ordem pessoal. E assim, quando a minha intervenção na máquina do Estado pôde ser útil, ela foi aproveitada, talvez, como não seria se eu tivesse improvisado uma cultura. Pois com a marcha do País o mesmo acontece. Há que pôr pedra sobre pedra, mas desinteressadamente, sem pensar na glória própria e sem pensar até, excessivamente, na abóbada, na finalidade. A ânsia de chegar ao fim, de fazer muitas coisas ao mesmo tempo leva, às vezes, ao fim, mas ao fim de tudo...

A formação política de Salazar

Abordo um dos ângulos mais delicados deste inquérito:

– Qual a sua formação política? René Richard, na página sobre Portugal publicada no «Je suis partout», atribui-lhe uma formação maurrasiana...

Salazar não foge e não se esconde:

– Eu não pude receber René Richard no Verão, no Caramulo, por falta de saúde. Se houvéssemos conversado, certamente teria dito o que havia a retocar na afirmação. Li os livros políticos de Maurras; eles seduzem pela clareza, pela lógica da construção... se se lhes admitirem as premissas. Entre mim e os admiradores incondicionais do doutrinário francês há, porém, uma diferença de atitude, digamos, que tem influência dominante no campo da acção. Para Maurras e seus discípulos o fenómeno político é o fenómeno social por excelência, e a política o grande factor da vida dos povos, determinante da sua evolução. A sua bandeira de guerra *Politique d'abord,* fala claro e sintetiza admiravelmente a dinâmica dos maurrasianos puros. Mas o que se contém nessa expressão é um erro em história e em sociologia, e constitui um perigo para a formação das novas gerações. Certamente a política tem o seu lugar, desempenha a sua função, importante, dominante em certos momentos. Sem ela não haveria a Ditadura e

possivelmente eu não estaria aqui... Mas a vida dum país é mais complexa, mais larga, escapa mais aos órgãos e à acção do poder do que muitos o poderiam julgar: a historia duma nação não é apenas a história dos seus conquistadores, dos seus grandes reis; ela é, sobretudo, a resultante do trabalho que o meio impõe aos homens, e das qualidades e defeitos dos homens que vivem nesse meio. Acho salutar para a mocidade que à máxima de Maurras, *Politique d'abord,* ela oponha a interrogação (que é uma resposta negativa) de Demolins – *A-t-on intérêt à s'emparer du pouvoir?* Isso a desviaria de pensar que o problema nacional se resolve unicamente com o assalto aos órgãos do Estado. Nós precisamos duma coisa que nunca tivemos e cuja falta sensível tem sido a causa dos nossos altos e baixos: formação das vontades para dar continuidade à acção. De quando em quando, aparece na História de Portugal um rei, um estadista, um chefe, que levanta a Nação, que faz um pedaço de História, e que a deixa cair quando desaparece ou morre. O nosso passado está cheio de beleza, de rasgos, mas tem-nos faltado, no último século, sobretudo, um esforço menos brilhante mas mais tenaz, menos espectaculoso e com maior perspectiva. Tudo quanto seja apelar somente para o heroísmo da raça, sem modificação da mentalidade geral, do nosso modo de fazer as coisas, pode trazer-nos momentaneamente páginas de epopeia, mas queima-nos, nessas labaredas contínuas, entregando-nos, depois, a esse fatalismo doentio, de que o Fado é a expressão musical. É essa a razão por que nós somos um povo eternamente saudoso, longe das realidades por termos vivido demasiado, em certos momentos, uma realidade heróica mas falsa... Para fazer, portanto, obra nova, obra reformadora, é necessário, antes de mais nada, renovar o indivíduo, transformá-lo, pô-lo de acordo com o seu próprio ambiente, com a sua própria terra...

Renovação

Encho-me de coragem e faço fogo:

– Acusam-no justamente de dificultar essa renovação não chamando a si certos elementos novos, aqueles que mais logicamente deveriam estar próximos do seu espírito. Uma obra de renovação sem renovadores – dizem eles – é um paradoxo...

E Salazar, com resignação, com uma sombra de tristeza, mas de tristeza altiva:
– São injustos, mas que importa? Eu tenho chamado para os cargos do Estado todos aqueles que me dão garantias duma renovação, mas, ao mesmo tempo, de competência. Bastará dizer-lhe que, nesta hora em que o desemprego é uma chaga viva, eu conservo sempre lugares vagos à espera dos homens próprios, de homens que aliem o conhecimento íntimo de certos assuntos a esse espírito novo que também julgo indispensável. Não é raro perguntar àqueles que se acercam de mim se conhecem a pessoa ideal para este e aquele cargo. Mas o que se dá é o seguinte: a maioria desses rapazes, sujeitando-se e escravizando-se a ideias abstractas que julgam superiores, confiam excessivamente no milagre dessas ideias, no seu poder omnipotente, para descurar, em absoluto, a sua educação individual, a sua valorização dentro da sociedade. Ora o problema fica às avessas e deve ser antes colocado assim: valorizem-se primeiro, dêem as suas provas – e alguns já as têm dado brilhantemente – e eles ocuparão, sem esforço, os postos de combate, os postos dessa tal renovação. Para se ser utilizado é preciso demonstrar, antes de mais nada, que se é útil...
– Mussolini em Itália – argumento ainda – teve a coragem de se rodear quase exclusivamente de gente nova e desempoeirada...
E Salazar, parando o golpe:
– Não compare, digo-lhe mais uma vez, o caso italiano com o português. Mussolini teve logo a seu lado, com a mola de ocupação das fábricas, trezentos e cinquenta mil camisas negras. Com uma força inicial dessas toda a força é possível... Em Portugal, essa obra de renovação total, mesmo que ela fosse possível e legítima, não seria aguentada pela Nação... Somos um País pobre, doente, que não suporta facilmente grandes injecções de sangue novo... Vamos devagarinho, passo a passo. De resto, o próprio Mussolini, tão citado, dado constantemente como exemplo, afirmou a Ludwig que a sua revolução começou por 50%, e só ultimamente, numa evolução natural, chegou a 100%...
Tento esclarecer uma dúvida do meu espírito:
– Essa excessiva preocupação da valorização do indivíduo em prejuízo da sua disciplina a certas ideias não nos fará cair, outra vez, na democracia?

Resposta imediata e clara do dr. Salazar:
– Essa valorização do indivíduo que proclamo e julgo necessária, nada tem que ver com os chamados Direitos do Homem e refere-se apenas à sua valorização como elemento social. O indivíduo não pode viver sem a colectividade, é certo, mas a colectividade também não é nada sem o indivíduo...
Escurece rapidamente. A noite que desce é já um mar de treva... Instintivamente dirigimo-nos para o automóvel, que nos promete a luz, que nos promete a cidade, que nos promete o regresso, que é a palavra fim que se anuncia...

A chave do enigma

Vamos, de novo, a caminho de Lisboa. Um silêncio largo, profundo, o maior silêncio das nossas entrevistas, dos nossos encontros, parêntesis onde cabem, num relâmpago, todas as certezas que já alcancei e algumas pequenas dúvidas que principiam a desfazer-se, como nuvens...
E é a minha voz que fecha o parêntesis:
– Não o fatigo mais... Creio ter chegado à verdade... Creio que já tenho a chave, que já conheço um pouco do seu pensamento...
É o tal sorriso complexo de Salazar, a ideia do seu sorriso que se recorta na sombra:
– Julga isso? Eu sei que tem o hábito das entrevistas, que tem uma grande prática de falar com homens públicos... Mas este caso é tão à parte, tão difícil...
Acentuo a minha despretensão:
– Eu disse um pouco...
E o dr. Salazar, curioso, amavelmente curioso:
– Que percebeu então? A que conclusão chegou?
Arrisco-me ainda a outro sorriso, a um terrível sorriso, mas respondo audaciosamente:
– A sua aspiração, o seu sonho teimoso – perdoe-me se observo mal – é modificar, pouco a pouco, pacientemente, a nossa mentalidade, fazendo parar, bruscamente, as paixões dos homens, atrofiando-as, calando-as, forçando-nos, temporariamente, a um ritmo vagaroso, mas seguro, que nos faça descer a temperatura, que nos cure da febre...

– Continue... – responde-me da sombra o dr. Salazar –. Talvez esteja a caminho da verdade...
E logo uma grande interrogação, a maior de todas, se coloca, se perfila, quase corporizada, diante dele, diante de mim próprio:
– Mas será possível esse milagre? Governar um povo, compreendê-lo, não será também governar com os seus defeitos, jogar com eles, aproveitá-los até como força motriz?
E Salazar, numa voz breve, sumida, sentindo-se tratado com injustiça:
– Mas eu tenho agido, precisamente, na compreensão clara desses defeitos... Legislasse eu em Inglaterra e a minha obra seria completamente diferente. Dentro das raças, dentro das nacionalidades, há duas espécies de defeitos: os defeitos naturais, que podem ser combatidos mas nunca extirpados violentamente, e que nos farão sempre distinguir um latino dum eslavo ou dum anglo-saxão, e os defeitos incrustados, os vícios adquiridos, que são vícios, sobretudo, de educação, de mentalidade. Ora se é quase inútil fazer guerra aos primeiros, porque eles têm sempre a vitória, já não é tão ideal, tão impossível, como se diz, desincrustar os últimos, liquidá-los pouco a pouco... Veja, por exemplo, como o Japão se transformou no curto espaço da vida dum homem...
Calamo-nos. O automóvel parou junto duma cancela onde se agitam sombras, onde as lanternas dos carros são pingos de luz sobre a treva...
Um comboio passa agora, como um relâmpago, e a cancela abre-se... O andamento do automóvel sacode-me, desperta-me outra interrogação, projecção da primeira, tão grande como ela:

As últimas perguntas

– Mas suponha que esses defeitos incrustados, mas já quase essenciais à vida da raça, se voltam contra si? Suponha que a própria compressão os faz saltar, como a água que rebenta da torneira desarranjada, impossível de fechar?
E Salazar, interessado com a imagem e refundindo-a:
– Não será o caso, mais propriamente, da história do parafuso que verruma lentamente sem ferir a madeira, que faz uma pressão doce mas constante, penetrando, pouco a pouco, sem provocar a reacção viva da matéria?

Sigo o curso do meu pensamento:
– Suponha ainda que a Situação se lhe quebra nas mãos, que se desfaz em pedaços, que se lhe estilhaça em partidos?...
– A pergunta é bem posta – responde-me o dr. Salazar –. Não lhe escondo também que tive apreensões. Mas o pior momento, o momento dos andaimes, das vigas armadas no ar, julgo ter já passado. A promulgação da Constituição será como o grande pau de fileira nas obras do edifício que se está levantando... A reconstrução, depois, irá mais depressa, bem mais depressa...
Entrámos em Lisboa. Estamos já na Rua 24 de Julho, caminho da cidade, que a Ditadura renovou e dignificou. O silêncio entre nós ambos. Salazar, com a sua percepção rápida, com o seu instinto, sente que ainda não estou tranquilo, que ainda não estou completamente convencido... E é ele quem rompe o silêncio:
– Tem dúvidas ainda?
E eu, corajosamente:
– A doença dos partidos, dos grupos, das camarilhas, parece-me incurável, parece-me um dos tais defeitos fundamentais...
– Talvez... – responde Salazar como se falasse a si próprio –. Os portugueses, como todas as populações comunitárias em desagregação sentem a necessidade de se arregimentar em «clãs», a atracção para a constituição de grupos em volta de certos aventureiros audaciosos, chefes vistosos que os levam à guerra, à guerra civil, em vez de os levar à paz...
Estamos no Cais do Sodré. Chegou agora um comboio. Os homens dispersam-se em todas as direcções, uns apressados, outros lentos, carregados ao peso do seu destino, transportando, filosoficamente, as suas qualidades e os seus defeitos... E Salazar, mais para eles do que para mim:
– Faço tudo para chegar a cem... Mas se chegar a oitenta, paciência. Já não se perdeu tudo, já se ganhou alguma coisa...
Outra vez no Terreiro do Paço, púlpito sumptuoso deste homem modesto, deste grande apóstolo das cifras... A sua figura humana, contida, esquemática, perde-se na vastidão da Praça do Comércio, mas a sua obra ordenada e reformadora enquadra-se, com grandiosidade, nos edifícios simétricos, na singeleza do Cais das Colunas...
Estamos no derradeiro minuto da nossa grande entrevista. Sinto a emoção das coisas que vão acabar sem terem acabado, porque são demasiado gran-

des, porque são infinitas... Mas, nesse último aperto de mão, ganho ainda muito, ganho quase tudo, porque Salazar me oferece, na sua despedida, esta frase reveladora, que deve ser talvez o seu melhor retrato:

– E se não quiserem que eu chegue a cem, mesmo a oitenta, que lhes hei-de fazer?... Há todos os dias comboios para Coimbra ou para Santa Comba... Para lá irei se a isso me obrigarem... – e com um sorriso de heroísmo subtil – ou não irei até... Somente, enquanto estiver aqui – diz ele, abraçando o Terreiro do Palco, abraçando Lisboa, abraçando a Pátria – estou!

E Salazar sobe, em seguida, lentamente, como sempre, as escadas do seu Calvário e da sua Glória, as escadas do Ministério das Finanças... Eu fico a vê-lo subir... Atrás de mim, contemplando comigo a sua ascensão, deve estar o País...

Epílogo

Vol de Nuit *é um romance do aviador Antoine de Saint Exupéry e pode considerar-se uma pequena obra-prima da literatura das asas... Um campo de aviação na América do Sul e o cenário geométrico, todo em linhas, desse romance que André Gide prefaciou e sintetizou nesta frase breve, mas rica de sugestões: «A felicidade do homem não está na felicidade mas na aceitação dum dever». Rivière, inspector geral de todos os campos de aviação da Argentina, responsável e quase criador das carreiras de noite na América do Sul, é a figura principal do romance, figura imaginada, mas imaginada com traços duros, com uma realidade tão brutal que passa a fronteira, que chega à realidade. Rivière é um verdadeiro chefe, um chefe concentrado, frio, aparentemente sombrio e taciturno, cujo coração, despindo-se da sua essência, se esconde nos longes da sua alma e parece, às vezes, um botão eléctrico... A sua força, a sua vontade, a sua falsa dureza, a sua aparente insensibilidade disciplinam o campo central de Buenos Aires, animam de longe os outros campos que recebem e dinamizam o seu fluido. Do seu olhar frio, dos seus gestos curtos e sóbrios, partem a todas as horas, nas manhãs gloriosas ou nas noites fechadas, escuras como breu, os aviões da carreira, guiados por esses heróis profissionais, quotidianos, que deixam a sua casa, a sua mulher, os seus filhos, no sobressalto do perigo sempre iminente, na espionagem constante do tempo através da janela aberta que deixa entrar, no lar já desperto e inquieto, golfadas de treva com laivos de madrugada...*

O inspector Robineau, subalterno de Rivière, está longe de se parecer com o seu chefe. Procura imitá-lo, exagerá-lo, mas fica-se numa severidade simplesmente formal e espectaculosa: rispidez, ordens gritadas, repreensões intempestivas... atrás da armadura de papelão, que ninguém respeita, que a ninguém intimida, um homem simples, bondoso, covarde, ansioso de ternura, de companheirismo, de solidariedade humana. Que diferença entre a sua autoridade de burocrata e o prestígio de Rivière feito de silêncios e de palavras oportunas, de ondas curtas e longas que partem da sua alma e do seu olhar telepático...
Robineau, um dia, teve uma fraqueza mais visível. Diante da glória calma do aviador Pellerin, que acabara de vencer os Andes, cordilheira de punhais, que regressava duma viagem perigosa, quase mortal, com a serenidade e o sono de quem desce dum comboio, Robineau sentiu, bruscamente, o vazio da sua vida inútil, sombria, sem emoção, sem saltos mortais, e teve um movimento de irresistível ternura, um apelo de alma aflita e solitária, para o seu subordinado: conversou afectuosamente com ele, convidou-o para almoçar...
Rivière, que surpreendeu essa conversa, esse convite, atento a todas as oscilações, a todas as panes, a todas as paragens do motor da sua grande máquina, mandou chamar Robineau, seu inferior... Sem se alterar, sem sair da sua calma terrível, num diálogo curto, maravilha de teatro íntimo, que lamento não poder reproduzir, Rivière lembrou a esse pobre homem, cumpridor dos seus deveres mas fraco, mas demasiado humano, que ele era o chefe de Pellerin, que teria de obrigá-lo a partir, possivelmente, na noite seguinte, para uma viagem perigosa, talvez para a sua própria morte... Era necessário, portanto, que ele não fraquejasse nesse minuto, que a sua decisão não fosse diminuída, iludida, adiada, por qualquer gesto sentimental, por qualquer movimento da sua vida interior, do seu coração de amigo... Para reparar imediatamente essa fraqueza, esse retardamento da disciplina pura, o ditador Rivière forçou então o pobre Robineau desmoralizado, aflito, sem compreender, a castigar, imediatamente, com qualquer pretexto fútil, o inocente Pellerin... E perante a surpresa sincera, quase a transformar-se em revolta, do seu inspector, do seu subordinado, Rivière concluiu: «Proceda como se compreendesse, Robineau... Tenha amor pelos que dirige, pelos que comanda. Mas sem lhes dizer... sem nunca lhes dizer...»

Fabien, outro grande cavaleiro das nuvens, o melhor aviador da equipa, perdeu-se, tristemente, como grande asa que se fecha, como um cisne aéreo, num desses perigosos voos nocturnos que Rivière tinha traçado, de que ele era o animador, a própria alma... Na manhã seguinte, diante da angústia alucinada, humaníssima, angústia quase revolta, da companheira de Fabien, linda mulher desfazendo em lágrimas a sua beleza e a sua mocidade, Rivière teve uma fraqueza: sentiu bater, ouviu tocar dentro do peito, sem o premir, o tal botão eléctrico do coração...
A desaparição de Fabien apresentou-se para ele, no primeiro momento, para todos os empregados do escritório, para todos os postos atentos da T. S. F., como a morte definitiva das carreiras nocturnas, como o seu fracasso. Mas Rivière nem a si próprio ainda se conhecia. Ergueu-se da sua secretária a cambalear e foi-se aprumando, pouco a pouco, ordem a ordem, à medida que dava instruções aos seus empregados surpresos mas obedientes, para que tudo seguisse como dantes, para que os aviões recolhidos, suspensos, continuassem a defrontar a noite, a ultrapassá-la, a vencê-la... Tinha morrido um homem? Morreriam amanhã mais alguns? Que importava! A causa das carreiras nocturnas, ligando os homens vivos, uns aos outros, aproximando, através dum correio rápido e regular, as regiões distantes, que pareciam inacessíveis, estava ganha, dolorosamente ganha... Um canto de órgão subiu: o avião. E Rivière, com os seus passos lentos, voltou para o seu trabalho entre os secretários curvados, dominados pelo seu olhar duro.

*
* *

Um homem há na História de Portugal que se parece com Rivière, com o herói do romance francês. Dos braços e do olhar desse homem não saíam aviões: saíam caravelas, asas do mar, afinal... Na ponta extrema dum promontório de sonho, isolado como uma sentinela ou como um santo, debruçando-se sobre o manuscrito de Marco Polo, sobre os mapas de Valseca, sobre as cartas marítimas, «que faziam vergar as mesas», esse homem isolou-se do mundo, das realidades do mundo, para pensar, apenas, nas realidades da sua Pátria, no sonho e na certeza dessas realidades. Sem mulher, sem filhos, qua-

se sem amigos, vivendo dentro de si próprio mas projectando-se no infinito desse Mar Tenebroso que ele tentava rasgar, o Infante português, o Infante--chefe, ficava indiferente, insensível, seguindo a sua luz interior, a todas as acusações que lhe faziam e que pareciam justas, que eram justas: a sua negativa cruel em entregar Ceuta, porta do imaginário reino do Preste João, com D. Fernando em refém no inferno de Tânger, a sua indiferença glacial, antipática, diante da morte de D. Pedro, no campo fatal de Alfarrobeira. Que se importava ele com a injustiça ou com a justiça dos homens? Ele sabia onde queria chegar, ele tinha a certeza de que faria grande a sua Pátria, de que os portugueses vindouros pronunciariam o seu nome com gratidão e com respeito, até com amor, que esse Mar Tenebroso que ondulava e rugia diante dos seus olhos, a desafiá-lo, a provocá-lo, seria, dentro de alguns anos, um mar de luz, da sua luz interior tornada visível, tornada exterior...
Em 1434 parte Gil Eanes, numa casca de noz, para o seu mergulho na treva, para o primeiro «Vol de Nuit»... Estava quebrado o encanto! As ilhas de Cabo Verde, a Guiné, foram as primeiras respostas ao misticismo, à tenacidade, talvez à crueldade, do Infante sonhador, desse grande poeta do astrolábio, da bússola e do quadrante!... O sonho saía da bruma... O sonho amanhecia lentamente, em realidade, em certeza: era já a própria vida, a vida com as suas lutas, com as suas paixões, com as suas paisagens, com as suas árvores, com as suas flores, com as suas terras, balbuciantes ainda na frescura de terem sido dadas à luz... E o Infante morreu em 1460, depois de ter arrancado a treva ao mar da treva, incompreendido talvez pela sua época, talvez sem as lágrimas que caíram sobre os corpos dos seus dois irmãos, talvez sem deixar saudades. Mas as caravelas, passados alguns anos, passada a reacção inevitável que se segue à acção, continuaram a partir, a desvendar os mares, a engrandecer Portugal, conduzidas ainda pela alma do Infante, pelo seu fluido, pelo seu olhar que foi sempre o olhar do além, pelo dedo indicador do promontório de Sagres...
E a História, pela mão escultora de Oliveira Martins, pôs-lhe esta lápide: «Dominado por um grande pensamento, e desumano como quase todos os grandes homens, mas no limitado número dos nossos nomes célebres, D. Henrique está ao lado do primeiro Afonso e de D. João II. Um fundou o reino, o outro fundou o império efémero do Oriente; entre ambos, D. Henrique foi o

herói pertinaz e duro, a cuja força Portugal deveu a honra de preceder as nações da Europa na obra do reconhecimento e vassalagem de todo o globo». O mundo contemporâneo, por sua vez, continua a reconhecer, reconhece cada vez mais, o papel de D. Henrique, não só na História de Portugal como na História da Civilização, na História da Terra. São de Marius André, biógrafo moderno de Cristóvão Colombo, estas palavras que transcrevo, porque elas vão comover todos os portugueses: «D. Henrique resume, no seu génio, todas as aspirações materiais e religiosas, individuais e nacionais, coordena-as sem sacrificar uma só, faz delas uma poderosa harmonia, porque é, ao mesmo tempo, um sábio e um grande cristão, homem de acção e um homem de sonho, um calculador lúcido e um príncipe.»

*

* *

Há que vencer, corajosamente, as perspectivas da História, há que não ter receio dos confrontos arrojados, mas reveladores. Salazar, cuja imagem se reflecte traço por traço no retrato de Marius André, é a figura portuguesa que, mais se aproxima, proporções guardadas e num confronto puramente psicológico, do Infante D. Henrique. Nuno Gonçalves seria, sem dúvida, o seu pintor ideal. Ele não tem a dureza dum Rivière nem a crueza do grande mestre dos nossos navegadores. Como tentei mostrá-lo através dos meus interrogatórios, Salazar tem uma sensibilidade clara, não digo à flor da pele, mas à flor dos olhos: sabe sorrir, sabe impressionar-se, sabe dar uma esmola... Mas onde ele se parece com o herói de Saint Exupéry, onde ele se parece com o Infante de Sagres, é na sua tenacidade, no seu misticismo objectivo, tocando as realidades essenciais, na sua fé em si própria, no seu sonho que parece absurdo, mas que ele sabe possível, porque a certeza está com ele, porque a certeza já lá esta dentro...
Como o Infante D. Henrique, na escola de Sagres, debruçado sobre mapas e cartas, ajudado pelo seu cosmógrafo Jaime de Maiorca, ele debruça-se, igualmente, no seu escritório modesto da rua do Funchal, ajudado pelos seus ministros, sobre as contas do Estado, sobre esse Orçamento que já foi um mar tenebroso e que vai clareando, lentamente, ano a ano, verba a verba...

A época é outra, as caravelas, hoje, são transatlânticos, pontes, escolas, portos, oficinas, creches, bairros operários... E um infante D. Henrique, que se lembrasse de ressuscitar na nossa época tormentosa, em que a felicidade dum povo oscila entre a sua finança e a sua economia, poderia bem ser um ministro das Finanças, um Oliveira Salazar...

Diz-se que ele está fora da raça, que não a compreende. Talvez tenham razão, mas será isso um defeito? Não teria sido essa distância da maré-baixa da raça, distância natural ou premeditada, que deu possibilidades a D. Henrique para a realização do seu sonho? Não dará a distância, precisamente, o domínio sobre a raça, a força necessária, independente, para levar um povo aos mais altos destinos? Não estariam D. Henrique, D. João II, Nun'Álvares, Afonso de Albuquerque, fora da raça ou dentro dela, como poucos, pelas novas directrizes que lhe impuseram, pelas novas rotas que lhe traçaram?

*

* *

Salazar, que todos acusavam de mudez, de concentração excessiva, de egoísmo espiritual, resolveu-se a falar comigo, deixando-se interrogar, docilmente, com impertinência, sobre quase todos os ângulos dum problema complexo. As suas declarações acabam de ser publicadas. Circunvagando o seu olhar por todo o nosso panorama político e social, este homem teve o cuidado, a minúcia escrupulosa, de não atacar ninguem objectivamente, de atacar apenas ideias. Algumas vezes, na correcção das provas que eu lhe enviava sempre, para sua defesa e minha (exceptuados os capítulos de abertura e fecho), ele descia a substituir uma palavra aparentemente inofensiva, mas que poderia ferir, sem querer, este ou aquele...
Como foram recebidas as suas declarações? Com entusiasmo pelos que já o admiravam e que passaram a admirá-lo mais. Com interesse e curiosidade pelos que o não conheciam e que o julgavam uma sombra, que nunca se tinham apercebido do seu sonho e da sua humanidade. Com desespero, com furor, com a afirmação de que ele saiu diminuído, por aqueles que não se resignam, justamente, a vê-lo engrandecido aos olhos da Nação...

As suas afirmações foram lidas, por alguns, efectivamente, como as peças são lidas pelos artistas de teatro, com a preocupação única de encontrar o seu papel, a sua rábula, o que lhes dizia respeito, para saberem qual o partido a tirar desta e daquela passagem... Outros ainda devem ter descido sobre as palavras dele e as minhas, como os corvos em busca de carne morta, em busca de pormenores ridículos. Alguns houve, por exemplo, que acharam que o nosso trabalho tinha ido todo por água abaixo porque eu confundi lamentavelmente, na primeira entrevista, sem confundir as declarações de Salazar, a rua Augusta com a rua do Ouro!...
Ora aí está o erro, o erro gravíssimo. A atitude diante de Salazar, de defesa ou de combate, não pode ser a mesma que se tem diante de qualquer homem público português. A própria campanha, a própria guerra que lhe fazem, tem de ganhar um tom diferente se quer ser eficaz. Salazar é um homem novo dentro da política portuguesa. As suas afirmações, as suas frases, não suportam as dimensões das anedotas ou do caso pessoal, não podem ser atacadas com o fogo vivo dos lugares comuns, dos conceitos primários, das palavras-fetiches. Seria o mesmo que acusar Pirandello ou Shaw de não fazer operetas ou comédias ligeiras... O que há a defender, ou atacar, nas declarações de Salazar, é o pensamento que se esconde atrás delas, o alto pensamento que as comanda, que paira sobre as suas opiniões acerca da liberdade ou acerca da violência...
Um homem que fala claro, honestamente, como Salazar falou, merece bem a rudimentar elevação tanto no ataque como na defesa... Abracemos, portanto, o conjunto da sua visão e abandonemos as migalhas aos passarinhos tontos...

*
* *

Mas que deseja Salazar, que pretende este reformador singular? Esta coisa enorme, desproporcionada, inverosímil, talvez perigosa: modificar o ritmo duma Pátria, levá-la a negar os seus próprios instintos, libertá-la de todas as paixões, ressuscitar o seu prestígio no conceito do mundo, e tudo isso através duma sufocação dolorosa, por vezes, mas talvez benéfica e redentora...
Será possível? Quem nos dá a chama, o fogo interior, para o acompanharmos, para o compreendermos até ao fim? Resistiremos nós? Resistirá ele? Eu tam-

bém não sei, também posso ter dúvidas, de quando em quando... Mas o que se deve respeitar e amparar é o grande sonho deste homem simples e tenaz, o admirável espectáculo deste iluminado prático, realista, que renunciou a tudo, a todas as vaidades e prazeres materiais, para se refugiar na sua escola de Sagres, com uma manta pouco espessa a resguardá-lo do frio, jogando com as cifras sobre o papel como o outro jogava com as caravelas sobre o mar... Do seu sonho, talvez impossível, da sua luta contra um Mar Tenebroso, onde talvez não haja luz, alguma coisa ficará, algumas boas sementes cairão à terra, à nossa terra... «Faço tudo para chegar a cem... Mas se chegar a oitenta já não é mau, já me dou por satisfeito»...

Portugueses! Salazar falou, disse-nos o que tinha a dizer-nos, contou-nos os seus projectos, os seus planos, confessou-nos, realmente, as deficiências da sua acção até hoje. Ele já nos provou, porém, que era um realizador. Depois das suas últimas palavras é possível, e natural, portanto, que venham outras obras, outras realizações...

Um homem está só, heroicamente só, a pensar em nós e na sua Pátria. Deixemo-lo seguir o seu caminho, deixemo-lo ir devagar para ir mais depressa... Esperemos pacientemente que ele cumpra as suas promessas. Aqui não há uma Ditadura, uma Situação: há um ditador de si próprio, o grande Chefe moral duma nação! E agora, que já o ouvimos, vamos cada qual para a nossa vida... Não façamos barulho... Deixemo-lo trabalhar...

"No lugar do Vimieiro, em Santa Comba, diante do tapete de retalhos dos modestos domínios do dr. Salazar·"

"...a outra é a casa de habitação. Duas janelas de guilhotina, a dois palmos de terra..."

6.ª Entrevista

Depois da Conferência de Londres ([1])

No lugar do Vimieiro, em Santa Comba, diante do tapete de retalhos dos modestos domínios do dr. Salazar. Uma sucessão de cinco ou seis casas térreas, pobres, casas de aldeia para aldeões, casas mendigas à beira da estrada. Duas dessas casas chamam-nos, timidamente, com a sua cor-de-rosa desbotada, de rosa murcha. Numa delas, a escola primária do lugar, que Salazar frequentou e que seu pai mandou construir quando ele era ainda um rapazinho. A escola rústica, humilde, que o honrado lavrador lançou à terra como qualquer semente, frutificou, deu flor e é um bem de família. A actual professora é uma das irmãs do dr. Salazar, que ensina a ler e ensina Deus às alminhas brancas do Vimieiro. A outra é a casa de habitação. Duas janelas de guilhotina, a dois palmos da terra. Entre as duas janelas, uma porta simples. Diante de cada sacada, um canteirinho pouco maior do que um grande vaso. Rosas, malmequeres, margaridas, mais apontamentos de flores do que flores... Da janela da esquerda, correndo em direcção à porta, uma trepadeira, pouco ambiciosa...
Que venho aqui fazer? Depois de cinco longas entrevistas, onde interroguei Salazar livremente, obtendo sempre respostas claras e definitivas, terei o direito de vir abusar da sua confiança, de vir devassar o seu refúgio, o berço da sua infância? Qual a minha intenção? Porque volto?

([1]) A 6.ª e 7.ª entrevistas foram publicadas no *Diário de Notícias* em 1938.

O crime foi premeditado em Londres. Diante da Babel do *Geological Museum*, diante das palavras sibilinas, das palavras cruzadas de dois mil e tantos parlamentares, diante de tanto barulho para nada, eu ouvi-me, de repente, a fazer esta pergunta: «Que pensará Salazar de tudo isto? Que diria ele se tivesse vindo à Conferência?» E foi desta forma, assediado por esta interrogação, que deixei Londres, certo dia, na embriaguez do último suspiro da *season*, para chegar quase directamente a Santa Comba, à luz dominical de Santa Comba.
Que poderoso e pacificante contraste! Em vez da orquestração dissonante das buzinas e dos *klaxons*, em Piccadilly ou em Oxford Street, em vez dos pregões dos jornais que sonorizam as tardes londrinas, no seu idioma próprio, o silêncio luminoso dum recanto da Beira, acentuado pelas notas de música esvoaçantes da passarada bucólica. Em vez dos parques famosos da grande cidade, com os seus monótonos tapetes de relva, com os seus rebanhos tristes, neurasténicos, a vastidão dum horizonte que não suporta grades, a natureza dentro da natureza. Em vez do *Claridge* ou do *Carlton*, a casinha humilde, verdadeira choupana, do homem que dirige, diante do Mundo, os destinos de Portugal... Em vez do porteiro uniformizado, agaloado, que nos olha superiormente e nos pergunta o que desejamos, a senhora Maria, dedicada servidora do dr. Salazar, que entreabre a porta e me convida a entrar:
– O sr. doutor estava à sua espera...
E, finalmente, em vez de Macdonald e dos seus gestos retóricos, teatrais, do seu idealismo sincero mas demasiado fotogénico, um homem simples que nunca faz discursos, quase sempre falsos, que se limita, de quando em quando, a pensar alto diante de todos...
O sol entra a jorros na varanda envidraçada onde o dr. Salazar me recebe, ponte de comando do seu pequeno barco de Santa Comba, onde mal cabem três cadeiras e certa armação com enfiadas de pequenas vasos em tábuas sobrepostas, altar de barro, lenha e flor, erguido à terra, à alma da terra...
– O almoço está na mesa, sr. doutor – avisa-nos a sr.ª Maria, com voz de boa nova.

Dois passos e eis-me na pequena casa de jantar interior que dorme na sombra... Sento-me, por fim, à sua mesa íntima, discreta, e tomo o primeiro contacto com a fazenda de Salazar, com a sua courela através do caldo verde fumegante, cujo aroma sobe dos pratos como um incenso rústico...

A doença dos boatos

Calo-me, timidamente, com receio de fazer mal à atmosfera doce. E é Salazar quem me interroga:
– Notícias de Lisboa?
Olho o fruteiro, a natureza morta-viva, com a palheta multicor das peças, rainhas-cláudias, alperces, maçãs, notícias apetitosas do pomar que não está longe, e digo, quase envergonhado:
– Boatos, sempre boatos...
– Conte-me alguns – pede-me o dr. Salazar.
Satisfaço-lhe a curiosidade com a lista costumada:
– Conspirações, revoluções pronunciamentos, crises governamentais, parciais ou totais... Um pouco de tudo. Até já se chegou a dizer que se formaria um novo Governo presidido por um dos seus ministros e que o dr. Salazar iria descansar dois meses para a Suíça...
– Para a Suíça? – atalha, com impalpável ironia, o dr. Salazar, cortando uma fatia de pão –. Com que verba?
Não me dou por vencido e tento descobrir o seu estado de espírito diante da inquietação das esquinas de Lisboa:
– Sente-se tranquilo, portanto, diante da vaga dos boatos?
E o dr. Salazar, com a sua inalterável serenidade:
– Estou sempre tranquilo...

Os eternos descontentes...

Insisto:
– Mas não acredita no descontentamento de certos sectores da vida nacional?
Salazar, com pessimismo:
– Acredito. A classe dos descontentes foi sempre numerosa em Portugal e nenhum governo conseguirá extingui-la...
Continuo a sondagem:
– Mas porquê? Porque haverá sempre descontentes?
Contrariando os meus hábitos, enquanto não vem a resposta, vou experimentar o vinho que a sr.ª Maria me deitou no copo. Mas o dr. Salazar corta-me o gesto.
– Não beba esse... Ela enganou-se. Tenho outro aí, que julgo melhor. É aqui natural da nossa fazendinha, mas creio que se poderá beber... – e passando a responder à minha pergunta –. Quer então saber por que há sempre descontentes? Em primeiro lugar observe que quando, pela formação social de um povo, o Estado é tudo ou quase tudo, há multidões de indivíduos e de interesses cuja vida para os primeiros e cuja satisfação para os segundos dependem, na máxima parte, da posse do poder, da pessoa que exerce o poder, de estar lá, ou com ele ou perto dele um amigo ou um amigo do nosso amigo. Nestes países não só o Estado tem sobre si funções e cuidados, que não deveriam pertencer-lhe e de que dificilmente se desempenha a contento da colectividade como a sua marcha é constantemente enredada pelo individualismo da formação geral. Podem unir-se todos os homens à volta de interesses colectivos; à volta de interesses individuais só podem unir-se uns com exclusão de outros. A vivacidade, a feição especial das nossas lutas políticas vão buscar aí a menor parte da sua razão de ser.
Mas outras explicações podem ainda ser dadas. Há um abismo entre a nossa inteligência, viva e pronta, de meridionais, e a nossa débil vontade, pouco paciente, pouco tenaz. Este abismo provoca, no meu entender, um verdadeiro desequilíbrio psíquico. A não modificarmos radicalmente o nosso modo de ser é natural que nos revelemos sempre um pouco tristes, descontentes, um tudo-nada revoltados. A educação da acção tornar-nos-ia mais conscientes de nós próprios, mais optimistas e, ao mesmo tempo, mais tolerantes, mais justos perante o trabalho alheio.

Bem vê: entre a imaginação e a realização o caminho é longo e difícil, tão longo e tão difícil, por vezes, como a distância que vai da Terra à Lua, ou melhor, da Lua à Terra... A inteligência não conhece dificuldades. As ideias seduzem-nos, por isso, na sua aparente facilidade, enquanto não descem à forma e custa-nos até admitir que ninguém as tivesse ainda realizado. Mas quando tentamos dar-lhes vida, a sério, para que durem efectivamente, as dificuldades surgem, donde menos se espera e o trabalho tem de ser lento se quer ser eficaz. Há bastantes meses, por exemplo, que anunciei o propósito de fazer construir casas económicas em Lisboa e Porto e só neste momento o decreto vai para o *Diário do Governo*, tantas dúvidas e problemas tiveram de ser resolvidos antes de se fixarem as grandes linhas que vão tornar possível, *agora*, a realização rápida do projecto. Reclamar foi sempre fácil... Realizar é mais difícil. Os jornalistas, pensando bem, têm quase sempre razão quando protestam contra a insuficiência de certos serviços, contra o facto de não se ter feito ainda isto ou aquilo... Mas o legislador, o jornalista oficial, tem, igualmente, razão quando escreve mais devagar, com maior cautela, com maior tortura, no seu difícil quotidiano, no *Diário do Governo*...

Homenagem...

Não deixo apagar o fogo:

– Diz-se, efectivamente, que a marcha da governação à parte a obra administrativa do seu ministro das Finanças, tem sido lenta...

Salazar pára o golpe:

– Lenta? Seria fácil de mostrar o contrário com um simples olhar sobre a obra já realizada em todos os departamentos da vida pública. Eu sei porque acham lenta a nossa obra. É que, antes de nós, era tal a viciação da atmosfera política, tal a incapacidade de realizações governativas, que ninguém se lembrava de pedir, a qualquer Governo, a realização duma obra, fosse lenta ou rápida. Connosco, – e justamente porque já realizamos uma obra, – tornaram-se exigentes... Temos de fazer a correr o que os outros não souberam ou não quiseram fazer e que nunca ninguém se lem-

brou de lhes pedir. Esta insatisfação não parte unicamente dos nossos amigos, dos que estão connosco. Os nossos próprios adversários têm a audácia ingénua de nos acusar de não termos feito em cinco ou seis anos o que a eles nem sequer lhes ocorreu em dezasseis... E ainda bem porque, no fundo, essa impaciência, essa classificação de *lenta* aplicada à nossa obra não passa duma homenagem... Uma homenagem e um progresso. Os povos progridem paralelamente ao número e qualidade das suas exigências de ordem física, intelectual ou moral. Como governante, só tenho que regozijar-me com que o povo reclame o que lhe falta: esse factor demonstra-me que ele sente já necessidades que antes, na sua miséria, nem sequer sentia, e pretende satisfazer, que antes não supunha que pudessem ser-lhe dadas. Afinal é bem natural que se torne impaciente ante a demora, aliás fatal, de se chegar a custo e a toda a parte, e até que ligue cada vez menos importância e receba com menos alvoroço o que se vai fazendo em seu benefício e para progresso do País.

Inquietação...

Repiso:

– Mas são os próprios amigos da Situação, os rapazes, sobretudo, que falam constantemente, marcando um contraste, do dinamismo da Itália nova e da Alemanha nova...

E o Chefe do Governo, sem se perturbar:

– Eles têm razão, mas esse dinamismo, que tanto os entusiasma, e que reconheço conveniente, nem sempre é, propriamente, de acção pura e útil, mas de palavras e de gestos. Entre as grandes medidas reformadoras dum Estado Novo, seja em Itália, seja na Alemanha, seja em Portugal, tem de haver, forçosamente, se a obra é a valer, construída sobre bons alicerces e com materiais sólidos, intervalos, grandes compassos de espera. Mussolini e, agora, Hitler, enchem esses intervalos, esses espaços mortos, com discursos inflamados, cortejos, festas, gritando o que já se fez e o que se pensa fazer. Fazem bem porque assim vão entretendo a natural impaciência do povo, a galeria exigente das situações de autoridade e de força

que estão sempre à espera do número difícil e perigoso, do número de circo... Teremos de ir para aí, para uma propaganda intensa conscientemente organizada, mas é lamentável que a verdade precise de tanto barulho para se impor, de tantas campainhas, bombos e tambores, dos mesmos processos, exactamente, com que se divulga a mentira.
– Paul Valéry, nos seus *Regards sur le monde actuel* tem uma página que parece dedicada a Salazar, o seu mais perfeito retrato. Hei-la: «Suponha que lhe entregam o poder sem reservas. O senhor é um homem honrado, que tem o propósito firme de fazer bem, de acertar. A sua cabeça é sólida; o seu espírito pode contemplar distintamente as coisas e estabelecer-lhes as relações; e, finalmente, sente-se, de tal forma destacado de si próprio, colocado numa situação tão elevada, e tão poderosamente *interessante* que os seus próprios *interesses* pessoais resultam nulos ou insignificantes comparados com o horizonte que tem diante de si, com o horizonte do possível! O senhor não chegará mesmo a ser perturbado pelo que perturbaria qualquer outro, pela impaciência que existe em quase todos ou pela esperança que os outros põem em si. Sendo esse homem, diga-me agora, o que vai fazer, o que vai fazer *hoje?*» A obra de Salazar – permita-me este parêntesis no meio da nossa conversa – responde a Valéry...
Salazar fecha o parêntesis e conclui o seu raciocínio:
– Essa inquietação, que está sempre a criar incidentes, creia-me, é filha da nossa raça e julgo-a manejada, habilmente, por qualquer direcção superior invisível, que renunciou à conquista do poder pelas armas e que pretende agora, aliás inutilmente, conquistá-lo pela intriga... O que é lamentável é que certos elementos puros, de cuja lealdade não podemos duvidar não vejam esses cordelinhos e se deixem levar por eles...
Lanço a rede:
– O caminho único, no meu entender, é ir satisfazendo, sem fraquezas, certas aspirações legítimas do *sangue na guelra*, certo *nacionalismo* impaciente, mas, por vezes, justificado...
E Salazar, com serenidade:
– É o que se tem procurado fazer. Mas não se iluda. A tal *direcção superior* vai lançando diante de todas as medidas o micróbio da insatisfação. Nunca é bastante o que fazemos,... Procura-se destruir, assim, em nome

do *impossível*, o que é *possível* realizar e que está fazendo perder a esperança de qualquer regresso ao passado. Processos lamentáveis de negação que se assemelham, singularmente, aos mesmos utilizados pelos nossos inimigos declarados. Veja, por exemplo, o que está acontecendo diante da figura do Infante D. Henrique, figura central do nacionalismo português, atacada rudemente, agora, pelos nossos adversários, como se estivesse inscrita na União Nacional... Vieram falar-me, outro dia, numa grande festa na data da tomada de Lisboa. Pois hesitei na resposta e hesito ainda. Se festejamos e erguemos hinos à alta figura do Conquistador, é fatal aparecer por aí qualquer sábio mal humorado a descobrir que o nosso primeiro rei não passava dum banalíssimo aventureiro, duma espécie de José do Telhado da Idade Média... Chego a ter medo... De consagração em consagração, arriscamo-nos a ficar sem história... E tudo porque em Portugal a pessoa do autor é que dá ou tira todo o valor à obra.

As críticas ao orçamento

Estamos no fim do almoço, que fechou com a chave de oiro dum delicioso pudim, obra-prima da sr.ª Maria. O ministro das Finanças convida-me, agora, a visitar a sua fazenda, um grande quintal, amorosamente cuidado, onde se reflecte a nitidez, o olhar rectilíneo do seu proprietário. Parámos alguns minutos na eira que está ao lado da casa, percorremos uma ruazinha coberta com uma latada. Oiço as explicações sábias e práticas que Salazar me vai dando sobre a cultura da batata, do milho, da vinha, e transponho, acompanhando sempre o ministro das Finanças, a porta simples do muro perfeito que delimita a propriedade. Atravessamos, com um passo largo o ribeirinho que dá de beber à terra sedenta e subimos uma encosta donde se domina, num só olhar, a courela viçosa do ministro-lavrador. Sôfregos de sombra, sentamo-nos debaixo dum carvalho generoso. Alguns minutos dum silêncio contemplativo, estético, diante do panorama luminoso, quase metálico, e o diálogo continua sem pressas, sem tortura, desenvolvendo-se, com suavidade, na tarde mole e ardente:
– O último orçamento foi muito criticado e até posto em dúvida o saldo com que fecha...

– Eu sei... – confirma Salazar com laconismo.
– Diz-se, por exemplo, que há verbas previstas nas receitas com que o ministro das Finanças não pode contar, que nunca serão realizadas...
– É certo... – confirma ainda Salazar.
– Algumas já não se receberam no ano passado e não há razão, este ano, para que não aconteça o mesmo...
E Salazar, com a sua lógica invencível, destruindo sempre os argumentos contra a sua obra, com a facilidade de quem arranca da terra arbustos enfezados e secos:
– Será assim... Mas eu, ministro das Finanças, é que não posso reconhecer a certas instituições o direito de não pagarem ao Estado o que lhe devem, de não satisfazerem, integralmente, os seus compromissos...
Observo:
– Mas a falta desses pagamentos, que parece fatal, pode trazer o défice...
E Salazar, com um sorriso divertido que quase me faz corar:
– Não se inquiete... Quem faz o orçamento com honestidade, deixa nele margem para cobrir esse possível défice... Algumas receitas podem ser optimistas, mas há despesas, em compensação, que são francamente pessimistas... – E, com impassível ironia: – Eu percebo um bocadinho, pode crer, desta coisa de orçamentos...
Continuo no mesmo terreno:
– Há também quem tenha estranhado a redução dos 10% na contribuição predial e a conservação do imposto de salvação pública. Essa redução – protesta-se – deveria começar pelos pequenos...
E o dr. Salazar, sem se alterar:
– Nesta hora de crise, de confusão económica nacional e internacional, poderá alguém dizer, com segurança, onde estão os pequenos e onde estão os grandes?... Os funcionários sofrem, sem dúvida, mas os industriais e os agricultores não sofrem menos. O empregado público ao menos tem o seu ordenado, pequeno ou grande, garantido ao fim do mês. O proprietário rural, esse nunca pode estar seguro da colocação dos seus produtos que lhe interessa e que interessa intimamente à nossa economia. Sei também que se protesta contra certas taxas do imposto de salvação pública, mas esquece-se de que é ele aplicado conforme os vencimentos, conforme sobretudo, o seu maior ou menor ajustamento ao actual custo da vida. Evidentemente

que o imposto de salvação pública não será eterno. Já o diminuí, já até o suprimi para depois o repor, disposto a suprimi-lo, novamente, quando me for possível... De resto, os impostos são sempre antipáticos para quem os paga. A verdade é que todos exigem bons serviços, mas nem todos contribuem, com o necessário espírito de sacrifício, para eles...
Um silêncio largo, profundo, imposto pela própria luz, tão crua, tão indiscreta, que os pensamentos se vêem, claramente, sem haver necessidade de lhes dar forma. Salazar, que se absorve na contemplação da sua minúscula mas quase luxuosa fazenda, rompe o silêncio:

Obra lenta...

– Aí tem um campo de experiências económicas, o meu pequeno laboratório...
Sigo o olhar de Salazar e compreendo o que ele quer dizer. Como tudo é nítido, geométrico, definido, na quinta em miniatura que tenho diante de mim...
– Acolá o milho... além o batatal... mais além a vinha...
A mancha viçosa da quintarola do dr. Salazar destaca-se com nitidez, na paisagem beirã. Cada vide, cada planta, cada folha, tem o recorte duma verba impressa, bem estudada... As ruazinhas da fazenda, o seu muro, as suas construções em granito parecem desenhadas à régua, colunas apontadas a tira-linhas, do Deve e Haver... Julgarão que faço literatura, que procuro um efeito fácil, mas quem vier acolher-se à sombra desta árvore, para devassar as terras do dr. Salazar, terá de me dar razão...
– À imagem do seu orçamento... – não posso deixar de comentar.
E o dr. Salazar, com um sorriso:
– Pois sim... mas este com défice.
E respondendo, agora, à minha interrogação muda:
– Estão ali enterradas todas as minhas antigas economias. O quintal é, como vê, pequeno mas quase luxuoso. Uma adega onde por pouco não cabe todo o vinho do lugar, uma eira desproporcionada, uma fonte quase inútil. É uma lição cara mas viva do problema angustiante da pequena ou

média propriedade rural: a maioria dela não suporta, tal como esta, as despesas avultadas das instalações necessárias ao seu cultivo. Mas que quer? A terra embriaga e, por ela, fazem-se todas as loucuras: mais este poço, mais este açude, mais este engenho... Perde-se quase sempre a noção do rendimento possível da terra e o descalabro é certo. Por mim, verifiquei a verdade desta conclusão: o lavrador, hoje, se quiser viver e se quiser viver com o progresso, não pode estar isolado...

Aproveito a deixa:

– Uma defesa do comunismo agrário?...

Salazar responde com vivacidade:

– De modo algum! A propriedade é necessária porque só ela estimula os homens a fazer impossíveis, milagres, da terra que é sua, mas que se lhe nega. Defendo, sim, uma larga aplicação do princípio associativo. Uma adega, uma eira, uma palheira podem bastar a um núcleo de lavradores, libertando cada um de encargos ruinosos privativos. Essa eira que vê ali só não é desproporcionada porque os meus vizinhos se servem dela. E essa fonte, que parece luxuosa, é utilizada, visto não haver uma fonte pública, tanto pelo povo como por mim... Vê esses lavadouros que acompanham o ribeiro? Mandei-os construir para as mulheres poderem lavar a sua roupa... Não as vê lá em baixo? Há, na verdade, um muro baixo, circundando as minhas terras, mas não sei se reparou nas portas que rasgam esse muro...

Arrisco:

– Deve, ainda assim, ter gasto algum dinheiro, para a realização destas obras...

E o dr. Salazar, olhando-me e olhando, logo a seguir, enternecido, a sua fazenda, o seu Portugalzinho:

– Sim, bastante, mas não sei quanto, porque, desde que estou em Lisboa perdi o fio à minha vida particular. Lentamente, com um pequeno grupo de trabalhadores e de pedreiros, tudo se resolveu e se modificou durante anos. Os operários foram-se, há dias, com pena, porque já se tinham habituado a essas terras como se fossem suas...

E, perante a minha surpresa:

– Obra lenta, bem sei; mas o que está feito não tem que sê-lo outra vez.

De Santa Comba a Londres...

Atravesso a ponte, que procurava há muito tempo:
– Santa Comba, numa palavra, deu-lhe mais ensinamentos do que Londres?
E o dr. Salazar, aceitando o meu convite para mudar de rumo:
– A Conferência Económica de Londres falhou, como era facílimo de prever. Ela veio confirmar a decadência da democracia e do parlamentarismo internacional, que já se tinha manifestada na Sociedade das Nações. Como é possível admitir efectivamente, que *todos* os países vão a Genebra para deliberar sobre *todos* os assuntos, interessem ou não à Sua vida nacional? Trata-se de colónias, por exemplo, e todos se julgam com o direito de dar o seu parecer e o seu voto sobre a matéria tenham ou não colónias, passado, história, experiência colonial. Trata-se de qualquer outro assunto e o mesmo acontece. Discuta-se o que se discutir e há sempre que correr a bicha, que chamar, por ordem alfabética, o país fulano, o país beltrano e o país sicrano... Caminho directo, caminho imoral e absurdo para o caciquismo, que tanto se pode manifestar nas eleições nacionais como nas internacionais. Cada país tem o seu voto e esse voto pode ser talhado, aliciado, contratado, por qualquer outro país mais forte, a quem o assunto directamente interesse. Não esquecemos, também, que a Sociedade das Nações é um parlamento vulgar, com os seus fatais corredores e as suas fatais intrigas...
Completo o panorama:
– E com a sua fatal galeria...
E o dr. Salazar continuando:
– Sei que há hoje uma intensa vida internacional, mas estas sucessivas conferências, quase sempre mal preparadas, filhas, a maior parte, da Sociedade das Nações, sofrem da estrutura desta e ampliam, afinal, os seus principais defeitos...

O pacto dos quatro

– Como chegar, nesse caso, ao acordo necessário para resolver certos problemas indispensáveis à vida dos povos?

O dr. Salazar dá o seu parecer:
– O pacto dos Quatro, lançado por Mussolini, inimigo natural da democracia e do parlamentarismo, assinado pela Itália, pela Inglaterra, pela França, pela Alemanha, parece-me melhor processo de trabalho. Não nos esqueçamos de que, pela sua grandeza e pela grandeza dos seus interesses, a maioria das questões políticas, económicas e financeiras da Europa toca directa e profundamente essas quatro potências. As suas grandes questões europeias respeitam, quase sempre, todas ou algumas delas.
Tento discordar:
– Mas não será esse o perigo? Não tentarão essas quatro nações engrandecer-se ainda mais, se lhes for possível, à custa dos pequenos países?
– Não lhe digo que não – responde Salazar, que não costuma padecer de ingenuidade – e tudo depende do espírito com que os quatro homens, representantes dessas quatro potências, se sentarem à mesma mesa para resolver os diferentes problemas europeus que estiverem na órbita da sua competência. Se eles, porém, animados dum bom espírito internacional, de boa fé, quiserem, na verdade, curar os seus países, para que a Europa se cure, poderão fazê-lo mais facilmente do que as tais conferências internacionais de duas mil cabeças. O contacto directo entre quatro homens bem intencionados, a ausência de intermediários, ainda que bem escolhidos, facilitará muito quaisquer negociações. Se esses homens não forem sinceros, se levarem consigo intenções ocultas, sonhos de grandeza, de intervencionismo na vida alheia, a todo o tempo é tempo de se lhes retirar a confiança dada. Nem será mesmo preciso ir tão longe. Se não forem mutuamente leais, se a sua acção comum não for norteada por uma sólida moral internacional, eles próprios acabarão por não se entender e o pacto romper-se-á naturalmente...

Ideias falsas

Disparo o meu último cartucho contra o Pacto dos Quatro:
– As nações coloniais, pelo menos, têm sérias razões para desconfiar do Pacto dos Quatro...

– Não vejo motivo algum – replica o dr. Salazar – para recear o Pacto dos Quatro, ou, isoladamente, qualquer das Nações que fazem parte desse pacto: creio muito na força da justiça quando esta é acompanhada da vontade firme de a fazer valer. Devemos antes recear o êxito, a voga de certas ideias falsas, sedutores que nascem quase sempre, infelizmente, em cérebros bem organizados, cérebros com prestígio, que circulam, portanto, com incrível rapidez, e que se transformam, rapidamente, em dogmas...
– Por exemplo...
– Conhece a modalidade do senador italiano Michelis à ideia, falsa também, da internacionalização das colónias ?
– Não conheço...
– Michelis é um homem inteligente, estudioso, autorizado, e o seu plano, realmente bem apresentado, parece um ovo de Colombo. A Europa sofre com a crise do desemprego? Parece que há países que têm população a mais e espaço a menos; e no entanto, há colónias com vastos espaços aproveitáveis e desocupados? Pois bem! Porque não resolver o problema, mandando para as colónias o excesso da populacho europeia sem trabalho? Nada mais simples... Esta Nação não tem colónias mas tem alguns milhões de desempregados? Esta possui, pelo contrário, grandes domínios ultramarinos mas não tem braços para lhes arrancar o rendimento necessário? Muito bem! Canalizem-se para essas colónias desertas, ou quase desertas, o excesso das populações europeias que estão lutando com a crise do desemprego... Solução profundamente humana, clara, cristalina, e que parece assente na pura verdade económica. Mas atrás desta ideia sedutora vem a da colaboração dos Países nas colónias, vêm as chamadas bacias ou zonas internacionais, vem a chamada internacionalização... Mais para aqui, mais para ali, o sr. Sarraut dá, em França, a mão ao sr. Michelis em Itália. Estas ideias são naturalmente sinceras, mas são perigosas. A sua extrema simplicidade dá-lhes grande poder de expansão; podem criar-se, à sua volta, estados de espírito colectivos propícios às más experiências e aventuras.
– E no entanto...
– E no entanto trata-se de *falsas ideias claras*. Parte-se, em primeiro lugar, de certo conceito de crise e de causas da crise, que não julgo exacto; em segundo lugar talvez se suponha – e é outra inexactidão – que colónias

quer dizer países fechados a capitais ou braços alheios. Ora Portugal, por exemplo, concede a entrada, praticamente livre, nos seus domínios a capitais e homens que por aí desejem empregar-se e trabalhar. Faz, porém, na sua política uma reserva: é que esses capitais e esses trabalhadores têm de integrar-se no conjunto da economia nacional, e não constituir corpos estranhos enquistados nela. Esta condição explica muita coisa, e até, porque sendo as razões as mesmas, se não advogam essas mesmas ideias para países em condições de população e território idênticas às das colónias... Devo dizer-lhe que o ilustre senador italiano não apresentou na Conferência de Londres a sua arriscada sugestão... Julgo que fez bem.
Aproveito a citação da Conferência de Londres para continuar a interrogar Salazar sobre a sua agonia e morte:
– Independentemente das causas políticas e sociais, já conhecidas e já apontadas, a que se pode ainda atribuir o malogro da conferência?
E o dr. Salazar, com prontidão:
– A duas coisas talvez: ser o plano internacional inadequado. No estudo e adopção de medidas eficientes contra a crise e não se ter previamente definido entre quatro ou cinco grandes potências a política conveniente no terreno monetário. Não compreendo mesmo que Macdonald tenha ido à América regressado da América e *aberto a Conferência* sem acordar com Roosevelt este ponto que toda a gente via ser a primeira solução antes de qualquer possível solução. Sem os Estados Unidos era impossível fazer fosse o que fosse, e os Estados Unidos já nada podiam fazer para a paz monetária e económica desde que se resolveram a fazer uma política larga de inflação, a desvalorizar o dólar, a activar os negócios e as indústrias por meio dessa desvalorização... enquanto ela puder ter esse efeito, a neutralizar a desvalorização da libra nos mercados mundiais com depreciação igual à desta. Perante o espanto dos outros países, surpresos de tão ousada experiência – que se não fora tão longa pudera justificar-se com algumas razões científicas – não me lembro que a América apresentasse mais do que esta ingénua razão: «os países europeus viveram com a sua moeda desvalorizada durante muitos anos e ninguém lhes foi à mão. O dólar desvalorizou-se apenas há três meses e já se ouvem protestos de todos os lados...; o que quer dizer, pouco mais ou menos: 'Também temos direito à vida: deixem-nos gozar um bocadinho'...»

Mas o pior é que as circunstâncias são muito diferentes. Depois da guerra, desse abalo de terra que durou cinco anos, a Humanidade encontrou-se com os seus *stocks* completamente consumidos e com uma ânsia legítima de viver, de se desforrar de tantos anos de sofrimento e morte. Desse esgotamento, dessa fome de vida, nasceram os grandes negócios; os lucros hiperbólicos... Os ganhos eram de tal maneira fabulosos, as percentagens tão exageradas, que as oscilações cambiais, por maiores e mais sacudidas, passavam quase despercebidas. Havia margem para tudo! Mas a curva dos negócios, agora, é descendente. Consome-se o menos possível e a margem para os lucros é tão pequena, tão diminuta, que dificilmente suporta qualquer imprevisto de variação cambial... Depois da guerra, pouco a pouco, com anos seguidos de árduos esforços, chegou-se a encontrar terreno firme para as transacções, apesar de algumas paridades monetárias não terem sido encontradas com precisão. Mas a estabilização, agora, vai ser ainda mais dolorosa e não sei mesmo quando lá chegaremos... por este andar. As grandes Nações que dominam monetariamente as outras parece terem transferido para o campo monetário a luta comercial, ou melhor, fazem guerra comercial, já não com tarifas, mas com altas e baixas de valor das moedas, em tais proporções, que o fenómeno deve ser considerado novo, e bem do nosso tempo. Levadas as coisas por este caminho, a cura vai ser longa e difícil.

Os resultados da Conferência de Londres...

– E foram esses os resultados da Conferência Económica?

E Salazar, com pessimismo mas com profunda verdade:

– Não tenhamos ilusões. A situação económica da Europa, do Mundo, deve agravar-se ainda com a reunião de Londres. Os 66 países que nela tomaram parte aprenderam a conhecer-se melhor nas suas forças e nas suas fraquezas. A luta vai continuar, pela falta duma grande directriz na política económica, pela falta de base estável para a normalização da vida comercial, ainda um pouco pelo desapontamento de tantos que criam na conferência salvadora muito mais do que em si próprios...

Pergunto, como quem consulta, num caso desesperado, um grande médico:
– Que fazer? Que medidas se poderão tomar contra essas lamentáveis consequências?
E o dr. Salazar com a prudência dos bons médicos:
– Ajudar e não contrariar a natureza. Não deixar contaminar os membros sãos, amputar os gangrenados ou os sem vida. Aonde há ordem não deixar chegar a desordem; aonde há paz evitar que chegue a guerra. Trabalhar sem descanso, sofrer sem desânimo, tratar cada um de si com os olhos e o pensamento nas dificuldades alheias. Não ser egoísta, ter a consciência clara da solidariedade internacional, contribuir para a confiança pela honestidade de processos e pela calma no meio da perturbação geral. Restringir-se no que for possível, abrir mais o coração à desventura alheia, que não são agora tempos de enriquecer. E esperar, esperar, porque a bonança virá.
Pergunto, fechando o capítulo:
– Ficou satisfeito com a acção da nossa delegação?
E Salazar, sem reticências:
– Muito satisfeito. Todo o País tem o dever de estar grato ao sr. dr. Caeiro da Mata por ter sido o justo intérprete, em Londres, da hora de renovação que estamos vivendo. Todos os restantes membros da nossa delegação, acompanhando-o cumpriram, igualmente, o seu dever...
O sr. dr. Jerónimo de Lacerda, director do Sanatório do Caramulo, que vem buscar-nos para nos levar ao alto da sua querida montanha, sobe a encosta, senta-se ao nosso lado, debaixo da hospitaleira árvore e interpela, com os seus modos francos e leais, o dr. Salazar:
– Então o senhor já mandou embora os seus homens?
E Salazar, repetindo a explicação que já me dera:
– Custou-lhes muito a abalar, mas lá se foram...
E o dr. Jerónimo de Lacerda:
– Foram-se embora com pena ? Não me espanto. O doutor pagava-lhes como ninguém! No Caramulo não há crise de trabalho, há crise de trabalhadores, mas paga-se lá um pouco menos que o doutor...

A propósito dum edifício escolar...

Descemos a encosta, transpomos, de novo, o muro, admiramos uma latada circular, fazendo caramanchão, que deve dar «a sua meia pipa», segundo o dr. Lacerda, bebemos um copo de água na fonte com que Salazar mata a sede aos vizinhos do Vimieiro, e olho, exteriormente, pela primeira vez o seu terraço, a sua ponte de comando, com suas janelas salpicadas de folhas, audaciosamente assaltada por certa árvore-jornalista, indiscreta... Saio, finalmente, da casa-refúgio, da casa-ermita, e eis-me com Salazar no automóvel que nos vai conduzir ao Caramulo. Atravessamos Santa Comba, airosa vila beirã, que dorme a sesta. Diante das obras da nova escola primária, duma arquitectura simpática, larga, mas francamente cosmopolita, Salazar comenta:

– É pena que os novos arquitectos portugueses, onde se contam rapazes de tanto valor, não se empenhem em criar um tipo de construções para edifícios públicos, que esteja dentro da nossa época, mas, simultaneamente, dentro da nossa raça e do nosso clima. Suponho que eles seguem, com demasiada subserviência, os figurinos lá de fora, sem se preocuparem com a sua adaptação ao nosso meio. O resultado, daqui a poucos anos, é que não poderemos olhar para eles com prazer. Chego a supor que esses artistas tomam por motivos decorativos e modernos o que não passa duma defesa necessária em certos climas. Os grandes janelões, por exemplo, justificam-se nos países sombrios, onde a luz é pouca e triste... Mas já não se admitem num país como o nosso, onde o sol cabe em todas as frinchas, onde a luz precisa ser atenuada e não exagerada. Olhe os algarvios, que passam a vida a caiar de branco as habitações e sofrem, quase todos, dos olhos... Este problema da arquitectura preocupa-me bastante, quando me lembro das verbas inscritas no orçamento destes anos para obras públicas: muitas dezenas, ao fim centenas de milhares de contos! Não seria uma ocasião excelente para dar uma certa unidade à arquitectura oficial?

Concordo e vou mais longe:

– Seria mesmo a oportunidade rara para oferecer aos nossos vindouros a imagem definitiva, própria do momento de renascença que estamos vivendo. A Itália assim o está fazendo. Há hoje uma arte monumental fascista, discutível, mas inconfundível...

E Salazar, modestamente:
– Não peço tanto... Longe de mim a pretensão ridícula de criar um estilo ou de inspirar um estilo. Contente ficarei se as obras a realizar forem portuguesas e simplesmente belas...
Observo:
– Nessa indispensável superintendência, que torne possível a criação duma unidade arquitectónica, só vejo um perigo: a anulação da personalidade desses arquitectos ousados que marcham na vanguarda...
E o dr. Salazar, com irrespondível bom senso:
– A personalidade não é copiar, mais ou menos, o que se faz lá fora: é criar alguma coisa de novo dentro do clima nacional...

Nacionalismo ou Internacionalismo Económico?

Deixámos, há muito, as últimas casas de Santa Comba Dão. Estamos em plena Beira. A paisagem em socalcos, aproveitadinha até aos mínimos repregos, presta homenagem silenciosa e expressiva, ao reformador do orçamento português...
Volto à Conferência de Londres e aos seus problemas:
– É partidário duma política proteccionista aduaneira ou dum franco internacionalismo económico?...
E Salazar, sacando dos seus óculos escuros, que o defendem da poeira e da luz:
– Tarifas moderadas, educativas, que não constituam nunca uma proibição nem atmosfera para se desenvolver o parasitismo económico. Eu defendo um nacionalismo económico, sim, mas que não esquece o nacionalismo económico, igualmente legítimo, dos outros países... Eu sei que este escrúpulo, este respeito excessivo pelas necessidades estranhas, não é do nosso tempo, mas julgo, precisamente, que esse egoísmo condenável é a causa fundamental do profundo desacordo económico e financeiro que embaraça a marcha da Europa e do Globo. O que falta, sobretudo ao mundo contemporâneo é aquela indispensável moral internacional, sem a qual não há confiança nem harmonia possível. Compromissos, tratados, acordos são letra morta, em geral, e fazem-se... para fazer alguma coisa,

sabendo-se já que não vão ser cumpridos, para entreter, para passar o tempo, como as crianças fazem carapuças ou barquinhos de papel... Compreende-se lá a desfaçatez com que certos países gelam, repentinamente, os créditos alheios ou desvalorizam a sua moeda a *0*! A chave da crise, acredite-me, está nesse egoísmo, nessa condenável indiferença pelos interesses dos outros... As dificuldades económicas, quanto a mim, devem ser resolvidas, efectivamente, no quadro nacional, mas subordinando a solução, para seu próprio interesse, a uma necessária colaboração internacional. Essa colaboração, eu sei, obriga-nos, por vezes, a sacrifícios, mas só ela pode trazer a confiança e com esta o novo equilíbrio. Trabalho em obediência a estes princípios e pago – paga o País – o que isso, por vezes, custa. O único dinheiro que na gerência das finanças públicas tenho a consciência de ter perdido ou de não ter salvo foi o que deixei em Londres, quando do abandono do padrão-ouro. Para mim é certo que a Inglaterra entrou na crise da libra com espírito diferente do que depois veio a ter: abandonou o outro porque não pôde aguentar-se. Eu podia, com pequeno prejuízo, ter feito a transferência de depósitos para outros países. Mas o dever não era nesses momentos, agravar dificuldades; era evitá-las, por elegância e lealdade. E o mesmo tenho feito, dentro da nossa pequenez, noutros casos e com outros países. Devo dizer-lhe, porém, que me sinto isolado na Europa e que acabarei, possivelmente, por fazer o que os outros fazem...

– Para defender os próprios interesses nacionais... – sublinho.

Da moral internacional à moral individual

– Sem dúvida! – replica Salazar com vivacidade –. Mas bastante contrariado e com pena de que o Mundo não compreenda que essa moral, que ele abandonou, é um ponto de apoio tão necessário à vida das nações como à vida das sociedades. A única forma de remediar a crise de qualquer país enfermo é ter confiança nas suas possibilidades de cura e não olhar como se ele já estivesse morto. Não esqueçamos que as corridas intempestivas aos bancos, quando os bancos não estão falidos, são perigosíssimas, porque podem, efectivamente, trazer-lhes a falência...

Digo com admiração:
– Linguagem nobilíssima, heróica, mas que a nossa época desvairada não pode entender...
E Salazar, com irónica mas triste resignação:
– Tem razão... Eu sei que isto já não é do nosso tempo, *ou não é ainda do nosso tempo.* Foi, porém, assim, não há muitos anos, e as crises não se manifestaram tão agudas nem tão conflituosas. A moral, quer entre os indivíduos, quer entre as nações, é sempre o equilíbrio, a saúde... Vou mais longe: poderá haver moral individual sem haver moral internacional? Que pode fazer uma sociedade que recebe esses péssimos exemplos de tão alto? As relações entre os indivíduos acabam por ser o espelho das relações entre as nações... A desmoralização internacional estimula e justifica a própria desmoralização nacional e individual...

Guerras de tarifas

– As guerras de tarifas, que rebentam aqui e além, são exemplos vivos desse mau estado de espírito, dessa falta de elegância no combate...
– Exactamente! – concorda Salazar –. Eu nunca julguei, por exemplo, ter de recorrer a medidas como certas que tenho adoptado ultimamente e que reconheço sem valor económico, quase disparatadas. Antes de as julgarmos, estudemos, porém, a origem de tais medidas, procuremos saber quem foi o ofensor... Tudo o que vem a seguir é a consequência natural e digna; por vezes, da primeira ofensa... Pode haver até fases da luta em que a justiça esteja do outro lado, mas essa razão momentânea é sempre filha duma primitiva e fundamental sem-razão. Além disso, é conveniente que certos povos, que respeitamos, amamos e admiramos, se apercebam da nossa existência, dos nossos interesses vitais e do nosso amor-próprio, que não é menor do que o deles...

Exportação e importação

Ponho um comentário à margem:
– Como estabelecer o equilíbrio entre a exportação e a importação, de molde a evitar essas guerras de tarifas, as mútuas agressões constantes?
E Salazar, com a sua costumada lucidez:
– Esse equilíbrio é natural, fatal, e no fundo existe sempre, sobretudo se ao movimento comercial se juntar o que os economistas chamam importações e exportações invisíveis – renovamentos de capitais, de emigrantes, de turismo, de serviços internacionais. É forçar a natureza pretenderem todos os países ter uma balança comercial – importações e exportações de mercadorias – vigorosamente equilibrada. Os países velhos, de antiga civilização, têm, como os indivíduos, capitais a render que lhes são geralmente pagos, directa ou indirectamente, com artigos de produção dos devedores. A sua balança de comércio apresenta-se por consequência desequilibrada; e ainda bem para os que, mais novos ou mais pobres, lhes têm de pagar. O absurdo então vai ao máximo, se cada país pretender manter um equilíbrio comercial rigoroso com *cada um* dos seus clientes e fornecedores. A França, por exemplo, País de bases economistas, tem no entanto hoje a preocupação sucessora, errada, do equilíbrio das balanças comerciais entre Nação e Nação. É um equilíbrio que se baseia no «toma lá dá cá», inexequível no nosso tempo de especialização da produção mundial. A Noruega não pode comprar-nos de vinho tanto quanto lhe compramos de bacalhau. Mas a França aproveita desta situação: se não comprarmos o bacalhau, o armador norueguês nos mandará ir de Paris *toilettes* caras para a mulher...
Estamos em Tondela, alegre povoação da Beira, com suas vivendas isoladas e floridas, onde apetece deixar pedaços de vida, horas de sossego... O automóvel pára e todos os *notáveis* do lugar vêm apresentar os seus cumprimentos ao Chefe do Governo,que os recebe carinhosamente,numa camaradagem despretensiosa e *regionalista*. A uma pergunta se a mãe está melhor, a outro se a filha já fez exame, aquele pela marcha dos seus negócios, a este pela saúde da sua vizinha, etc., etc.... Acompanhados de outro automóvel, onde tomam lugar o padre Zé, do Caramulo, e os filhos do dr. Jerónimo de Lacerda, deslocamos para o voo da serra do Caramulo que já se recorta no horizonte... Entretanto, a conversa continua:

O problema do desarmamento

Explicado o malogro da Conferência Económica – recomece – estudemos agora as causas das dificuldades com que tem lutado para resolver alguma coisa a Conferência do Desarmamento...

– O caso não pode comparar-se – distingue o dr. Salazar –. Não se pode afirmar que a Conferência do Desarmamento tenha falhado como falhou a Económica. Nessa conferência chegou-se, pelo menos, à redacção dum texto, sobre o qual é fácil estabelecer uma discussão e que poderia levar a qualquer conclusão. As dificuldades aí, para se chegar ao fim, não são tanto de ordem técnica, como de natureza psicológica. A atmosfera não é propícia a um entendimento sincero e leal. Tentar reconciliar dois homens no momento exacto em que eles se esbofeteiam parece-me difícil e contraproducente. Verdade seja que a intervenção se torna precisamente necessária, nesse lance, para evitar que eles vão mais longe e que se matem... Mas a tarefa é árdua, porque toda a acção desenvolvida, nesse sentido, é contrariada pela desconfiança mútua, pela falta de crédito que uns dão à sinceridade dos outros. Estamos a vê-lo claramente nos programas navais, nos programas de aviação, nos programas militares que continuam a ser formulados e postos em execução. É possível evitar que um país rico queira ser forte e que um país fraco faça das fraquezas forças para manter posições necessárias à vida do seu povo. No fundo há quase sempre o «riso satânico do factor económico», como se dizia em velhas sebentas em que aprendi. Que fazer, portanto? Desarmar, antes de mais nada, *economicamente*, parece-me, o caminho. Destruamos, primeiro, o estado de espírito que pode provocar a guerra. Destruamos a ideia da guerra, se pudermos, em seguida...

Nacionalismo e guerra

Continuo a interrogar:

– A guerra não será a finalidade natural dos nacionalismos exagerados?

Salazar com rigor geométrico:

– A ordem é sempre sinónimo de paz. Um povo que alcance, mesmo através do exagero do sentimento nacional, uma ordem perfeita, está, evidentemente, mais longe da guerra do que uma nação constantemente inquieta, desordenada, turbulenta. O perigo principia apenas quando essa Nação tem de ir para a guerra, apesar dessa ordem interna, empurrada, possivelmente, pela desordem externa... Então o seu potencial de energia e de exaltação é maior do que em qualquer outro povo, e guerra em que ela entre pode contagiar todo o Mundo... Também se tem visto o contrário: a exaltação do nacionalismo levar a aspiração da hegemonia, de domínio sobre os outros. Daí a maneira conflituosa, o arreganho, o desafio, o perigo, a guerra. Estes, porém, não são, entre os povos, os *valentes;* são, como dizia o saudoso comandante Ferreira do Amaral, simplesmente os tesos.

Hitler

Faço uma pergunta, possivelmente indiscreta:

– Como vê Hitler ?

Salazar responde com sobriedade:

– A Europa deve-lhe o grande serviço de ter recuado, com assombrosa energia e com empolgantes músculos, as fronteiras do Comunismo. Receio apenas que ele vá longe demais, no campo económico e social. Não interessa combater os homens, mas as ideias, os sistemas doutrinais. Se os comunistas desaparecerem da Alemanha e o Comunismo ficar por lá, mesmo com outro nome, o perigo continua. É sempre arriscado caçar no terreno dos outros: é-se caçado, em geral... Mussolini criou, igualmente, como Hitler, uma grande força popular, mas foi talvez mais prudente, mais latino, como era natural na sua obra de renovação...

– Conhece a sugestão, que se atribui a Mussolini, da reconstituição do império austro-húngaro?

– Conheço-a – diz ele – e compreendo-a, sem tomar no caso qualquer partido. É certo que a reacção contra Hitler provocou a aparição dum sentimento nacionalista na Áustria, veemente e simpático, mas o importante é saber se a Áustria poderá aguentar-se com o seu corpo enfezado e com a

cabeça congestionada da sua capital... Os seus orçamentos vivem de sucessivos empréstimos à Sociedade das Nações, de sucessivas viagens de ida e volta a Genebra... Que há-de ela fazer? Compreende-se que não tenha outro recurso, outra defesa, mas aquilo não é vida...

Portugal e Inglaterra

– A política internacional de Portugal? O mesmo rumo ou novos planos de aproximação ou aliança?
E o dr. Salazar, satisfeito pelo pretexto que lhe dou para uma afirmação oportuna:
– A mesma de sempre. O maior respeito diante de todos os povos que nos respeitem e a maior fidelidade à nossa velha aliança, cada vez mais estreita, com a Inglaterra. É curiosa esta aliança de dois países com mentalidade e modo de ser tão diversos e que, pela força dos mútuos interesses que ajusta, consegue durar tantos séculos. Pouco sentimental nesta como noutras matérias, eu não me contento, porém, nem com a antiguidade da aliança nem com as expressões excepcionalmente amigas dos discursos diplomáticos. Efectivo, consciente e consciencioso amigo da Inglaterra, como poucos governos o terão sido em Portugal, trabalharei por que a aliança seja mais do que flor de retórica e tenha um conteúdo sério de interesses económicos, financeiros e políticos, claramente considerados e equitativamente satisfeitos. Eu faço uma política e uma administração bastante *à inglesa*. Esperemos que isso ajude a compreender-nos mutuamente melhor e a levar-nos da efectividade dos sentimentos à realidade dos factos que marcam em política.
Subimos a serra. Salazar distrai-se, agora, com frequência, diante do horizonte largo, das perspectivas audaciosas: ilhas de arvoredo, casario que se confunde com a paisagem, que se incrusta na terra, lugarejos que são brinquedos fora da caixa, o silêncio, sempre sonoro, dos campanários, todo um oceano verde e sépia que vai levando os nossos olhos, a flor da terra, não se sabe para onde...
Salazar, que não é pródigo em elogiar os homens, exalta incondicionalmente a natureza:

– Veja como é belo!
– Que riquíssima várzea...
– Que maravilhosa paisagem...
De quando em quando, o horizonte fecha-se, fica preso, emaranhado, encantado, no silêncio da floresta – dos pinheiros, dos eucaliptos, dos carvalhos, das faias – rompimento cenográfico da estrada, que sobe sempre...
– Um Buçaco selvagem... – sublinha, com o seu gosto das legendas exactas, o dr. Salazar.
Aproveito a atmosfera de turismo:
– Conhece bem Portugal? Tem viajado muito pelo nosso País ?
– Todas as oportunidades me servem para o conhecer melhor... – responde Salazar.

Declarações do Chefe do Governo sobre a capital do Norte

Utilizo a deixa e atravesso, bruscamente, a ponte de D. Luís:
– O Porto, por exemplo, queixa-se da sua aparente indiferença... Três vezes esteve para lá ir e três vezes desistiu.
E o dr. Salazar, com uma ponta de ressentimento:
– O Porto engana-se. Conheço-o melhor do que ele julga. Se as circunstâncias me têm forçado a renunciar às minhas projectadas viagens oficiais ao Norte, nem por isso tenho deixado de lá ir, sempre que me tem sido possível. Sem fazer barulho, é certo, mas essas viagens são as mais proveitosas para o conhecimento duma cidade, duma região ou dum país. Tenho grande simpatia pela capital do Norte, metrópole do trabalho português, e estou ao par das suas aspirações, as íntimas e as declaradas. Ele actua como grande produtor de riqueza na nossa vida económica, provendo, como poucas cidades e como poucas regiões, a entrada de oiro no nosso País: exportação do vinho do Porto, de conservas, etc.... Mas não só externamente, como internamente, a sua grande actividade comercial e industrial marca um dos grandes factores do nosso ressurgimento económico! As fábricas de algodão, nas margens do Ave, de Vizela, e do Cávado, são modelares, e todas, subsidiárias, afinal, do centro económico e bancá-

rio que é o Porto. A exportação, por exemplo, dos produtos resinosos, pela barra do Douro, está-se desenvolvendo, notavelmente, subindo já a mais de duas dezenas de milhares de contos...

– Mas que pensa fazer o Governo, praticamente, a favor da capital do Norte?

E Salazar, com irónica amargura:

– O Porto irrita-se connosco, por vezes, mas afinal não tem razão de queixa... Temos feito a seu favor o que nos tem sido possível e quase o que nos tem sido impossível... Os contratos fechados, recentemente, para a conclusão das obras do porto de Leixões são operações ousadas, tal o seu custo e a sua desproporção com o valor do comércio presente e em futuro próximo, provavelmente. Confiemos, porém, nas formidáveis qualidades de trabalho e de iniciativa da gente do Norte, que certamente desenvolverá mais ainda a sua actividade para que Leixões não venha a ser apenas um monumento nacional, mas um entreposto cheio de vida e a grande porta marítima do Norte... Não esquecemos, também, no activo da nossa obra a favor do Norte, a linha de cintura em construção e a ligação directa, sem baldeação, já efectivada, da zona fabril do Ave com Leixões, pela nova linha da Trofa...

Continuo a advogar os interesses do Norte:

– O Porto queixa-se, no entanto, de que não foi lembrado, suficientemente, no orçamento do Ministério das Obras Públicas ...

E Salazar, elucidando-me e elucidando o Porto:

– Decidimos não empreender novas obras enquanto não se concluírem as que estão em andamento. Dentro desta orientação (é sempre necessário que haja alguma...) Lisboa foi possivelmente a cidade mais favorecida. Mas saberemos encontrar a forma, quando nos for possível, de dar ao Porto aquilo a que tenha direito. Por agora, estamos estudando a construção dum grande hospital e de bairros de casas económicas, tal qual como em Lisboa.

Faça o traço para obter a soma:

– O Porto, quanto a mim, tem o dever de se sentir reconhecido com as expressivas declarações do dr. Salazar sobre as suas virtudes de velho burgo e com as promessas-certezas dum raro homem de Estado que não sabe mentir...

Salazar concluindo, fazendo a soma:
– Porque sou obrigado a viver em Lisboa, as outras cidades do País supõem que não conheço as suas necessidades, que não penso sequer nas suas tristezas ou nas suas alegrias. Enganam-se. Eu vivo em Lisboa, é certo, mas tão isolado, que estou, afinal, tão próximo dos Clérigos como do Rossio. O meu isolamento tem essa vantagem: permite-me estar ao lado de todos os portugueses, permite-me não viver, aqui ou além, para viver simplesmente em Portugal!

No pedestal do Caramulo

Estamos no Caramulo, um dos grandes mirantes desse Portugal uno, indivisível, onde Salazar vive. A mulher do sr. dr. Jerónimo de Lacerda vem receber-nos ao caminho e conduz-nos a casa onde o Chefe do Governo costuma passar algumas semanas no Verão, casa graciosa, com sua varanda alpendrada, com suas escadas que descem e ajoelham diante de três pinheiros juntinhos que tapam a entrada, que dificultam o acesso de automóveis e esfarrapam, docemente, a paisagem distante...
O dr. Jerónimo Lacerda, homem prático, propõe:
– É preciso cortar os três pinheiros.
Salazar, mais poeta do que se julga e do que ele próprio julga, opõe-se com vivacidade:
– Não consinto! Já me habituei a vê-los dançar uns com os outros e a ouvir a sua cantiga...
Subimos as escadas e entramos na casa de jantar, que Salazar não reconhece mas que saúda alegremente. Em vez dos velhos móveis que a entristeciam, uma festiva mobília azul alentejana, verdadeiro céu florido, com suas almofadas ridentes, seu fogão emoldurado de azulejos, altar das brasas; lenços de Alcobaça, servindo de reposteiros, escondendo as portas. Onde está a varinha de condão ? Onde esta o anjo bom deste milagre? Ninguém responde, mas alguém (a mulher do dr. Lacerda, aqui para nós, entre parêntesis) esconde-se discretamente...
Saímos de casa e vamos para o ponto final deste passeio, para o terraço largo, orquestral, da alada vivenda do dr. Jerónimo.

Na tremulina da tarde que resiste, da tarde heróica, a serra abençoada que tantas curas tem feito sobe ao céu, Nossa Senhora da Saúde na hora da assunção. Os nossos olhos que se perdem no horizonte, nos longes do longe, são aviões pairando sobre a terra portuguesa, pontos negros que mal se adivinham...
Salazar avança alguns passos e o seu perfil recorta-se, com nitidez, sobre o pano de fundo da paisagem, onda de Portugal atrás da qual outras ondas se escondem... Momentaneamente, a altura do Caramulo serve-lhe de pedestal. Momentaneamente, a vista larga do horizonte satisfaz a sua visão larga, esse olhar que se finge pequenino, tímido, na selva da cidade, cheia de ciladas, mas que denuncia e revela a sua amplitude em frente da natureza leal, da natureza que não mente! Recuamos para não interromper o seu idílio com a terra que ele tem diante dos seus olhos, sua mãe ainda viva, sua mãe eterna!
Salazar está, agora, sozinho! Julga que está sozinho, diante do horizonte profundo... Mas engana-se. Portugal rodeia-o, envolve-o, abraça-o: ao Norte, ao Sul, a Este, a Oeste...

"Saímos, agora, do carro para visitar outro novo bairro económico perto dos Jerónimos..."

7.ª Entrevista

Salazar
princípio e fim

– Há quantos anos foram públicadas as suas entrevistas?
– Em Dezembro de 1932. Há seis anos.
– Pois dir-se-ia que já lá vão quinze ou vinte... – responde o Chefe do Governo português, mergulhando o seu olhar, que sonha e constrói, nos ângulos e perspectivas das ruas brancas, imaculadas, cheias de sol, da Lisboa nova.
Há perto de seis anos efectivamente, que me encontrei com Salazar, pela primeira vez, dentro dum carro semelhante a este, «seu ambulante gabinete de trabalho». Era eu então aquele jornalista audacioso, impertinente, que pretendia bater-se em duelo cordial com todos os seus entrevistados, que não descansava enquanto não conseguia arrancar-lhes a máscara com a ponta do seu florete, da sua pena...
Inofensiva, petulante, ingénua vaidade, que o Chefe do Governo português logo destruiu, sem esforço nem violência, com o simples desenho do seu perfil, com o tom da sua voz honesta, com os seus olhos que pesam sem esmagar, com a seriedade perfeita das suas palavras e dos seus silêncios.
Há seis anos?! Custa a crer, efectivamente. Como a História é veloz nas mãos dos realizadores, dos homens de acção e de fé! Como está longe, como se perde na bruma do tempo, o pequeno País das nossas entrevistas, ainda nos primeiros alvores da sua renascença, nos seus primeiros ensaios de remodelação social.

Há seis anos ou há um século? Eu próprio, ontem ao serviço das palavras, hoje ao serviço das ideias, não me reconheço. Onde está o meu diletantismo, a minha constante fome do *sensacional*, aquela paixão doentia pelo barroco de certas imagens literárias, o gosto frívolo pelos «grandes planos» da cinematografia humana, pelas atitudes puramente fotográficas? Tudo isso me lembra um velho retrato deslocado, alguém que morreu. Quanto tempo perdido, afinal, antes de Salazar, antes de encontrar a verdade.
Só ele não mudou! O homem que me recebeu no automóvel do seu Ministério, há cerca de seis anos, é o mesmo ao lado de quem hoje me sento. Um pouco mais velho, mais acentuado o seu perfil de Chefe, mas exactamente a mesma alma nos seus olhos! Apenas uma diferença que chega, em todo o caso, para recuar e esfumar as paisagens, as palavras e os factos dos nossos primeiros encontros: o que ontem estava dentro de Salazar, dentro do seu sonho e da sua vontade, começa a estar hoje diante de nós, principia a ser realidade.

Primeiros versos...

Passamos agora, precisamente, na rua triunfal da nova Casa da Moeda, sólida e maciça como um grande cofre, coroada pelo monumental Instituto Superior Técnico, escola gigantesca dos construtores do Portugal de hoje, e pelo modelar Instituto da Estatística, transparente como um cristal, onde toda a vida da Nação é um livro aberto. Informo Salazar:
– Aquela casa editora inglesa que deseja publicar as minhas entrevistas, com a qual fechei contrato, há meses, insiste pelo envio da tradução.
– Para quê? – pergunta e responde Salazar –. O interesse do seu livro perdeu-se. Seis anos de governo, seis anos da nossa História e da História do Mundo, envelheceram-no sem remédio. Teve, sem dúvida, a sua oportunidade, o seu papel. Hoje faz-me sorrir, tanto caminho andámos...
Procuro defender humanamente o livro que devo a Salazar:
– A sua actualidade jornalística perdeu-se indiscutivelmente. Mas talvez se tenha transformado, tantos elementos fornece à evolução do regime, num livro de História.

Salazar não se convence:
– Os ingleses que nos conhecem pouco, dificilmente poderão encontrar o nosso tão falado ressurgimento nas páginas desse livro, autênticos «Primeiros versos»...
Arrisco:
– Se pudéssemos transformar esta nossa conversa num prefácio da edição inglesa, teríamos resolvido a dificuldade, faríamos sentir, nas primeiras páginas do volume, o caminho já percorrido.
– Talvez... – concorda Salazar, possivelmente vencido, mas ainda não convencido.

A Revolução Corporativa

Passeamos agora a pé nas ruas sossegadas, provinciais do novo Bairro Social do Arco do Cego, principiado a construir há mais de vinte anos pelos chamados amigos do povo e só agora terminado, modernizado e ampliado, sem grande esforço nem alarido, pelos seus pretensos inimigos. Casinhas portuguesas, simples, arquitectura despretensiosa, feliz, domingueira. De quando em quando à nossa passagem, as janelinhas de asas brancas, de cortinas de cassa, abrem-se repentinamente em grãos de interrogação ou de admiração, emoldurando bustos maternais de mulheres curiosas ou de raparigas em flor nas suas blusas de chita. Sem perder tempo, começo habilidosamente a entrevista-panorama:
– Há seis anos o então recente Chefe do Governo português, reconhecia que pouco ou nada se tinha feito para favorecer directamente as classes traba-lhadoras. Hoje, o Estado Novo, Corporativo com o sub-secretariado das Corporações e Previdência Social, com o Instituto Nacional do Trabalho com os seus Grémios, Sindicatos, Federações, Juntas Reguladoras, Casas do Povo e dos Pescadores, com as suas Caixas de Reforma e Assistência, pode considerar-se desenhado.
– Mas não completamente erguido – observa Salazar com aquele escrupuloso amor da verdade que o distingue entre quase todos os governantes do seu tempo.

– Quais as dificuldades? Quais os principais obstáculos que o Governo tem encontrado na aplicação das leis corporativas?
– Todos os regimes novos, sem experiência ou até sem tradição – responde Salazar – são de construção lenta, laboriosa. Aplicar princípios originais, diferentes, a velhas sociedades habituadas a viver com outras engrenagens, e sobretudo com outro espírito, é tarefa sempre difícil, que chega a parecer irrealizável aos apressados, aos febris, aos que exigem o dia de amanhã no dia de hoje. Toda a obra que se pretende duradoira, deve ser maduramente pensada, e a sua execução não pode fazer-se dum jacto. Há princípios, por exemplo, da nossa velha Carta Constitucional, cuja substância não passou da definição doutrinária para a realidade da vida em um século de vigência. As revoluções, se querem ser profundas e humanas, só podem realizar inteiramente os seus objectivos depois de muitos anos do acto revolucionário, ou até da legislação revolucionária, quando a mentalidade dos povos, pacientemente educada, se transforma de facto, quando a revolução, afinal, chega às almas. Se não é impossível em curto prazo regular a produção, sobretudo no domínio industrial, e estabelecer-lhe limites ou canalizá-la, o conseguir a colaboração efectiva e afectiva das classes e dos vários factores da produção em Países onde a concorrência e a especulação eram dogmas, não é, em todo o caso, obra fácil, nem mesmo possível sem a acção do tempo. Todas as verdadeiras revoluções são ou devem ser lentas, cautelosas. Falo, é claro, das revoluções que pretendem durar e não das que passam como terremotos.

Casas do Povo

Deito lenha na fogueira:
– As Casas do Povo, por exemplo, uma das criações mais originais da nossa legislação corporativa, que Mussolini invejou, numa entrevista que nos concedeu há poucos anos, estão cumprindo o seu dever, a sua função, mas não deram ainda, ao que parece, todos os resultados desejados...
Salazar explica-nos:
– As Casas do Povo, são óptimos elementos de coordenação rural. Mas falta-nos ainda, para sua completa eficácia outro elemento indispensável:

os Grémios da Lavoura, organização corporativa dos proprietários e cultivadores. Aqui e além, é certo, na ausência dos Grémios, os lavradores têm-se espontaneamente aproximado das Casas do Povo para fixação de salários, regularização do trabalho e definição de outras condições que a todos interessam. Mas é evidente que, por muita parte, o proprietário egoísta, desconfiado, ainda não compreendeu as vantagens de ordem social de proteger as Casas do Povo, seus naturais baluartes. Bastará dizer-lhe que alguns, e até dos mais importantes, se recusavam a pagar a quota insignificante, mínima, que lhes era imposta para auxílio da manutenção das Casas do Povo. Mas o problema é simples e estará resolvido dentro de pouco tempo, com duas ordens de providências: a criação dos Grémios da Lavoura e a atribuição às Casas do Povo da competência necessária para representação dos interesses dos trabalhadores, ao mesmo tempo que, por forma prática, se obriguem os proprietários ao cumprimento dos seus deveres para com elas. Não basta em tais matérias apelar para a boa vontade dos homens, di-lo a melhor experiência. No entanto, oxalá todos os problemas corporativos se pudessem resolver com a mesma facilidade.
Acrescento:
– As Casas do Povo deveriam ser igualmente – julgo que também foi este o seu pensamento criador – grandes centros de educação popular corporativa e o grande lar da aldeia ou da vila. Ali, os camponeses, os trabalhadores rurais, se deveriam reunir, ao fim da labuta quotidiana, em jogos inocentes, em simples representações, em grupos orfeónicos. Úteis seriam igualmente à nossa renascença espiritual se constituíssem centros de folclore – a alma dos povoados – com as suas canções, indumentária, costumes, poéticas tradições, sempre em chama viva...
Salazar concorda:
– Sem dúvida. Mas lá chegaremos. Algumas há, como as de Maceira, Golegã, Vila Boim, Campo Maior, Monforte da Beira e outras que já podem servir de modelo a esse ideal, a essa próxima realidade.

Os Grémios e os Sindicatos

O meu artificial derrotismo desbrava caminho:
– Os Grémios Patronais estão cumprindo o seu dever ou encontram-se ainda excessivamente presos a uma concepção que é, no fundo, a concepção capitalista?
– Não me custa a crer – afirma Salazar com severidade, mas com justiça – que, em vez da sua integração no Estado Corporativo, alguns hajam tentado, por deficiência de formação, afastar futuros e prováveis concorrentes, obter lucros mais certos se não mais elevados. Algumas direcções são atacadas, por vezes, de megalomanias perigosas. São sobrevivências teimosas de velha e condenável mentalidade que devem ser, que estão constantemente a ser combatidas. Mas reduzir a esse mal a acção corporativa ou fazer de tais abusos, certos ou presumidos, véu tão espesso que esconda o que o País já deve à organização corporativa, como ordenação da nossa economia e instrumento indispensável na luta do comércio mundial, e dar mostras de ignorar o que existe e o que se pretende ainda fazer para melhor defesa do interesse, não deste ou daquele, mas do interesse nacional. É impossível no Mundo que, sucessivamente e, cada vez mais apertadamente se organiza, deixar à desordem de uma pretensa liberdade económica a produção e o comércio de riquezas que são a vida, a sustentação dos povos.
– Mas não receia, de facto, que a vida encareça, se agrave?
– Não! – responde Salazar com energia –. O Governo não perderá, através da organização corporativa, o seu papel de árbitro supremo de todos os interesses e saberá quando e como deve intervir. Para defender o consumidor é necessário, antes de mais nada, assegurar as condições normais da produção. Por isso, acima do consumidor, criação parecida com a do cidadão, interessa-me o produtor. Só a produção normalizada (o que não quer dizer produção encarecida) pode garantir, repito, o consumo normal.
– Os Sindicatos – pergunto – compreenderam o seu papel, a sua função?
– Certamente, afirma Salazar. Nos que possuem menos – é dos livros – há sempre menos egoísmo...
– Dum modo geral não está, portanto, descontente com os resultados da legislação corporativa?

Salazar fecha o capítulo:
– Não, porque contei sempre com a revolução por fases. Em cinco anos (as primeiras leis corporativas datam de 1933) não era, talvez, possível fazer mais, sobretudo fugindo nós a violências ou convulsões que sacudissem as colunas do templo. Tal orientação dificilmente se adaptaria a esta grande família dos portugueses, onde o sofrimento de um é quase sempre o sofrimento de todos.

Política do Espírito

Contornamos agora, sempre no mesmo passeio lento e despreocupado, o grande edifício do Instituto Superior Técnico, obra do Engenheiro Duarte Pacheco, autêntico monumento erguido ao trabalho nacional. Em frente da escadaria da entrada principal do Instituto, num grande largo, operários azafamados, impecáveis nos seus macacos de flanela branca, armam um palco e alinham uma plateia.
Explico a Salazar, que tem um olhar interrogativo:
– É o Teatro do Povo do S. P. N., que ensaia, em Lisboa, a primeira representação da sua temporada anual antes de abalar para a Província. Não imagina o êxito desta iniciativa, que se completa com a peregrinação incessante, através do País, de três cinemas ambulantes. A chegada dos nossos camiões-elefantes aos lugarejos mais escondidos da terra portuguesa, aldeias risonhas do Minho, «ninhos de águia» da Beira, burgos sonolentos de Trás-os-Montes, vilas alentejanas e algarvias, de branco vestidas, é sempre um grande acontecimento, o pretexto para simpáticas e alegres festas locais que se prolongam até altas horas, sementeira de imagens, sonhos acordados, nas terras sem história e sem romance. Com o renascimento do nosso folclore, que terá a sua apoteose no concurso da Aldeia mais Portuguesa, com a atribuição anual de prémios literários, nacionais e internacionais, com a próxima reabertura do Teatro de S. Carlos, com a boa organização da Orquestra Sinfónica da Emissora Nacional, com a restauração dos monumentos nacionais, com o desenvolvimento visível das nossas artes gráficas, com a vitória dos nossos decoradores nas expo-

sições nacionais e internacionais, com a obra notável da Junta Nacional da Educação, a Política do Espírito, palavra de ordem do Estado Novo, deixou de ser uma aspiração para ser um facto. Tinha razão o Chefe do Governo português quando me dizia, há seis anos: «Diga a esses rapazes que tenham confiança e saibam esperar».

E Salazar, com o seu equilíbrio habitual, sem se deixar contagiar pelo meu entusiasmo:

– Alguma coisa se tem feito, mas, na verdade estamos ainda longe do fim, se é que há termo a esta aspiração indefinida do melhor. O problema do Espírito, seja artístico, seja literário, é sempre delicado. Até onde deve, até onde pode ir a intervenção do Estado? Exemplos alheios provam-nos à saciedade que transformar artistas e escritores em funcionários públicos significa, praticamente, proibi-los de criar. A arte não é um livro de ponto. Se passa a constituir uma obrigação, um dever, deixa de existir ou finge que existe, isto é, cabula. Por outro lado a época dos Mecenas já lá vai. Na transformação das condições económicas e sociais a que assistimos, no empobrecimento sucessivo das grandes famílias de origem e tradição rurais, ricas, estáveis e cultas, protectoras, por sentimento e necessidade, das elevadas criações do espírito, e cuja acção não pode ser substituída pela dos milionários enriquecidos à pressa e empobrecidos, outra vez, por audaciosos jogos de bolsa, só o Estado se nos apresenta com meios para substituir, ainda que deficientemente, os antigos Mecenas ou até os Reis de outros tempos. E digo deficientemente, pois ser-nos-ía impossível, obrigados como somos a substituir por inúmeras necessidades públicas as receitas do Tesouro, despender verbas semelhantes às que sabemos terem sido destinadas noutras épocas aos monumentos religiosos ou militares. Compare o que hoje fazemos com Mafra ou com a Batalha. Aliás, a causa da actual decadência da Arte e da Literatura parece ser estranha à acção do Estado e estar antes ligada à feição da vida de hoje. As grandes obras constroem-se no silêncio, e a nossa época é barulhenta, terrivelmente indiscreta. Hoje não se erguem catedrais, constroem-se estádios. Não se fazem teatros, multiplicam-se os cinemas. Não se fazem obras, fazem-se livros. Não se procuram ideias, procuram-se imagens. Por outro lado, os

meios mecânicos – o fonógrafo, a telefonia, etc. – matam a produção, congelam-na. A vida é, assim, toda exterior, toda artificial. Por isso, entre os artistas, só os arquitectos e os urbanistas têm cada vez mais que fazer.

O problema da censura

Entramos no automóvel que nos tem acompanhado à distância, e a nossa conversa continua ondulante, variada, cheia de curvas, sem programa:
– Há quem pretenda explicar a escassez ou a má qualidade da produção literária e artística do nosso tempo pelas restrições à liberdade do pensamento, da criação, impostas, sobretudo, pelos regimes de autoridade...
Salazar, depois de reflectir alguns segundos:
– Não creia. Os verdadeiros pensadores, *os que pensam*, transpõem, sem ninguém dar por isso – nem eles próprios – todas as possíveis limitações. A censura da Inquisição não impediu, por exemplo, em Portugal e em Espanha, o aparecimento de eternas obras-primas, respeitadas até nos seus atrevimentos. Nunca a protecção aos artistas foi tão longe – protecção aos mais audaciosos, aos mais irreverentes – como na Roma papal. E ainda hoje é aos Estados autoritários que a Arte mais deve porque são os mais construtivos, porque procuram febrilmente deixar na nossa época alguma coisa de durável, de eterno. Além de que a ordem foi sempre o verdadeiro clima de beleza.
Digo inocentemente:
– O analfabetismo em Portugal, por exemplo, é apontado como obstáculo insuperável à evolução do espírito...
Vamos descendo a Avenida Fontes Pereira de Melo, com as suas vivendas burguesas, de um mau gosto acolhedor, hospitaleiro, onde certos jardins tímidos, debruçados por cima dos muros, nos espreitam e nos sorriem...
– O analfabetismo em Portugal – responde Salazar – vem de longe e não impediu que a nossa literatura fosse, em determinadas épocas, extremamente rica. Não nos cabe, aliás, a responsabilidade dessa lacuna, e estamos fazendo tudo, ao contrário, para que deixe de existir, sobretudo para alargar quanto possível a nossa base de recrutamento dos valores sociais,

hoje demasiado restrita. Estão lançadas as bases da grande reforma do ensino primário. Dentro de cinco, seis anos, todas as crianças em idade escolar terão à sua disposição escolas e professores que lhes ensinem a ler. Ficarão ainda de fora os adultos, cujo problema é mais difícil. Para estes não pode já falar-se em obrigação escolar; só a conjugação de certo número de meios indirectos relacionados com a permissão de emigração, o licenciamento da instrução militar, a admissão em obras públicas, etc., pode dar alguns resultados.

Chegámos agora à Rotunda, sede clássica das revoluções portuguesas, verdadeira roleta da vida nacional até 1926. Entre 1910, data da proclamação da República, e 1926, data da Revolução contra as revoluções, quarenta e três ministérios, oito Chefes de Estado e mais de vinte pronunciamentos. Hoje a Rotunda e o Parque Eduardo VII são lugares tranquilos de passeio, onde a população de Lisboa acorre aos domingos, não para admirar como antigamente, os estragos e os vestígios da «ultima revolução», mas para merendar à sombra das árvores, enquanto não principiam os grandes trabalhos do prolongamento da Avenida da Liberdade, que a Câmara de Lisboa projecta e Salazar me descreve.

Mas as futuras perspectivas apaixonantes da Lisboa nova, da capital do Império, não me adormecem. Mal principio a descer a rumorejante Avenida, volto à carga:

– O analfabetismo – diz-se – é ainda agravado com a censura. Essa é a maior acusação dos liberais franceses e ingleses contra o regime português...

– A censura, hoje – responde Salazar – por muito paradoxal que a afirmação lhe pareça, constitui a legítima defesa dos Estados livres, independentes, contra a grande desorientação do pensamento moderno, a revolução internacional da desordem. Eu não temo o grande jornalista desde que seja português e o demonstre. O que temo são os pequenos jornalistas que se desnacionalizam sem dar por isso, talvez por não estarem suficientemente armados para se defenderem de sedutoras e fáceis teorias. É preciso não esquecer que não existe Comunismo português, inglês ou francês, mas sim o Comunismo internacional que procura minar, falando, às vezes, a própria língua dos países onde se agita, a independência de todos os povos.

Contra esse imperialismo ideológico, tão perigoso como qualquer outro, a censura é arma legítima. Todas as medidas de defesa se justificam perante a invasão estrangeira. Ninguém se lembrou de protestar contra a censura durante a guerra. Ora o Comunismo, na nossa época, é a guerra latente, permanente, a sempre eminente invasão estrangeira. Aliás, a censura não é um exclusivo dos regimes nacionalistas. A todos repugna e todos pensam ocultamente em utilizá-la, no momento próprio. Os nossos inimigos, por exemplo, falam raramente na censura russa, de todas a mais radical e a mais cruel, parecem também esquecer que pressões de vária ordem, apreensões de jornais, proibição de saírem para o estrangeiro os periódicos desafectos, não são providências desconhecidas onde as frentes populares dominam. A necessidade de defesa nacional e social que levou uns para a instituição da censura, levou outros, como sabe, para a criação da imprensa sem necessidade de censura; mas creio que os primeiros nada têm que invejar aos segundos. Acho em todo o caso extraordinário que algumas pessoas tanto se irritem contra a barreira imposta pela autoridade, que deve ao menos supor-se zelosa do bem público, e não pensem em defender a liberdade de expressão do pensamento das violências exercidas pelas organizações capitalistas, pelas associações de interesses particulares e ocultos, pela própria força bruta do dinheiro sobre a inteligência ou a necessidade. Mas isto não repugna aos liberais de todos os países, pois que raros procuram os meios práticos de conciliar a dignidade da inteligência esclarecida com a defesa do interesse nacional e da tranquilidade pública. Falando do caso concreto da imprensa portuguesa, acha que o nível desta se não elevou e que não ganhou em correcção e compostura? O que perdeu a essa Imprensa? Os insultos e as baixas expressões? Mas vale a pena verter lágrimas sobre tal prejuízo?

As fronteiras da liberdade

Não me dou por convencido:

– Tenho sentido por vezes o seu respeito espontâneo, quase instintivo, diante da consciência humana. Tenho-o ouvido afirmar em conversas íntimas, ou até a jornalistas estrangeiros, que recuam instintivamente

diante do mais leve atentado à consciência dos homens, à sua liberdade de pensamento. Como consolidar tal sentimento, que sei vivo, indiscutível, com a existência da censura?
Salazar, que parece distraído, responde-me lá de longe:
– *Não pode haver liberdade contra a verdade; não pode haver liberdade contra o interesse comum.*
Argumento:
– Mas onde está a verdade? Todos os Governos, afinal, se julgam seus detentores...
Salazar continua como se não tivesse ouvido:
– A realidade tem os seus limites: A Igreja, que foi sempre a grande protectora da inteligência, assenta sobre dogmas. As ciências não são livres senão na parte ainda não descoberta, ainda não iluminada pela verdade. Não há doutrina, por mais idealista, que não se construa sobre *o que é e o que não é...*
Finjo deduzir:
– Todas as doutrinas, portanto, são discutíveis, desde que não aceitemos os seus princípios criadores, os seus dogmas.
– Há muita coisa contingente na vida, mas a verdade, como a autoridade, participa do absoluto. *Pode rever-se uma ideia ou um sistema: não se pode governar em nome da dúvida.*
– Mas não haverá irremediável contradição entre a existência desse absoluto e a contingência das coisas humanas? A autoridade, afinal – não falo da espiritual – também é humana, contingente, portanto.
Resposta imediata:
– Esse relativo das coisas humanas é que gera a necessidade do absoluto.
– Mas a liberdade? Como pode mover-se? Como pode resistir a esse absoluto?
– A liberdade vermelha, a liberdade romântica – classifica Salazar – não existe. Nem a própria autoridade escrava da sua ética, ou limitada pela sua própria técnica, pode conservar-se livre. A verdadeira liberdade – e esta, sim, é a liberdade do pensamento – só pode existir no espírito dos homens.
Saio do absoluto e desço ao relativo:
– Em todo o caso, o actual regime português – todos o reconhecem – é o mais brando e tolerante de todos os regimes autoritários do nosso tempo. A existência da censura é, afinal, o único argumento que os liberais podem manejar contra nós.

– Censura – explica Salazar – que tem por objectivos principais impedir a invasão das ideias marxistas, a propagação de mentiras e o malefício da calúnia, às vezes irreparável. E não se esqueça de que o Governo português autoriza, apesar de tudo, a publicação de jornais e revistas que nos são ideologicamente adversos. Não julgo necessário dizer os seus nomes.

A força da opinião pública

Atravessamos agora o Rossio – grande clube de Lisboa – e principiamos a descer a rua do Ouro, corredor movimentado da cidade, onde os últimos ociosos, restos da geração da renúncia, se colam teimosamente às paredes. Continuamos a pisar o mesmo terreno:
– Pode governar-se à margem da opinião pública? É possível auscultá-la num regime de autoridade e censura?
Salazar responde com firmeza:
– A opinião pública é indispensável à vida de qualquer regime. *Os governos por mais apoios de que disponham, não se mantêm usando a força, mas tendo-a.*
– Mas como senti-la, desde que se restringe a liberdade da imprensa?
Problema resolvido, há muito no seu espírito, Salazar responde prontamente:
– Impossível evitar-se hoje a formação de uma opinião pública, tão numerosos são os meios de comunicação: o livro, o jornal, a rapidez e sigilo da correspondência particular, a telefonia, o cinema. Simplesmente esta opinião pública pode viver abandonada a si própria ou ser convenientemente dirigida...
– Mas dirigi-la não será coagi-la?
– Tudo depende da ética do regime. Se o Governo dirigir a opinião pública, fornecendo-lhe sempre elementos verdadeiros, honestos, desinteressados, é evidente que a servirá melhor do que certa imprensa ligada ocultamente a interesses materiais por vezes inconfessáveis.
– Mas quem garante a verdade desses elementos oficiais? Precisamente por serem oficiais, há sempre uma tendência diabólica a pô-los em dúvida.

E Salazar, lenta e serenamente, como se estivesse a escrever a própria legenda da sua máscara de bronze:

– *A definição de Governo é uma função permanente de verdade e de justiça.*

Simplificamos com falsa ironia:

– A opinião pública é, portanto, a opinião do Governo...

Salazar pára o golpe sem esforço:

– Não! A opinião pública tem vida própria e pode até impor-se ao Governo que a ajudou a formar. Os próprios regimes de autoridade, aparentemente ilimitada, são em certa medida limitados pela opinião pública, pelo respeito à consciência pública.

– Mas o Governo não será obrigado por vezes, para bem da Nação, a governar contra a opinião pública? Não terá razão Eugénio d'Ors quando define e proclama a necessidade, em certas épocas históricas, da *política de missão*, aquela que procura salvar o povo contra si próprio?

– Sem dúvida, – concorda Salazar – sobretudo quando se trata da falsa opinião pública, duma opinião pública levianamente formada, ocasional, caprichosa, filha de interesses momentâneos. A disciplina financeira que foi necessário impor no começo da ditadura pode servir-nos, ao mesmo tempo, para demonstrar a necessidade de ter o acordo da opinião pública e a necessidade de ir contra ela. Sem uma opinião pública superior não se poderia ter, certamente, equilibrado o orçamento, porque os sacrifícios pedidos, exigidos, foram grandes; mas, quantas vezes, não foi preciso evitá-la, contrariá-la nesta ou naquela medida mais violenta! Sobretudo, os Governos nunca se devem escravizar à opinião das massas, sempre inferior e muito diferente da opinião pública da Nação. Em resumo, a opinião pública é indispensável ao governo dos povos, constitui, por vezes, um grande estimulante, mas nunca se deve perder, a bem da sua própria saúde, o *controlo* da sua formação.

Deixámos já o Terreiro do Paço, a grande sala de visitas de Lisboa, seu pano de boca, e enfiamos pela congestionada rua do Arsenal, verdadeiro número de circo na sua acrobática circulação. À passagem do velho Arsenal de Marinha, tão ligado intimamente à história revolucionária de Portugal, interrogamos:

– Quando estará concluído o novo Arsenal do Alfeite?

– Pode considerar-se terminado e ficará, sem dúvida, um arsenal modelar; para lá está a mudar já o que se puder aproveitar das velhas instalações.

Nenhuma construção nova se faz já deste lado: os novos barcos constroem-se no Alfeite.

No terreno da Constituição

Mas o desafogo e a nitidez da rua 24 de Julho, outrora miserável, cheia de casas andrajosas, hoje ladeada de canteiros floridos, leva-nos, de novo para o campo das ideias:
– Alguns estrangeiros e alguns nacionais acusam a nossa Constituição de extremamente movediça, tantas alterações tem sofrido nas sessões da Assembleia Nacional. Os textos constitucionais – afirma-se – devem possuir certa firmeza, certa rigidez. Qual a causa dessas frequentes alterações?
O professor Salazar responde:
– A nossa Constituição tem períodos certos de revisão e para alterá-la não tem poderes a assembleia legislativa normal. O Chefe do Estado tem atribuições, no entanto, para dar à Câmara poderes constituintes. Nas revisões feitas, nas modificações votadas não se mexeu na parte doutrinária da Constituição, mas na que se refere à formação dos órgãos de Estado e ao seu funcionamento. Esta exige elasticidade, maleabilidade, para que os princípios fundamentais, precisamente, não vejam abalados, desvirtuados, sacrificados a certos factos imprevisíveis, à própria evolução da vida social ou até a deficiências eventuais de funcionamento. Para evitar essas alterações, aliás puramente formais, tínhamos dois caminhos: o caminho das interpretações ilusionistas, tantas vezes aplicado à Constituição de 1911 ou o dos movimentos revolucionários, que também foi processo seguido entre a proclamação da República e a Revolução de 28 de Maio. Ora nós nem desejamos mentir, ensaiando, a todo o pretexto, interpretações habilidosas, nem queremos revoluções. Preferimos o caminho das alterações legais, constitucionais, que em nada de essencial tem tocado. Aliás, não existe Constituição mais naturalmente maleável do que a inglesa, que nunca foi escrita... Mas, por isso mesmo, talvez, os seus princípios fundamentais quase se podem considerar imutáveis.

Dualidade do poder legislativo

Continuo a desempenhar o papel de Cardeal Diabo:
– Quando explico aos estrangeiros as linhas gerais da nossa Constituição, sinto invariavelmente a sua estranheza perante o facto de o poder legislativo residir, simultaneamente, no Governo e na Assembleia Nacional, até durante o curto período de três meses em que esta funciona...
– É justa essa estranheza – confessa realmente Salazar –. No regulamentado dos poderes do Estado, a Constituição portuguesa é ainda um compromisso entre o passado e o presente, ainda escravo em certos pormenores, de outros princípios. Essa dualidade legislativa, por exemplo, tem de considerar-se uma forma intermediária. A verdade é que não há assembleia legislativa que possa encontrar tempo e competência universal para abordar todos os problemas da administração pública. Um dos erros dos regimes parlamentares foi precisamente não terem evolucionado, adaptando-se às novas condições, pois não há comparação possível entre as necessidades legislativas de hoje e as de há um século. Aliás, as grandes reformas, até nos próprios regimes parlamentares, são feitas, hoje, ditatorialmente – e em Portugal foram-no sempre – pelos respectivos Governos, que se apressam a pedir plenos poderes ao Parlamento quando se encontram diante de problemas difíceis, delicados, que transbordam do quadro das assembleias legislativas. Para que andamos, portanto, a jogar com as palavras? Por que manifestam os regimes parlamentares e liberais tal horror pela competência legislativa dos governos autoritários? A fórmula que se afigura melhor, talvez a fórmula do futuro, é legislar o Governo, com a colaboração consultiva duma Câmara Corporativa, possivelmente completada com um Conselho de Técnicos de Leis.
– O que mais se estranha – insisto – é que o Governo continue a legislar até quando a Assembleia Nacional está reunida.
– O Governo é, de facto, obrigado a legislar, por vezes, com a Assembleia aberta quando há urgente necessidade pública, incompatível com o processo parlamentar. Há certas leis que se tornariam perigosas ou se prestariam a especulações inconvenientes se não fossem elaboradas em silêncio, como, por exemplo, aquelas que dizem respeito a direitos. Nestes casos – e a frase justifica-se como nunca – o silêncio é de ouro...

Utilidade da Assembleia Nacional

– Mas não seria preferível acabar de vez com a Assembleia Nacional, passando algumas das suas funções actuais para a Câmara Corporativa?
– Não! – responde com firmeza – a Assembleia Nacional deve em qualquer caso continuar a existir como assembleia política. E terá que fazer em transmitir conscienciosamente ao Governo as grandes aspirações nacionais e em fiscalizar a administração pública. Todo o poder sem fiscalização, até quando se trata de um bom Governo, tem tendência para exorbitar. As críticas, as apreciações, as reclamações, expressas numa atmosfera de ordem, por quem de direito, são as balizas indispensáveis da acção governativa. *O Governo, o próprio Governo de autoridade, não deve poder evitar a publicidade de algumas críticas provocadas pelos seus actos. O poder não deve apenas defender-se de si próprio.*
Não posso evitar esta dúvida instintiva:
– Mas com essa assembleia expressamente política, não voltaremos para trás, não cairemos de novo, nos perigos do regime parlamentar, na atmosfera de soalheiro, de baixas discussões ?
Salazar conclui:
– Conto com a nova mentalidade política portuguesa, uma das nossas principais conquistas.
– Chegará?
– Chega, mas se não chegasse e a Assembleia perdesse a sua dignidade essencial, o sr. Presidente da República, árbitro supremo da vida da Nação, poderia dissolvê-la.

Salazar responde a Austin Chamberlain

Há momentos que saímos do carro e passeamos em volta da Torre de Belém, *ex-libris* de Lisboa, princesa encantada, branca, guardada à vista pelo gasómetro gigante, pelo dragão da fábrica do gás. Será possível libertá-la para as festas centenárias de 1940? Conseguiremos arrancá-la ao seu pesadelo, desencantá-la? É o que os nossos olhos vão perguntando aos monstros que a rodeiam enquanto a nossa conversa segue rumo diferente:

– Já leu e já respondeu, certamente, no seu espírito, ao prefácio de Austin Chamberlain, escrito, há tempos, para a edição inglesa do meu livro? Tudo quanto se disse, aliás, a propósito de opinião pública, censura, organização política, lhe responde até certo ponto. Há algumas frases, porém, nesse prefácio (talvez Austin Chamberlain não as escrevesse hoje, se fosse vivo) que não podem ficar de pé. Gostaria de conhecer objectivamente o que pensa sobre as restrições de Chamberlain ao regime português.
Salazar responde a Austin Chamberlain sem interrupções nem rasuras:
– Li e reli, com a maior atenção, esse prefácio assinado por um dos homens públicos ingleses de maior categoria, membro duma verdadeira dinastia de grandes estadistas. Fiquei satisfeito em me encontrar de acordo com Chamberlain quando este confessa que se enganou ao julgar, durante muito tempo, que a democracia inglesa era um modelo de Estado ideal. Como trouxe comigo o prefácio de Chamberlain, leio, para avivar ideias, a passagem em questão:
– «Um tempo houve, e não muito distante, em que os ingleses puderam supor que as instituições parlamentares se poderiam adaptar a outra nação e salvá-la, como a nós, de revoluções ou reacções. Sob diversas formas, mas com pouco êxito, a experiência foi tentada em diversos países. Mas a democracia só triunfava onde nascera e crescera gradualmente, baseada em aptidões naturais amadurecidas por uma longa experiência».
– Ora aí tem – sublinha Salazar – uma opinião que revela grande coragem moral da parte do seu autor porque chega a inutilizar algumas das suas restantes afirmações. Chamberlain disse a verdade. O Parlamentarismo, como o Fascismo ou o Nazismo, não é um produto de exportação. Talvez óptimo para a Inglaterra, e para o temperamento inglês (até agora assim tem sido), pode tornar-se inviável, intolerável, noutras nações e noutras raças. O erro, precisamente, é julgar essas nações e essas raças como se vibrassem e reagissem da mesma forma que a Nação e a raça inglesa. Se queres compreender os ingleses fala e *sente* inglês. Se queres compreender os portugueses fala e *sente* português.
– É o único ponto em que está de acordo com o prefácio de Chamberlain?
– Não – continua Salazar –. Estou igualmente de acordo quando afirma que a Revolução Portuguesa se impôs a tarefa de remodelar a alma do povo.

Certamente! Nem sequer mereceria o nome de Revolução se assim não fosse. É precisamente esse objectivo, esse ideal, que distingue as grandes revoluções das simples revoltas ou pronunciamentos...
– Onde principia então o desacordo?
– Mais longe. Quando Chamberlain, levado pelo desconhecimento do caso português, e pelo mito das palavras, afirma que um inglês poderá pensar que os portugueses pagaram demasiado caro o seu ressurgimento.
Leio a frase textual de Chamberlain:
– «Um inglês poderá pensar que o preço pago para esse fim é elevado demais. Pode agradecer a Deus por ser o livre cidadão de uma livre Nação e resolver que defenderá essa liberdade tanto mais zelosamente quanto mais convencido está de que ela foi destruída noutros países».
– Temos de ir vagarosamente – prossegue Salazar – para concluirmos se Chamberlain tem ou não razão, se o preço foi, efectivamente, muito caro, se custou, de facto, a liberdade ao povo português. Quando se examina com atenção a vida pública inglesa e o jogo das suas instituições, é-se levado a crer que a essência do seu regime – chamemos-lhe, sem nos comprometermos com o rigor da expressão, democrática ou liberal – a verdadeira essência do seu regime, dizia, encontra-se apenas em duas coisas: a intervenção livre, prática e incontestavelmente livre na eleição da Câmara dos Deputados, e a garantia efectiva dos direitos individuais como a lei os define. Quem quer pode notar que a primeira regalia é menos importante que a segunda, mas naquela sociedade hierarquizada e naquele regime aristocrático, a eleição marca a igualdade absoluta dos súbditos britânicos. Ora Chamberlain julgou sinceramente ao fazer a sua crítica, que os portugueses tinham perdido, com o estabelecimento da Ditadura Nacional, essas duas prerrogativas essenciais. Mas longe disso. Sem forçar a nota, devemos dizer em primeiro lugar que nunca em Portugal houve tantos eleitores, e nunca os houve sobretudo que se assemelhassem tanto aos do seu condado, eleitores sãos, verdadeiros, livres, não envolvidos em mesquinhas lutas políticas mas apenas preocupados em se fazerem representar nas assembleias políticas ou legislativas por homens competentes. Em segundo lugar, a Revolução, por muito que esta afirmação surpreenda os adversários do regime português, fez-se para definir claramente e

garantir com efectividade o direito de cada um. Este não tinha uma garantia real antes de 1926, e nós podemos dizer que as liberdades essenciais do povo português foram precisamente postergadas, sonegadas ou violadas pelos nossos regimes liberais. Valem pouco as palavras; é necessário descer no assunto à realidade dos factos. Não, salvo aos especuladores ou exploradores da política que não interessam hoje à Nação portuguesa, a Revolução Nacional nada custou ao nosso povo: nós não substituímos um Estado de facto a um Estado de direito mas substituímos um Estado de direito, de legalidade, de ordem – sem a qual não há liberdade – a um Estado endémico de desordem e tirania dos piores interesses sobre os interesses da Nação.

As nossas relações com a Inglaterra

Já deixámos há muito a Torre de Belém, eterna flor de pedra a boiar no Tejo, e vamos agora a subir, já no caminho do regresso, a íngreme calçada da Ajuda, que nos levará a um dos novos bairros económicos do Instituto Nacional do Trabalho.

Aproveito a nossa passagem pela Grã-Bretanha para fazer esta pergunta:

– Está contente com as nossas actuais relações com a Inglaterra?

Salazar responde em plena luz:

– Julgo-as melhores do que nunca porque chegaram ao equilíbrio, porque se estão desenvolvendo na perfeita compreensão dos interesses comuns. A propósito da guerra de Espanha, os inimigos, claros ou disfarçados, da nossa aliança, quiseram vê-la ameaçada, quebrada, como se a Inglaterra pretendesse imiscuir-se na nossa política interna ou fora do âmbito da aliança, não nos desse o direito de defendermos integralmente a nossa independência. As alianças contêm direitos e obrigações de parte a parte. A nossa aliança com a Inglaterra será tanto mais forte quanto mais esses direitos e obrigações se equilibrarem nos pratos da balança. De resto em Inglaterra aprecia-se a nossa franqueza, considera-se o aprumo da nossa vida pública e conta-se com a nossa lealdade nunca desmentida.

No Alto da Ajuda

Passeamos agora a pé nas ruazinhas limpas do novo bairro económico do Alto da Ajuda, um dos mais belos mirantes de Lisboa. O Tejo, lá em baixo, é um desenho à pena, minucioso. Aqui, além, acolá, ramos de casas vermelhas, azuis, verdes, amarelas. Prata e ouro por toda a parte. Prata nas águas dormentes do rio, ouro na luz que veste as árvores, os jardins, a curva suavíssima da cidade alpendrada...
– Há seis anos nem este nem outros bairros existiam no papel... – murmura o Chefe do Governo...
Os meus olhos continuam a mergulhar no horizonte: a massa dos Jerónimos parece desprender-se da terra na sua fluidez, aquele cemiteriozinho é tal qual uma aldeia branca, os moinhos pousam neste e naquele monte como grandes borboletas, o comboio do Estoril na linha que margina o Tejo é uma série de caixas de fósforos com movimento. Se volto as costas a esta paisagem, descubro o vulto severo do Palácio da Ajuda, a cúpula harmoniosa da igreja da Boa Memória, o futuro Parque Florestal onde estão a ser plantadas dezenas de milhares de árvores, a mancha densa da Tapada, e, lá mais longe – brasão de paz – o galo silencioso da Torre das Necessidades. Admirável panorama cheio de surpresas, de casas e jardins, que se escondem e logo se revelam a um novo olhar, panorama que me faz compreender e sentir como nunca a célebre frase de Giraudoux sobre Lisboa: «Cidade que se fecha e abre como um leque».
Salazar, que também se deixou embalar alguns minutos pelo horizonte largo, desce à terra e enternece-se, quase chega a entusiasmar-se com a labuta que vai pelo bairro novo, recentemente estreado. À frente das casinhas brancas, os seus habitantes, homens, mulheres, crianças – vão amanhando o bocadinho de terra que lhes cabe, mangas arregaçadas, cavando e cantando... Salazar, filho de camponeses, extasia-se:
– Que belas couves!... Que lindas rosas!...
E acrescenta:
– Este é o caminho. O trabalho em terra própria é o grande inimigo da taberna...
Entramos numa das raras casinhas do bairro novo ainda desocupadas: dois ou três quartos arejados, brancos, cozinha ampla e clara, casa de

banho, propriedade plena do seu habitante ao fim de alguns anos de renda mensal, mínima, que lhe garante igualmente o seguro contra o desemprego e contra a invalidez. À frente de cada habitação, um tapete de terra para as suas couves e para as suas flores. Entre moradia e moradia, o espaço suficiente para aumentar a propriedade se a família crescer. Os filhos assim serão sempre bem-vindos...

– Seria possivelmente mais fácil resolver o problema da habitação no sentido vertical, no bloco imenso. Mas a casa pequena, independente, e o sossego, a tranquilidade, o amor, o sentimento justo da propriedade, a família. A colmeia é a promiscuidade, a revolução, o ódio, simultaneamente o indivíduo é a multidão.

Alguns excursionistas, ingleses, alemães, franceses, desembarcados certamente daquele gigante cor de espuma que se desenha no Tejo, passeiam, conduzidos por um guia português, nas ruas do florido bairrozinho. Alguém lhes revela a presença de Salazar porque todos se descobrem respeitosamente quando passam diante dele.

Evoco:

– No prefácio do meu livro, apontava o então recente Chefe do Governo como uma das principais razões da sua estada no poder a necessidade urgente de reconquistar, para o nosso País, o seu velho prestígio de gloriosa Nação. Tão desmoralizados ainda estávamos, tão influenciados pelo derrotismo de Oliveira Martins e dos seus maus discípulos, que tais palavras pareceram então, simples bravata, inofensiva fanfarronada. Passados dez anos, os portugueses, como Salazar desejou e quis, ganharam novamente o direito de estar diante dos ricos, dos poderosos, «de pé, de cabeça levantada e até de chapéu na cabeça».

– Veja como o seu livro envelheceu... – conclui Salazar.

A miséria, secreção do progresso

– A outra razão essencial da sua estada no poder, segundo as suas palavras nesse prefácio, comoveu profundamente os portugueses: «É possível que certos homens se tenham feito uma ideia diferente mas mais humana da

colectividade nacional e, do alto do poder, trabalhem sem descanso, com furor, com raiva porque uma mulher tem fome ou chora de frio uma criança.

O Sol ainda vai alto mas sinto a noite descer bruscamente sobre a máscara de Salazar:

– Temos feito o que temos podido – murmura – mas a miséria humana é infinita.

– Efeito sempre fácil – comento – para repórteres suspeitos, tendenciosos, que tomam levianamente a parte pelo todo, que proclamam a desgraça dum povo quando descobrem certos bairros sórdidos, centenários, de Lisboa ou do Porto, que não fizemos mas estamos demolindo! Como se Londres, Paris, Nova Iorque, Nápoles não tivessem os seus infernos, os seus bairros de fome...

O professor Salazar dá-me nova lição:

– A miséria parece uma secreção do progresso, da civilização. Não é nos campos (até em plena crise), onde a vida é simples e sem ambições, que a miséria se torna aflitiva, dramática. A sua tragédia sem remédio desenvolve-se antes nas cidades, nas grandes capitais, tanto mais insensíveis e duras quanto mais civilizadas A mecanização, o automatismo do progresso que transforma os homens em máquinas, isolam-no brutalmente substituindo os seus gostos e impulsos afectivos por complicadas e frias engrenagens. O homem das cidades, modelado, esculpido na própria luta com os outros que lhe disputam o seu lugar ao sol, é talvez, sem reparar, a encarnação do próprio egoísmo.

– Mas o homem não será o mesmo em toda a parte, na cidade ou no campo? – observo, sem convicção, só para continuar a ouvir.

– O homem, talvez, mas não os homens... Nas aldeias, ou nas pequenas vilas, a miséria total é mais rara. Deixa-se às vezes de trabalhar, mas deixa-se raramente de comer. Não há dinheiro, falta, por vezes, a roupa necessária, mas há sempre uma côdea ou um caldo...

– O próprio campo – concluo talvez com excessivo optimismo – é uma grande mesa posta.

Apologia da vida modesta

– Nas cidades – continua Salazar – o homem que deixa de trabalhar encontra-se completamente desamparado e arrisca-se, de facto, a morrer de fome. Enquanto há trabalho, não falta dinheiro para o necessário e até para o supérfluo. A falta de calor humano, de solidariedade natural provocada pela ausência da vida familiar, torna a miséria negra quando o trabalho cessa. Assim, os sete milhões de habitantes de Nova Iorque são, pouco mais, pouco menos, para o desgraçado que tem fome, sete milhões de desconhecidos. Por isso fazemos sempre a apologia da vida modesta, familiar, onde não falte o indispensável, e até o que suaviza a vida, mas sem aspirações excessivas, desumanas.

– «Quero levar os portugueses a viver habitualmente», disse Salazar a Henri Massis, que soube glosar e celebrizar esse conceito.

Salazar continua, passando por cima da minha interrupção:

– Devemos guerrear, cada vez mais, a concepção materialista que leva o homem à sofreguidão da riqueza, num desporto perigoso e doentio, ainda que o vejamos, por vezes, como na América, distribuir parte da sua fortuna por instituições de que beneficiam os pobres. É mais humano e mais cristão procurar antes aquela mediania colectiva em que não são possíveis nem os miseráveis nem os arquimilionários. É difícil, ou impossível, evidentemente, sufocar por completo a ambição do homem, a sua marcha para o dinheiro, mas o que se pode certamente impedir é que grande parte da riqueza da Nação seja absorvida por mil e um parasitas. Só reduzindo ao mínimo esses parasitas, criando trabalho e estabelecendo maior soma de justiça nas relações económicas e sociais, se conseguirá o desejado equilíbrio.

Há vinte minutos que passeamos nas ruas do bairro novo, seguidos respeitosamente à distância pelos seus habitantes, que, em dado momento, não se contêm e rompem em «vivas» a Salazar e ao novo regime.

– Viva o salvador de Portugal!

– Viva o Estado Novo...

Salazar responde às saudações do povo descobrindo-se, com um simples sorriso, mas vai apressando o passo para o automóvel, que nos espera à entrada do bairro.

Ideia romântica

E, já dentro do carro, a lição continua:
– Os comunistas e os socialistas avançados julgaram resolver o problema distribuindo, equitativamente, por todos os homens a riqueza criada. Ideia romântica e pueril. O necessário, precisamente, é aumentá-la, criar constantemente novas possibilidades.
– Palavras que são factos em Portugal, concluo. As estradas, os novos portos, as barragens, os bairros económicos, o repovoamento florestal, os melhoramentos rurais, o desenvolvimento da rede telefónica, das linhas telegráficas, das vias férreas têm aumentado, dia a dia, o património da nossa terra e, portanto, dos portugueses.
E Salazar, depois de um silêncio:
– Eu sei que os resultados são lentos, imponderáveis, talvez pouco sensíveis para os que só pensam no dia de hoje. São necessários alguns anos para que se possam colher todos os frutos desta política. Tenho-o dito muitas vezes: somos a geração do sacrifício. Mas Portugal não existiu ontem nem existe hoje: é de sempre.

A Legião Portuguesa

Vamos descendo agora a Calçada da Ajuda. Passam, formadas, algumas centenas de legionários que reconhecem Salazar e erguem os braços na clássica saudação romana. Homens desempenados, rostos morenos, pintados pelo sol português, de todas as classes e idades, o operário ombro a ombro com o patrão, mas todos com vinte anos na luz dos seus olhos, na sua marcha irrepreensível.
– Quem vive? – pergunta, em voz clara, sonora, o comandante de lança.
– Portugal! Portugal! Portugal! – respondem todos.
– Quem manda? – pergunta a mesma voz.
– Salazar! Salazar! Salazar! – gritam os legionários, alegremente, afastando-se, descendo a calçada em passos cadenciados e certos.
– Como estamos longe – observo – dos primeiros tempos, quando o Chefe do Governo português reconhecia, numa das entrevistas que me

concedeu, que um dos perigos mais sérios do regime era a frieza dos que o serviam. «Durar, eis o segredo», disse-me um dia, Mussolini. E tinha razão.
Salazar concorda:
– A formação da Legião e, com alcance longínquo, talvez ainda mais a da Mocidade Portuguesa, têm contribuído poderosamente para modificar a mentalidade geral, para restituir aos portugueses o que parece que tinham perdido: a consciência cívica. Ao português corajoso, mas indisciplinado, com horror atávico ao serviço militar, habituado à guerra, sim, mas à guerra civil, já não repugna fardar-se e está disposto a obedecer na hora própria. A Legião e a Mocidade têm-lhes dado ao mesmo tempo um sentimento mais profundo de solidariedade social aproximando as classes, quebrando as distâncias entre os ricos e os pobres. Ensinou-os igualmente a ser tolerantes, a respeitar as crenças de cada um, grande conquista no nosso País.

Miséria e nível baixo de vida

Saímos, agora, do carro para visitar outro novo bairro económico perto dos Jerónimos. Casas de fisionomia alegre; acolhedoras, de gerânios ao peito. Antes de entrar no bairro, algumas casas pobres sem ar nem luz, paredes leprosas, compartimentos que são como prisões, demoram o olhar infinitamente piedoso, quase revoltado, de Salazar.
E numa voz surda, mais para ele do que para mim:
– Há ainda miséria, muita miséria. Negá-lo seria desonesto. Mas os que nos acusam dessa miséria esquecem-se de dizer que ela vem de longe, quando ainda não tínhamos quaisquer responsabilidades na governação deste País. A miséria tem raízes difíceis de arrancar. Às vezes nem quer deixar de o ser. Imagina lá as dificuldades que têm de vencer-se para substituir, por exemplo, as barracas imundas do famoso «bairro das minhocas» por outras casinhas modestas mas limpas e claras! Parece que queremos fazer-lhes mal, que pretendemos desapossá-los de alguma coisa de precioso, de rico.

Sigo o raciocínio de Salazar:
– O primeiro erro de alguns estrangeiros consiste em não saberem avaliar, não nos tendo visitado antes, o caminho percorrido. O segundo é que só se dão conta da obra materialmente realizada e raramente daquela que tem alicerces dentro de nós. O que não está ainda construído não quer dizer que não esteja concebido, erguido, dentro da nossa vontade e em vias, portanto, de realização. E, por isso, nos magoamos, nos irritamos quando alguns jornalistas (cada vez mais raros felizmente) nos criticam certas deficiências que somos os primeiros a não aceitar.
Salazar, sempre objectivo, depois de nos ter deixado falar, responde a si próprio:
– Não é em todo o caso para mim tão difícil o problema da miséria como o do baixo nível de vida da nossa população, sobretudo da população rural. O atraso em que o País se deixou cair e a modéstia dos recursos naturais entram no caso com a maior parcela de responsabilidade. Sendo a economia um jogo de forças combinadas, assente numa primeira realidade – a terra – será impossível atingir a população no seu conjunto o alto nível de vida de outros povos que desfrutam melhor quinhão. Mas o desenvolvimento da nossa economia e a organização corporativa vão pouco a pouco ajudando a resolver o problema.
Onde temos um Sindicato e um Grémio temos um contrato de trabalho: aumento ou fixação do salário, férias pagas, seguro contra a invalidez, protecção contra as indústrias insalubres, etc...
Acrescento:
– Por outro lado, o Teatro do Povo, os cinemas ambulantes, as festas regionais e cívicas, as colónias de férias, outras iniciativas do S. P. N., da Fundação Alegria no Trabalho, da Emissora vão, por sua vez, erguendo o nível moral e espiritual da nossa gente, dando-lhe aquela parcela de sonho e de poesia sem a qual os povos não podem ser felizes.
Depois de uma volta pelo novo bairro, vamos caminhando a pé até ao mosteiro dos Jerónimos, seguidos, afectuosamente pela curiosidade respeitosa dos habitantes do sítio, que ficam a apontar e a discutir se aquele era ou não o dr. Salazar. Há até uma pobre e anafada mulher rodeada de pintainhos, de filharada, que vai buscar ao interior da casa um retrato do Chefe do Governo português «para acabar com as teimas».

A Mocidade que passa...

Estamos agora diante dos Jerónimos, renda do mar português, praia-mar da nossa epopeia marítima, com os seus cabos, as suas âncoras, com os seus leões imperiais, com a estátua do Infante D. Henrique, profeta e criador das navegações portuguesas, olhando o Tejo. Diante do seu pórtico em flor passam, a caminho dos seus exercícios semanais, alguns castelos da Mocidade Portuguesa, fardas castanhas bem talhadas, calções largos, tufados, caindo sobre essas botas de cano alto que fazem a sua felicidade. Ao toparem com Salazar levantam galhardamente os braços, tal qual os seus irmãos legionários, e rompem todos a cantar, sem ordem prévia, o hino da Mocidade:

Lá vamos cantando e rindo,
....
Torres e torres erguendo,
Rasgões, clareiras abrindo!

– Há seis anos ainda os jornalistas e escritores estrangeiros que nos visitavam, cheios de simpatia, não escondiam o seu pessimismo diante do panorama da nossa mocidade abandonada, desorientada, com simpatias evidentes, aqui e além, pelo marxismo. Hoje, a percentagem dos estudantes que se negam a pertencer à Mocidade Portuguesa é mínima. E não são raros os casos em que são os filhos que convertem os pais...
E o dr. Salazar, olhando, com visível enternecimento, os rapazes da Mocidade:
– Quando esta geração chegar à vida poderemos estar tranquilos...

O disco do Estado rico...

O Chefe do Governo descreve-me agora, como se estivesse diante de uma planta, o novo plano de urbanização da Praça Vasco da Gama e dos terrenos anexos. Visitamos em seguida a cerca dos Jerónimos, compreendida nesse plano de urbanização, onde se projecta a realização do ano apoteótico dos centenários, da Grande Exposição do Mundo Português, balanço do nosso esforço em favor da civilização, «todas as pegadas de Portugal no globo». Entretanto, continuo o meu interrogatório:

– Volta a afirmar-se, apesar de tudo, que o Estado está cada vez mais rico e o indivíduo cada vez mais pobre. Como pode nascer entre os nossos adversários e até entre alguns dos nossos pretensos amigos, este lugar-comum?

– O Estado estará rico, se quiserem – principia o dr. Salazar – mas a verdade é que não tem gasto tudo o que deveria gastar. Temos capitalizado, mas não gastámos ainda o necessário em assistência, educação, turismo, obras públicas, etc. Se o não gastámos e guardamos teimosamente esse dinheiro, é porque atravessamos uma época de imprevistos, de surpresas, em que os povos, para se defenderem dos mil e um perigos que os ameaçam, precisam de ter as suas reservas, o seu pé-de-meia, e, sobretudo, porque precisamos de atender ao nosso rearmamento. Isto quanto ao Estado rico. Quanto à pobreza da Nação não está demonstrada pela estatística que prova precisamente o contrário. A actividade económica é cada vez maior. A produção desenvolve-se. A exportação mantém-se ou aumenta, tendo nós tido, aliás, a necessidade de alimentar o nosso excesso de população representado entre 1926 e 1938 por 1 400 000 pessoas, cerca de 1/5 de toda a população do continente e ilhas adjacentes. Não são palavras: são factos, são números. É claro que existe a crise de adaptação ou transformação de certas indústrias, mas essa nunca poderá servir de argumento para demonstrar o empobrecimento da nossa economia. Assim, a indústria dos caminhos de ferro, cujo monopólio foi praticamente destruído pelo desenvolvimento da camionagem. Assim, os transportes marítimos, que sofrem da velhice do material, da falta de capitais e de outras deficiências de ordem administrativa. Há ainda que ter em linha de conta a crise das

fortunas colocadas no estrangeiro, anuladas umas, enredadas outras por limitações de toda a ordem: dificuldades de transferências, desvalorizações monetárias, juros suspensos, etc. Por outro lado os países parecem caminhar para uma crise permanente. As populações desenvolvem-se cada vez mais, em espaços restritos. A América, válvula da Europa, fechou-se. As casas ricas, a cuja sombra viviam certos núcleos das populações rurais, deixaram de existir. As classes médias, com os seus pecúlios destruídos pelas necessidades prementes do dia a dia e pela desvalorização das moedas, estão em crise por toda a parte. Encontram-se, desta forma, profundamente abalados os alicerces da vida económica tal como estávamos habituados a vivê-la.

– Resultado? – interrogo com angústia.

– Pergunto a mim próprio – responde Salazar com certa melancolia – se não assistiremos em todo o Mundo, dentro de algum tempo, ao enfraquecimento das fortunas individuais em face de certas necessidades colectivas a satisfazer pelo Estado. Parece que se caminha, infelizmente a meu ver, para a total proletarização das populações. É um erro: resta saber se é uma necessidade.

Vida e morte do Comunismo

Estamos no alto da cerca, que temos vindo a subir lentamente, junto da ermida de S. Jerónimo, autêntico guarda-jóias manuelino, pequena obra-prima de Boytac, superfícies lisas onde brilha simplesmente sobre o pórtico o escudo real entre duas esferas armilares. Alguns pinheiros torcidos pelo vento inclinam-se diante do simples e comovente relicário, bandeirinha de pedra da nossa renascença. O Tejo lá em baixo, luminoso e feliz, é uma estrada azul. Passam, de quando em quando, como num sonho, algumas fragatas adormecidas, como se ninguém as conduzisse como se as suas asas lhes batessem. Como se fosse levado por bandos de gaivotas, desliza diante de nós um paquete branco. Na tarde suavíssima, translúcida, a Torre de Belém também parece que vai largar, partir. E quase não me surpreenderia se a visse tomar o rumo do Oriente...

Abraçado o panorama, principiamos a descer a encosta escalvada. Do problema económico salto, sem esforço, para esta interrogação:

– Que lhe parece? Estamos ainda na curva ascendente do Comunismo ou assistimos à sua agonia?
Salazar, sempre metódico na exposição das ideias, distingue:
– Difícil responder à sua pergunta nos termos em que a formula. A maior experiência de transformação económica e política realizada até hoje foi, certamente, a russa. É também a experiência comunista tentada em melhores condições de êxito, pela extensão, pela formação comunitária dos povos russos, a sua tradição de poder absoluto, a feição agrícola e florestal da economia e o seu atraso, o baixo nível de vida das populações. Apesar disso, a experiência tem metido água por todos os lados e o fracasso não pode ter sido maior. O Comunismo, como era de prever, tem-se demonstrado na sua aplicação prática uma teoria anti-natural e profundamente anti-económica. Esse retumbante fracasso não tem, porém, evitado que nalguns países se continue a olhar para a Rússia como um Eldorado e a pretender imitá-la até naqueles caminhos que ela própria abandonou. É que a experiência alheia não aproveita a ninguém, e o exemplo vivo da Rússia não conseguirá evitar a miragem, a atracção do abismo. Em todo o caso, dum modo geral, pode afirmar-se que o Comunismo, doutrina económica, está outra vez na sua curva descendente. O Comunismo político, porém, está longe de se encontrar na agonia, porque tem vindo a aglutinar, pouco a pouco, todas as forças da esquerda, porque é bandeira a cuja sombra se abrigam todos os movimentos de desordem ou inversão social. Os próprios liberais, que, parece, deviam ser os maiores inimigos dos comunistas, pela negação absoluta de liberdade que o Comunismo importa, acolhem-se, não sei porque desvio, a essa bandeira. Se há países, por exemplo, onde as classes estejam diferenciadas, como em parte alguma, é a Inglaterra, onde nas próprias classes humildes (o «butler», dentro das casas, é o autêntico rei do pessoal menor) existe uma aristocracia. Pois na Inglaterra encontram-se, por vezes, nas personalidades mais imprevistas simpatias evidentes pelo Comunismo. Porquê? Pelo magnetismo da palavra, pela força do *bluff*, talvez pela volúpia do contraste. Não se pode, portanto, afirmar que o Comunismo, bandeira política, esteja na agonia. O Comunismo é a palavra da desordem, a «frente popular» dos baixos instintos revolucionários do homem de hoje, e, tendo-se transformado de

sistema económico em doutrina política, social, moral, religiosa, com a exploração dos mais baixos instintos do homem e dos seus piores defeitos, é impossível negar-lhe o seu perigoso dinamismo que devemos combater sem tréguas.

A Sociedade das Nações e a sua crise

– A Sociedade das Nações, bem orientada, podia ter sido, se não o equilíbrio, ao menos a tranquilidade da Europa.

– Sim – concorda Salazar –, mas a sua decadência provem exactamente de se ter deixado contagiar por esse vírus, por ter cometido o duplo erro de tender a erigir-se em Super-Estado, em oposição aos nacionalismos, cada vez mais numerosos e mais fortes, e de manifestar tendências de pretender impor uma certa doutrina política. Foi-se transformando assim, pouco a pouco, no reduto das grandes democracias, apesar de não ter podido atrair, sequer, os Estados Unidos. Esta demagogia mal disfarçada foi a causa principal da sua decadência, talvez da sua morte. Uma Sociedade das Nações, sem as veleidades que apontei, tem de viver acima das intrigas de corredor, dos clãs políticos, não copiar os piores processos da democracia. Se foge a essa regra, a essa elementar imparcialidade, se insensivelmente se converte no instrumento da política de uns países contra outros, perde, imediatamente, o seu prestígio, a sua força moral, a sua razão de ser.

– Qual será o futuro da S. D. N.? Remodelação ou morte? – pergunto com certa curiosidade.

Salazar não esconde o seu pensamento:

– No estado em que se encontra, e à parte os trabalhos de ordem técnica e de pura informação que se lhe devem e são incontestavelmente do maior valor, a Sociedade das Nações, é organismo pouco menos de inútil. Ignoro se as potências que, de facto, têm a responsabilidade da direcção superior da política mundial preferirão reformá-la a deixá-la morrer, e no primeiro caso que orientação poderá ter a reforma para ser aceite no estado presente da política internacional. É provável que não façam nem uma nem outra coisa e a deixem hibernar à espera de melhor oportunidade.

Pergunto ainda:

– Se tal reforma for possível, acha útil a sua conservação?
– Sem dúvida. A Sociedade das Nações novamente articulada, renovada, com outro espírito e outros métodos de trabalho, poderia ainda transformar-se em útil organismo jurídico de colaboração internacional.

As nossas colónias e a soberania portuguesa

Não saio de Genebra sem perguntar:
– Para um pequeno País mas grande Nação colonial, como somos, não seria útil, efectivamente, que a Sociedade das Nações continuasse a existir e cada vez mais forte? É indiscutível – continuo – que as nossas colónias, por serem cobiçadas, são constantemente criticadas, caluniadas. Não será Genebra a melhor tribuna para defender os nossos direitos, os direitos da nossa soberania?
A voz de Salazar torna-se mais fria, mais dura, para dizer:
– Sabe que isso das nossas colónias serem cobiçadas me parece muito ideia feita, frase herdada do passado? Quem as cobiçaria? A Inglaterra, que pelos tratados da aliança se obrigou a defendê-las? A França? Nunca ninguém a pode acusar de tal, salvo quando aqui há umas dezenas de anos supôs que estava aberta a nossa herança colonial. A Alemanha? Mas não tem o chanceler Hitler declarado que as suas reclamações coloniais se dirigem às antigas colónias alemãs, e, de modo nenhum, às de qualquer outro país? A Itália? Mas não só temos as espontâneas declarações em todo o tempo feitas pelo Sr. Mussolini, como vemos ter a Itália conquistado um império de ilimitadas possibilidades em África, sem atentar contra direitos das potências europeias. Os pequenos Países, como a Bélgica e a Holanda, a quem naturalmente os mesmos especuladores internacionais metem também o susto de se estar atentando contra as que possuem? É preciso acabar com o eterno receio próprio de povos decadentes, incompatível, porém, com o nosso renascimento e com a nossa vontade de trabalhar. Não podem incomodar-nos os lugares-comuns de críticos suspeitos sobre a nossa falta de homens e de capitais para colonizar. Se temos falta de homens, como explicar que a percentagem de raça branca seja nas colónias portuguesas superior à que existe nas colónias alheias? Se faltam capitais,

por que razão não é maior que o das nossas o desenvolvimento das colónias dos outros países, comparáveis em riquezas naturais? Mas deixemos isso porque nós não admitimos discussão sobre a nossa soberania. A nossa soberania não pode ser discutida em Genebra como não o pode ser em Paris, Londres, Roma ou Berlim. A nossa soberania é a nossa vida, e da nossa vida só nós podemos dispor. As críticas geralmente feitas à nossa administração ultramarina, afiguram-se-me tendenciosas, de má fé. Mas as intrigas, as calúnias, vão esmorecendo, desaparecendo perante os factos. Aliás, os nossos domínios ultramarinos não foram conquistados a qualquer outra nação. Fomos nós que os descobrimos, foram sempre nossos. E não viu o entusiasmo, o verdadeiro delírio com que as populações do Ultramar Português acabam de receber o Sr. Presidente da República? Qual o país que pode orgulhar-se de possuir maior experiência colonial do que o nosso?
Passamos de novo, em frente do mosteiro dos Jerónimos. E é ele, coberto de algas do velho mar português, que responde a Salazar, o eco da sua voz repercutindo-se na Torre de Belém, mergulhando no Tejo:
– Nenhum...

Qualidades e defeitos do povo português

Descemos agora, de regresso à parte baixa da cidade, à Avenida da Índia. O caminho liso, fácil, rasgado leva-me, sem querer, para certas perguntas de ordem geral, para matéria vaga:
– Qual no seu parecer, o *mais* e o *menos* da nossa raça? Quais os defeitos e as qualidades principais do nosso povo?
Salazar, sem decretar, no tom despreocupado de simples conversa responde:
– O Conde Gonzague de Reynold já respondeu no seu livro *Portugal* a essa pergunta. Sem paixão, sem excessivo nacionalismo, as qualidades do povo português são superiores aos seus defeitos.
– Quais as principais?
E Salazar sem esforço, sem procurar:
– Bondoso, inteligente, sofredor, dócil, hospitaleiro, trabalhador, facilmente educável, culto...

– Culto?...
Salazar explica:
– Não se espante. Somos uma raça antiga, com velhos princípios, com velhas tradições e com sólidos princípios: a cultura do povo é compatível com o seu fraco nível de instrução.
Continuo o meu inquérito:
– Quais então os defeitos ?
E Salazar, com um sorriso:
– Não é difícil classificá-los, enumerá-los, porque, não sendo profundos, existem à flor da pele.
– E são?
– Excessivamente sentimental, com horror à disciplina, individualista sem dar por isso, falho de espírito de continuidade e de tenacidade na acção. A própria facilidade de compreensão, diminuindo-lhe a necessidade de esforço, leva-o a estudar todos os assuntos pela rama, a confiar demasiado na espontaneidade e brilho da sua inteligência. Mas quando enquadrado, convenientemente dirigido, o português dá tudo quanto se quer.
Concordo e pergunto:
– Qual a forma de contrabater esses defeitos superficiais mas indiscutíveis?
– O nosso grande problema, – responde o Chefe do Governo português – é o da formação de elites, que eduquem e dirijam a Nação. A sua fraqueza ou deficiência é a mais grave crise nacional. Só as gerações em marcha, se devidamente aproveitadas, nos fornecerão os dirigentes – governantes, técnicos, professores, sacerdotes, chefes do trabalho, operários especializados – indispensáveis à nossa completa renovação. Considero até mais urgente a constituição de vastas elites do que ensinar toda a gente a ler. É que os grandes problemas nacionais têm de ser resolvidos, não pelo povo, mas pelas elites enquadrando as massas.
Procuro – talvez defeito meu – aumentar a lista dos defeitos:
– Os portugueses, até em plena renascença, sempre nostálgicos, fatalistas, não sentirão, de quando em quando, a atracção do abismo, não se deixarão vencer, ainda que fugazmente, por certas vagas de cansaço?
– Essas vagas existem – concorda Salazar –, e demonstram que a mentalidade portuguesa apesar dos progressos feitos, ainda não se encontra com-

pletamente renovada. De tempos a tempos, é verdade, assiste-se ao fenómeno do aparecimento de certas ondas de pessimismo, dessa ânsia de deitar tudo a perder, não se sabe bem porquê, porque sim, desejo infantil de variar, de mudar, de quebrar o boneco para ver o que tem dentro.
Sublinho:
– Vagas que podem originar-se num mau ano agrícola, na breve e quase imperceptível oscilação duma estatística, vagas logo desenvolvidas, exploradas pelos manobradores profissionais, pelos agitadores nacionais e internacionais! O lamentável é verificar a influência que os últimos exercem às vezes sobre os melhores...
– Só há uma diferença – conclui Salazar –, é que essas vagas, antigamente, subvertiam quase sempre a Nação, transformavam-se logo em revoluções, em pronunciamentos, em sucessivas crises ministeriais. Hoje basta uma palavra de esclarecimento, um minuto de reflexão, um breve exame de consciência para as desfazer, para de novo criar ânimo. É já um progresso.
– Acredita, portanto, que nos últimos anos se tenha modificado a mentalidade portuguesa?
– Muito, e deve notar-se em seu abono que tal renovação tem sido obra de um grupo de portugueses dedicados, inteligentes, patriotas, talvez ainda não inteiramente renovados, ainda forçados, por vezes, a contrariar-se, a lutar contra si próprios.
– Parece-lhe então que o nosso passado já não pesa tanto sobre o nosso presente?
– Menos do que ontem, sem dúvida, mas ainda pesa; ainda continua a ser um óptimo recurso retórico...

Coerência

Abro novo parágrafo:
– Frederico Sieburg, no seu livro *Novo Portugal*, julga o Chefe do Governo Português em crise permanente de doutrina, em constante revisão das suas ideias. No fim do capítulo, aliás admiravelmente escrito que o retrata, deixa-o indeciso numa encruzilhada. Tem razão?

Salazar ri-se,
– Sieburg é, sem dúvida, um dos mais talentosos e bem preparados jornalistas estrangeiros que me tem sido dado conhecer e não compreendo como chegou a essa conclusão. Dificilmente um homem público se terá manifestado mais conscientemente coerente com as suas ideias. Se ler os meus primeiros discursos, ainda estudante ou professor, e os confrontar com os actuais, encontrará nos últimos, certamente, a marca da experiência, campos mais vastos, mas os mesmos princípios, a mesma substância. Nos últimos vinte anos – posso afirmá-lo – nada de essencial se modificou em mim. Isso não quer, no entanto, dizer que tenha para sempre assentado em certas ideias de governo (políticas ou de administração) como, em rocha indestrutível, cuja realidade viva, cuja actualidade nem comigo até quero discutir. Neste sentido devo dizer que revejo constantemente ideias e, sobretudo, processos de governo, pois quero estar seguro de que continuo a ter razão.

Vamos lá então...

São quase oito horas da noite, mas sem noite. O Sol não se mostra cansado e só muito lentamente, passo a passo, vai regressando a casa. Estamos passeando, conversando há mais de cinco horas. Sinto que estou abusando, mas sinto igualmente que estamos vivendo uma daquelas horas em que as perguntas mais impertinentes se tornam simples, naturais, inocentes.
Ouso propor:
– Se não está muito fatigado, gostaria que subíssemos ao Castelo de S. Jorge. Tinha interesse em avaliar a importância das obras a realizar na nossa acrópole e que foram anunciadas a propósito das Comemorações de 1940.
Um silêncio que não sinto frio nem hostil mas embaraçoso, quase tímido.
Decido renunciar:
– Devo tê-lo fatigado muito. São horas de jantar. Talvez seja então melhor ir para casa.
– Não, não é isso... – corta Salazar.
– ?

– Há um quartel no Castelo de S. Jorge...
– Bem sei, mas não vejo...
E Salazar, textualmente:
– É que não é fácil entrar lá...
Não me contenho:
– Desculpe, mas não se esqueça de que é Presidente do Conselho e ministro da Guerra...
E Salazar, com deliciosa bonomia:
– Pois sim... Mas é preciso dar explicações, dizer quem sou.
E, perante o meu espanto, sorridente:
– Vamos lá então...

A doutrina e os homens

Aproveito o labirinto das ruas da Baixa, com a sua difícil circulação e as suas paragens constantes, para enriquecer a minha entrevista:
– Aponta-se como principal fraqueza do Estado Novo o facto de o regime depender de um só homem. Essa fraqueza é uma realidade – ou o regime existe já para além do homem?
Com infinita paciência, Salazar replica:
– Para lhe responder completamente, temos de considerar a doutrina, as instituições e os homens. A primeira, a doutrina, não se pode negar que se encontra formada, assente, susceptível, aqui e além, de alterações incidentais, de uma ou outra aplicação diversa, mas sólida nos seus fundamentos. Quanto às instituições, que consubstanciam e realizam essa doutrina, estão ainda em formação. Enquanto não se consolidarem, enquanto não viverem com o seu automatismo, é evidente que a falta brusca dos seus orientadores, dos criadores do sistema pode ser grave. Mas, passada essa fase – e não espero que seja longa – as coisas marcharão por si. Quanto aos homens necessários, competentes, próprios que nos renderão, toda a geração nova responderá pela estabilidade e continuidade da obra encetada. Criada pelas novas instituições, será, por outro lado, o seu fiador. Ela sabe que, acima de tudo, a Nação precisa de um Chefe e o Chefe precisa da disciplina da Nação.

No Castelo de S. Jorge

Começamos agora a subir a encosta íngreme que nos vai levar ao Castelo de S. Jorge, verdadeiro calvário. Passamos diante da Sé, catedral de Lisboa, tão velha como Portugal, nossa irrefutável certidão de idade. Logo a seguir o Mirante de Santa Luzia sobre os telhados musgosos e os jardinzinhos suspensos da Alfama, Lisboa pobre mas alegre, de cravo ao peito e cantigas nos lábios, sem gramofone nem T.S.F., mas com o seu pintassilgo ou com o seu canário em gaiola dourada. Eis-nos embrulhados num dédalo de ruas cruzadas, estreitas e torcidas, verdadeiras montanhas russas. Toda a cautela é pouca para não esbarrarmos no automóvel que nos pode surgir naquela curva ou no eléctrico toureado, com seriedade cómica, pelo sinaleiro da bandeira verde.
Todas as atenções de Salazar, neste alpinismo citadino, vão para as crianças que correm e brincam despreocupadamente.
– Pare lá o carro... Deixe passar os pequenos!
– Tenha cautela... Olhe essa petiza...
Mas os próprios animais o preocupam. E, em certo momento, ouço-o angustiado, quase a gritar ao motorista:
– Não me mate esse cão!...
Depois de termos atravessado várias ruas e ruelas quebra-cabeças, afuniladas, inverosímeis, por vezes sem visível saída, chegámos diante do portão de Caçadores 7 instalado no Castelo de S. Jorge. Saímos do carro. Salazar, acompanhado por mim, dirige-se agora à entrada do quartel. Que vai fazer o ministro da Guerra do governo português, o ditador de reputação mundial, o grande tirano, o homem cujo nome acompanha agora, quase sempre, na imprensa estrangeira, os de Hitler e Mussolini? Entrar altivamente no quartel, com passos fortes, militares, sobrolho carregado, máscara de ferro? Qual? Modesta, simplesmente, como qualquer visitante curioso, dirige-se à sentinela surpreendida, estarrecida, nos seguintes termos:
– Pode visitar-se o quartel?
A resposta do interpelado, ainda não refeito, ainda duvidoso da honrosa visita é esta:
– Às armas!

Os soldados precipitam-se, correm a buscar as armas e conseguem ainda chegar a tempo de as apresentar militarmente, rígidos, aprumados, àquele senhor de fato cinzento, tranquilo, despretencioso, que os cumprimenta, amavelmente, com o seu burguês chapéu mole. Vamos subindo, agora, a calçada que nos leva ao Castelo, às muralhas. O oficial de dia, prevenido da ilustre visita, corre atrás de nós, junta os calcanhares faz a continência da praxe e pergunta:
– Posso tocar a sentido, senhor Ministro?
E Salazar, com um sorriso de vítima, condescendendo:
– Se deve ser...

O homem que sobe ao monte

Após o toque de sentido, continuamos vagarosamente o nosso passeio e a nossa entrevista:
– Tem-se trabalhado muito, tem-se feito o impossível. Mas que lhe parece? Há mais a fazer do que está feito? O caminho a percorrer iguala o caminho percorrido ou é mais longo?
Salazar responde sem deixar de olhar atentamente o serviço do quartel:
– Se olharmos ao progresso político, à doutrina, à formação de uma nova consciência nacional, o caminho percorrido, excede, sem dúvida, o que falta percorrer. Mas já não se pode dizer o mesmo em matéria de melhoramentos materiais. Por se ter feito pouco? De modo algum. Pelo contrário. O homem que sobe ao monte descobre, passo a passo, um horizonte maior.
Efectivamente, imagem viva das palavras de Salazar, o horizonte, que nos parecia acanhado quando principiámos a subir, vai-se alargando pouco a pouco. Depois das torres da Sé, da gravura do Terreiro do Paço, do Tejo sempre feliz, das ruínas vivas do Carmo, principia a avistar-se o mar imenso do casario multicor. O oficial de dia que nos acompanha responde a um olhar interrogativo, severo, do ministro da Guerra:
– É verdade, senhor ministro. Ainda não conseguimos que nos fizessem aquela obra. Continua a chover dentro da caserna.
Salazar perde bruscamente a sua bonomia, a sua máscara, fecha-se, a sua voz ganha tons de comando:

– Inacreditável!
Estamos finalmente no Castelo, sobre as muralhas. Diante de nós, a capital do Império que o primeiro rei de Portugal no século XII plantou heroicamente neste mesmo lugar. Espectáculo maravilhoso para o qual não encontro nem tintas nem linhas. Toda a cidade, quase um milhão de almas, se move lá em baixo, até ao extremo limite do horizonte, rumorosa, orquestral, infinita!... Cidade compacta, sólida, maciça, mas suavizada, aqui e além, pelas suas cores de aguarela ou de pastel, pelas suas manchas de verdura, angelizada pelas suas cúpulas, torres e campanários. Mas o que mais me enternece depois de mergulhar no panorama largo, e contemplar a vida, que teimosamente se agarra às muralhas: casas modestas, caiadas, com os seus quintalejos em flor, pequenas hortas, tímidos olivais. A própria muralha serve de parede mestra a esses casinhotos, que são como ostras em rocha viva. Ânsia instintiva de protecção, sobrevivência feudal, asa protectora do Castelo atraindo sempre, através dos séculos, os pequenos, os humildes...

Não posso mentir!

Estamos sozinhos na muralha que olha a porta de Martim Moniz. A noite desce e vai-se lentamente insinuando na curva dos montes, nas cores já esmorecidas das casas rosa, nas linhas das rachadas, nos longes cada vez mais longe... Salazar olha, com ternura contida, a tarefa íntima de certa família, com jeitos de presépio, que vive numa das casas incrustadas na muralha. Surpreendo o seu olhar humano e ouço-me perguntar:
– Dizem que Salazar faz o que pode, por misticismo ou patriotismo, para melhorar a sorte dos homens, que seria até capaz de morrer por eles, mas que, de facto, os despreza. Será assim?
Salazar murmura, sem deixar de olhar o vaivém familiar e terno das figurinhas cristãs que se agitam no dorso do Castelo:
– Ideia falsa, má compreensão. O homem é o elemento fundamental da Nação, que será exactamente o que ele for. Além disso, e talvez acima disso, cada homem é um espírito e uma consciência. Como não o respeitar, como não fazer o possível para defender, dignificar, elevar essa consciên-

cia e esse espírito? Problema torturante: nesta vida em comum do homem com a sociedade, da sua autonomia mental e moral com a autoridade necessária ao Estado, até onde se deve ir, para que o homem não seja diminuído e a Nação possa fortificar-se e engrandecer-se em benefício dele mesmo?

Atrevo-me a insistir:

– Afirma-se que tal desprezo se demonstra no seu isolamento, na visível repugnância com que o Chefe do Governo se decide a receber aqueles que desejam ou precisam de vê-lo.

E Salazar, com um sorriso triste, talvez descolorido pelo crepúsculo:

– Isso não é exacto. Recebo quase todos os que sei que tenho interesse em receber mas efectivamente talvez não todos os que têm interesse em ser recebidos. Em todo o caso é notório que me defendo quanto posso por economia de tempo e de esforço.

Não me contento:

– Nota-se – e critica-se – a timidez ou a frieza com que Salazar recebe as manifestações do povo. Quantas vezes eu próprio tenho aguardado, ansiosamente, entre o elemento oficial, ou perdido na multidão, que o Chefe do nacionalismo português se decida a olhar carinhosamente os que não cessam de aclamá-lo. Mas não. Nem um gesto, nem um sorriso. Dir-se-ia quase sempre ausente. Timidez, inibição, defesa, ou – perdoe-me – orgulho?

Salazar cala-se. Silêncio talvez magoado, talvez repreensivo, tão longe fui. Mas, por fim, responde-me com doçura, com suave melancolia:

– Compreendo que se possa julgar vaidade, orgulho, o que pode ser coisa muito diferente...

– Timidez então?

Novo silêncio. As coisas mal se adivinham na noite que nos envolve, que suaviza as palavras, os sentimentos...

– Por que não hei-de dizer-lhe tudo? – continua –. A verdade é que não poderia adular o povo sem trair a minha consciência. Nós constituímos um regime popular, mas não um Governo de massas, influenciado ou dirigido por elas. Essa boa gente que me aclama hoje, levada por paixões momentâneas, não poderá ser aquela que tente revoltar-se amanhã, levada por outras paixões? Quantas vezes não me tenho deixado impressionar,

comover, pela sinceridade clara, indiscutível de certas manifestações! Quantas vezes não me tenho sentido interiormente abalado, sacudido com o desejo quase irresistível, de falar ao povo, de lhe dizer a minha gratidão, a minha ternura. Mas quando o vou fazer, qualquer coisa me detém, qualquer coisa me diz: «Não fales! Arrastado pela emoção, pelo efémero, vais sair de ti próprio, vais prometer hoje o que não poderás fazer amanhã!».
E conseguindo impor o seu perfil à própria treva cada vez mais espessa:
– Não posso mentir! Só poderei mandar, só me julgarei com autoridade para mandar, enquanto me sentir eu. A defesa do eu corresponde em mim à própria defesa da verdade. *Se fosse arrastado por influências passageiras, se as minhas atitudes ou palavras fossem escravas do entusiasmo das multidões ou somente dos meus amigos, já não seria eu. E então não era honesto sequer que continuasse a governar.*
Vencido pela grandeza destas afirmações ditas com simplicidade, sem esforço, apenas teatralizadas pela hora e pelo cenário, ouso ainda:
– É pena, em todo o caso, que não possa vencer-se, que não consiga descer a si próprio de quando em quando.
Salazar concorda:
– Sei muito bem que lhe estou a fazer a mais impolítica confissão que um homem no meu lugar poderia fazer: sei que nesta época de paixões e de dinâmicos movimentos de massas, eu me estou a passar a muitos olhos um atestado de incapaz condutor de homens. Sei ainda perfeitamente que desprezo uma força política de primeira ordem, que certas crises de opinião pública, certas depressões, que caem sobre nós como aguaceiros impertinentes, as poderia decidir com um simples braço levantado ou com duas palavras inflamadas. Mas que fazer? Aí está uma coisa em que o meu temperamento ou a minha consciência se recusam a obedecer à voz da minha razão.

Contradição aparente

Aproveito a noite e a sua confidência para fazer esta pergunta impertinente, atrevida, que não ousaria decerto formular em pleno dia:
– Mas o seu isolamento não combate a sua própria doutrina? Como vive só, como não criou o seu lar, o homem para quem a família é a célula-mãe da sociedade?

A voz de Salazar, sem rosto, é uma vaga luz na treva, quase segredo:
– Contradição aparente. *Pode-se alargar a família à própria Nação.* Contra o que se pensa, a gente não sabe verdadeiramente porque a vida seguiu este ou aquele rumo. De mim sei apenas – e sei-o positivamente – que, por exemplo, se minha mãe não tivesse morrido, eu não seria mesmo ministro: ela não poderia viver sem mim e eu não poderia trabalhar com a sua inquietação. Tenho aí, como sabe, uma pequenita, que me não é nada. Teve agora um sarampo vulgar, mas sofria tanto com a febre que numa noite me levantei cinco vezes a ver como estava. No dia seguinte, é claro, não pude trabalhar como de costume.
Vou até ao fim:
– Mas não sente, de quando em quando, a nostalgia de um lar bem organizado, de uma família? Consegue viver feliz nesse eterno diálogo consigo próprio, nessa completa solidão?
Salazar não se ofende e fala comigo com se falasse consigo:
– Há obras que exigem dedicação absoluta, o dom total de si mesmo. Para alguns temperamentos este todo não admite partilhas.
Abuso desta vaga de intimidade para avançar:
– Sente-se feliz, ao menos, em ser Governo? Tem a volúpia de mandar? Encontra no poder, no exercício do poder, alguma felicidade ?
– Sim. A felicidade do bem que posso fazer com esta ou aquela medida. Sinto, na verdade, uma profunda consolação íntima quando me encontro diante da vasta projecção da minha actividade pessoal, quando verifico que certos e determinados actos governativos melhoraram, aqui ou além, a sorte dos outros homens. Sinto sobretudo, porque sou orgulhosamente português, o carinho que pelo Mundo cerca Portugal de hoje, o nosso renascimento, a grandeza da nossa Pátria!
Corrijo:
– Não era bem essa a minha pergunta. O que desejava saber é se o poder, o exercício do poder em si próprio lhe dá alguma felicidade de ordem temporal, algum prazer inocente mas apenas prazer.
E Salazar, depois de breve reflexão:
– Bem vê, eu estou numa posição muito difícil: nem sou dos que têm a ambição de mandar, nem dos que do mando parecem não ter a noção da responsabilidade. Estes últimos, então, devem ser felicíssimos.

Insisto com certa impertinência:
– Mas nem uma simples distracção?
– Nenhuma...
E logo a seguir, quase infantilmente, não querendo mentir:
– Espere. Talvez sim. Talvez me entretenha, talvez tire certo prazer de ordem intelectual na ordenação dos problemas. Gosto, com efeito, antes de resolver uma questão, antes de articular um decreto ou escrever uma nota oficiosa, de alinhar os prós e os contras, de arrumar ideias...
Estamos de novo à porta do quartel. Por toda a freguesia de Santa Cruz e arredores correu veloz a notícia da visita de Salazar ao Castelo: mulheres queimadas pela vida, com os filhos agarrados às saias multicores; raparigas de caras morenas, olhos ardentes; rapazes de fato de ganga, magros mas desempenados; operários rudes, martelados, trabalhados pelo trabalho; velhos que ali nasceram e ali morrerão; crianças que crescem por ali como silvas, aglomeram-se na rua, à entrada do quartel, em massas compactas, aguardando a saída do homem que nunca viram, em cuja existência quase não acreditam.
Quando o automóvel principia a transpor as portas de Caçadores 7, não se ouve senão um grito:
– Salazar! Salazar!
O carro vai rompendo com dificuldade, a multidão cada vez maior e cada vez mais carinhosa.
Salazar, como sempre, dá a impressão de não olhar para ninguém, terrivelmente indiferente, frio, perante aquele entusiasmo desinteressado, perante aquela onda de amor humilde, popular. Mas a sua máscara já não me engana. Entre dentes (um ventríloquo não o faria melhor) ouço-o dizer ao motorista:
– Olhe essa mulher com uma criança ao colo...
– Não atropele o velho...
– Cuidado com esses dois pequenos...
E, para mim, já longe da multidão que se perde num vago *brouhaha*.
– Esta satisfeito? Agora tenha paciência, vou para casa. As criadas, coitadas, devem estar com uma fome...

Setembro de 1938.

ANEXOS

Textos de António Ferro

Notas de reportagem duma reportagem

A mecânica desta reportagem foi muito discutida. Houve quem a atribuísse integralmente ao dr. Salazar, com perguntas, respostas e comentários, e houve também quem pretendesse honrar-me dando-me a sua autoria completa... Dentro ainda do clima Salazar, do clima da verdade, apetece-me pôr os pontos nos *ii* e arrumar o assunto.

Devo dizer, antes de mais nada, que levei um ano pouco mais, pouco menos, para conseguir avistar-me com o dr. Salazar. Vários amigos, efectivamente, transmitiram-lhe, frequentes vezes, sem qualquer resultado, a minha aspiração E só recentemente, depois duma ofensiva mais intensa, ele se resolveu a conceder-me as entrevistas largas publicadas neste volume, onde fui autorizado a fazer-lhe todas as perguntas, as mais arrojadas e as mais impertinentes, autorização de que usei e abusei...

Findas essas conversas, que duraram entre duas e três horas cada uma, tendo deixado de tomar notas logo no começo da primeira fui para o Estoril. Onde escrevi, entre seis e vinte e três de Dezembro, os sete grandes capítulos que formam a reportagem que foi publicada no *Diário de Notícias* entre 18 e 24 do mesmo mês. Fui ler, depois, ao dr. Salazar os capítulos onde eu tivera de dar forma aos nossos diálogos e onde poderia ter falseado, por lapso ou distracção, a essência do seu pensamento. Aprovados e sancionados esses capítulos, duma forma geral, ficou, no entanto, combinado que

eu lhe mandaria as provas para uma última revisão, para um trabalho de *mise-au-point*. Assim procedi e algumas alterações fez, na verdade, o dr. Salazar, alterações mínimas porém, que não mortificaram, nem ao de leve, a linha geral do trabalho já feito porque se limitaram à substituição de poucas palavras, a pequenos cortes e ao desenvolvimento de algumas das suas afirmações. O sabor e a precisão dessas emendas, que são ainda contornos da alta figura de Salazar, levaram-me a registar algumas delas no volume da reportagem que fica assim, juntamente com outras notas, um trabalho mais claro e menos sujeito a interpretações duvidosas.

*

O jogo português dos trocadilhos, *yo-yo* nacional, teve uma excelente oportunidade para se exibir a propósito das entrevistas com Salazar. Alguns ditos felizes e alguns demasiado fáceis. «Dois num automóvel», por exemplo, sugestão do título dum filme exibido no S. Luís, alcunha humorística dada às nossas entrevistas pelos gracejadores oficiais ocorreu-me logo ao escrever a primeira crónica e chegou a estar no bico da minha pena... Só não aproveí a graça fácil por demasiado fácil e por não estar disposto a brincar com coisas sérias... Outros ditos foram mais espirituosos. Assim: «Salazar passado a ferro...» «Salazareto de ferro, tónico excelente», «injecções de ferro no Governo» etc., etc. É interessante sublinhar, porém, que todos esses ditos, aqueles pelo menos que chegaram aos meus ouvidos, construídos e fabricados na sua maioria pelos inimigos da Ditadura, longe de insinuarem que o Chefe do Governo saiu diminuído das entrevistas que me concedeu demonstram, ao contrário, descontada a ironia, que saiu fortalecido...

*

Duma interessante e corajosa entrevista do dr. Ramada Curto concedida ao *Diário de Lisboa*, três dias depois da minha reportagem:
«Na sua residência recebeu-nos Ramada Curto sorridente e afável disparando-nos logo esta pergunta:
– É uma entrevista política?
– Sim senhor...
– Traz fotografo?...
– Não, senhor.
– Ainda bem... Diga então o que quer saber...»

Alusão clara do simpático Ramada Curto à série de fotografias que ilustram o grande inquérito do *Diário de Notícias.* Tenha paciência o fotografadíssimo advogado político, dramaturgo e académico... Eu conheço o meio em que vivo e tive de pedir, bem contrariado a Oliveira Salazar que se sujeitasse a esse fogo vivo do meu camarada Marques, redactor fotográfico do *Diário de Notícias.* E não estou arrependido... Se não tivesse tido essa preocupação haveria logo quem dissesse e jurasse que eu nem sequer tinha visto o Chefe do Governo... Chego até a pensar que ainda nos fotografámos pouco visto haver apesar de tudo quem me pergunte de quando em quando ou antes quem me informe:
– Já se vê que tudo aquilo foi uma fita... As declarações de Salazar, claro está, foram todas escritas por ele...

*

É Ramada Curto ainda quem fala, com rara isenção no *Diário de Lisboa:*
«A entrevista do sr. dr. Salazar é um documento sério – descontadas as *fioriture* jornalísticas que também são precisas».
Estive quase tentado a escrever uma cartinha aberta ao meu querido Ramada, glorioso autor do «Caso do Dia» e da «Boneca e os Fantoches» com esta inocente observação:
«O teatro de Ramada Curto é uma obra séria – descontadas as *fioriture* teatrais – diálogos. efeitos literários habilidades – que também são precisas...»

*

Da minha primeira entrevista com Salazar:
«Subimos agora a rua do Ouro».
Esta confusão da rua do Ouro com a rua Augusta causou grande perturbação entre os críticos dos cafés e das esquinas que resolveram em virtude desse escandaloso lapso deitar todo o meu trabalho para o cesto dos papéis... Se não fosse temer a precisão matemática do dr. Salazar que mostrou desejos de rever novamente as provas das entrevistas na sua publicação definitiva manteria o simpático lapso que só prova a minha concentração durante essas conversas, a atenção com que ouvi e assinalei as declarações do ministro das Finanças e Chefe do Governo. Para luminárias, para *fioriture* jornalísticas, como disse Ramada Curto teria preferido fazer passar Salazar pela rua Augusta e pelo seu Arco Triunfal...

*

Quando fui ler as primeiras entrevistas a Salazar, a sua primeira interrupção foi esta:
– Por que diz sr. Presidente? Gostaria mais que me tratasse por sr. ministro como todos ainda me tratam...

*

Da primeira entrevista:
«– Mas eu não aspiro a tanto. Sou um simples professor que deseja contribuir para a salvação do seu País mas que não pode fugir a certas limitações de ordem moral mesmo no campo político.»
Na correcção das provas, a seguir à frase: «Eu não aspiro a tanto», Salazar acrescentou entre dois traços, na percepção exacta das restrições que lhe fazem: *lá vai uma confissão impolítica...*

*

Outra emenda curiosa ainda na primeira entrevista. Na breve descrição da sua carreira política eu tinha-lhe atribuído esta frase «Adoeci porém e fui para Santa Comba onde me foram buscar novamente». Salazar corrigiu com a subtileza que lhe é própria manejando as *nuances* com rara mestria «*Valeu-me a doença para me escusarem e lá fui para Santa Comba*», etc., etc. ...

*

«– Devemos ter andado dois quilómetros» – tinha eu escrito ainda na primeira entrevista atribuindo essa verificação a Salazar.
«Três» emendou ele...

*

Na segunda entrevista intitulada «Na Fronteira das ideias» na passagem sobre «Liberdade e Autoridade» o Chefe do Governo, segundo a minha memória teria dito esta frase: «Autoridade e liberdade são duas palavras incompatíveis. Onde existe uma não pode existir a outra». Na correcção das provas Salazar com o seu fraco pelos pontos nos *ii*, substituiu *palavras* por *conceitos...*

CENSURA

"DIARIO DE NOTICIAS"—MAQUINAS DE COMPOR

Composição de e . Emendas de e

Foi para a Revisão ás . Voltou ás

Enviada á Typografia ás horas e minutos

cobrem horizontes novos na sua personalidade:

Eu penso que o País tem uma divida em aberto para com o Exercito que não é facil saldar. E' possivel que essa classe goze, transitoriamente, de certa ascendencia, de certas preferencias, mas esses privilegios estão pagos, e bem pagos, pelos serviços prestados á causa da Ordem, que é, neste momento, a causa da propria Nação. Quantas calamidades, quantos desastres, quantas desordens, quantas despesas inuteis não têm sido evitadas pelo Exercito? Temos muitos militares a mais? E' possivel. Mas já não temos revolucionarios civis, o cancro da sociedade portuguesa antes da Ditadura, constante ferida aberta, fonte inesgotavel de despesas e desordens... O Exercito tem de ser acarinhado e prestigiado porque é o andaime indispensavel á construção da obra, á construção do Estado Novo. Ha quem diga que eu sou contra o Exercito, talvez porque presido ao Govêrno mais estruturalmente civil dos ultimos dez anos. Mas quem pensa assim, quem lhe fala assim, não pode ser acusado, com justiça, de antimilitarismo...

O interesse da conversa leva-nos a parar. Passam, entretanto, dois trabalhadores limpos, bem vestidos, que nos olham com surpresa, que devem ter reconhecido o dr. Salazar, mas que não acreditam já muito na sua realidade, que julgam, talvez, no seu sub-consciente, ter encontrado, no meio da estrada, a página rasgada, viva, milagrosa, dum *magazine*...

O dr. Salazar vê as horas no seu relogio e dá a ordem de retirada:

— Devemos ter andado dois quilometros... Voltemos para trás...

Aceito a ideia, com prazer, porque tenho já a minha conta de regime forçado, e porque o frio começa a apertar...

— Falámos já dos seus conselhos aos monarquicos e aos operarios. Falemos agora dos seus conselhos aos catolicos, que tanto surpreenderam pelo seu imprevisto...

— Não sei porquê...

— Tendo sido o sr. Presidente um dos fundadores do Centro Catolico, havendo até quem diga que foi essa organização que o levou ao Poder, a sua atitude foi julgada, para alguns comentadores do seu discurso, incoerente, ilogica, talvez ingrata...

[Anotações manuscritas na margem: "militares"; "Talvez"; "para se lembrarem a todo o momento de que, se não fosse ele, não seria possível..."; "três"]

Correcção de prova pelo punho de Salazar.

*

As desassombradas declarações do Chefe do Governo sobre os pretendidos maus tratos aos presos políticos foram habilmente deformadas pelos inimigos de Salazar no fim claro de destruir a sua elevação e o seu desassombro. Salazar teve a hombridade rara, inédita em Portugal, de confirmar a existência nalguns casos desses maus tratos depois de investigações a que tinha mandado proceder, achando logo a seguir, claro está, toda a sua solidariedade com esses processos brutais e desumanos. Perante esse argumento destruído, perante essa peça encravada, que fizeram os seus inimigos? Justiça? Qual! Desorientados, desarmados, voltaram ingenuamente, contra ele, a própria peça encravada, recorrendo a uma observação de Salazar que qualquer de nós teria dito e que qualquer de nós sente. Eis essa observação, eis a *terrível* frase de Salazar:

«– Quero informá-lo, no entanto, de que se chegou à conclusão de que os presos maltratados eram sempre, ou *quase sempre*, terríveis bombistas que se recusavam a confessar, apesar de todas as habilidades da polícia, onde tinham escondido as suas armas criminosas e mortais. Só depois de empregar esses meios violentos é que eles se decidiam a dizer a verdade. E eu pergunto a mim próprio, *continuando a reprimir tais abusos*, se a vida de algumas crianças e de algumas pessoas indefesas não vale bem, não justifica largamente, meia dúzia de *safanões* a tempo nessas criaturas sinistras...»

Salazar reviu as provas deste livro e não sentiu a necessidade moral de corrigir esta passagem. Acho que teve razão. Os que a atacam, os que fazem fogo com ela, esqueceram-se de sublinhar, evidentemente, deixando de fazer o que eu fiz agora, a restrição *continuando a reprimir tais abusos*, como se esqueceram também de acentuar, com boa ou má fé, que a pergunta de Salazar a si próprio foi dirigida não ao homem de Estado, ao Chefe de Governo, mas, simplesmente, ao homem que hesita, ou que não hesita, entre a morte injusta e terrível «de algumas crianças e de pessoas indefesas» e «meia dúzia de safanões a tempo» em certas «criaturas sinistras»... Quero ainda informar as pessoas bondosas que tanto se susceptibilizaram com a palavra *safanões*, a que se quis dar logo uma cor untuosa e hipócrita, que ela pode ter sido pronunciada por Salazar, ou até encontrada por mim, para definir o seu estado de espírito e a sua repulsa diante

desses indivíduos, supostos seres humanos, que em todos os países civilizados, até na própria Suíça, foram colocados fora da lei...
Ainda aos que se indignam porque terá havido um ou outro caso, para além da zona desses temíveis bombistas, que o Chefe do Governo teria escondido habilmente, é conveniente lembrar que a responsabilidade de Salazar, nesse capítulo, só começa com a sua posse da chefia do Governo e também que ele teve o cuidado de acentuar «que os presos maltratados eram sempre, *ou quase sempre* temíveis bombistas. Mas o *quase sempre,* é claro, foi engolido nas campanhas fáceis de café como o *continuando a reprimir tais abusos...*
Aos que falam ainda das penalidades legais, dos tribunais, etc., etc., para evitar esses condenáveis maus tratos, para obrigar certos assassinos, que se dizem políticos, a confessar onde têm escondidos os seus armamentos, é justo dar-lhes razão mas lembrar-lhes, ao mesmo tempo que as bombas não esperam, para rebentar e destruir vidas, pelas sentenças dos tribunais ou pelos efeitos da lei... A conclusão a tirar, portanto, das claras declarações de Salazar, neste capítulo, ficou na sombra e na calúnia devido à baixa política do nosso meio, devido a essa *mediocridade* de que falava Poinsard. E essa conclusão, que tem de ficar na luz, é a seguinte: Salazar, cuja responsabilidade total da política do Gabinete, lhe pertence apenas há seis ou sete meses, reprova energicamente todos os maus tratos, passados, presentes ou futuros, aos presos políticos e dispõe-se a reprimir energicamente, «tais abusos». Depois desta confusão clara, que mais querem as almas sensíveis?

*

Na terceira entrevista, na passagem sobre «Política do Povo», Salazar disse-me: «repensei que seria interessante e útil aproveitar as bandas regimentais para dar concertos aos domingos nos jardins de Lisboa e por essas províncias fora»... Quando vieram as provas da entrevista, verifiquei esta emenda inocente, financeira, irresistível: «As bandas regimentais, caras mas boas», forma hábil de dizer «boas mas caras»...

*

Na mesma entrevista, na defesa do seu isolamento, Salazar disse ou teria dito: «Eu não chego a compreender certos ministros portugueses ou

estrangeiros que vão a toda a parte, que presidem a banquetes, cerimónias, sessões solenes, que aparecem em todas as festas e recepções. Onde vão encontrar tempo depois de tudo isso para fazer uma obra, a sua obra? Não terá o país de acusar esses homens de trair a sua missão, de abandonar, por uma acção estéril e exibicionista, os negócios da nação?» O dr. Salazar, nas provas, fez as seguintes emendas, pluralizando, num traço hábil de delicadeza, o seu caso singular: «Eu não chego a compreender como seria possível ir um ministro a banquetes, cerimónias, sessões solenes, aparecer em todas as festas e recepções. Onde iria encontrar tempo, depois de tudo isto, para fazer uma obra, a sua obra? Não teria direito o país de *acusar-nos* de trair a nossa missão, de abandonar, etc., etc. ...»

*

Na mesma passagem, quando diz «O governante que quer ser justo, que pretende renovar, sem sobressaltos, a mentalidade dum país, não pode sentir vacilar a sua mão no momento em que vai articular uma disposição, em que vai proferir um despacho, que pode favorecer ou prejudicar o homem que ele conhece de perto», Salazar acrescentou... «a que aceitou um jantar»...

*

No princípio da quarta entrevista, quando lhe fazia referência aos que protestavam contra a amnistia, Salazar teria replicado segundo a minha primeira versão. «Bem sei. São os mesmos que não querem a Constituição, que não chegam a saber o que querem...» Mas o Presidente do Ministério julgou oportuno acrescentar: «Bem sei! São os mesmos que não querem a Constituição, *que não querem o Governo,* que não chegam a saber o que querem...»

*

Depois das suas afirmações sobre instrução, Salazar, concluiu pouco mais ou menos, e eu escrevi: «Seria essa –julgo eu – a única forma prática de resolver o problema, de ensinar toda a gente a ler, degrau essencial para a educação cívica dum povo». Salazar emendou: «de ensinar toda a gente a ler, e escrever e a *contar...*» A emenda é do ministro das Finanças e deve ter sido feita para não deixar de incluir, na educação cívica dum povo, o verbo *contar...*

*

A passagem sobre o escudo e a libra foi bastante mexida por Salazar, quase escrita pelo seu punho. A primeira vez que lhe falei, depois dessa emenda, não pude deixar de protestar: «Perdoe-me a observação audaciosa, impertinente, mas o estilo do jornal não comporta certas divagações de ordem puramente técnica que podem destruir, pela sua complexidade, o efeito, que tem de ser directo e rápido, das entrevistas». E Salazar, concordando:

– «Tem razão. Eu não sei falar nem escrever para o grande público. Quando me dirijo a seis mil pessoas é como se tivesse seis na minha frente... Pouca gente, quase ninguém, vai compreender, efectivamente, essa passagem sobre a libra. Mas não faz mal... Há coisas que precisam ficar ditas para serem compreendidas quando for necessário compreendê-las...»

*

No final da quarta entrevista:

– «Vou protestar contra mim próprio, contra a imagem arrojada, paradoxal, quase ridícula, quando oiço a voz de Salazar apontando-me duas orquídeas que são dois versos sobre a secretária» E Salazar, cortando a palavra *duas,* corrigindo, precisando, *salarizando* a minha imagem: «um ramo de orquídeas...» ... Lembrei-me, depois, que não eram efectivamente duas mas dez ou doze...

*

Na última entrevista, quando recapitulo as origens que atribuem ao seu anti-parlamentarismo:

– Há até – disse-lhe eu – quem o desafie para S. Bento: «Eu queria vê-lo diante duma interpelação de Fulano, Beltrano ou Sicrano...» Há outros também que desabafam de quando em quando, com esta ameaça platónica: «Ah, se não houvesse censura...»

E Salazar num murmúrio, com orgulhosa humildade:

– Talvez tenham razão... Venciam-me com certeza...»

O Chefe do Governo acrescentou nas provas, disposto a todos os sacrifícios, talvez até a ser parlamentarista: «Ainda que a gente habitua-se a tudo, mesmo a não fazer nada sendo trabalhador...»

*

Entre as várias cartas que recebi a propósito das entrevistas, há uma que me apetece deixar neste volume. Sem assinatura, sem a mais leve indicação de quem a mandou, escrita com um acento de sinceridade que impressiona e faz pensar, ela é mais um clarão sobre a curiosa personalidade do ministro das Finanças, uma voz que vem de longe, que vem certamente, dos bancos da escola onde as almas desprendidas, descuidadas, não sabem ainda esconder-se umas das outras:

Ex.^mo Sr. António Ferro: Boa acção acaba V. Ex.ª de praticar com a sua entrevista com o sr. dr. Salazar. O sr. dr. Salazar, não desde que é ministro mas desde que se fez homem, foi sempre um concentrado a frio e na sua expressão facial, um distante. Estes dois tons da sua maneira de ser e de aparecer, fazem e fizeram até com que o dr. Salazar, por vezes, parecesse ou pareça um original. A sua introversão de espírito, dando-lhe um forte poder sobre si mesmo, deu-me consciência de que não precisa de outro juiz para os seus actos do que ele próprio. Daqui a distanciação natural que modera entre ele, servindo o País, e o seu País com quem ele nem sequer busca o contacto.
Banalidades? Não importa. É um depoimento de quem o conhece e o preza, daqueles (tão poucos!) que o conhecem bem e bem o prezam, embora longe dele estejam, fora dessa zona do poder onde outros que o servem, mas não podem querer-lhe com amizade das boas e más horas, os substituíram. Bem haja, pois, V. Ex.ª, pela sua boa obra para com o dr. Salazar. Ele bem a merece. E os seus amigos, que o seguem mas não o procuram, ficam contentes. Esse belo rapaz carece de carinho amigo e carece de justiça. V. Ex.ª mostrou--o ao País. Abriu de par em par as janelas daquele espírito, que teimava (foi sempre assim, que quer?...) em tê-las sempre fechadas. Esta a razão porque o discurso de Novembro não foi compreendido. Só os velhos amigos dele o compreenderam, cá de longe. Ele fala como há dez e quinze anos. E V. Ex.ª ainda não o aprofundou por completo... talvez porque ele não deixou ou não quis que V. Ex.ª revelasse tudo. Aquela parte em que ele condena com poderosa lógica que haja dentro da Situação outros agrupamentos que não sejam a União Nacional mas em que ele cala o que pensa sobre novos agrupamentos fora da Situação... Vê? é o ponto melindroso do caso. Mas ele que sabe ser impossível evitá-lo e que um político hábil teria até interesse em não o evitar

preferiu afirmar sugerir calando-se. Foi sempre assim... É uma forma de delicadeza de alma que cá de fora ninguém sabe que existe e que dentro do silêncio em que ele a guarda faz parecer de dureza de sobressanhuda dureza não o sendo. Ninguém sabe para onde vamos. Salazar tem fé mas também não o pode saber com rigor. Portugal é como a gelatina: foge pelos interstícios dos dedos quando alguém o quer abranger e agarrar.
Mas ele é talvez depois de Costa Cabral, a figura mais digna de estudo nas tentativas de renovação político-social que têm sido intentadas, não é? Não é aquilo que dizem que ele é. Não é o Super-Homem, o Messias, o Salvador. É ele mesmo. É o que ele é, como aparece, como a sua expressão não revela que seja. Como espírito, é a lógica rectilínea que dá a revezes a impressão errada da unilateralidade – e isto faz com que alguns pretendidos tradutores do seu pensamento apareçam cá fora, de moca em punho, a intimar, a insultar, a cominar, – como se o pensamento dele fosse um tiranete, ou ele seja capaz de insultar. Como psicologia ele é uma tenacidade – uma vontade tensa tentando dobrar as marteladas e amoldar, entre brasas uma viga grossa e rude de ferro.
É difícil. Será realizável esse milagre de acção pertinaz? Ele é de tal monta que faz com que muitos, a maioria, se retraia, receosa de se aproximar de um concutidor de abóbadas, e com que os seus amigos temam pelo seu esforço, cheios de pena por estarem longe dessa bela alma que eles não podem esquecer, há dez, há quinze anos!... Perdoe sr. António Ferro estas linhas de impressão viva caída perpendicularmente com o peso da sinceridade sobre o meridiano da sua primeira entrevista... São dum velho amigo distante do homem que V. Ex.ª quis explicar ao país que ele comanda. Oxalá que o conseguisse porque ele bem o merece!

Não resisti e levei esta carta ao Chefe do Governo quando lhe fui ler a quinta entrevista. Salazar examinou a letra, tentou comigo decifrar os carimbos que nos revelaram, por fim, Viana do Castelo como ponto de partida da interessante carta e acabou por aventurar, depois de alguns momentos dum silêncio evocador, talvez saudoso:
– É possível que se trate dum antigo colega meu, chamado Francisco Veloso, rapaz inteligente, que não vejo há anos... Lembro-me, efectivamente, que escrevia muito bem...

Será esse, na verdade, o autor da compreensiva e afectuosa carta? Nem eu nem o dr. Salazar o sabemos ao certo. Aqui fica, no entanto, esta simples homenagem ao amigo desconhecido de Salazar que veio trazer à sua grandiosa e heróica solidão esta presença humana, esta nota comovente de ternura distante...

*

Recebi numerosas e tocantes provas de solidariedade durante e após a publicação das entrevistas com Salazar: cartas, telegramas, telefonemas de amigos e conhecidos, telefonemas anónimos, cumprimentos, na rua, de pessoas desconhecidas... Não é por vaidade pessoal que faço referência a essas manifestações de aplauso porque elas dirigiam-se mais, afinal, à grande figura do Chefe do Governo do que ao jornalista que foi, em determinado momento, o seu intermediário junto do povo. Sinto-me, pois, à vontade para destacar uma dessas provas de solidariedade que bastante me sensibilizaram pela sua espontaneidade e pelo seu sabor ingénuo.

Certa manhã, depois de ter estado até de madrugada revendo as provas da última entrevista, fui acordado bruscamente às oito horas:

– Está ali um homem que deseja falar-lhe.

– Que quer ele? – pergunto estremunhado...

– Dar-lhe elogios – responde a criada.

– Dar-me elogios? – pergunto, acordado pelo imprevisto da expressão.

– Foi assim que ele disse...

– Pois que venha à hora do almoço – respondo voltando-me para o outro lado...

À uma hora em ponto lá estava o homem, o verdadeiro homem da rua, o homem da multidão... Povo, autêntico povo. Roupas modestas mas limpas. Modos francos e tímidos, simultaneamente. Olhos rasgados e leais.

– Que deseja? – perguntei ainda desconfiado, pressentindo, apesar de tudo, uma habilidade, o pretexto ingénuo para pedir uma esmola, para pedir alguma coisa...

– Chamo-me Jacinto Mota e sou porteiro da Fábrica da Abelheira... Vim aqui para lhe dizer que o senhor foi muito bom para mim, para nós todos, para os pequenos, para os humildes, com o que disse e com o que fez dizer a esse grande homem. Muito obrigado! Começamos agora a entendê-lo...

Esperei ainda alguns momentos pela segunda parte, pelo pedido que julgava fatal... Mas nada... Jacinto Mota levantou-se e preparou-se para sair. Convencido da sua falta de coragem, simpatizando já com a sua timidez, voltei a perguntar, a dar-lhe coragem:
– Muito obrigado pelas suas palavras... Mas deseja ainda alguma coisa?...
– Desejava, sim, mas não me atrevo... Tenho vergonha...
E eu, contente com a minha perspicácia:
– Diga-me sempre... Se for coisa que eu lhe possa fazer...
E o bom do nosso homem, atarantado, já à porta da rua, dando voltas ao chapéu:
– Vi os meninos quando estive cá de manhã...
– E então? – perguntei com curiosidade.
E o Jacinto Mota, de repente, depois de tirar um embrulho do saco de oleado que tinha deixado na casa de entrada:
– Eles deram-me umas flores e eu trouxe-lhes este pacotinho de broas... Peço-lhe que as aceite... – e julgando ver uma recusa no meu olhar surpreendido – Não me diga que não...
E, deixando-me o embrulho nas mãos, saiu precipitadamente, para nunca mais o ver...

*

O confronto que procurei traçar entre Oliveira Salazar e o infante D. Henrique pareceu desproporcionado a alguns inimigos do Chefe do Governo e até ligeiramente arrojado a alguns dos seus amigos. O erro foi supor-se que eu tentei comparar a obra das duas figuras. Esse confronto, de que não me arrependo, que deixo arquivado neste livro, foi um confronto meramente psicológico, o confronto de duas almas, de duas maneiras de ser... No próprio dia em que saiu no *Diário de Notícias* esse artigo, aparentemente audacioso, apareceu na capa do semanário *Notícias Ilustrado*, numa surpresa tão grande para mim como para os seus leitores, a curiosa descoberta, feita por Leitão de Barros, nos painéis de Nuno Gonçalves da semelhança flagrante, impressionante, entre uma figura desses painéis, possivelmente o financeiro Estêvão Afonso e o actual ministro das Finanças. No artigo publicado na manhã do mesmo dia eu tinha dito, referindo-me a Salazar: «Nuno Gonçalves seria sem dúvida, o seu pintor ideal».

Longe estava de supor que o *Notícias Ilustrado* me daria a imediata prova dessa afirmação, que veio demonstrar, igualmente, que o confronto com o Infante D. Henrique, figura que pertence ao mesmo clima pictural e à mesma idade, não é tão arrojado como parece...
Reconheço, no entanto, o risco de fazer confrontos dessa natureza. Mas julgo que é preciso perder o medo ao fantasma do passado. Se é licito, afinal, ir buscar exemplos aos homens de ontem para atacar os homens de hoje, por que não ir buscar exemplos aos mesmos homens para defender, por sua vez, certas figuras contemporâneas? Há, hoje, uma tendência grande para humanizar a História, tendência que permite mais facilmente esses confrontos. A *Santa Joana* de Bernardo Shaw é um documento notável dessa corrente realista dentro da História.
Ao comparar Salazar com o Infante D. Henrique, não cometi maior arrojo, afinal, do que ao compará-lo com o herói fantasiado do romance francês, do *Vol de Nuit.* Imaginação e História são extremos que se tocam... Arrisquei-me? Vou perder? Não creio... Mas se perder, que importa? Sou português... E português que não se aventura...

*

Curiosa nota regionalista numa correspondência de Montachique, suspensa a tempo e só publicada durante as entrevistas:
«O sr. dr. Oliveira Salazar e o jornalista António Ferro estiveram ontem nesta região, tendo passado ambos na estrada que vai desta povoação à Lousã e que é cheia de encantos».

*

Depois de se ter acusado severamente, com larga soma de argumentos, o silêncio do dr. Oliveira Salazar, houve quem pretendesse acusá-lo, a propósito das entrevistas, não podendo acusá-lo de mais nada, de ter falado demais... É ainda a história do Velho, o Rapaz e o Burro, história a que apetece chamar às vezes, o Velho, o Rapaz e os Burros..

*

Como as entrevistas foram largas e muitos pontos foram tocados haverá quem afirme, num paradoxo natural, que se falou pouco e não se disse o

bastante... O mesmo nos acontece quando lemos muito. Quanto mais lemos maior certeza temos de que não lemos nada... Algumas questões ficaram, é certo, por tratar e outras não o foram com o desenvolvimento devido. Assim tinha de ser. Se tratássemos desses e desenvolvêssemos aquelas, outras ficariam por tratar e desenvolver. Procurámos dizer o máximo numa reportagem desta natureza, que tinha de ter um limite, por maior que a reportagem fosse. E o máximo. evidentemente, não é tudo...

*

Para maior esclarecimento dos assuntos principais versados na segunda conversa, «Na Fronteira das Ideias», convém dizer que o entrevistador teve a intenção íntima, no seu questionário, de fazer responder o sr. dr. Salazar à entrevista concedida pelo sr. dr. Afonso Costa ao *Diário de Notícias*, por intermédio de Luiz Teixeira e publicada, nesse jornal, em 26 de Novembro de 1932. Maquiavelismo político? Hostilidade pessoal ao sr. dr. Afonso Costa? De modo algum! Apenas a justa preocupação jornalística, e até nacional, de sentir a reacção da inteligência de Salazar diante da inteligência de Afonso Costa...

*

Não se julgue que a ideia de Ludwig, entrevistando um homem, uma figura orientadora, em dias sucessivos, seja uma ideia nova, uma ideia profundamente original, subalternizando este livro, que se tentaria assim diminuir como uma simples imitação dessa ideia. Desde as opiniões de Rodin recolhidas por Paul Gsell às opiniões de Gerhart Hauptmann recolhidas por Joseph Chapiro, muitas obras e muitos inquéritos se têm feito nesse sentido. De resto, a originalidade não é grande. Trata-se, apenas, duma grande entrevista que foi necessário interromper e cortar pelas suas proporções, pela abundância de matéria. As entrevistas-folhetins acompanham, afinal, o ritmo literário do momento, o ritmo dos romances longos, «les romans-fleuves», expressão encontrada pela crítica francesa a propósito de *Les Loups*, de Mazeline, e de *Voyage au bout de la nuit*, de Celine.

*

Curioso sublinhar, demonstrando assim que as palavras de Salazar não são palavras ao vento, que algumas das promessas feitas nas entrevistas, ainda

não tendo passado um mês sobre a sua publicação, comecem já a ser realidades. Assim o problema da mendicidade a caminho de ser resolvido, o início da «Política do Espírito» com o concurso para a adjudicação do Teatro de S. Carlos, os concertos aos domingos, para o povo, pelas bandas regimentais, etc., etc.... Promessa de Salazar – e este facto o distingue de quase todos os «oradores» que têm passado pelas cadeiras do Poder – e promessa cumprida: hoje, amanhã ou depois...

*

Na primeira entrevista com Salazar, quando o actual Chefe do Governo faz a história, a traços largos, da sua carreira política, há uma referência cronológica – e nem outra se justificaria em tal caso – à passagem do comandante Filomeno da Câmara pelo Ministério da Finanças. Tive sempre e terei sempre a maior admiração pela alta figura moral e intelectual do antigo governador de Timor e de Angola, a quem principiei a conhecer, a estimar e a servir há cerca de catorze anos, como seu oficial às ordens e como secretário-geral da nossa maior colónia. Considero Filomeno da Câmara como um dos grandes percursores do momento histórico que estamos vivendo e julgo que chegou a hora de justiça completa lhe ser feita. Convivi de perto com as suas aspirações e com as suas realizações. Sei o que ele fez, o que ele quis fazer. O que ele podia ter feito. Do governo de Timor ao seu último governo de Angola um só pensamento o norteava: servir a sua Pátria como a serve Salazar, ele vendo-a no conceito mundial e no próprio conceito nacional. Neste momento que ele preparou, e em que o seu nome passa, acidentalmente, num livro assinado por mim, eu não posso deixar de o saudar, afirmando-lhe hoje, como ontem, a minha amizade, o meu respeito e a minha admiração.

*

«Le bonheur de ce monde», o célebre soneto de Plantin que continua a ser reproduzido no prelo primitivo, é uma das raras molduras que animam as paredes frias do escritório de Salazar. O soneto é conhecido mas acho interessante juntá-lo a estas notas como subsídio para a compreensão da alma singular misteriosa, por vezes, deste chefe que julgo único no panorama das ditaduras europeias. Eis o soneto, que Salazar copiou pela sua própria mão, oferecendo-me sem se aperceber, mas com gentileza, um autógrafo saboroso e raro:

LE BONHEUR DE CE MONDE

Avoir une maison commode, propre et belle,
Un jardin tapissé d'espoliers odorants
Des fruits, d'escellent vin, peu de train, peu d'enfant,
Posséder seul sans bruit une femme fidèle.

N'avoir dettes, amour, ni precès ni querelle,
Ni de partage a faire avecque ses parents.
Régler tous ses desseins sur un juste modèle.
Se contenter de peu, n'espérer rien des gents.

Vivre avecque franchise et sans ambition,
S'adonner sans scrupule à la dévotion,
Dompter ses passions, les rendre obeissantes.

Conservar l'esprit libre et le jugement fort,
Dire son chapelet en cultivant ses entes
C'est attendre chez soi bien doucement la mort.

Haverá quem estranhe e sublinhe a picante contradição entre o doce epicurismo deste soneto e o ascetismo, a rigidez monacal, de Salazar. Essa contradição, porém, é mais aparente do que real. A verdade, a afinidade entre a alma de Salazar e a alma de Plantin, não está nas palavras do soneto, no pormenor das suas aspirações mas na atmosfera calma que nestes versos se respira, atmosfera de felicidade silenciosa, sem retórica, sem frases inúteis, uma felicidade que cabe em catorze versos... Serve ainda este soneto para dar alguns traços de suave humanidade à figura de Salazar, que muitos pretendem encarcerar dentro dum ascetismo gelado, cruel, sem um postigo sequer para a vida... E a conclusão é esta: Salazar, professor íntegro, homem de Estado impecável, com a formação moral, super-moral, que todos lhe conhecem, convidado pelos homens, talvez por Deus, a redimir um povo e uma nacionalidade, não se lembra nem quer pensar em si próprio. Tem, porém, como todos os homens, os mais aus-

teros, um ideal recalcado. Esse ideal, inofensivo ideal, está no soneto de Plantin, nas suas rimas claras... E tal verdade, tal clarão, leva-nos a admirar ainda mais este homem que renunciou, possivelmente, por amor do seu País, a uma felicidade rudimentar, mínima, tão fácil ou tão difícil de alcançar... E, não sei porquê, passamo-lo a sentir – diante do seu autógrafo, sobretudo – mais perto de nós, tocando a realidade e quase dentro do nosso sonho...

Le bonheur de ce monde

Avoir une maison commode, propre et belle,
Un jardin tapissé d'espaliers odorans,
Des fruits, d'excellent vin, peu de train, peu d'enfans,
Posséder seul sans bruit une femme fidèle.

N'avoir dettes, amour, ni procès, ni querelle,
Ni de partage à faire avecque ses parens,
Se contenter de peu, n'espérer rien des Grands,
Régler tous ses desseins sur un juste modèle.

Vivre avecque franchise et sans ambition,
S'adonner sans scrupule à la dévotion,
Domter ses passions, les rendre obéissantes.

Conserver l'esprit libre, et le jugement fort,
Dire son Chapelet en cultivant ses entes,
C'est attendre chez soi bien doucement la mort.

O Soneto de Platin copiado pelo punho de Salazar.

O Ditador e a multidão

Emil Ludwig, escritor das esquerdas, cujo feroz individualismo o forçou a abandonar a Alemanha de Hitler e de von Papen, não teve repugnância em falar com Benito Mussolini durante treze dias para dar aos seus leitores e à sua época um retrato vivo, definitivo, do grande escultor do povo italiano. Nessas entrevistas, recheadas de belas atitudes e de frases lapidares, o biógrafo de Napoleão e de Bismarck, adversário de Mussolini, não esconde a sua irresistível admiração pelo homem que tem diante de si e não desce a insinuações ou insultos quando discute com ele ou quando não concorda com a sua ideologia.

Esse pedaço de História, realizado habilidosamente sem a perspectiva da História, oferece-nos vários ensinamentos e é uma grande sementeira de sugestões e de aplicações. Limito-me hoje, porém, a sublinhar e a comentar as relações constantes, inteligentes, dinâmicas, entre Mussolini e o povo, entre o ditador e a multidão.

Na sua terceira audiência, antes de começar o fogo vivo das perguntas, Ludwig teve ocasião de assistir a uma grande manifestação fascista. Vinte mil pessoas acumulavam-se, congestionavam-se, na Piazza Venezia e

---

NE – Artigo de fundo no «Diário de Notícias» de 31 de Outubro de 1932 referido na 3.ª entrevista (pág. 49).

exigiam que o Duce chegasse à janela, que lhes falasse, que lhes arremessasse um minuto da sua vida, da sua força... Mussolini, convidando Ludwig a acompanhá-lo, debruçou-se sobre o povo, depois de delirantemente aclamado, e pronunciou um discurso breve, sacudido, nervoso, trinta palavras estimulantes, vigorosas, trinta vozes de ginástica, daquela ginástica indispensável aos sentimentos e às ideias condutoras...
Quando fechou a janela e retomou o seu lugar, atrás da larga secretária que o defende sempre, que o isola, Ludwig lembrou-lhe algumas palavras cruéis que ele escreveu, outrora, sobre a multidão, palavras fulminantes, contidas, por exemplo, nesta fórmula: «Não acredito que a multidão tenha quaisquer segredos a revelar-me».
Mussolini, esgrimista notável, com aquela inteligência rápida, instantânea, que distingue a sua personalidade combativa, teve esta resposta lapidar, este mandamento indispensável da lei dos ditadores, mola deste artigo que julguei oportuno escrever.
– A multidão, para mim, não passa dum rebanho de carneiros, enquanto não está organizada. Não sou contra a multidão. Nego apenas, que ela se possa governar por si própria. Mas se a dirigem, há que dirigi-la com duas rédeas: *o entusiasmo e o interesse.* Quem emprega apenas uma destas rédeas, encontra-se numa situação difícil. O aspecto político e o aspecto místico – há que afirmá-lo – condicionam-se reciprocamente. O místico sem o político é árido. O político sem o místico desfolha-se ao vento das bandeiras... Eu não posso exigir à multidão uma vida incómoda: essa exigência pode ser feita apenas a uma pequena minoria. Hoje limitei-me a pronunciar algumas palavras. Milhões de pessoas, amanhã, poderão lê-las, mas aqueles que estavam lá em baixo, na praça, acreditarão mais profundamente no que ouviram com os seus ouvidos, ia quase dizer com os seus olhos... Todos os discursos à multidão têm o duplo fim de esclarecer uma situação e de sugerir alguma coisa ao povo...
Alguns minutos depois, Ludwig insiste:
– E para que serve a música? Qual o papel das mulheres, dos gestos, dos emblemas?
Resposta imediata e vibrante de Mussolini:
– São os elementos de festa. A música e as mulheres tornam a multidão mais leve e maleável. A saudação à romana, todos os cantos e fórmulas, as

festas e as datas comemorativas são indispensáveis para conservar o impulso a um movimento...

Benito Mussolini, técnico em ditaduras, disse a verdade a Emil Ludwig e a lição merece ser ouvida e aproveitada.

As ditaduras, abolindo o Parlamento, restringindo provisoriamente a liberdade da Imprensa, devem procurar, para se prolongarem, o contacto directo com o povo, o contacto sem intermediários, sem falsos representantes, que o são apenas, muitas vezes, porque representam, porque são péssimos actores... O ditador que procura o povo, que o domina, vibrando com ele, que ausculta, constantemente, as suas aspirações, as suas tristezas e as suas alegrias, não pode nem deve ser acusado de tirano. O que se ataca, precisamente, nas ditaduras é o livre arbítrio, o alheamento da massa, a supressão daqueles órgãos que canalizam a vontade do povo, a vontade da Nação, que a conduzem aos governantes. Mas se o ditador se substitui, transitoriamente, a esses órgãos, se vai ele próprio junto da multidão, junto dos homens, indagar das suas necessidades, dos seus anseios, dos seus sentimentos, a acusação cai pela base, porque deixa de haver livre arbítrio, opressão, despotismo, para haver amor, fraternidade comunhão...

Mas não é esse o único aspecto que justifica o pensamento de Mussolini e defende o contacto directo do ditador com o povo. A fé não é a treva, mas a iluminação. Para a segurar, para lhe dar um sentido, para a desenvolver numa progressão contínua, há que cultivá-la, há que dinamizá-la, «há que conservar o impulso ao movimento», ao movimento da fé... As paradas, as festas, os emblemas e os ritos são necessários, indispensáveis, para que as ideias não caiam no vazio, não caiam no tédio... A supressão forçada, necessária, de certas liberdades, de certos direitos humanos, tem de ser coada através da alegria, do entusiasmo, da fé. Pobres das ideias sem calor, pobres das ideias que não crepitam... Podem ser muito belas, muito justas, mas apagam-se e morrem, se não houver uma tenaz a estimulá-las constantemente, a ateá-las...

Evidentemente que uma ditadura séria, sóbria, trabalhadora, não pode passar a vida a narcizar-se, a organizar manifestações, desfiles, cerimónias de apoteose. O homem que se isola, heroicamente, no seu gabinete, diante

da sua Pátria, para lhe refazer o Tesouro, para a cortar de estradas, para a munir de portos, para povoar os mares, para acudir ao desemprego, para renovar a máquina do Estado, para limpar e arejar as suas engrenagens e roldanas, bem merece a gratidão, o respeito, a admiração fervorosa, a devoção dos seus compatriotas. Entravar a sua acção, legada intimamente à renascença duma Pátria, tentar diminuir o seu prestígio, parece-me um erro gravíssimo, irremediável, de funestas consequências.

Mas há que não abandonar a fogueira das ideias em marcha... Há que abrir as janelas, de quando em quando, conhecer os homens, saber onde estão os que servem e os que não servem, vir até ao povo, saber o que ele quer, ensinar-lhe o que quer... Se a natureza do Chefe é avessa a certos contactos, se é preferível, talvez não a contrariar para não a quebrar na sua fecunda inteireza, que se encarregue alguém, ou alguns de cuidar da encenação necessária das festas do ideal, dessas entrevistas indispensáveis, nas ditaduras, entre a multidão e os governantes...

Os povos, infelizmente, numa inquietação que nem sempre lhes traz a felicidade, não se contentam com os melhoramentos materiais, com a certeza do seu progresso. Gostam, por instinto, de se sentir viver espiritualmente, com uma finalidade, com uma bandeira. Atrás da forma rígida do decreto maciço, da ordem seca, querem sentir a expressão, a ideia, a obediência do Chefe às suas aspirações confusas... Os povos não gostam de ser arrastados: gostam de ser levados...

No último número do *Je suis partout*, dedicado ao Fascismo, escreveu Pierre Gaxotte estas palavras cheias de verdade e de bom senso: «Os regimes banalmente conservadores imaginam que podem durar pela força dos serviços prestados e que farão esquecer os seus processos autoritários pelos êxitos materiais. É um erro grave. No momento, quando o País, cansado de anarquia, aspira à segurança e à paz, aprova tudo o que faz o ditador. Passado o perigo, esquece-se o santo. O que se achava necessário transforma-se numa tortura. A autoridade chama-se tirania. A ordem, opressão. Quanto mais a ditadura triunfa, mais ela parece inútil. No regresso à felicidade, esquecem-se facilmente ameaças e perigos.»

Que deve fazer, portanto, o ditador para evitar a morte da sua obra e do seu nome, para não ser esquecido, para não ser vítima da ingratidão

daqueles que serviu, daqueles que salvou? Apenas isto: martelar constantemente as suas ideias, despi-las da sua rigidez, dar-lhes vida e calor, comunicá-las à multidão: Que o ditador fale ao povo e que o povo lhe fale. Que ditador e povo se confundam de tal forma, que o povo se sinta ditador e que o ditador se sinta povo...

Política do Espírito

Na última reunião do «Comité des Lettres et des Arts», da Sociedade das Nações, foi resolvido, como nos informa Tomaz Mann, num admirável artigo, «examinar e estudar a possibilidade de desenvolver a influência do espírito na vida social, económica e política». A simpática deliberação, que parecerá ingénua, platónica, está sendo realizada, afinal, na Rússia, na Itália, e teve um grande precursor no génio político de Napoleão Bonaparte, para quem a estética se transformou, pouco a pouco, num negócio do Estado. No volume IV da Correspondência de Napoleão pode encontrar-se, por exemplo, esta passagem: «As ciências que encaminham o espírito humano, as artes que embelezam a vida e transmitem as grandes acções à posteridade devem ser honradas especialmente nos governos livres». Surpreendente, quase incompreensível, a sua preocupação pela política de Espírito, em plena campanha da Rússia, quando escreve a Fouché pedindo-lhe informações pormenorizadas sobre os dois grandes teatros de Paris, sobre o seu repertório e sobre as suas finanças. Interessante sublinhar esta frase em que prova bem a sinceridade dessa preocupação: «Diga-me o que é feito do meu bibliotecário? Morreu? Está em férias? Seria esse

---

NE – Artigo de fundo no *Diário de Notícias* em 21 de Novembro de 1932 e a que se faz referência na terceira entrevista (pág. 49).

um processo muito cómodo, na verdade, de cumprir os seus deveres. Dei-lhe ordem para me mandar dizer tudo o que houvesse de novo em literatura; é um assunto de que não ouço falar há muito tempo». E numa carta ao ministro do Interior: «A literatura precisa de ser encorajada; proponha-me várias medidas para lhe dar um empurrão nos seus diferentes ramos.»

Esta lição de Napoleão Bonaparte, apreendida e repetida por Mussolini, quando o Duce combate a vida vegetativa material, como única finalidade da nossa existência, é sempre actual e oportuna. Enganam-se os homens de acção, os orientadores, os governantes, que desprezam ou esquecem as belas-artes e a literatura, atribuindo-lhes uma função meramente decorativa, um papel supérfluo, reduzindo-as a uma espécie de sobremesa da vida social. Errada orientação. O desenvolvimento premeditado, consciente, da Arte e da Literatura é tão necessário, afinal, ao progresso duma Nação como o desenvolvimento das suas ciências, das suas obras públicas, da sua indústria, do seu comércio e da sua agricultura. As Nações podem viver, interiormente, sem dúvida, dessas necessárias actividades, mas vivem exteriormente, acima de tudo, da projecção da sua alma, da personalidade dos seus escritores e dos seus artistas. Nuno Gonçalves, graças a José de Figueiredo, partiu do século XV para chegar ao século XX e para ser um dos grandes arautos, no Museu do «Jeu de Paume», deste momento português. A França deve o seu prestígio exterior, a sua hegemonia latina, aos seus escritores, aos seus artistas, de irradiação internacional, e ao abraço carinhoso com que Paris recebe todos os operários do espírito humano: todos os poetas... A Alemanha, que possivelmente não o reconhece, deve a sua humanização, algumas simpatias que tem conseguido obter, à obra universal dum Tomaz Mann ou dum Wassermann. O mesmo se pode dizer, em referência aos Estados Unidos, citando Sinclair Lewis ou John dos Passos. Katherine Mansfield, por sua vez, é uma heroína da sensibilidade inglesa, uma espécie de Joana d'Arc da sua raça, da alma da sua raça. Mussolini, em Itália, teve a preocupação dessa utilíssima política do espírito, desde a primeira hora do seu Governo. A criação da sua Academia Italiana, «por onde passam todas as correntes do pensamento humano, da arqueologia ao futurismo», é uma prova da sua obsessão, que pareceu

fútil mas que contribuiu bastante para a criação espiritual da Itália nova. Pirandello, Ojetti, Bontempelli, Malaparte, Marinetti, obedecendo a essa política inteligente de Benito Mussolini, enquadraram-se dentro do Fascismo e têm-lhe dado uma armadura intelectual e espiritual. Primo de Rivera, pelo contrário, nunca tomou a sério os escritores, nunca os cultivou e foi essa, com certeza, uma das razões principais da sua queda. A própria Rússia, apesar das suas tendências mecânicas, compreendeu, maravilhosamente, o papel da literatura e da arte ao serviço das ideias comunistas e tem sabido tirar um óptimo partido poético dos seus escritores, dos seus artistas e dos seus realizadores de cinema.

Mas alarguemos o problema. A Política do Espírito (Paul Valéry acaba de fazer uma conferência com o mesmo título), não é apenas necessária, se bem que indispensável em tal aspecto, ao prestígio exterior da Nação. Ela é também necessária ao seu prestígio interior, à sua razão de existir. Um povo que não vê, que não lê, que não ouve, que não vibra, que não sai da sua vida material, do Deve e Haver, torna-se um povo inútil e mal-humorado. A Beleza – desde a Beleza moral à Beleza plástica – deve constituir a aspiração suprema dos homens e das raças. A literatura e a arte são os dois grandes órgãos dessa aspiração, dois órgãos que precisam duma afinação constante, que contém, nos seus tubos, a essência e a finalidade da Criação.

Pierre Lagarde abriu recentemente, nas colunas de *Comoedia*, entre os deputados franceses, o seguinte inquérito que seria interessante repetir em Portugal: «Qual a utilidade das Letras e das Artes?» Não houve um só dos inquiridos que tivesse a coragem de negar essa utilidade, utilidade de ordem espiritual e de ordem material. Algumas dessas respostas merecem ser arquivadas. M. Tinguy du Pouët afirmou, por exemplo, que «a utilidade das artes é um facto que não pode ser discutido, que o desenvolvimento do gosto e o requinte do sentimento do belo são dois elementos essenciais para a evolução das democracias modernas». César Campinchi, o grande advogado e grande evocador da História da França, teve esta nobre resposta: «Como se pode negar a utilidade das artes? Seria o mesmo que perguntar se Sófocles, Rembrandt, Beethoven e – medindo as distâncias – Charlot, prestaram ou estão prestando alguns serviços à humanidade.

Todos o devemos pensar. A vida, sem a Arte que a engrandece até às possibilidades ilimitadas do sonho, seria demasiado tristes. M. Michel Glisdoerfer, deputado radical-socialista, respondeu: «Eu considero a Arte como uma necessidade para o equilíbrio duma grande cidade ou duma Nação». Seria inútil e fastidioso prolongar este artigo fazendo novas transcrições onde as mesmas ideias seriam expressas com outras palavras. Uma conclusão se tira: Na França, na Itália, na Rússia, na Alemanha, na Inglaterra, nos próprios Balcãs, o Estado compreende a Política do Espírito e realiza-a, com largueza, protegendo, moral e materialmente, todas as iniciativas literárias e todas as iniciativas de Arte.

E no nosso País? Que se tem feito? Que se faz? Que se espera fazer? Seria injusto negar o esforço inteligente do sr. dr. Gustavo Cordeiro Ramos, actual ministro da Instrução, alto espírito, cuja lucidez e cultura impressionou profundamente os congressistas da Crítica e que tem feito o que lhe tem sido possível dentro da arquitectura do seu ministério. Seria injusto negar, igualmente, a obra prodigiosa da Junta de Educação Nacional que tem lutado nobremente, com as suas Bolsas de Estudo, pela renovação da nossa mentalidade. Mas bastará a acção desse ministro e actividade dessa Junta, para realizar a obra que se impõe, para desenvolver e cumprir essa política artística e literária? Não creio. O defeito é orgânico. Há problemas do Espírito que saem das malhas da nossa burocracia e das deis que regulamentam os nossos ministérios.

Se amanhã deixasse de haver água e de haver luz, o Estado não concebia nem admitia a sua inacção perante essa catástrofe. Pois bem! Há problemas do Espírito tão graves como a falta de certos serviços públicos e o Estado não lhes acudiu ainda com a urgência necessária...

Como se compreende, por exemplo, que não se tenha ainda resolvido, duma vez para sempre, o problema do nosso Teatro? Como se compreende que Portugal seja um dos raros países do Mundo onde não frutifique um teatro de vanguarda, um teatro onde se faça arte sem pensar na bilheteira? Como se compreende que o Teatro de S. Carlos, de tão gloriosas tradições, esteja fechado, para a música, há tantos anos? Como se compreende, concordando com o sr. Bourbon e Meneses no seu artigo de anteontem, que não haja concertos sinfónicos em Lisboa, este ano, depois de terem

existido três orquestras? «A música – é ainda Napoleão quem fala – é de todas as artes aquela que maior influência exerce nas paixões, aquela que o legislador mais deve encorajar». Como se compreende que os nossos pintores, os nossos escultores, os nossos arquitectos, não passem a fronteira, frequentemente, arejando os olhos, renovando os seus processos, alargando os seus horizontes? Pode parecer esta pergunta uma acusação à Junta de Educação Nacional, a quem competiria essa função, mas que pode fazer este organismo que tem 54 contos anuais para fazer viajar os nossos artistas, tendo mais de oitocentos para as restantes bolsas?... Essa desproporção não será uma injustiça? Na actividade espiritual dum povo não serão os artistas, justamente, aqueles que mais precisam de alimentar os seus olhos de visões novas e de sensações novas?

Como se compreende, para finalizar este rosário de perguntas, que a produção literária seja fraquíssima; que apenas três ou quatro livros se salvem neste começo de temporada, na terra estrangeira das nossas montras?

Atravessamos, sem dúvida, uma hora de renascença financeira, económica, industrial. Há obras nesta cidade, naquela aldeia, na nossa rua: há obras em Portugal! Abrem-se escolas e procura-se lutar por toda a parte, com a colaboração constante do *Diário de Notícias*, contra o analfabetismo. Os estrangeiros seguem, curiosamente, o nosso esforço e começam a acreditar em nós e começam a falar da nossa Pátria, como duma realidade, como dum exemplo. Negar este impulso, esta aleluia, esta descoberta de Portugal pelos portugueses, seria uma injustiça, uma prova de má vontade.

Mas que se faça uma política do Espírito, inteligente e constante, consolidando a descoberta, dando-lhe altura, significado e eternidade. Que não se olhe o Espírito como uma fantasia, como uma ideia vaga, imponderável, mas como uma ideia definida, concreta, como uma presença necessária, como uma arma indispensável para o nosso ressurgimento. O Espírito, afinal, também é matéria, uma preciosa matéria, a matéria-prima da alma dos homens e da alma dos povos...

TEXTOS DE SALAZAR

Prefácio de Oliveira Salazar

Confessa o autor deste livro ter encontrado na opinião pública uma ideia confusa, contraditória, inexacta, do ministro das Finanças e hoje Chefe do Governo; e daí lhe nasceu o intento de iluminar alguns aspectos ignorados, de vincar alguns traços mais expressivos, de fazer expor alguns problemas da política e da administração pública, não abordados ainda e que melhor esclarecessem o público. A questão pois era, no fundo, corrigir erros de interpretação, retocar um quadro ou, melhor, uma fotografia mal focada, substituir uma noção errada por uma noção exacta e justa do *homem e da sua obra.* Não respondo *sim* nem respondo *não* à pergunta – se o conseguiu; ponho a dúvida – se poderia tê-lo conseguido – dúvida acabrunhante, angustiosa para os que põem toda a sua alma, um pouco de amor ou de orgulho em devassar as intimidades da inteligência ou do carácter de alguém, com a convicção de terem tocado a realidade e de a fazerem compreender aos outros.

O jornalista preparou com cuidado o seu inquérito; fez as perguntas que quis – e que perguntas, algumas! – dirigiu ele o diálogo, fê-lo parar bruscamente ou desviar do seu rumo natural, sempre que lhe aprouve; insistiu, profundou ou passou de leve sobre os assuntos, conforme o grau da

---

NE – Prefácio do livro *Salazar, o Homem e a sua Obra* de António Ferro. Ed. Empresa Nacional de Publicidade,1933.

sua dúvida ou o arreigado do seu convencimento, numa palavra, segundo a sua conveniência. Docilmente fui respondendo ao interrogatório, nos termos precisos em que me era posto – espécie de parte vaga em exame de Estado – sem pretender fugir aos capítulos mais árduos nem alongar-me nos que me dariam prazer.

Este o processo. Dúvidas, filhas da grande dúvida posta acima, envenenam agora maliciosamente a minha pena, para fazer arreliar António Ferro. O inquérito não pode considerar-se completo, mesmo no que respeita às questões fundamentais, aos problemas que forçam a definir as grandes orientações. Alguns assuntos não ficaram esgotados, tendo permanecido na sombra aspectos importantes que conviria ter discutido. Por outro lado, as respostas passaram quase todas pela inteligência e pela pena do jornalista, ganhando certamente em beleza literária que de seu natural não tinham.

Até que ponto não terão falseado estas faltas as conclusões a tirar, e até que ponto pode ainda ser verdade uma verdade incompleta? Até onde é rigorosa a expressão duma ideia, trocada a sua forma científica pelas roupagens da melhor literatura?

Os homens de Governo, suponho eu, têm o seu sistema de ideias ou simplesmente as suas ideias, se não conseguiram ainda determinar-lhes a síntese superior. Por trás daquelas que se desdobram em regras ou transparecem na acção, há outras, e acima destas ainda outras, três, quatro, uma dúzia, ideias mestras, ideias mães das outras ideias, atitudes do espírito – dúvidas ou certezas – respostas da inteligência, em todo o caso, as grandes interrogações da Humanidade. Nunca se pode negar que o Estado, no que tem de dinâmico, representasse uma doutrina em acção. Simplesmente aos que detinham o Poder, fizeram acreditar que não deviam tê-la, os mesmos doutrinários que sobre a fraqueza duma autoridade sem norte, pretendem estabelecer o seu poderio e operar a realização do seu pensamento de destruição e de morte. Eis porque começa já a não assustar ninguem que os homens públicos apresentem claramente os seus modos de ver, não apenas nas questões de administração corrente, suscitadas pelas necessidades do dia, mas naqueles problemas que a sociologia e a filosofia guardavam avaramente para si. Ao contrário: sente-se que, perante correntes ameaçadoras da ordem social e dos princípios básicos da nossa civilização, desen-

volvendo-se em combates ferozes para a conquista e destruição do Estado, os povos já se não sentem tranquilos com Governos oportunistas e contemporizadores, navegando ao sabor da maré, sem rumo definido, ainda que aparentem força; eles anseiam por uma directriz segura, por uma ideia contra outra ideia, por um sentimento contra outro sentimento, por uma doutrina, por um credo.

Ora, por mais cuidadosa que seja a acção governativa, e lógica, e rígida, os espíritos observadores encontrarão sempre intermitências, recuos transitórios, pequenos desvios, algumas contradições, aparentes ou reais. Tomando-as uma por uma, bem pode o crítico fazer construções de conjunto afastadas da realidade, pôr em conflito ideias que não se contradizem, definir mentalidades que não existem de facto. Quer dizer: as dificuldades dum juízo seguro não diminuem, aumentam com os pormenores que parece deviam esclarecer tudo, com as aplicações práticas que se haviam de julgar em tudo filhas legítimas das ideias de governo.

Eis considerações que não pretendem diminuir a obra, mas pôr em relevo a enorme dificuldade destes trabalhos, se bem que para eles o autor goze, além doutras qualidades, da formidável vantagem duma memória que lhe permitiu reproduzir com fidelidade, muitos dias passados e sem o auxílio duma nota escrita, longos trechos de conversa trocada por essas estradas dos arredores. De modo que, pense-se o que se pensar do entrevistado e sejam quais forem as deficiências encontradas no livro provenientes das condições em que o inquérito foi feito, o que temos diante de nós é um documento político de valor, imprescindível para a compreensão da nossa Ditadura e do momento que estamos vivendo em Portugal.

Mas... passemos adiante.

II

Pondo de lado tudo o que pode ser considerado arte de jornalista no inquérito e ainda, aqui e além, curiosidades de menor monta, são visíveis as duas grandes preocupações do autor. Confesso que elas me divertiam um pouco pela insistência com que eram postas, embora reconheça que traduzem as maiores dúvidas do grande número. A primeira pode exprimir-se assim:

Este homem que é Governo, não queria ser Governo. Foi deputado; assistiu a uma única sessão e nunca mais voltou. Foi ministro; demorou-se cinco dias, foi-se embora e não queria mais voltar. O Governo foi-lhe dado, não o conquistou, ao menos à maneira clássica e bem nossa conhecida: não conspirou, não chefiou nenhum grupo, não manejou a intriga, não venceu quaisquer adversários pela força organizada ou revolucionária. Não se apoia aparentemente em ninguém e dirige-se amiúde à Nação, entidade bastante abstracta para apoio eficaz. Tem todo o ar de lhe ser indiferente estar ou ir; em todo o caso, *está*. Está e há tanto tempo e tão tranquilamente como se ameaçasse nunca mais deixar de estar. Suporta os trabalhos do Governo, sofre as injustiças, os insultos dos desvairados, os despeitos, as raivas dos impotentes. Vai engolindo, de quando em quando, a sua conta de sapos vivos, comida forçada de políticos, segundo pretendia Clemenceau. E está, e fica... Mas o problema, a dúvida continuam no mesmo pé. Aquele que não foi toda a vida candidato ostensivo à governação, que não sacrificou a esse objectivo todas as energias do seu ser, que a si próprio se não proclamou capaz de dirigir, de mandar, de executar e fazer executar um programa de Governo, seu ou alheio, que considera o Poder mais como dever de consciência que como direito a usufruir pela força da conquista, ¿de onde lhe vem, se não é filha da ambição de mandar a força de vontade necessária para não ficar a meio caminho? de que se alimenta o ânimo no trabalho, na luta, para não mostrar abatimento, desânimo, vontade de desertar?

Não sendo eu o autor do inquérito, não me cabe a mim desfazer esta dúvida e esclarecer este ponto. Entretanto formulo, por desfastio, algumas hipóteses.

As últimas dezenas de anos são na História Portuguesa de decadência profunda; esta atingiu, pode dizer-se, todas as manifestações da vida nacional a produção, a cultura, a administração pública, a política. No entanto, examinadas mais de perto as coisas, verifica-se que esse abatimento não proveio da absoluta carência de homens. Nas artes, nas ciências, no ensino, no jornalismo, na indústria e na agricultura, na colonização, afirmaram-se ou trabalharam simplesmente, ignorados, alguns valores de primeira ordem. Por outro lado, nós não podemos fugir, sobretudo num país da for-

mação do nosso, a que seja o Estado quem represente efectivamente a Nação, aos olhos de portugueses e aos olhos de estranhos; dele vem a orientação superior, a organização e disciplina dos indivíduos, a sequência da vida nacional. A expressão desta é mais ou menos alta e digna, conforme a dignidade e elevação do próprio Estado. Sem que desconheçamos ou menosprezemos inteligências, capacidades, esforços, boas vontades, aliás primeiras vítimas dum estado de coisas deplorável, o Estado português esteve longe de dignificar sempre Portugal. Quero dizer: se a Nação não correspondia aos seus valores individuais, o Estado era ainda inferior à Nação. Uma falta de organização, de enquadramento, de direcção superior deixava as melhores unidades inaproveitadas ou improdutivas, cada qual se queixando de um mal que sozinho não podia suprimir e não se unindo espontaneamente a outros para o fazer cessar.

De facto, enquanto a nossa educação for o que é, o poder público há-de ser sempre a mola real da vida e progresso do País, e consequentemente o grande responsável da sua inferioridade ou decadência. Ora, o cuidado que devia haver na organização do Estado, na sua adaptação às realidades e necessidades nacionais, no recrutamento dos valores a quem se havia de confiar a administração e a política, esse cuidado, mercê de circunstâncias que não vale a pena examinar, nem sempre o houve – não é verdade? – e por isso a nossa expressão ou representação nacional não foi sempre feliz e sobretudo não foi justa: tínhamos mais e melhor.

Todos os que temos, pela inteligência, pela voz do sangue ou simplesmente pelo instinto do coração, a consciência da nossa unidade e independência, da nossa grandeza passada, da nossa colaboração na obra civilizadora da Europa, dos nossos interesses actuais na África, na Ásia, na Oceania, sentimos – ferida aberta na alma – o riso mundial, a troça de povos em nada superiores a nós, a não ser na sua linha exterior, por causa da nossa agitação revolucionária, da nossa incapacidade governativa, das nossas irregularidades de administração, do nosso atraso e do nosso descrédito. Temos sido, numa palavra, enxovalhados e vexados. Ora há portugueses suficientemente orgulhosos da sua qualidade de portugueses para sentirem tudo isso como afronta pessoal, e para, chegada a ocasião, tirarem do seu orgulho ferido a paciência, a tenacidade, a força necessária para procurar

implantar no País a ordem e a boa administração, fomentar o progresso material, revolucionar a educação e dar à Nação e à sua política um tal aprumo e dignidade que possam reconquistar para Portugal o bom nome e o respeito de todos. Esses portugueses sabem que, sem exageros, sem agressividade, sem declarar quixotescamente guerra ao mundo, os países, como os indivíduos, podem, pelo seu trabalho e pelas suas virtudes, ter direito os pobres a estar diante dos ricos, os pequenos diante dos grandes, de pé, de cabeça levantada e até de chapéu na cabeça.
Sombra, isto, duma ambição política? Uma hipótese, apenas...

Outra hipótese:
Os homens que foram educados e vivem exclusivamente entre a escola, a repartição pública e o café – e nós temos recrutado aí a máxima parte dos nossos homens públicos – não devem zangar-se se pensamos deles que têm uma formação defeituosa. Eu não digo, como muitos, que é falsa a vida da cidade; e como é, viva e real nos seus artifícios e defeitos; digo que é incompleta, sobretudo se se quer por ela ajuizar da vida nacional, e se se supõe ser vida da cidade a vida, na cidade, duma classe. Quando se desce da capital à Província, da cidade à aldeia, do clube, da redacção do jornal, do salão de festas ao campo, à fábrica, à oficina, o horizonte das realidades sociais alarga-se a nossos olhos e tem-se uma impressão diferente do que seja uma Nação. A distância que nos separa a nós, homens de café, familiares das repartições públicas, chegados aos ministérios, participando da omnipotência do Poder, talhando idealmente as reformas, lançando as linhas dos grandes planos, decidindo quase da sorte do Mundo, – a distância que nos separa da verdadeira Nação, é enorme. Esta espécie de consciência de poder ilimitado que a cidade nos dá, porque comanda ou lida com a ideia abstracta, não no-la pode alimentar a Natureza, por si mesma tranquila, morosa, a desafiar sorridente a nossa impaciência e o nosso poder criador. Há dores, amarguras, misérias em toda a parte, mesmo nos esplendores da opulência e da grandeza; mas em quase todo esse mundo da produção que penosamente ganha a vida, é tal a rusticidade, a limitação dos meios, a insuficiência do indispensável a alimentar e vestir o corpo, a agasalhar a família, a debelar a doença, a vencer a adversidade do luto, a constituir um

lar, que a alma se confrange. Não se fala nos momentos excepcionais de crise em que o trabalho escasseia ou o custo da vida sobe mais que os proventos, nem da pobreza ou da miséria, fatais na humanidade – «haverá sempre pobres no meio de vós»; mas do que entre nós é normal nos tempos normais, por excesso de trabalho umas vezes, modicidade de paga outras, deficiência de rendimentos geralmente.

Ao espírito de quem observa reflectidamente esse duro labutar e viver, uma dívida surge: até que ponto contribui para isso a falta dum escol de dirigentes naturais – bons lavradores, bons industriais, bons comerciantes – que deverá estudar, organizar, dirigir, educar, proteger, dar o exemplo? Muitas; mas o que mais interessadamente devemos procurar aqui são as culpas de quem governa. ¿Até onde responderão pela miséria material e moral do povo a estrada que não foi aberta, o caminho que não foi consertado, a fonte que se não canalizou, a escola que se não mandou abrir, o peso de serviços públicos pouco eficientes, as massas compactas de funcionalismo e das profissões liberais carregando sobre a base pouco larga e consistente da produção, a desordem da administração pública, a falta de crédito do Estado, o parasitismo social, a inexistência de direcção superior impressa ao conjunto da economia nacional, as deficiências de organização, as negociações mal conduzidas dum tratado, uma lei que se não fez, um despacho que não chegou a ser dado, a desatenção aos abusos, a desprotecção dos fracos? Quem sabe? Pois eu avanço que por vezes a relação de causa para efeito é tão directa e rigorosa que se pode medir em sacrifícios, em lágrimas ou em miséria dos povos, o que fazem ou não fazem os governantes.

Assim, é possível que homens, levados pela sua origem, pela sua vida ou inclinação do espirito, à consideração do que falta à grande massa dos seus concidadãos, resignada e impotente para se elevar por si; do que essa gente precisaria para uma vida aceitável, mesmo dentro de pobre mediania, tenham formado um conceito diverso mas mais humano da colectividade nacional, e trabalhem do alto do Poder sem descanso, com afinco, com raiva... porque uma mulher tem fome ou chora de frio uma criança.

...Hipóteses, é claro, meras hipóteses.

III

A outra grande dúvida do jornalista é sobre a viabilidade da política nacional e o desaparecimento dos partidos políticos. Não são duas dúvidas mas uma só: junto a segunda frase à primeira, porque é aquela que pode suscitar preocupações sobre o conceito e a realização da política nacional. Quando digo *política nacional* entendo: que a Nação – a nossa Nação – é uma realidade viva e que desejamos imorredoira; que a Nação é um todo orgânico, constituída por indivíduos diferenciados em virtude de aptidões diversas e actividades diferentes, hierarquizados na sua diferenciação natural; que há interesses deste todo perfeitamente distintos dos interesses individuais, e por vezes até antagónicos aos interesses imediatos da generalidade e muito mais dum grupo ou duma classe de cidadãos; que, a bem do interesse nacional, se têm de reconhecer os agrupamentos naturais ou sociais dos homens – a família, a sociedade, o sindicato profissional, a associação de fins ideais, a autarquia local – mas não forçosamente os agrupamentos de natureza e fins políticos, organizados para a conquista do Poder e consequente açambarcamento do Estado.
As coisas são tão evidentes de si, que nenhum partido ousa afirmar não se propor no Governo uma política nacional, e, com exclusão do que respeita a eles próprios, todos aceitarão as definições acima. No entanto, que não conseguem realizar essa política, demonstra-o a experiência, visto como em circunstâncias críticas da vida da Nação, perante dificuldades muito graves ou ainda nos momentos de cansaço geral, provocado pelo partidarismo, se ouvem protestos exigindo o arrear de bandeiras para se realizar política nacional.
As fórmulas usadas temo-las todos presentes com a sua ineficácia: Governos de concentração partidária, governos nacionais, governos extra-partidários. Os Governos de concentração partidária e de concentração nacional podem distinguir-se por nestes últimos ser permitida colaboração a correntes políticas ou doutrinárias sem representação parlamentar. Estes Governos não realizam duradoiramente os seus fins: começam por partir dum equívoco – é que a política nacional só é necessária em certos momentos históricos, e transformam-se insensivelmente em Governos

partidários *por zonas*, se assim me posso exprimir. A distribuição das pastas ministeriais marca a zona de influência e de actividade dos partidos em presença. No melhor dos casos abandonam-se os problemas de orientação geral, para evitar os choques de mentalidades apostas, e cai-se nos Governos de simples expediente.

As irredutibilidades políticas ou pessoais e algumas vezes os clamores da opinião pública levam também à organização de governos extrapartidários – governos *fora* e *acima* de partidos. Sublinho fora e acima para significar que não são *contra* os partidos e para frisar que está precisamente aqui o gérmen da sua morte. Seja qual for a momentânea pressão da opinião pública e a força política ou constitucional do Chefe do Estado, estes governos estão destinados a sucumbir em breve prazo, porque, mantida a existência e o respeito pelos partidos, é ilógico que estes sejam desconhecidos na governação pública, e por outro lado os mesmos partidos – únicas forças políticas constitucionalmente organizadas – se encarregam de se entender, em benefício próprio, para tornar impossível a vida dos governos extrapartidários. Ser *fora* dos partidos mas não ser *contra*, é o erro visceral de tal política.

A Europa de nossos dias – e não só a Europa, afinal – está fazendo, empurrada por prementes necessidades nacionais, algumas experiências interessantes, tímidas umas, outras ousadas. Destas, as mais conhecidas são a italiana e a russa. (O aspecto sob que se consideram aqui nada tem que ver com a orientação social ou filosófica dos respectivos movimentos, mas apenas com o *processo político de realização*). Em ambos os países política antipartidária; em ambos os países um só partido, com a seguinte diferença: num deles, o governo esfalfa-se a convencer o mundo de que a sua actividade não se confunde com a actividade partidária, e de que Governo e partido são duas coisas diferentes; no outro, o partido foi mesmo elevado a órgão do Estado, de modo que quase se pode afirmar que o Estado tende a confundir-se com o partido. Em estabilidade, em força e em capacidade de realização não pode duvidar-se de que qualquer das experiências deixa a perder de vista tudo quanto se vai ensaiando noutros países.

Em todo o caso, o que vejo aí de essencial não é a existência do partido ou dum partido único, mas a política antipartidarista do Estado; o partido

parece que actuou sobretudo como órgão de conquista do Poder. A acrescer a isto há ainda o seguinte: a organização cuidadosa duma força mantém os governantes; uma larga obra educativa assegura o futuro da revolução iniciada. A organização dos poderes do Estado abstrai dos partidos, não dá lugar à sua existência, não os deixa formar. Em contraposição, porém, deve considerar-se que até certa altura da revolução a política nacional é subalternizada ao reforço das posições partidárias e é prosseguida por uma parte, às vezes por uma minoria insignificante da Nação.

A origem militar da Ditadura portuguesa há-de dar sempre à nossa Revolução uma característica especial. Aqui não foi um partido, uma força revolucionária que se apoderou do Poder; foi o Exército, órgão da Nação, que interveio no sentido de criar as condições necessárias para a existência dum Governo antipartidário e nacional. A força armada não constitui um partido, não representa um partido, não pode defender o partidarismo. A sua intervenção não pode ser olhada por ninguém como a intromissão abusiva duma força em armas, duma minoria audaz, bem ou mal intencionada, que quer governar contra os demais. Neste ponto é manifesta a nossa superioridade. Aos homens de Governo compete realizar, até onde seja humanamente possível, esta *ideia-mater* de antipartidarismo e de política nacional, afastando, sendo preciso, a actividade de alguns para no fim servir a todos.

Tenho notado que as dúvidas levantadas acerca da possibilidade duma vida constitucional sem partidos políticos, provém principalmente da dificuldade em que os hábitos adquiridos nos puseram de compreender que uma máquina funcione diferentemente do modo como durante mais de um século foi vista funcionar. Está tão enraizado em nós o espírito de grupo e tão pouco o de Nação, que soluções políticas, absolutamente lógicas dentro da orientação nacionalista, não chegam a ser compreendidas e são muitas vezes criticadas por aqueles mesmos de cujo espírito se não pode duvidar. A aplicação dos princípios nacionalistas aos problemas correntes que nos acostumamos a ver resolvidos de certa forma pelos critérios do partidarismo dominante, é difícil e leva a resultados que espantam pela audácia, pela verdade, pelo inédito. A maior parte da nossa ter-

minologia política é ainda do passado, traduz conceitos mortos que não podem ter aplicação, e o seu uso faz-nos às vezes parecidos com os que substituímos e de quem dizemos que não governarão mais. Para tanto, é porém necessário que não sejam as suas ideias, os seus hábitos, as suas posições políticas que continuem dominando o nosso pensamento e a nossa acção.

Muitos preocupam-se seriamente porque supõem não ser possível de futuro a discordância de ideias ou que os partidos são absolutamente necessários para dar corpo às correntes doutrinárias que se formem, ou, ainda, que o Estado fica inacessível à chamada opinião pública. Erradas suposições.
A opinião ou um certo estado de consciência do País acerca da marcha da governação pública, existiu sempre e teve sempre valor político. No nosso tempo os processos de expansão das ideias permitem a formação mais rápida duma consciência colectiva, canalizam-na mais facilmente e dão-lhe uma expressão mais clara e precisa. Estes progressos trouxeram consigo um problema grave – o da revelação de falsas opiniões públicas, a deformação consciente ou involuntária da consciência nacional, a usurpação dessa consciência por parte duma minoria que substitui ao da Nação o seu próprio sentimento. Mas, posto de lado este problema, que também há-de ter solução, pode asseverar-se que contra uma consciência pública esclarecida e generalizada não há possibilidade de os Governos se manterem duradoiramente, ao menos sem um certo desenvolvimento de força, nem sempre legítimo. Ora, dado o caso da inegável influência da opinião nas mutações ministeriais ou na marcha da governação, uma única diferença de vulto será notada – e que num regime não partidarista podem não aproveitar do facto os que se arvoram em dirigentes duma campanha ou lídimos representantes da opinião pública; mas isto que muito lhes interessa a eles, não interessa à Nação. E quando se veja, experimentalmente, não serem os caminhos que hoje lá levam, os que no Estado Novo conduzem ao Poder, não tenhamos dúvida de que grandes transformações se operarão nos costumes, mais calma se notará nas discussões e maior dose de seriedade no estudo dos problemas.

Nós temos, asseveramo-lo, um único fim – engrandecer a Pátria, realizar o interesse nacional. Cremos por outro lado ser absurdo que para governar seja indispensável corromper, ou que não seja possível organizar o Estado sem que este assente na corrupção pública, na luta civil, no despotismo. Há-de tentar-se tudo para servir a Nação por outros processos. Eis porque muitas coisas se estabelecem como experiências, a abandonar, não dando resultado. Não se fecham os olhos nem à razão nem à prática; aproveita-se do que outros têm tentado e do que se viu no nosso próprio País na conturbada época que nos precedeu; mas não se garante que tudo quanto em pormenor a nova Constituição estabelece seja o melhor. Na transformação política e social a que estamos assistindo, que estamos vivendo, a preparar, num mundo em convulsões, o futuro da nossa Pátria, temos de atingir como for possível este dualismo difícil – estudar com dúvida e realizar com fé.

IV

A tempestade revolucionária que agita o mundo e ameaça os fundamentos da ordem social, impõe, como primeira de todas as necessidades, a de lançar mão do poder público, a conquista do Estado e a defesa intransigente das posições de ordem. Para quem tem amor à sua Pátria e aos princípios fundamentais da nossa civilização, isto está hoje no começo de tudo. Mas a posse do Estado, que é condição necessária para salvar a Nação da ruína total e da desordem, não é factor suficiente de renovação material ou moral nem por si só pode garantir a estabilidade, o futuro da obra realizada. Esta há-de firmar-se na reforma da Educação.
Muitos, não se afastando aliás sensivelmente deste ponto de vista, manifestam demasiadas esperanças no valor educativo das próprias instituições políticas e dos sistemas legais. A mim têm-me ensinado a observação dos factos que a lei tem muitas vezes efeitos de corrupção no espírito dos homens; de muitas leis portuguesas, mal estudadas ou inspiradas em falsos princípios, podemos asseverar que são responsáveis de desvios e perversões de vontade, da aceitação fácil de princípios imorais mesmo pelas pessoas honestas, da generalização de práticas que são irregulares e no

entanto deixam de escandalizar a consciência pública. Outras operam, sem dúvida, como uma espécie de guias, arrimos da vontade, apoios da consciência, preventivos da desordem moral; mas não sei que seja tão clara no sentido educativo como é no sentido desmoralizador, a acção das instituições e das leis. No princípio da acção está sempre o coração humano, de certo modo inacessível à coacção externa mas dominando de facto a vida – dominando-a e transformando-a: as melhores instituições corrompem-nas os homens, de modo que estas deixam de ser um factor de salvação para conduzirem os povos à ruína e à morte. Numa palavra: tenhamos o Estado na mão, mas orientemos em bom sentido a inteligência e a vontade dos portugueses.

Pesam sobre nós defeitos tradicionais, que é mister desenraizar das almas, do carácter dos portugueses. Pesa conjuntamente com esses defeitos uma educação viciosa que nos não dá o rendimento preciso. O processo desta está feito e são por demais conhecidas as críticas dos nossos raros educadores. Em resumo pode dizer-se o seguinte: do físico, do *animal*, sede das faculdades humanas, que pode equilibrar ou desequilibrar estas, esterilizá-las ou deixá-las produzir, quase não temos cuidado; da vontade, motor, mola real da máquina viva que é o homem, não nos temos preocupado nada; quanto à inteligência, procuramos, forçando a memória, enchê-la de noções feitas, umas verdadeiras outras falsas, desenvolvemos a cultura à custa da investigação, a passividade do espírito à custa da iniciativa. No fundo, dominando o quadro, o gosto doentio do que é estrangeiro, a ignorância ou o desprezo das coisas portuguesas. Tudo deficiente ou errado. A obra educativa a realizar, mormente nesta época de renascimento nacional, tem de partir dum acto de fé na Pátria portuguesa e inspirar-se num são nacionalismo. É preciso amar e conhecer Portugal – no seu passado de grandeza heróica, no seu presente de possibilidades materiais e morais, adivinhá-lo no seu futuro de progresso, de beleza, de harmonia. Só se ama o que se conhece, mas para se conhecer é já necessário um princípio de amor. Repito: é preciso amar e conhecer Portugal.
Quanto ao mais; podemos contentar-nos com o seguinte: que em vez de atletas ou raquíticos nos dêem simplesmente homens sadios; que, em vez

de abúlicos, tímidos, interesseiros, agitados, nos dêem homens de vontade recta, calma, paciente e tenaz, e que, no domínio da inteligência, o saber seja apenas uma indefinida, inesgotável capacidade de estudar e descobrir as coisas novas que ainda não vêm nos livros. E tudo tão bem combinado, que possamos, como Nação, reintegrar-nos no nosso tempo, readquirir o sentido das proporções, que nos falta, e iluminar o nosso espírito, a nossa vida, com a luz da realidade, da objectividade, substituindo com proveito as nebulosas que nos enchem de fumo a cabeça.
...Todas estas coisas são afinal muito pouco, mas eu encarrego-me de tirar delas o resto.

V

H. Béraud nota no seu livro *Ce que j'ai vu à Rome* como são fielmente copiados pelos fascistas os traços e atitudes do Duce. Tocando um tudo nada pelo ridículo (aos olhos dum estrangeiro que não vive a vida da Itália de hoje), jovens de pouca idade imitam o andar forte, o sobrecenho carregado, a expressão dura, o olhar sobranceiro, o ar de desafio e de plena posse de si com que Mussolini comanda as massas italianas. A mim não me admira nada o facto, sendo certo que as multidões têm tendência para copiar os fracos marcantes dos seus ídolos, por vezes mesmo os seus maiores defeitos. O que mais interessa neste caso especial é que a linha exterior que passa duma das mais fortes individualidades do nosso tempo para o seu povo, leva consigo o gérmen duma nova mentalidade, dum novo espírito, duma compreensão diferente da nova política do Estado Italiano, do futuro da *grande Itália* – formidáveis alavancas espirituais da obra de renovação.
Passando do aspecto exterior dos indivíduos para a própria obra política realizada, facto idêntico se observa, ali e em toda a parte. Onde quer que surja um homem público com personalidade, a presidir, a dirigir, a executar uma obra larga de Educação ou transformação política, não pode fugir-se, não poderá fugir-se a que nela fiquem vincados os fracos mais salientes do seu carácter: e na finalidade a atingir e nos processos empregados. A violência ou a simples firmeza, a força bruta ou a Educação, a legalida-

de ou o arbítrio, a ambição ou a modéstia, o ódio ou a tolerância, a vingança ou o perdão ficam em traços indeléveis nos actos e nas leis. A concepção da vida privada alarga-se sem querer à vida colectiva, à vida nacional; o modo de tratar as pessoas trai a maneira de tratar os negócios; as qualidades mais admiradas são as que se desejam generalizar; todos os esforços tendem a criar, a converter em realidade objectiva a imagem da Pátria que se traz no coração. Esta pode não ser heróica e ser feliz; pode não ser opulentamente rica e ser próspera; pode ser forte sem ser belicosa; pode ser progressiva sem deixar de ser ordeira; pode colaborar na comunidade internacional sem perder a consciência duma autonomia e independência perfeitas; pode mesmo parecer-se com uma casa branca, cheia de sol, num quintal cuidado, em que a vida é pacifica, alegre, operosa e digna.

Um problema grave surge, a fazer soçobrar por vezes estas tentativas reformadoras – a possibilidade ou impossibilidade de adaptação do temperamento nacional a determinada concepção da vida colectiva. Outro problema e afim deste: até que ponto deve ser deixado imutável, deve ser cultivado o conceito generalizado, tradicional da vida da Nação, os seus velhos ideais patrióticos, a sua forma de compreender a vida e de actuar no mundo?

Por mim atrevo-me a dizer que estamos demasiadamente presos à memória dos nossos heróis – nunca, aliás, querida e venerada em excesso –, demasiadamente escravizados a um ideal colectivo que gira sempre à roda de glórias passadas e inigualáveis heroísmos. O nosso passado heróico pesa demais no nosso presente.

Só nós tivemos Vasco da Gama, João de Castro, Afonso de Albuquerque, os triunfos, as glórias fulgurantes da Índia; por detrás de nós, comerciantes ingleses, incomparavelmente menos ilustres, criaram para a Inglaterra, sem dar por isso, um grande Império. Só nós tivemos D. João I, a «ínclita geração de altos infantes», D. Afonso V, para estender Portugal para além do estreito e conquistar o Norte de África; mas quem domina e vende os seus produtos em Marrocos é a França e a Espanha. Só nós tivemos Pedro Álvares Cabral, as missões dos jesuítas, o Brasil; mas, ainda que essa seja a nossa coroa mais valiosa de país colonizador e a nossa colónia de portugueses mais numerosa, vão-se os nossos compatriotas ficando ligados ao

comércio e às profissões mais humildes, batidos em muitos Estados por alemães e italianos. Só nós ensinámos os caminhos dos grandes oceanos a todos os povos da terra, fomos ao comércio e à pesca primeiro que muitos outros; e compramos agora o bacalhau à Noruega e embarcamos as nossas mercadorias em navios ingleses e da pequena Holanda. A querermos agarrar-nos às concepções dos tempos heróicos, corremos o risco de aparecermos como braços desocupados num mundo novo que nos não entende.

Eis porque uma directriz nova deve ser dada à Nação e à sua vida colectiva, aproveitando as formidáveis qualidades da raça e neutralizando alguns dos seus principais defeitos. Uma mentalidade nova fará ressurgir Portugal.

*

* *

Peço desculpa de ter escrito este Prefácio. Não é que me envergonhe de o haver feito; é que me roubou tempo de que eu precisava para outras coisas.

16 de Janeiro de 1933.

OLIVEIRA SALAZAR

O Discurso de 23 de Novembro

Meus senhores:

Tanto se tem repetido de mim saber eu alguma coisa de finanças mas não perceber nada de política, que em boa verdade já me devia ter convencido disso. As circunstâncias porém dispõem-se de modo que me cabe sempre alguma intervenção nos momentos decisivos da vida política da Ditadura. Em 28 de Maio de 1930, quando era ainda um pouco confusa e indecisa a nossa marcha e por quase todos os sectores se pensava restringir a acção ditatorial à resolução dos problemas mais urgentes da administração pública, defendi na Sala do Risco que, para salvar, consolidar, garantir a sua obra administrativa, a Ditadura tinha de propor-se uma finalidade política. Qual ela fosse, definiu-a o Governo dois meses depois, em Julho, apresentando ao País, pela boca do Presidente do Ministério, os novos princípios em que devia assentar a reforma do Estado e as bases da organização civil destinada a prepará-la. Nesta mesma sala e nessa mesma data de 30 de Julho, tive de desempenhar-me da incumbência de anotar aquele docu-

---

NE – Discurso pronunciado por Oliveira Salazar, na sala do Conselho de Estado, no acto da posse dos corpos gerentes da União Nacional, em 1932, discurso a que se faz referência na 1.ª entrevista (pág. 13).

mento e de pôr em relevo a magnitude da revolução que ele comportava e o Governo pretendia.
Foi-se fazendo, nos dois anos decorridos, uma propaganda lenta do Estado Novo – lenta e difícil, pelas indecisões naturais duma obra que começa, pelos preconceitos existentes, pelas resistências revolucionarias, pelos hábitos intelectuais inveterados, pelo receio que inspiram as grandes transformações políticas e sociais, pelas confusões estabelecidas e as erradas interpretações. Apesar de tudo, no mesmo espaço de tempo, os ministros do Interior organizavam por todo o País as comissões da União Nacional, e o Governo preparava um projecto de Constituição que estabelece a nova ordem de coisas, embora com as transigências exigidas para a sua adaptação a um condicionalismo psicológico e social diferente do que é previsto na sua pureza doutrinária e na integral execução futura dos seus princípios essenciais.
Chegou entretanto o momento de se preparar a promulgação do novo Estatuto constitucional e de se dar à União Nacional o seu corpo superior de direcção. Cabe-me ainda a mim, sob a pressão das circunstâncias de sempre, dizer a palavra de ordem a este exército em marcha.

*
* *

Tenho lido em muitos discursos políticos veementes apelos à união dos portugueses. A sua necessidade baseia-se sempre nas dificuldades internas ou externas nos perigos que corre a Nação, na transcendente delicadeza do momento histórico que atravessa e não permite alterações nem mudanças nem reformas. Assim costumam os Governos aquietar os seus inimigos, reforçar transitoriamente as suas posições e alongar um pouco a sua vida. Esta consideração faz-me algum tanto receoso da interpretação que se dê ao que intento dizer; anima-me o facto de serem bem visíveis os males e perigos presentes e de o apelo ser feito não para salvar homens, grupos ou partidos, mas a Nação e os seus interesses vitais na ordem material, na ordem política e na ordem moral.
Nós vivemos em Portugal uma pequena parte do drama do Mundo. Quebrou-se há muito a unidade moral das Nações; foram-se os tempos do pro-

gresso cadenciado, da governação estável, da vida regrada, suficiente e pacífica. Concepções filosóficas, enterradas pelo tempo, voltam ao primeiro plano com novos aspectos, pretendendo resolver os mais graves problemas; no meio das dificuldades de toda a ordem os homens sentem-se esmagados no círculo de ferro das suas verdades tradicionais e pelos seus velhos erros, perdendo a fé nas primeiras, começando outra vez a não descrer dos segundos. As transformações por que está passando a vida económica vão suscitando, paralelamente, questões, dificuldades, no terreno social; essas transformações e concepções diferentes da vida procuram a sua expressão ou correspondência no campo político e na organização dos Estados. Estamos assistindo ao ruir de instituições não há muito em pleno favor ou ao seu funcionamento difícil, precário, intermitente, sob a pressão de necessidades novas não satisfeitas, de vagas aspirações que buscam definir-se.

Como sempre acontece nestas viragens de História, uns, alucinados pela fascinação da novidade e esquecidos da velhice da terra onde muita coisa se experimentou já, negam todo o valor ao presente e ao passado, e querem construir um mundo inteiramente novo, misto incongruente de propósitos generosos, cândida inexperiência e sentimentos regressivos da baixa animalidade humana; outros enquistados nas posições e ideias adquiridas e nos preconceitos do «seu tempo» vêem em tudo o que o Mundo traz no seio, erro, crime, desgraça e opõem-se tenazmente a toda a renovação ou reforma, porque as ideias e instituições em que se criaram e viveram, têm para eles a beleza e a virtude de verdades eternas.

Ora o problema que nos é posto pelas circunstâncias consiste na determinação do ponto de convergência destas duas correntes, e em demandá-lo intencionalmente, salvando do passado as verdades superiores da Humanidade, as aquisições definitivas da sua experiência secular, e indo, ousadamente, escolher às promessas do futuro o que é imposto pela feição e necessidade dos novos tempos e até – porque não? – pelo gosto das suas modas.

Dentro de dezenas de anos é natural que os povos tenham de novo encontrado uma fórmula de equilíbrio político e social; a trajectória que até lá vão seguir e que pode ser uma estrada tenebrosa de convulsões e miséria

ou o caminho, embora acidentado, da segurança e do trabalho ordeiro. Grande parte desse futuro está nas nossas mãos. Como vamos encará-lo, como vamos criá-lo, os portugueses de hoje?

Os que fundaram a União Nacional tinham em mente promover uma grande reforma política, económica e social do País e com ela e por meio dela resolver os maiores problemas ou preparar-se para enfrentar as maiores dificuldades. Não podiam ter a ideia de fazê-lo de um jacto ou pela força, desacompanhados da própria Nação, mas pela estreita colaboração desta através das engrenagens do novo Estado, quando perfeitamente constituído, através duma grande força civil, de carácter nacional, até esse momento. Dominados, não pela ideia do perfeito e do óptimo, mas por uma ideia mais modesta e positiva do *essencial* e do *possível,* lançaram as bases da União Nacional, estabelecendo um terreno de trabalho comum suficientemente amplo para nele caberem todos os portugueses de boa vontade, sem distinção de escola política ou confissão religiosa, contanto que acatassem as instituições vigentes e se dispusessem a defender os grandes princípios da construção nacional.

Nos vários sectores da política portuguesa, deformada pela noção do partido, nem sempre se tem feito uma ideia exacta do que queremos e daquilo que eles próprios representam ou podem significar na orgânica do Estado futuro e no momento de transição que estamos vivendo. Isso me força a examinar com certa demora alguns dos problemas que circunstâncias estranhas a nós, ou à nossa própria existência, põem, no actual momento, diante das forças políticas existentes em Portugal. Espero fazê-lo de modo a não magoar pessoalmente ninguém.

Começo pelos monárquicos.

*
* *

A causa monárquica tem ainda no País uma força considerável. A sua importância provém da tradição, das deficiências de funcionamento do regime e do facto de, em quase todas as suas correntes, constituir, num País fundamentalmente conservador, uma autêntica força conservadora: todas as reacções contra a demagogia tiveram de ter a sua colaboração ou o seu apoio. Um pouco de sentimentalismo, as dedicações pessoais, a inércia, as

convicções de ordem intelectual, a experiência portuguesa explicam o número, o valor e até certo ponto também a falta de combatividade dos partidários do Senhor D. Manuel.

O rei deposto em 1910 viveu no seu exílio de Londres vida que direi mais de príncipe – de grande português. Sofreu, estudou, observou muito. Venceu-se a si e às possíveis sugestões duma dor imerecida, levando a extremos o seu patriotismo e amor a Portugal; cultivou-se e foi recebido por direito próprio no alto mundo da inteligência; cumulou o seu espírito de observações e ensinamentos tirados das coisas e dos factos, dos factos que a sua posição lhe permitia ver e são muitas vezes diferentes do que nós vemos, praticou no elevado grau, que servia a todos de exemplo, as virtudes domésticas e sociais. E eis que, quando se acabara de formar este modelo de homem, de príncipe e de português, ao atingir o pleno vigor da idade, da inteligência, da cultura e das energias morais, quando finalmente se podia considerar preparado para ser Rei, leva-o a morte, sem descendentes nem sucessor.

Por menos que a gente queira perscrutar o segredo que dispõe os acontecimentos humanos, este parece ferir a nossa inteligência, por absurdo quase. Pelo menos repugna à nossa sensibilidade que na ordem dos factos nada valha uma tal tragédia para aquilo que o Rei mais amou – a independência, a força, a grandeza de Portugal. Tenho que dizê-lo: sobre todas as tristezas, o mais triste é ser inútil esta morte. Incontestavelmente está posto um problema grave para a consciência dos monárquicos portugueses. Eu sei o que valem e custam convicções sinceras para que não tenha por elas absoluto respeito: não se ordena à inteligência que deixe de olhar a verdade onde a vê. Mas as ideias não têm sempre força realizadora nem utilidade prática; por vezes morrem para a acção e importa não deixar os homens amarrados a cadáveres. Atentemos um pouco nas considerações seguintes.

Salvo raras excepções, as monarquias na Europa com carácter de solidez e estabilidade acantonam-se ao Norte, onde é geral e radicada a convicção de caber no seu seio todo o progresso e de que ao seu abrigo se podem realizar as mais profundas reformas económicas e sociais. Estas monarquias mesmo são, mercê dos tempos que vivemos, quase só repúblicas hereditá-

rias. Para Sul, ao centro e para Leste, mesmo tendo em conta as pressões de ordem externa que aplicam algumas transformações políticas, formou-se a convicção nas camadas mais extensas da sociedade de que certas reivindicações sociais eram mais facilmente realizáveis sob a República que sob a Monarquia, e que aquelas são mais progressivas que estas. A uma tal ideia profundamente radicada em muitos espíritos, a esta mística da virtude específica, da superioridade essencial da forma republicana, não está oposta uma forte corrente contrária: o que vemos predominar nas novas gerações cultas é uma espécie de indiferentismo perante o problema, e pelo menos a sobreposição à questão do regime de muitas outras questões, hoje no primeiro plano das preocupações intelectuais e políticas. A persistir nos espíritos a posição indicada, a ideia monárquica terá perdido, não se sabe por quanto tempo, a sua força actuante. Ponto é que, em frente das ondas revolucionárias, as Repúblicas sejam ou queiram ser regimes de ordem e de autoridade, e os povos tenham a certeza de que estão, sob o seu domínio, defendidos e seguros. A experiência feita pela Ditadura portuguesa deve esclarecer a muitos olhos a importância decisiva que no assunto têm não as formas externas mas os conceitos profundos do poder e da governação pública e a organização dos poderes do Estado.
Diante de problemas de tão alta gravidade para a causa da civilização latina e cristã, num mundo que a nossos olhos se transforma a caminho do futuro desconhecido, fechado, e piedosamente abrigado na terra da Pátria, o túmulo do último Rei, não será o momento de rever a ordem de precedência das ideias e das coisas, não serão tomadas as atitudes que mais valorizem os homens para a acção patriótica e mais adequadamente sirvam a solução pacífica das graves questões nacionais? Mas neste ponto como noutros eu não faço doutrina nem dou conselhos; digo apenas o que me parece.

*
* *

Passo agora à organização católica.
Eu tenho pessoalmente alguma responsabilidade na forma actual de organização dos católicos portugueses. Era minha ideia em 1922 que as questões suscitadas entre a igreja Católica e a República se simplificariam,

perdendo acuidade, uma vez arredada a questão do regime, para o que se impunha a separação dos monárquicos militantes e a organização, no Centro Católico, de todos os católicos que, não se pronunciando sobre formas de governo, acatassem o regime, «sem pensamento reservado», como era expressa recomendação do Sumo Pontífice.
Nao digo que os resultados fossem grandes; digo que de outro modo seriam menores ainda. As boas intenções de muitos esbarraram com a incultura e jacobinismo dos políticos avançados ou dos seus sequazes, e com a pusilanimidade dos partidos chamados conservadores. O facto é que pode a cada momento sustentar-se, e com aparências de verdade, que a República Portuguesa era por essência anti-católica e a sua neutralidade uma mentira, caso grave para a República e para a Igreja num país de tradições e população católicas.
O sectarismo dos Governos abriu feridas profundas na consciência da Nação e a simpatia com que por toda a parte, fora dos centros políticos, foram recebidas as reacções de Pimenta de Castro e Sidónio País e a Ditadura Nacional tem aí boa parte da sua explicação.
A agremiação denominada Centro Católico, ou seja a organização independente dos católicos para trabalharem no terreno político, vai revelar-se inconveniente para a marcha da Ditadura, deve torná-la esta dispensável por uma política superior, ao mesmo tempo que se traria vantagens para o País a transformação do Centro num vasto organismo dedicado à acção social.
Tenho observado como é inconveniente ao desenvolvimento e pureza da via religiosa a intromissão da política na religião, a confusão dos interesses espirituais com os interesses materiais dos povos, da Igreja com qualquer organização que, actuando no terreno político, possa ser tomada como um partido aspirando ou não ao Governo. Sobretudo num país, como o nosso, de velhas tradições católicas mas duma religiosidade geralmente pouco esclarecida, e de um estreito feitio de espírito nas lutas partidárias, a actividade propriamente política da Igreja levanta-lhe e ao seu clero atritos e desconfianças graves que prejudicam na sua acção puramente espiritual. Devemos crer que Ela o sente e que só razões de peso para a sua própria existência a impelem em sentido reputado inconveniente para a expansão

do seu credo e tranquilidade das consciências. O fenómeno que está no fundo desta atitude parece-me ser a negação por parte dos Estados, das liberdades fundamentais que são condição de vida da Igreja, a irreligiosidade *positiva* que se esconde debaixo da neutralidade oficial e a abstracção de toda a limitação de ordem moral na actividade governativa. Se persistirem estas causas, serão inúteis todos os esforços para extinguir uma reacção incómoda, mas no fundo legítima, e para tirar do campo político uma organização que será apesar da sua boa vontade, uma força perturbadora.

É para todos evidente que o condicionalismo social português nos impõe como regime de relações com a Santa Se a separação, sem prejuízo das relações diplomáticas e da Concordata no que respeita ao Padroado Português do Oriente. Nós estamos inibidos, pelas circunstâncias e situações criadas, de reparar, de indemnizar, de restituir, além do que está feito; mas o restabelecimento das relações operado pelo Presidente Sidónio Pais devia ter como lógica consequência a aceitação expressa pela Igreja da separação, que violentamente lhe foi imposta em 1911.

Arredada do nosso caminho essa gravíssima e irritante questão, o Centro Católico perderia a sua razão de ser e estaria naturalmente indicado que a sua actividade se dirigisse à acção social, tão atrasada e tão urgente neste País. Mas também neste ponto, como noutros, não faço doutrina nem dou conselhos; limito-me a fazer o que me parece

*

* *

Chego ao ponto talvez mais delicado destas considerações.

A Ditadura surgiu contra a desordem nacional. Era um dos expoentes dela o parlamentarismo e a desregrada vida partidária: a nossa realização da democracia foi, sem contestação, lamentável. A culpa era ou do regime parlamentar ou dos seus servidores: quanto mais absolvermos estes, mais culpas encontraremos naquele; responsabilidades porém há-as que sobrem para todos os que intervieram no drama.

O processo da democracia parlamentarista está feito; a sua crise é universal; supõem ainda alguns que esta é passageira e provocada pelas dificul-

dades igualmente transitórias do presente momento; os restantes crêem que findou para sempre a sua época.
A Ditadura Nacional, precursora em mais dum ponto dum largo movimento de renovação política, declarou dissolvidos os partidos; estavam porém neles, pode dizer-se, as maiores forças políticas da Nação. Alguns homens públicos tiveram a intuição do momento e vieram colaborar com a Ditadura; muitos alhearam-se, cuidando que a roda da fortuna os reporia no seu lugar ou que um entendimento com os Governos os traria de novo à actividade política, muitos seguiram clara ou encapotadamente o caminho das conspirações e das revoltas e têm sido sucessivamente reduzidos pelo Exército à impotência. Sobre os partidos, embora oficialmente não metidos nisso, caíram, acrescendo as culpas que lhes cabiam na derrocada da Nação, as responsabilidades dos prejuízos das desgraças provenientes dos movimentos revolucionários: muitos dos seus amigos se revelaram trabalhando contra a paz, a ordem e o interesse nacional, e alguns mesmo, desgraçadamente, pelas suas ligações e entendimentos, contra a independência da Pátria.
Embora convencidos da extrema gravidade dos seus crimes, nós desejaremos que esses homens possam levar vida livre de cidadãos pacíficos na terra portuguesa e trocar pelo trabalho útil a sua actividade subversiva. Mas ninguém poderia exigir que isso se fizesse com perigo para a nossa segurança – que é a segurança, a tranquilidade, o trabalho, os bens dos cidadãos portugueses, o futuro desta obra renovadora que em consciência não podemos sacrificar nem à liberdade nem aos interesses nem à própria vida de revolucionários profissionais.
Temos em Portugal sacrificado muitas vezes demasiadas coisas a um humanitarismo que desconhece a justiça devida à grande massa inocente, vítima constantemente imolada às fúrias dos que esse humanitarismo absolve. Nós podemos perdoar as penas mas não podemos esquecer as culpas, e criminosos seríamos indo deduzindo dessa generosa atitude a necessidade duma vigilância mais atenta, duma segurança mais firme e duma repressão mais severa, se factos passados viessem a repetir-se. – Mas voltemos aos homens que podem ter interesse político.

Na vigência da Monarquia liberal como da República parlamentar, a reorganização das forças políticas fez-se sempre fraccionando aqui, juntando além os partidos existentes, para ficarmos com mais, para ficarmos com menos, para ficarmos com outros tantos, sob nomes diferentes. No fundo – mostrou-o a experiência – tudo continuava na mesma. Este hábito das negociações, conversas, entendimentos particulares ou públicos criou uma regra de vida política tão absoluta que alguns se mostram perplexos ou desorientados pelo facto de a não seguirmos com os simpatizantes ou com os inimigos. Estes, em obediência a velhos hábitos, tiveram mesmo a ingenuidade de formular em certo momento as condições sob que nos permitiam viver. Há aqui um equívoco que desejaríamos desaparecesse.
Nós temos uma doutrina e somos uma força. Como força compete-nos governar: temos o mandato duma revolução triunfante, sem oposições e com a consagração do País; como adeptos duma doutrina, importa-nos ser transigentes na defesa e na realização dos princípios que a constituem. Nestas circunstâncias não há acordos, nem transições nem transigências possíveis. Os que concordam com o nosso programa fazem um acto patriótico, declarando a sua concordância e trabalhando abertamente a nosso lado; os que não concordam podem ser igualmente sinceros e dignos confessando a sua discordância, são mesmo livres de proclamá-la mas, no que respeita a uma actuação política efectiva, levá-los-emos pelo melhor modo possível a que não nos incomodem demasiadamente. Nós estamos realizando com inteira sinceridade uma obra de salvação nacional; entendemos que para ela se exige a mais larga colaboração, a utilização, sendo possível, de todos os bons valores nacionais; não vamos sujeitar a segurança do seu êxito a uma agitação estéril, ao alto vozear dos apetites e das paixões.
Alguns homens dos antigos partidos supõem-se ligados por uma disciplina que ao estado actual da política portuguesa, devo dizer, já nada significa. Independentemente disso, eles não sabem se devem trabalhar com a Ditadura e ingressar na União Nacional: este problema, porém, não pode ser resolvido por nós. A União Nacional não vai ser uma espécie de padrão por onde se hajam de aferir a inteligência e o patriotismo dos homens. Cada um sabe se tem tranquila a consciência, se adere ou não inteiramen-

te e sinceramente aos pontos do programa e se os seus actos correspondem aos seus sentimentos e às suas afirmações. A consciência pública supre, às vezes, luminosamente, neste particular, as deficiências dos nossos juízos.

*

* *

Desejava dizer ainda duas palavras acerca dos organismos operários, e só duas palavras, porque noutra oportunidade espero que o problema seja tratado com maior desenvolvimento.

A grande massa operária portuguesa não está organizada, associativamente; uma pequena parte, chefiada por intelectuais, está no Partido Socialista outra parte, muito pouco numerosa, anda pelo Sindicalismo revolucionário, pelo Anarquismo e pelo Comunismo. Aqui há, de mistura com raros indivíduos das profissões liberais, dirigentes operários que nem sempre são operários de verdade.

O Partido Socialista tem a feição, a forma de actuar dos outros partidos republicanos. Na projectada organização do Estado não tem, como eles, o seu lugar; perante a nova mentalidade operária parece não ter condições de vida. Salvo uma transformação profunda nas suas ideias e métodos, suponho que é força condenada à dissolução.

Os outros organismos operários de carácter revolucionário são hoje dominados pela ideologia bolchevista e organizados ou trabalhados por agentes estrangeiros. Todos tendem, por meio da luta de classes, para a revolução social, conceito complexo que abrange não já só a transformação económica e social dantes ambicionada pelo operariado, mas a substituição integral de toda a ordem estabelecida, e a realização duma nova sociedade – sem Pátria, sem família, sem propriedade sem moral. (Empregamos estes termos no seu significado corrente).

Nessa atitude, nada há de mais oposto às tendências da Ditadura e aos princípios do Estado Novo; nós consideramos uma tal ideologia contrária à Nação e aos seus interesses, e consequentemente aos interesses do próprio operariado. Para evitar equívocos marcamos diante dele lealmente a nossa posição: como não queremos privilégios para ninguém, não podemos admitir que o operariado seja uma classe privilegiada; também não

precisamos de o incensar para que nos sirva de apoio, nem de incendiar--lhe as iras contra ninguém, para o mandarmos depois fuzilar pelos seus excessos. Num regime de autoridade forte nós só queremos que o seu trabalho seja ordeiro, probo e consciente da utilidade geral; o Estado o coordenará com outras actividades e o integrará no conjunto da economia nacional.
Com a mesma solicitude com que temos acudido a outras necessidades e com a mesma tenacidade com que havemos resolvido outros problemas, até há pouco considerados insolúveis, nós trataremos do seu emprego, da sua habitação, da sua higiene, da sua saúde, da sua invalidez, do seu salário, da sua educação, da sua organização e defesa, da sua elevação social, da sua dignidade, nós melhoraremos a sua condição – não digo bem – nós transformaremos a sua posição na vida económica e no Estado. Com as restrições apontadas e com esta outra – que a bem dela não podemos andar demasiado depressa – o nosso espírito está aberto às mais largas reformas no campo económico e social; só fazemos excepção das que desconheçam o princípio da hierarquia dos valores e dos interesses e da mais perfeita conjugação destes dentro da unidade nacional.

*

* *

Meus senhores:

Depois de abusar tão longamente da vossa paciência, é bom que termine mas não o farei sem agradecer as saudações endereçadas à União Nacional e as palavras a mim pessoalmente dirigidas.
O Exército meteu ombros a uma grande obra, instituindo a Ditadura Nacional. Depois de implantá-la conserva-a, defende-a, vela por ela instante a instante, e de quando em quando gosta de saber em que alturas vai. Não é esta a oportunidade para dizer-lhe; afirmo apenas que a reconstrução nacional por ele ambicionada, é uma obra de inteligência e de vontade. Não só de vontade: é indispensável a visão das necessidades, o estudo dos problemas, a definição das soluções, o sentido das possibilidades em cada momento; não só de inteligência: é precisa a vontade firme, o

esforço inquebrantável, o carácter bem formado, o fogo interior que multiplica o esforço, e dá a plena convicção do triunfo – a fé. Por isso mesmo, se não hão-de chamar para as primeiras linhas os tíbios, os fracos, os acomodatícios, os pouco valorosos; mas os fortes, os desinteressados, os que têm na alma um princípio daquelas virtudes superiores que fazem os heróis e os santos.

A todos os que são nossos ou desejem sê-lo, havemos de dizer, claro e alto, em nome da Nação a reconstruir, que às forças da Ditadura se exige *disciplina, homogeneidade, pureza de ideal.*

Não estão connosco os que preferem à obediência a sua liberdade de acção nem os que sobrepõem às directrizes superiormente traçadas as indicações da sua inteligência, ainda que esclarecida, ou os impulsos, ainda que nobres, da sua vontade. Não estão connosco os que não sentem profundamente os princípios essenciais da reconstrução nacional, os que restringem a sua adesão àqueles com que concordam ou lhes convém, nem os que entram e ficam ainda de fora, recebendo de mais duma parte indicações e ordens. Não estão connosco os que pensam tirar da sua adesão um título de competência, os que buscam uma vantagem em vez dum posto desinteressado de combate, os que não sentem em si nem vocação para servir a Pátria nem disposição para sacrificar-se pelo bem comum.

Agora, como de outras vezes, vão julgar muitos tudo perdido, porque as coisas são diferentes da ideia que formavam ou dos intuitos que tinham; outros, e mais do que esses, porém, vendo clarear os horizontes da política portuguesa e desfeitos os seus equívocos, sairão do alheamento, da indiferença e até da hostilidade para a colaboração a que são chamados no terreno patriótico em que trabalha a Ditadura Nacional. Eu tenho confiança, eu tenho a certeza de que este doce País que nós somos, quer realmente salvar-se!